GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXII Nº 196 QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 1998 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA DE GOVERNO	11
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	20
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
SECRETARIA DE OBRAS	20
SECRETARIA DE TRANSPORTES	21
SECRETARIA DE AGRICULTURA	21
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	21
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	21
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	22
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	23
SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE	25
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	25

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	35
VICE-GOVERNADORIA	43
CASA MILITAR	43
SECRETARIA DE GOVERNO	44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	45
SECRETARIA DE SAÚDE	45
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	47
SECRETARIA DE TRANSPORTES	47
SECRETARIA DE AGRICULTURA	47
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	47
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	47
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	48
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	48
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	48

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO	49
SECRETARIA DE GOVERNO	49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	52
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	53
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	54
SECRETARIA DE SAÚDE	54
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	55
SECRETARIA DE OBRAS	56
SECRETARIA DE TRANSPORTES	57
SECRETARIA DE AGRICULTURA	57
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	58
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	58
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	59
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	59
SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	60
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	60
SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	61
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	66
INEDITORIAIS	66
INDICE	67

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.680, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 501.057,00 (quinhentos e um mil e cinqüenta e sete reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos n.ºs 030.008.026/98 e 082.017.510/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação Educacional do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 501.057,00 (quinhentos e um mil e cinqüenta e sete reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos II e III.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação proveniente da aplicação financeira dos recursos do Contrato nº 119/95, celebrado com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF e pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo IV .

Art. 3º Em virtude do disposto no artigo anterior, a receita da Fundação Educacional do Distrito Federal fica acrescida do valor constante do anexo I.

Art. 4º A despesa decorrente do presente Decreto será ajustada pela Unidade interessada, no valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
18201 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	1325.00.00	221	1.057	1.057
00865/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	1.057

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 18201 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL				1.057
08.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 002161 0042 FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL	34.90.93	221	1.057	
				1.057
00865/1 - 200032 * As transferências não constam do Total			TOTAL	1.057

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				500.000
08.042.0188.2226 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref. 002249 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	45.90.52	303	500.000	
				500.000
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO D.F.**				
08.042.0188.2226 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref. 502249 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	45.11.42	103	500.000	
				500.000*
00864/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	500.000

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
160201/16201 **18201** **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL**				500.000
08.042.0188.2226 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref. 002249 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	34.90.30	303	500.000	
				500.000
160901/16901 **18901** **FUNDO DE MANUT. E DESENV. DA EDUC. BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DC D.F.**				
08.042.0188.2226 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL				
Ref. 502249 0001 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Unidade = FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL)	34.11.41	103	500.000	
				500.000*
00864/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	500.000

DECRETO Nº 19.681, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 52.100,00 (cinqüenta e dois mil e cem reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com art. 7º, inciso I, alínea "a" e inciso II, da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo nº 193.000.322/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 52.100,00 (cinqüenta e dois mil e cem reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos I e II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes dos Anexos III e IV.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150201/15201 **21201** **FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL**				42.100
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000328 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	104	6.000	
				6.000
03.007.0021.8502 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref. 000329 0001 ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	31.90.11	100	36.100	
				36.100
00872/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	42.100

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150201/15201 **21201** **FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL**				10.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000328 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	45.90.52	104	10.000	
				10.000
00871/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	10.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150201/15201 **21201** **FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL**				42.100
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000328 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	104	5.100	
	34.90.36	104	900	
	34.90.39	100	36.100	
				42.100
00872/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	42.100

ANEXO IV

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150201/15201 **21201** **FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL**				10.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref. 000328 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.14	104	5.000	
	34.90.33	104	5.000	
				10.000
00871/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	10.000

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília-DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
EDSON SAMPAIO DE SOUZA
Divisão de Divulgação

DECRETO Nº 19.682, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 1.814, de 07 de janeiro de 1998, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos processos nºs 131.002088/98 e 133.000661/98, decreta:

Art. 1º Fica aberto à Região Administrativa II - Gama, e à Região Administrativa IV - Brazlândia, crédito suplementar, no valor de R$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais) para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190104/00001 **11104** **REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				24.000
03.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000205 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.39	100	24.000	
				24.000
190106/00001 **11106** **REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA**				1.700
03.007.0025.1104 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000427 0001 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRÉDIOS, PRÓPRIOS E PARQUES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	45.90.51	120	850	
	45.90.92	120	850	
				1.700
00856/1 - 200035 * As transferências não constam do Total			TOTAL	25.700

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
190104/00001 **11104** **REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA**				24.000
10.060.0327.1048 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
Ref: 001708 0012 ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO ESTACIONAMENTO DAS QUADRAS COMERCIAIS DO SETOR CENTRAL DAS QUADRAS PARES E ÍMPARES DO GAMA	45.90.51	100	24.000	
				24.000
190106/00001 **11106** **REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA**				1.700
13.076.0448.1105 CONSTRUÇÃO DE GALERIAS E REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Ref: 000429 0001 CONSTRUÇÃO DE GALERIAS E REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	45.90.51	120	1.700	
				1.700
00856/2 - 200042 * As transferências não constam do Total			TOTAL	25.700

DECRETO Nº 19.683, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Abre crédito Adicional, no valor de R$ 2.873.984,00 (dois milhões. oitocentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais).

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 1º, da Lei nº 2.106, de 08 de outubro de 1998, e com o art. 41, incisos I e II, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos crédito adicional, no valor de R$ 2.873.984,00 (dois milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais). sendo:

I – Crédito Suplementar, no valor de R$ 2.010.984,00 (dois milhões e dez mil, novecentos e oitenta e quatro reais), na forma do anexo III;

II – Crédito Especial, no valor de R$ 863.000,00 (oitocentos e sessenta e três mil reais), de acordo com o anexo IV.

Art. 2º O crédito adicional de que trata o artigo anterior será financiado pelo excesso de arrecadação de receitas diretamente arrecadadas, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Em conseqüência do disposto no artigo anterior, as receitas do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos ficam acrescidas na forma dos Anexos I e II.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1919.00.00	220	1.675.984	1.675.984
26203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	1600.01.99	220	335.000	335.000
00554/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.010.984

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
26202 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL	1919.00.00	220	863.000	863.000
00805/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	863.000

ANEXO III

CRÉDITO SUPLEMENTAR — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 **26202** **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				1.675.984
16.007.0021.1077 AMPLIAÇÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF				
Ref: 000317 0001 AMPLIACÃO E REEQUIPAMENTO DO DER/DF	45.90.51	220	24.000	
				24.000
16.007.0021.8501 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS				
Ref: 000310 0001 FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	34.90.30	220	164.984	
	34.90.39	220	1.000.000	
				1.164.984
16.088.0537.1106 EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO				
Ref: 000727 0001 EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO	45.90.51	220	145.856	
				145.856
16.088.0538.1264 RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS				
Ref: 000728 0001 RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO DAS RODOVIAS	45.90.51	220	341.144	
				341.144
200203/20203 **26203** **DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS**				335.000
16.091.0024.2077 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES				
Ref: 000407 0001 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES	34.90.39	220	43.000	
				43.000
16.091.0571.1091 INTERVENÇÕES FÍSICAS DE APOIO AO SISTEMA DE TRANSPORTES				
Ref: 000397 0001 CONSTRUÇÃO, REFORMA E PINTURA DE ABRIGOS E TERMINAIS	34.90.39	220	80.000	
	45.90.51	220	42.000	
				122.000
16.091.0571.1091 INTERVENÇÕES FÍSICAS DE APOIO AO SISTEMA DE TRANSPORTES				
Ref: 000400 0004 CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO NA ZONA URBANA DO PARANOÁ	45.90.51	220	30.000	
				30.000
16.091.0571.1091 INTERVENÇÕES FÍSICAS DE APOIO AO SISTEMA DE TRANSPORTES				
Ref: 002059 0026 CONSTRUÇAO DE 36 PONTOS DE TAXI CONFORME JUSTIFICATIVA	45.90.51	220	140.000	
				140.000
00554/1 - 200032 * As transferências não constam do Total			TOTAL	2.010.984

ANEXO IV

CRÉDITO ESPECIAL — **ORÇAMENTO FISCAL**

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
200202/20202 **26202** **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL**				863.000
16.088.0537.1106 EXECUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO				
Ref: 002354 0053 CONSTRUÇÃO DO VIADUTO AYRTON SENNA	45.90.51	220	863.000	
				863.000
00805/1 - 200040 * As transferências não constam do Total			TOTAL	863.000

DECRETO Nº 19.684, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Abona faltas dos servidores integrantes do quadro de pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 2.073, de 23 de setembro de 1998, decreta:

Art. 1º Ficam abonadas, para fins disciplinares e das vantagens da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as faltas dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos anos de 1997 e 1998, decorrentes de greve e paralisação, em face da reposição desses dias de trabalho no ano de 1997, bem como, conforme calendários definidos pelos órgãos competentes, no ano de 1998 e em janeiro de 1999.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 19.685, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Altera a redação dos arts. 5º, 9º, 11 e 13 do Decreto nº 18.469, de 23 de julho de 1997 que "Regulamenta a Lei nº 1.194, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o controle de uso de estacionamento de veículos automotores em áreas e logradouros públicos pertencentes ao Distrito Federal, com as alterações efetuadas pela Lei nº 1.533, de 08 de julho de 1997".

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, incisos VII da Lei Orgânica do Distrito Federal , decreta:

Art. 1º Os arts. 5º, parágrafo único e 9º, § 2º, do Decreto nº 18.469 de 23 de julho de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. (.....)

Parágrafo único. O prazo da Concessão será definido no edital de licitação, considerando as características de cada área, podendo ser prorrogável por até um igual período. a critério do agente Concedente.

Art. 9º (.....)

§ 2º Para viabilização do previsto no "caput" deste artigo poderão ser firmados convênio com os órgãos competentes".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 11 e 13 do Decreto nº 18.469, de 23 de julho de 1997.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 19.687, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Define normas para a construção de subsolos destinados a garagens sob estacionamentos públicos e áreas verdes, no Setor Comercial Sul e Setor Bancário Sul, da Região Administrativa de Brasília - RA I, nos termos do disposto na Lei nº 1.280, de 03 de dezembro de 1996.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e em vista do que consta do Processo nº 030.007.983/98, DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os dispositivos normativos para a construção de subsolos destinados a garagens sob estacionamentos públicos e áreas verdes, no Setor Comercial Sul - SCS e Setor Bancário Sul - SBS, da Região Administrativa de Brasília - RA I, consubstanciados nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 144/98, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

PROCESSOS:	030-007.983/98
DECISÕES:	
DATAS:	
DECRETOS:	
DATAS:	
PUBLICAÇÃO:	

ANEXO I

Normas de Edificação, Uso e Gabarito para construção de subsolos no Setor Comercial Sul A, Quadra 6. entre as vias W3 – Sul, S3 Oeste, S2 Oeste e o conjunto 17, em subsolo.

Este anexo é composto de 3 (três) partes:

- 1ª PARTE – Parâmetros Urbanísticos
- 2ª PARTE – Croquis de Situação, Localização e da Área
- 3ª PARTE – Legislação Pertinente

1ª PARTE – PARÂMETROS URBANÍSTICOS

I – USOS:
a – atividade principal: Edifício-garagem.
b – atividades complementares: lojas, serviços de lubrificação, lavagem, reparos e manutenção de veículos.
A atividade principal deve observar o seguinte programa mínimo:

- recepção;
- acesso e circulação de pessoas;
- acesso e circulação de veículos;
- estacionamento ou guarda de veículos;
- instalações sanitárias e vestiários para funcionários;
- instalação sanitária para o público;
- administração;
- depósito.

As atividades de Edifício-garagem e lojas seguem o disposto na legislação pertinente.

IPDF – GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL					
NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO					
NGB –144/98	Região Administrativa Plano Piloto — RA I Setor Comercial Sul A — SCS A — Anexos I e II Setor Bancário Sul — SBS — Anexo III Garagens Subterrâneas				
FOLHA: 01/20					
DATA: 29/09/98	PROJETO: CARMEM/MARTA	CONF.NGB:	VISTO: DIPRO	APROVO: DP – IPDF	

NGB 144/98 – Folha 01/20

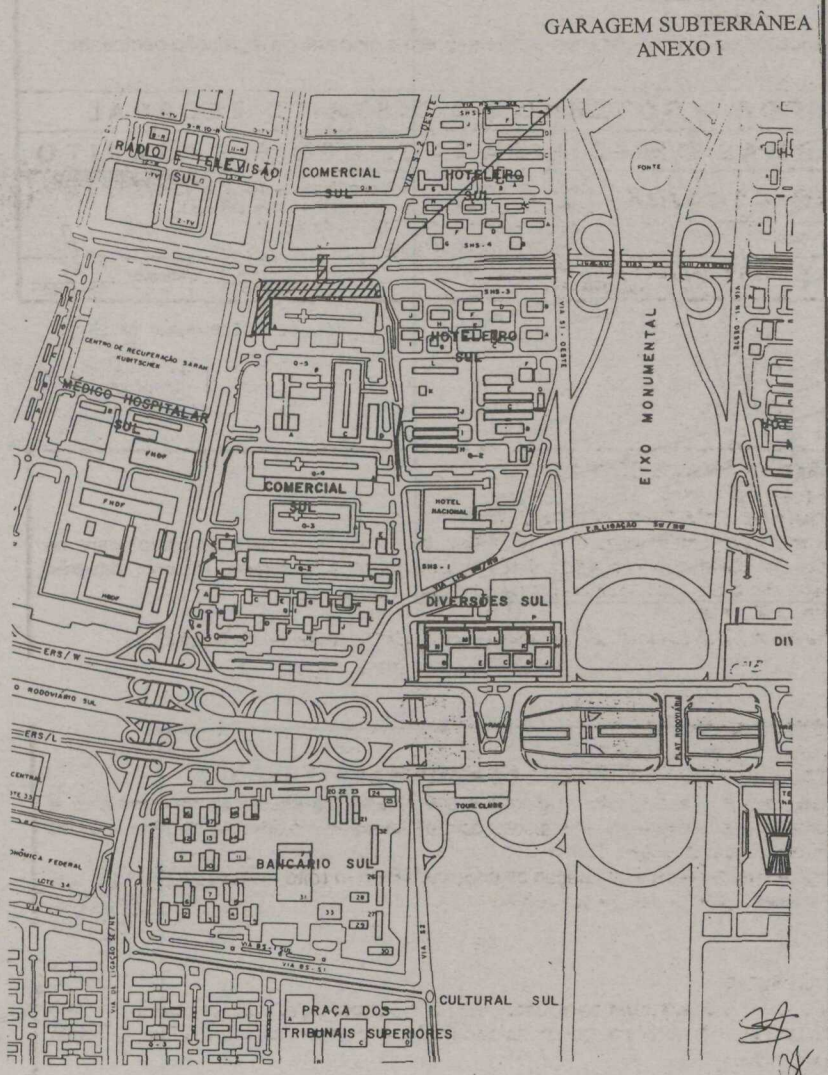
II – TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO:
100% (cem por cento);
III – TAXA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO:
100% (cem por cento) para o 1º subsolo e 88% (oitenta e oito por cento) para os demais. As atividades complementares, assim como o programa mínimo, deverão corresponder a 5% (cinco por cento) da área construída.
IV – PAVIMENTOS:
Destina-se exclusivamente aos subsolos, com o número máximo de 3 (três);

V – ESTACIONAMENTO:
Número mínimo de vagas = 800;
VI – GALERIA PARA CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES:
Será obrigatória a construção de galeria subterrânea para circulação de pedestres e lojas comerciais, somente no 1º subsolo, com a dimensão máxima de 25,00 m x 46,00 m, perfazendo um total de 1.150 m²;
a – largura mínima para a circulação de pedestres 8,00 m (oito metros);
b – o acesso à galeria deverá ser público;

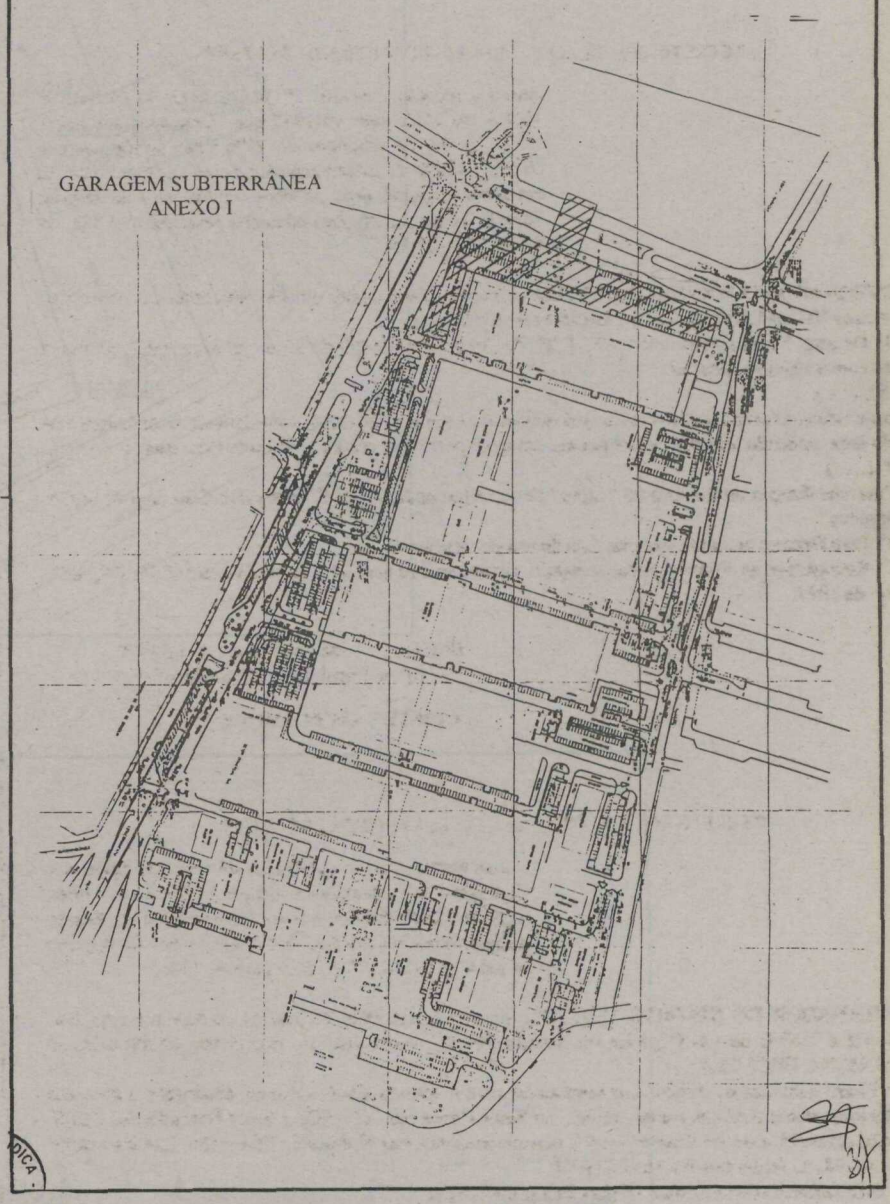
VII – ACESSOS:
a – veículos – Acessos internos ao setor, com a localização definida em planta.
b – pedestres – deverá ser garantida circulação exclusiva em, no mínimo, 2 (dois) locais distintos.

VIII – DISPOSIÇOES GERAIS:
a – Os projetos de urbanismo, arquitetura e instalações para construções de garagens subterrâneas e as propostas de acessos e circulação obedecerão às normas constantes do Código de Obras e Edificação e às leis e regulamentos que disciplinam a atividade;
b – Será de inteira responsabilidade dos concessionários a elaboração dos projetos e implantação das garagens subterrâneas e da reurbanização da superfície, bem como os custos de remanejamento das redes de serviços públicos;
c – O projeto de reurbanização deverá ser objeto de consulta aos Órgãos do Patrimônio Público quando houver construção e/ou outras obras em superfície, e deve garantir 50% (cinqüenta por cento) da área para estacionamento, com o mínimo de 180 (cento e oitenta) vagas e 50% (cinqüenta por cento) da área para praças, calçadas e mobiliário urbano;
d – As atividades complementares de serviços de lubrificação, lavagem, reparos e manutenção de veículos, assim como as lojas, só serão permitidas no 1 º subsolo;
e – No caso de existência de arborização, obedecer à legislação ambiental.
f – A poligonal da garagem subterrânea, cujas coordenadas estão descritas na 2ª parte deste Anexo, perfazem uma área de 9.185,03 m².

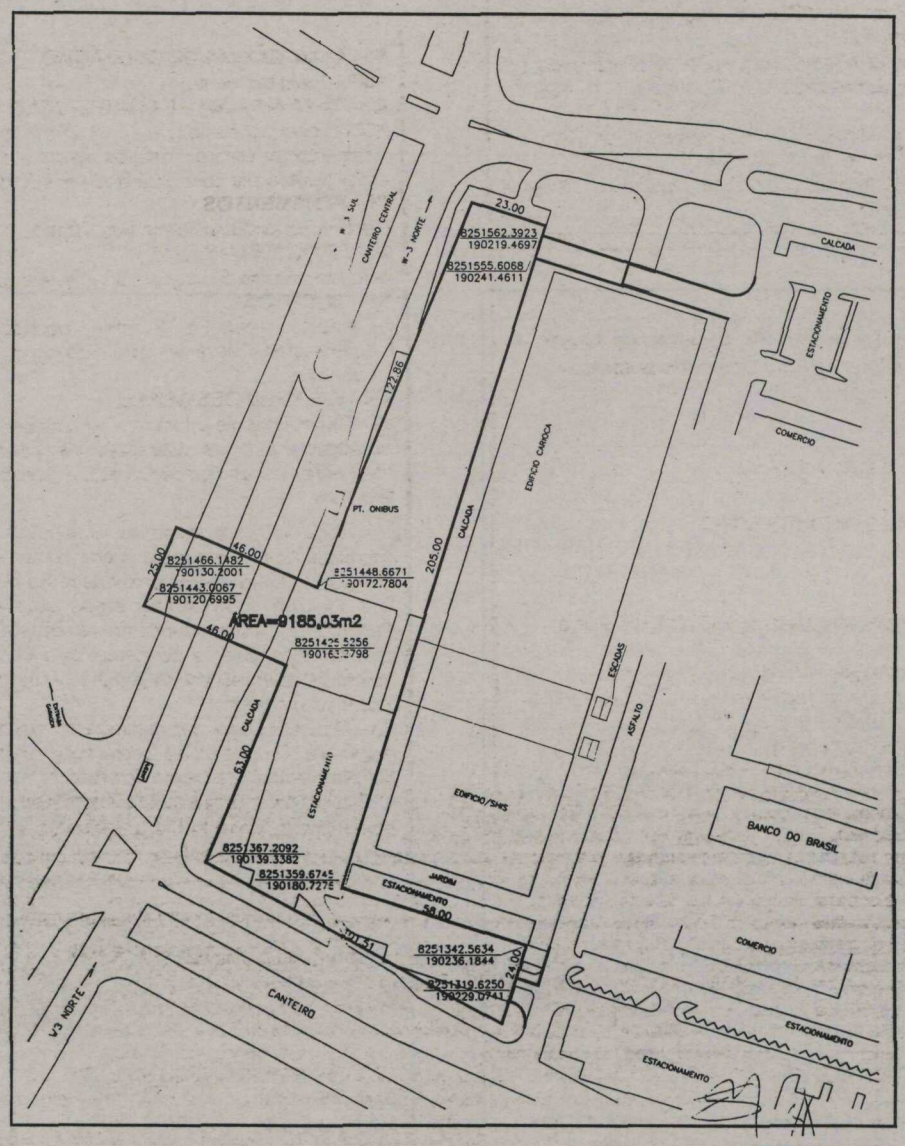
CROQUI DE SITUAÇÃO



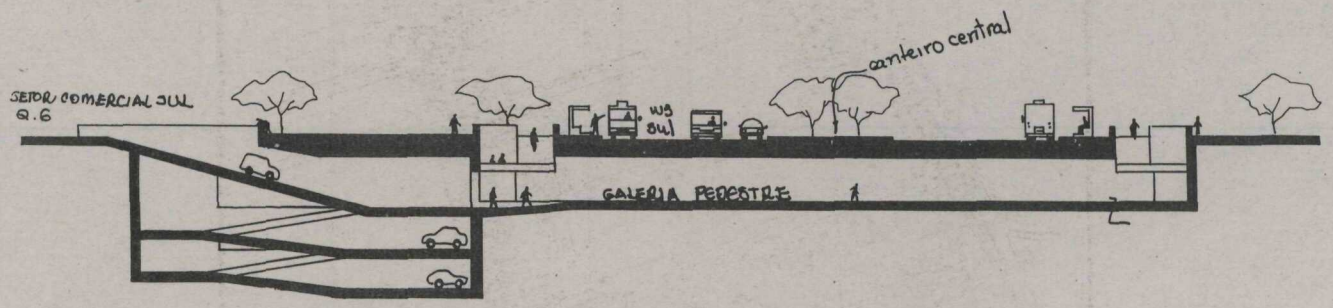
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



CROQUI DA ÁREA
ANEXO I



PERFIL- GARAGEM SUBTERRÂNEA
ANEXO I



3ª PARTE – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Lei Distrital n º 1.280, de 03 de dezembro de 1996, e respectivo Decreto de regulamentação, n º 18.351, de 20 de junho de 1997.
Lei Distrital n º 1.194, de 13 de setembro de 1996, suas alterações definidas pela Lei Distrital n º 1.533, de 8 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto n º 18.469, de 23 de julho de 1997.
Normas gerais aplicáveis das Leis Federais n º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; n º 9.074, de 07 de julho de 1995 e n º 8.666, de 21 de junho de 1994.
Decreto n º 11.428, de 24 de janeiro de 1989, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Brasília — COE — Revisão, Abril, 1993.

ANEXO II

Normas de Edificação, Uso e Gabarito para construção de subsolos no Setor Comercial Sul — A, entre as Quadras 02, 03 e 04 e a via S3 Oeste, em subsolo.

Este anexo é composto de 3 (três) partes:

- 1ª Parte – Parâmetros Urbanísticos
- 2ª Parte – Croquis de Situação, Localização e da Área
- 3ª Parte – Legislação pertinente

1ª PARTE – PARÂMETROS URBANÍSTICOS

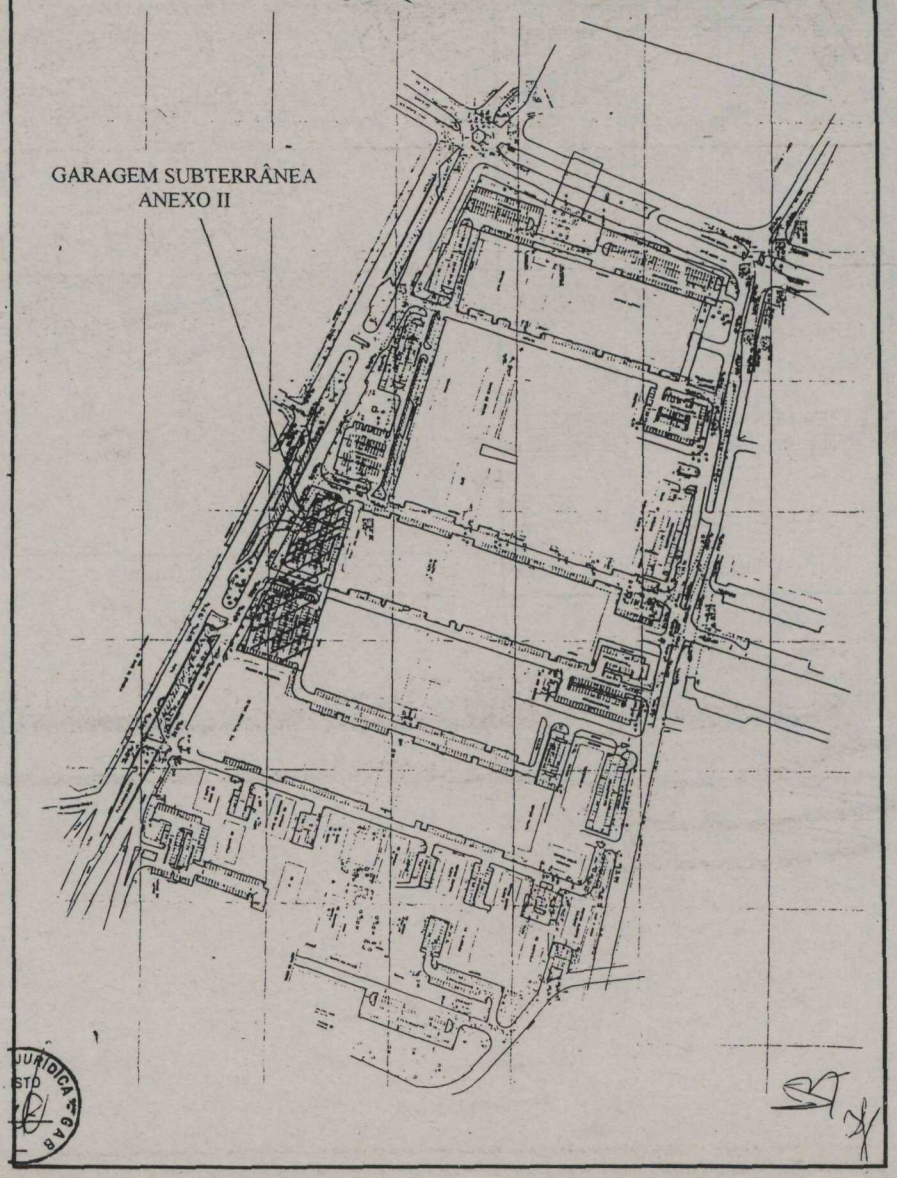
I – USOS:
a – atividade principal: Edifício-garagem.
b – atividades complementares: lojas, serviços de lubrificação, lavagem, reparos e manutenção de veículos.
A atividade principal deve observar o seguinte programa mínimo:

- recepção;
- acesso e circulação de pessoas;
- acesso e circulação de veículos;
- estacionamento ou guarda de veículos;
- instalações sanitárias e vestiários para funcionários;
- instalação sanitária para o público;
- administração;
- depósito.

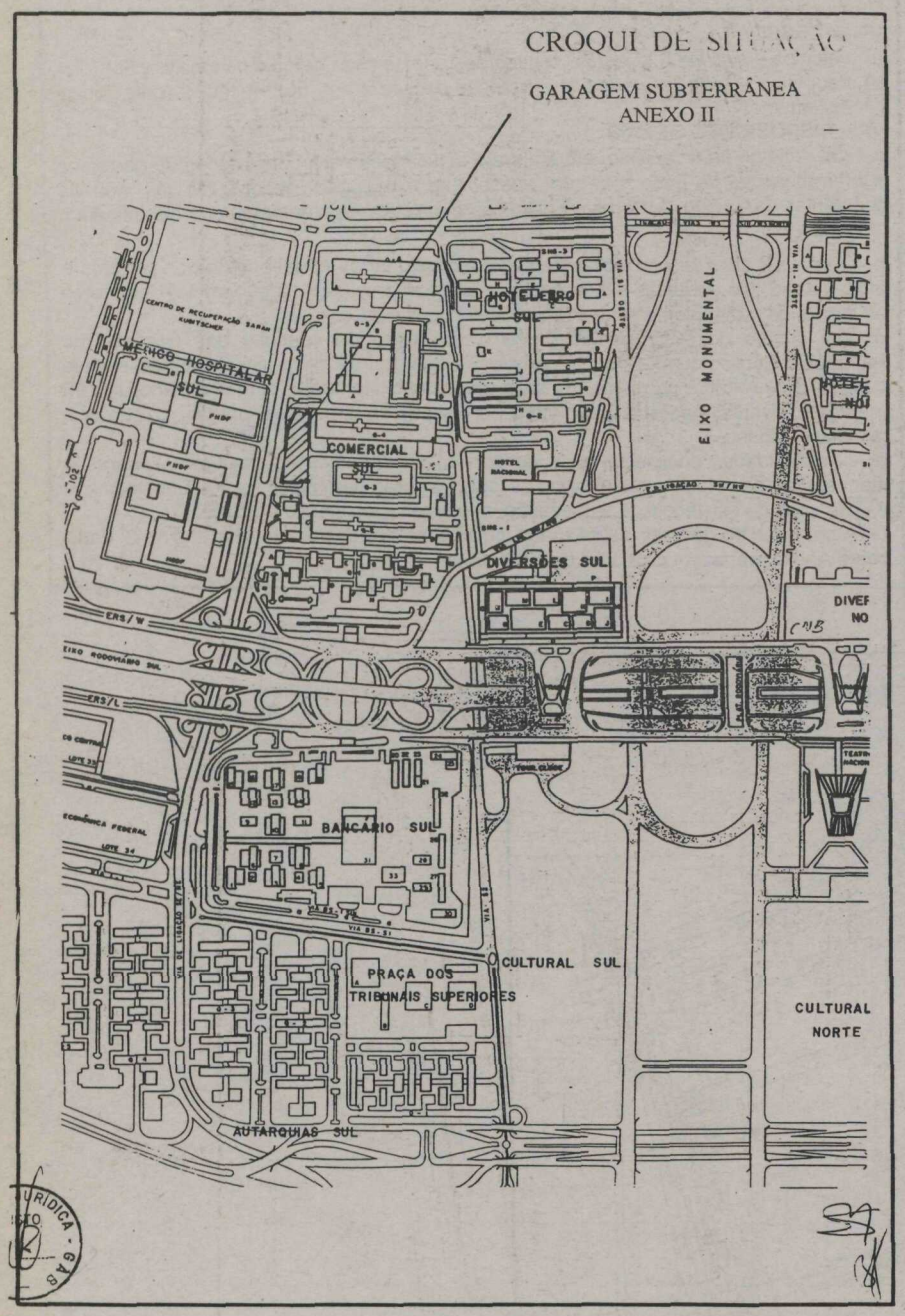
As atividades de Edifício-garagem e lojas seguem o disposto na legislação pertinente.

II – TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO
100% (cem por cento).
III – TAXA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO
100% (cem por cento) para o 1º, 2º e 3º subsolos.
As atividades complementares, assim como o programa mínimo, deverão corresponder a 4% (quatro por cento) da área construída.
IV – PAVIMENTOS
Destina-se exclusivamente aos subsolos, com o número máximo de 3 (três).
V – ESTACIONAMENTO
Número mínimo de vagas = 600 (seiscentas)
VI – ACESSOS
a) veículos – pela via S3 Oeste – sentido oeste-leste (vide croquis de localização)
b) pedestres – deve ser garantida circulação exclusiva em, no mínimo, 2 (dois) locais distintos.
VII – DISPOSIÇÕES GERAIS
a – Os projetos de urbanismo, arquitetura e instalações para construções de garagens subterrâneas e as propostas de acessos e circulação obedecerão às normas constantes do Código de Obras e Edificação e às leis e regulamentos que disciplinam a atividade;
b – Será de inteira responsabilidade dos concessionários a elaboração dos projetos e implantação das garagens subterrâneas e da reurbanização da superfície, bem como os custos de remanejamento das redes de serviços públicos;
c – O projeto de reurbanização deverá ser objeto de consulta aos Órgãos do Patrimônio Público quando houver construção e/ou outras obras em superfície, e deve garantir 80% (oitenta por cento) da área para estacionamento, com o mínimo de 190 (cento e noventa) vagas e 20% (vinte por cento) da área para praças, calçadas e mobiliário urbano;
d – As atividades complementares de serviços de lubrificação, lavagem, reparos e manutenção de veículos, assim como as lojas só serão permitidas no 1 º subsolo.
e – No caso de existência de arborização, obedecer à legislação ambiental.
f – A poligonal da garagem subterrânea, cujas coordenadas estão descritas na 2ª parte deste Anexo, perfazem uma área de 5.916,06 m².

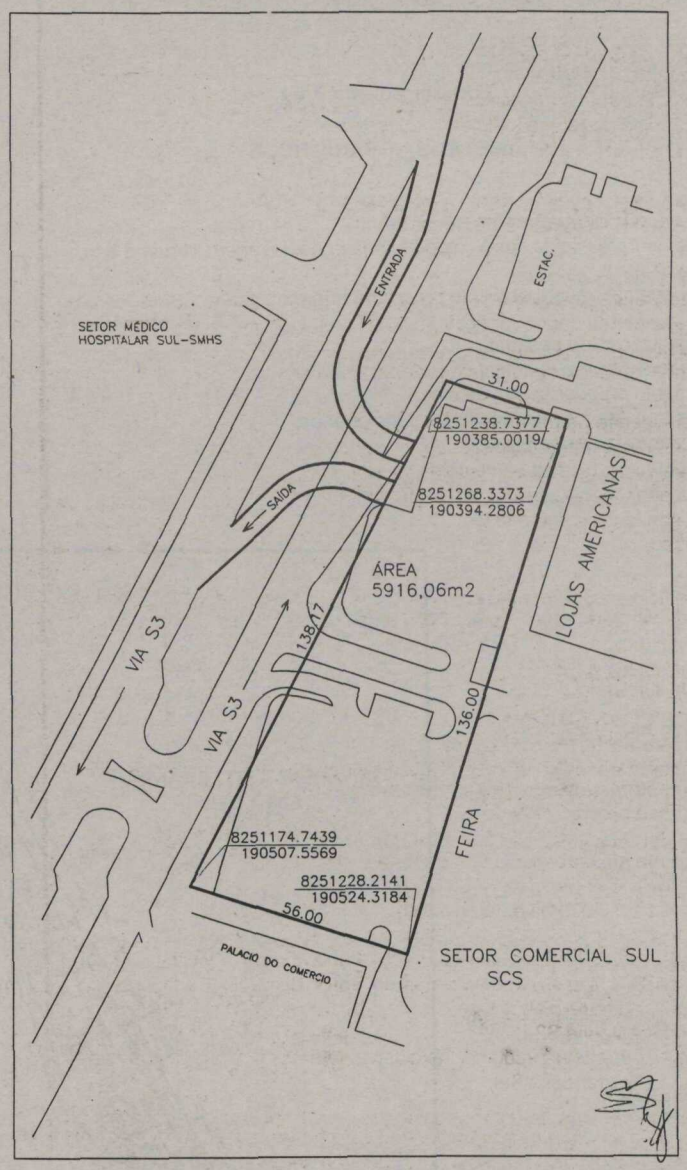
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



CROQUI DE SITUAÇÃO



CROQUI DA ÁREA
ANEXO II



3ª PARTE – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Lei Distrital n º 1.280, de 03 de dezembro de 1996, e respectivo Decreto de regulamentação, n º 18.351, de 20 de junho de 1997.
Lei Distrital n º 1.194, de 13 de setembro de 1996, suas alterações definidas pela Lei Distrital n º 1.533, de 8 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto n º 18.469, de 23 de julho de 1997.
Normas gerais aplicáveis das Leis Federais n º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; n º 9.074, de 07 de julho de 1995 e n º 8.666, de 21 de junho de 1994.
Decreto n º 11.428, de 24 de janeiro de 1989, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Brasília — COE — Revisão, Abril, 1993.

ANEXO III

Normas de Edificação, Uso e Gabarito para construção de subsolos no Setor Bancário Sul – SBS, entre a via BS-S1 Sul e as projeções 3, 4, 5, 29 e 31, em subsolo.

Este anexo é composto de 3 (três) partes:

- 1ª Parte – Parâmetros Urbanísticos
- 2ª Parte – Croquis de Situação, Localização e da Área
- 3ª Parte – Legislação Pertinente

1ª PARTE – PARÂMETROS URBANÍSTICOS

I – USOS:
a – atividade principal: Edifício-garagem.
b – atividades *complementares:* lojas, serviços de lubrificação, lavagem, reparos e manutenção de veículos.
A atividade principal deve observar o seguinte programa mínimo:

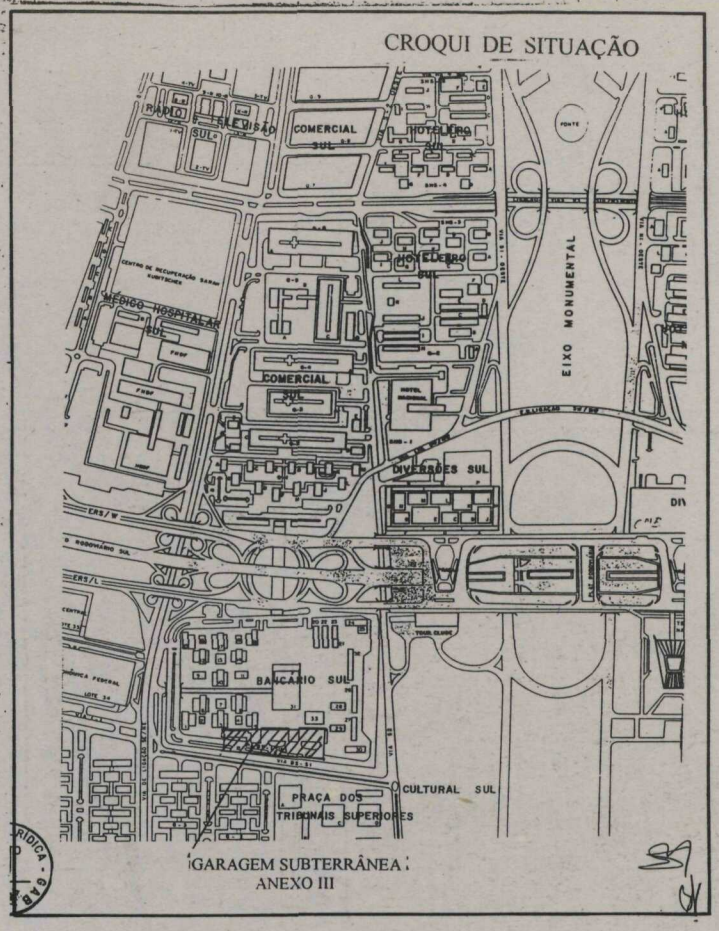
- recepção;
- acesso e circulação de pessoas;
- *acesso e circulação de veículos;*
- estacionamento ou guarda de veículos;
- instalações sanitárias e vestiários para funcionários;
- instalação sanitária para o público;
- administração;
- *depósito.*

As atividades de Edifício-garagem e lojas seguem o disposto na legislação pertinente.

II – TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO
100% (cem por cento).
III – TAXA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO
100% (cem por cento) para o 1º, 2º e 3º subsolos.
As atividades complementares, assim como o programa mínimo, deverão corresponder a 4% (quatro por cento) da área construída.
IV – PAVIMENTOS
Destina-se exclusivamente aos subsolos, com o número máximo de 03 (três).
V – ESTACIONAMENTO
Número mínimo de vagas = 1.500 (mil e quinhentas)
VI – ACESSOS
a) veículos – pela via BS-S1 Sul, apresentando solução de circulação viária na própria via e em suas interseções, e pelas vias internas do Setor Bancário Sul, sendo que, neste caso, será obrigatória a elaboração de um projeto específico e implantação de uma saída do Setor pela via S2-Leste.
b) pedestres – deve ser garantida circulação exclusiva, oferecendo acesso ao Setor Bancário Sul e Setor de Autarquias Sul.

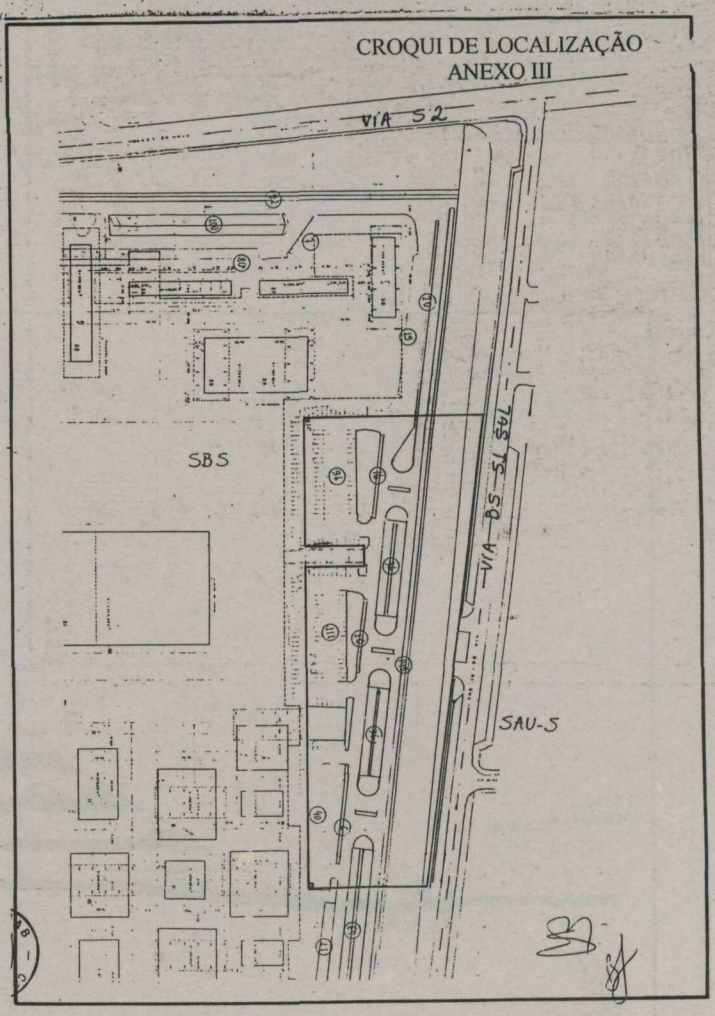
VII – DISPOSIÇÕES GERAIS
a – Os projetos de urbanismo, arquitetura e instalações para construções de garagens subterrâneas e as propostas de acessos e circulação obedecerão às normas constantes do Código de Obras e Edificação e às leis e regulamentos que disciplinam a atividade;
b – Será de inteira responsabilidade dos concessionários a elaboração dos projetos das garagens subterrâneas e de reurbanização da superfície, bem como os custos de remanejamento das redes de serviços públicos;
c – O projeto de reurbanização deverá ser objeto de consulta aos Órgãos do Patrimônio Público quando houver construção e/ou outras obras em superfície, e deve garantir 50% (cinqüenta por cento) da área para estacionamento, com o mínimo de 240 (duzentos e quarenta) vagas e 50% (cinqüenta por cento) da área para praças, calçadas e mobiliário urbano. Deverá ser mantida a circulação periférica do Setor. A face leste do talude poderá receber tratamento de fachada, no trecho correspondente à garagem subterrânea.
d – No caso de existência de arborização, obedecer à legislação ambiental.
e – A poligonal da garagem subterrânea, cujas coordenadas estão descritas na 2ª parte deste Anexo, perfazem uma área de 16.125,60 m².

CROQUI DE SITUAÇÃO

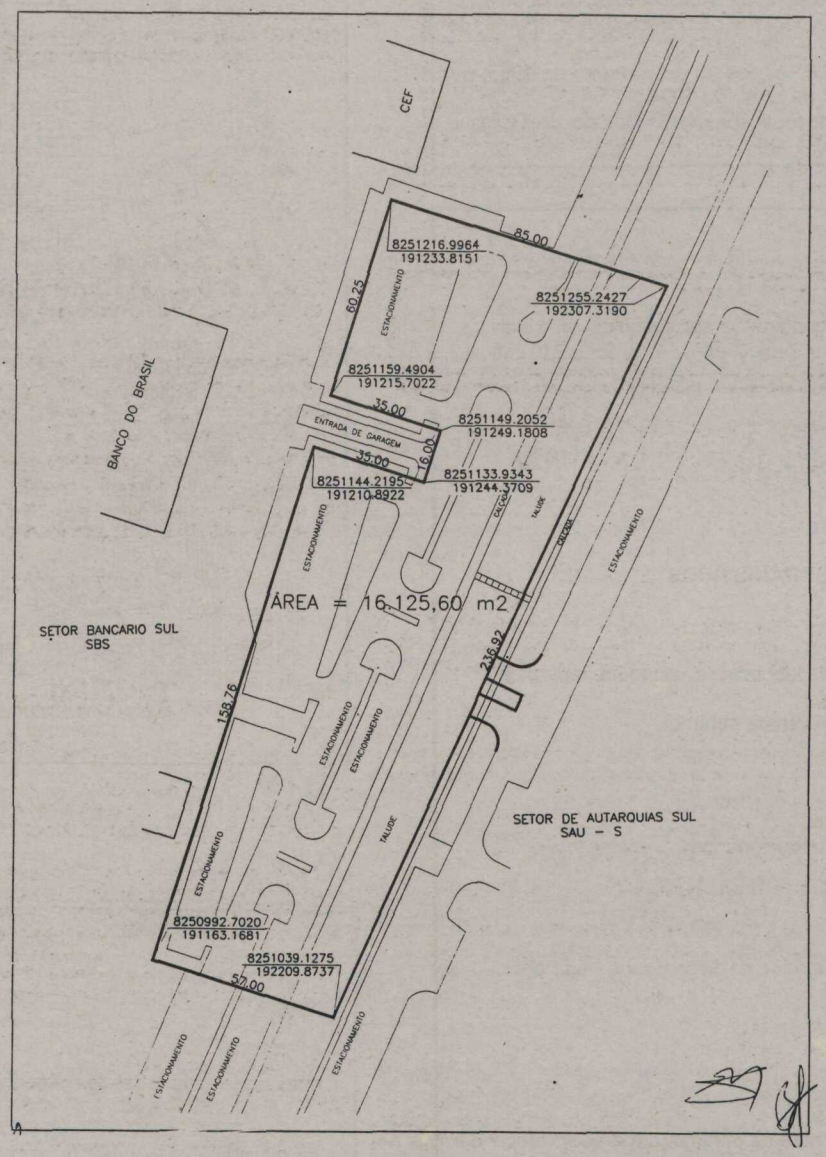


GARAGEM SUBTERRÂNEA
ANEXO III

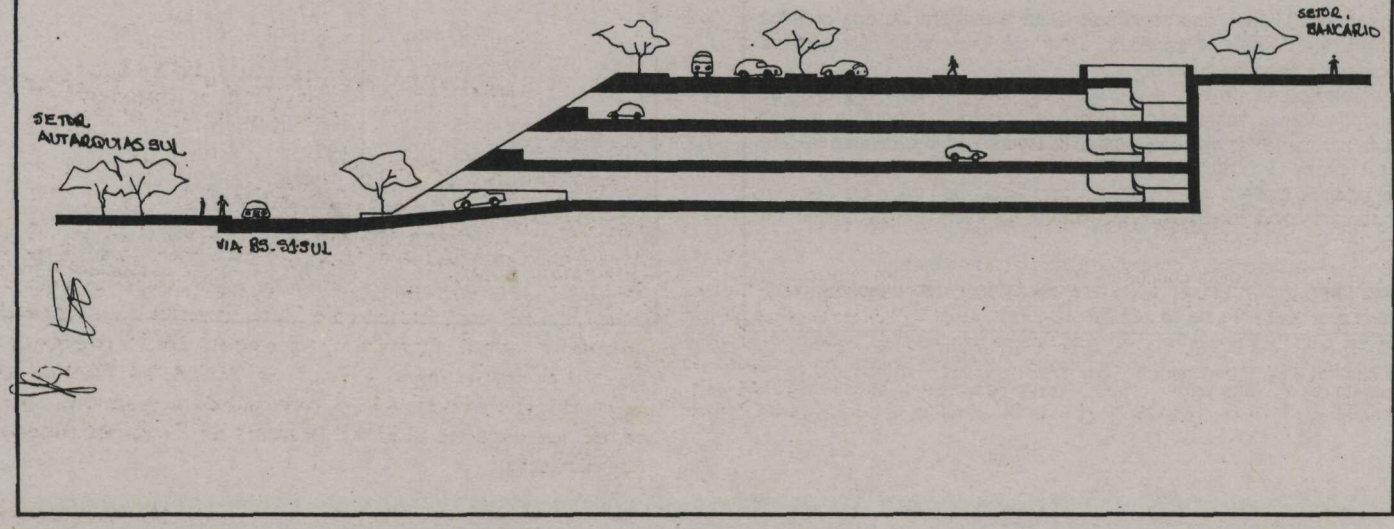
CROQUI DE LOCALIZAÇÃO
ANEXO III



CROQUI DA ÁREA
ANEXO III



PERFIL – GARAGEM SUBTERRÂNEA
ANEXO III



3ª PARTE – LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Lei Distrital n º 1.280, de 03 de dezembro de 1996, e respectivo Decreto de regulamentação, n º 18.351, de 20 de junho de 1997.
Lei Distrital n º 1.194, de 13 de setembro de 1996, suas alterações definidas pela Lei Distrital n º 1.533, de 8 de julho de 1997, regulamentada pelo Decreto n º 18.469, de 23 de julho de 1997.
Normas gerais aplicáveis das Leis Federais n º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; n º 9.074, de 07 de julho de 1995 e n º 8.666, de 21 de junho de 1994.
Decreto n º 11.428, de 24 de janeiro de 1989, que aprovou o Código de Obras e Edificações de Brasília — COE — Revisão, Abril, 1993.

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DISTRITO FEDERAL

PROCESSO : 030.006.791/98
INTERESSADO: SERGEM - SERVIÇOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A
ASSUNTO : DISPENSA DE LICITAÇÃO
Autorizo a dispensa do procedimento Licitatório em favor da SERGEM - Serviços Gerais de Engenharia S/A, baseada no inciso X, do artigo 24, c/c o artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e ao disposto na Lei nº 8.245, de 18.10.91.

ROBÉRIO SULZ

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO

Em 13 de outubro de 1998

PROCESSO Nº : 141.006.846/98
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : APRESENTAÇÃO NO PROJETO RODA VIVA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso III do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 530/98 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), em favor de Francisco E. A. de Sousa (G. Suor Brasileiro).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 143.000.061/98
INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho n.ºs 280 e 295/98 no valor R$ 5.137,50 (cinco mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), em favor do Banco de Brasília S/A.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Santa Maria, para as providências mplementares.

Em 14 de outubro de 1998

PROCESSO Nº : 141.004.119/98
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DA REVISTA NOS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 524/98 no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), em favor de ISBJ - Centro Salesiano do Menor - CESAM.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 79, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a Ordem de Serviço nº 61, de 14.08.98, que designou servidores para comporem Grupo de Trabalho nesta RA.IX.

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 13 de outubro de 1998

PROCESSO: 138.000.149/97
INTERESSADO: CAESB CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base nos Artigos 80 e 81 e de acordo com o que estabelece o inciso I, do Artigo 38 e incisos II e IV, do Artigo 39, do Decreto nº 16098/94, combinado com o inciso XI, Artigo 53, do Decreto nº 16217/94, o Administrador Regional de Ceilândia resolve:
Reconheço a Divida, autorizo a emissão de Nota de Empenho, bem como sua liquidação e pagamento, em favor do interessado, Elemento de Despesa nº 349092, PT 03007002185010001, no valor total de R$ 9.855,01; sendo R$ 7.000,00 , na fonte 120 e R$ 2.855,01, na fonte 100, relativo a fatura de dezembro, não paga devido à insuficiência de orçamento , à época.
Encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências cabíveis.

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR

PROCESSO N.º : 131.000.035/97
INTERESSADO : JOÃO NATAN COSTA DE OLIVEIRA-ME
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA INTERESSADO

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigo 80 e 81 do Decreto Nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o Item I do Artigo 38 combinado com o Item II do Artigo 39, do citado Diploma Legal, reconheço a Dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programa de Desembolso no valor de 3,94 (Três reais e noventa e quatro centavos), em favor da firma JOÃO NATAN COSTA DE OLIVEIRA-ME.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta da Dotação, de elemento 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento desta Administração Regional.

PROCESSO N.º : 131.000.035/97
INTERESSADO : LUIS ALBERTO CAMPOS RODRIGUES
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA INTERESSADO

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigo 80 e 81 do Decreto Nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o Item I do Artigo 38 combinado com o Item II do Artigo 39, do citado Diploma Legal, reconheço a Dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programa de Desembolso no valor de 7,46 (Sete reais e quarenta e seis centavos), em favor da firma LUIS ALBERTO CAMPOS RODRIGUES.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta da Dotação, de elemento 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento desta Administração Regional.

PROCESSO N.º : 131.000.035/97
INTERESSADO : KMW INFORMÁTICA LTDA
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigo 80 e 81 do Decreto Nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o Item I do Artigo 38 combinado com o Item II do Artigo 39, do citado Diploma Legal, reconheço a Dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programa de Desembolso no valor de 6,46 (Seis reais e quarenta e seis centavos), em favor da firma KMW INFORMÁTICA LTDA.

Publique-se e encaminhe-se o processo à Divisão de Administração Geral, para emissão da respectiva Nota de Empenho, a conta da Dotação, de elemento 34.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento desta Administração Regional.

CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº: 149.000.774/98
INTERESSADO: VÂNIA DA FRANCA GONTIJO
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o inciso II e IV do artigo 39 do citado diploma legal, Reconheço a Dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 351,98 (trezentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos) a favor de VÂNIA DA FRANCA GONTIJO. Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 31.90.92. Despesas de Exercícios Anteriores do orçamento desta Administração.

CARLOS FERNANDO VIEIRA DE SOUZA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 1.094, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VII do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998 mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas de Capital à conta de Transferências da União - Fonte - 132, como segue:

		R$
1)	Polícia Militar do Distrito Federal	114.807,10

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.095, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º inciso II, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receita Internas, FPE, FPM e IRRF – Fonte 100, 101, 102, 104 respectivamente, como segue:

		R$
1)	Secretaria de Governo	20.000,00

E mediante cancelamento de cotas do mês de outubro.

		R$
2)	Fundação do Serviço Social do Distrito Federal	20.000,00

II - As alterações de que tratam os itens anteriores têm como base a Descentralização de Crédito Orçamentário, da Portaria Conjunta nº 07 da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal/Secretaria de Governo de 09 de outubro/98, publicada no DODF nº 194 de 13 de outubro/98.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.096, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das suas atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I – Tornar sem efeito o ato constante no item 6º da Portaria 1.077, de 08/10/98, publicada no DODF nº 194, de 13/10/98, na página 03, que suplementa cota financeira disciplinada pelo Decreto 19.655 de 01/10/98, referente à Programação Financeira do Quarto Trimestre de 1998, em seu Anexo VI (Despesas de Capital à conta de Receita Interna), ficando, assim, cancelada a cota de R$ 10.000.000,00 para a Secretaria de Obras.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.097, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo VI do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Despesas de Capital à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104,108, 110,respectivamente, como segue:

		R$
1)	Secretaria de Obras	6.893.164,31

I - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 1.098, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104, 108, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Secretaria de Obras	3.106.835,69

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA.

PORTARIA Nº 1.099, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 19.655, de 01 de outubro de 1998, mediante suplementação nas cotas do mês de outubro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104, 108, respectivamente (pagamento da CEB) , como segue:

		R$
1)	Administração Regional de Santa Maria – RA XIII	23.518,36

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO TINOCO DA SILVA.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.010.680/98
INTERESSADO : DGPA/SUPLAN/SEFP
ASSUNTO : PARTICIPAÇÃO EM CURSO

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC, objetivando atender despesas com a participação do servidor Adão Nunes da Silva, Matrícula nº 42.417-X, desta Secretaria, no Curso de Mestrado em Gestão Econômica do Meio – Ambiente, no valor global de R$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais).

A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no artigo 25, inciso II, c/c artigo 13 inciso VI da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 474-DAT/SUREC/SEFP, DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:

Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:

ALTINA PEREIRA GOMES – QNN 20 CJ. K LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(040.002838/98)
ANTÔNIO PAIVA GOMES – QNN 9 CJ. E LT. 6 – CEILÂNDIA – DF(046.000797/98)
ARI ANTÔNIO DA SILVA – QNP 32 CJ. L LT. 1 – CEILÂNDIA – DF(046.000488/98)
EVA FERREIRA COSTA – QR. 2 CJ. F LT. 57 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000123/98)
GERALDA JOAQUIM DE FREITAS – QNO 5 CJ. B LT. 43 – CEILÂNDIA – DF(042.000706/98)
HONORINO F. DOS SANTOS – SLR V. BURITIS Q 5 CJ D LT 16 – PLANALTINA – DF(045.000494/98)
HORÁCIO JOSÉ DE MELO – QD. 107 CJ. 7 LT. 4 – RECANTO DAS EMAS – DF(042.000236/98)
IRACEMA DA SILVA PACHECO – ST. SUL QD. 4 CJ. D LT. 14 – GAMA – DF(044.000403/98)
JOÃO FILOMENO DA SILVA – QNP 32 CJ. Z LT. 24 – CEILÂNDIA – DF(046.000795/98)
JOSÉ CHAVES VIANA – QNM 20 CJ. G LT. 39 – CEILÂNDIA – DF(046.000794/98)
JOSÉ FURTADO LEITE – Q.27 CJ. A LT. 10 – ST. CENTRAL – GAMA – DF(044.000513/98)
LEZINA MARIA DE ARAÚJO – QNN 3 CJ. C LT. 17 – CEILÂNDIA – DF(046.000536/98)
LUZIA ROSA RIBEIRO – QNM 3 CJ. M LT. 30 – CEILÂNDIA – DF(046.000862/98)
MANOEL ALVES DOS SANTOS – QNN 7 CJ. J LT. 19 – CEILÂNDIA - DF(046.000418/98)
MANOEL JOSÉ DA CRUZ – QNN 2 CJ. E LT. 2 – CEILÂNDIA – DF(046.000822/98)
MARIA BALDOÍNA DE JESUS – ST. SUL QD. 15 CJ. D LT. 9 – GAMA – DF(044.000302/98)
MARIA FERREIRA LINS VIANA – QNN 25 CJ. G LT. 14 – CEILÂNDIA – DF(046.000640/98)
MARIA JOSÉ BRANDÃO – QNN 21 CJ. H LT. 10 – CEILÂNDIA – DF(046.000644/98)
MARIA LUIZA DE MORAES – QNM 19 CJ. A LT. 4 – CEILÂNDIA – DF(046.000990/98)
MARIA ORTEGA – QNM 3 CJ. N LT. 25 – CEILÂNDIA – DF(046.000824/98)
MARIA TEIXEIRA DAS DORES – ST URBANO QD 16 CJ D LT 13–SOBRADINHO–DF(045.000522/98)
MOACIR DE ALMEIDA BARBOSA – QNM 7 CJ. F LT. 6 – CEILÂNDIA – DF(046.000727/98)
OLAVO BATISTA DE OLIVEIRA – ST. URB. QD 1 CJ A-1 LT 19 – SOBRADINHO – DF(045.000479/98)
PEDRO ALCÂNTARA DOS REIS – QR. 2 CJ. E LT. 26 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000215/98)
RAMIRO FERREIRA DA SILVA – QNO 7 CJ. E LT. 41 – CEILÂNDIA – DF(046.000978/98)
TERESA DE JESUS C. ROQUETE – SRIA QE 34 CJ. D LT. 33 – GUARÁ – DF(047.000201/98)
TEREZA DIDI FALCÃO – SRIA QE 28 CJ. O LT. 8 – GUARÁ – DF(043.000294/98)
TEREZINHA DUARTE SILVA – QNP 18 CJ. H LT. 27 – CEILÂNDIA – DF(040.002848/98)
THEREZINHA LAMAR ABBES – QR. 2 CJ. D LT. 50 – CANDANGOLÂNDIA – DF(047.000186/98)

Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 476-DAT/SUREC/SEFP, DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:

Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza

Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:
ANA ARAÚJO DOS SANTOS – ST. OESTE QD. 33 LT. 114 – GAMA – DF(044.000669/98)
ANTÔNIO MODESTO DANTAS – ST. NORTE QD. 2 CJ. A LT. 404 – GAMA – DF(044.000671/98)
DOLORINDA DA SILVEIRA – ST. SUL QD. 13 CJ. E LT. 19 – GAMA – DF(044.000673/98)
DOMINGOS DE A. SANTOS – ST. RES. BL. 1.685 LT. 5 – N. BANDEIRANTE – DF(047.000231/98)
FRANCISCO GOMES DA CRUZ – QNN 2 CJ. F LT. 31 – CEILÂNDIA – DF(046.000761/98)
FRANCISCO H. DAS CHAGAS – Q 103 CJ 18 LT 2 – SÃO SEBASTIÃO – DF(047.000200/98)
FRANCISCO TIBÚRCIO DE ARAÚJO – ST. LESTE QD 17 LT. 92 – GAMA – DF(044.000614/98)
HELENA VIEIRA TAVARES – V. SÃO JOSÉ QD. 38 CJ. C LT. 4 – BRAZLÂNDIA – DF(049.000113/98)
ILÍDIA MACHADO SEBASTIANA – ST. NORTE QD. 10 LT. 57 – BRAZLÂNDIA – DF(049.000081/98)
JAIRA BATISTA DA SILVA – QNN 26 CJ. H LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(046.000930/98)
JOAQUIM PORFÍRIO – ST. LESTE QD. 4 LT. 55 – GAMA – DF(044.000601/98)
JOSÉ CHAGAS DA SILVA – QNO 13 CJ. F LT. 17 – CEILÂNDIA – DF(046.000687/98)
JOSÉ DE SOUZA SOBRINHO – ST. SUL QD. 12 CJ. F LT. 20 – GAMA – DF(044.000697/98)
JOSÉ JOAQUIM DE ABREU – 2ª AV. RE BL. 1.300 LT. 7 – N. BANDEIRANTE – DF(047.000145/98)
JOSÉ LEÔNCIO DE M. FILHO – QNN 26 CJ. D LT. 1 – CEILÂNDIA – DF(043.000189/98)
JÚLIA VIEIRA DA SILVA – SRN-A QD. 4 CJ. 4-I LT. 36 – PLANALTINA – DF(045.000379/98)
LEODOMIRA MARIA MIRANDA – ST. SUL QD. 9 CJ. D LT. 17 – GAMA – DF(044.000644/98)
LOURENÇO DA COSTA PINHEIRO – ST. LESTE QD. 1 LT. 36 – GAMA – DF(044.000439/98)
LUIZA CÂMARA SEGURADO – ST. SUL QD. 9 CJ. M LT. 7 – GAMA – DF(044.000724/98)
MANOEL FERREIRA DA SILVA – QNN 20 CJ. G LT. 38 – CEILÂNDIA – DF(046.000388/98)
MANOEL HIGINO DA SILVA – QNM 7 CJ. E LT. 20 – CEILÂNDIA – DF(046.000427/98)
MARIA DA GLÓRIA C. C. SILVA – SER/S QD. 4 BL. P LT. 26 – CRUZEIRO – DF(040.002216/98)
MARIA LÚCIA DE JESUS – SLR V. BURITIS Q. 4 CJ. I LT. 22 – PLANALTINA – DF(045.000418/98)
MARIA NEUZA DA SILVA – SLR V. BURITIS QD. 5 CJ. I LT. 16 – PLANALTINA – DF(045.000365/98)
MARIA NOGUEIRA MARINS – QNG 39 LT. 7 – TAGUATINGA – DF(042.000391/98)
MARIA PEREIRA TEOTÔNIO – QSC 11 LT. 12 – TAGUATINGA – DF(042.000480/98)
OTACÍLIO M. LEITE – V. SÃO JOSÉ QD. 38 CJ. G LT. 12 – BRAZLÂNDIA – DF(049.000111/98)
RAIMUNDO DE O. LIMA – ST. CENTRAL QD. 13 CJ. A LT. 12 – GAMA – DF(044.000743/98)
SEBASTIÃO VIEIRA DO NASCIMENTO – ST. OESTE Q. 6 LT. 105 – GAMA – DF(044.000634/98)
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 477-DAT/SUREC/SEFP, DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, fundamentado no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96, e considerando ainda o que consta dos processos abaixo relacionados, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, os aposentados/pensionistas, abaixo relacionados, no tocante aos respectivos imóveis:
ANTÔNIA CARIOLANA DE SOUSA – ST NORTE QD. 12 LT. 170 – BRAZLÂNDIA – DF(049.000055/98)
ATANÁSIO RODRIGUES DOS SANTOS – QNM 26 CJ. F LT. 33 – CEILÂNDIA – DF(046.000257/98)
AURINDO CARVALHO DOS SANTOS – ST. OESTE QD. 8 LT. 24 – GAMA – DF(044.000692/98)
CLAUDIONOR SANDES LIMA – QNP 5 CJ. G LT. 6 – CEILÂNDIA – DF(046.000540/98)
FLÔR DE LIS C. GUIMARÃES – SRE/S Q. 2 BL. R LT. 8 – CRUZEIRO VELHO – DF(040.002726/98)
FRANCISCO DE OLIVEIRA COSTA – QD. 4 CJ. D LT. 21 – ST. SUL – GAMA - DF(044.000686/98)
JERÔNIMO ALVES CORGOZINHO FILHO – QNG 5 LT. 41 – TAGUATINGA – DF(042.000833/98)
JOÃO JOCA DE SOUZA – QNN 20 CJ. C LT. 23 – CEILÂNDIA – DF(046.001185/98)
JONAS MONTEIRO DE OLIVEIRA – ST. URB. Q. 1 CJ. B LT. 60 – SOBRADINHO – DF(045.000363/98)
JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA – QD. 1 CJ. F LT. 212 – ST. NORTE – GAMA – DF(044.000682/98)
JOSÉ DE BRITO SOBRINHO – QNP 36 CJ. E LT. 4 – CEILÂNDIA – DF(040.002127/98)
JOSÉ FRANCISCO RODIANE – ST. LESTE QD. 1 LT. 12 – GAMA – DF(044.000289/98)
JOSÉ MENDES DA COSTA – QNN 7 CJ. J LT. 37 – CEILÂNDIA – DF(046.001035/98)
JOSÉ NOÉ JARDIM – QNE 28 LT. 22 – TAGUATINGA – DF(042.000243/98)
JOSÉ VIEIRA SANTANA – QNP 28 CJ. C LT. 35 – CEILÂNDIA – DF(046.001030/98)
MANOEL INÁCIO FERREIRA – QNG 32 LT. 25 – TAGUATINGA – DF(042.000308/98)
MARIA ALVES DA SILVA – ST. NORTE QD. 5 LT. 109 – BRAZLÂNDIA – DF(049.000046/98)
MARIA BARBOSA NERES – QNL 20 VIA LT. N-30 LT. 44 – TAGUATINGA – DF(042.000718/98)
MARIA CELINA PEREIRA – SLR V. BURITIS Q. 5 CJ. B LT. 38 – PLANALTINA – DF(045.000158/98)
MARIA DA ROCHA NAZARIO – ST. OESTE Q. 13 LT. 45 – GAMA – DF(044.000719/98)
MARIA MADALENA GONÇALVES – QD. 6 CJ. I LT. 11 – ST. SUL – DF(044.000677/98)
MARIA PINHEIRO GUIMARÃES – QD. 2 CJ. I LT. 8 – ST. SUL – GAMA – DF(044.000690/98)
MARIA R. DE OLIVEIRA – SLR V. BURITIS Q. 5 CJ. D LT. 2 – PLANALTINA – DF(045.000292/98)
ORESTES BURIL DE OLIVEIRA – QNN 4 CJ. C LT. 34 – CEILÂNDIA – DF(046.000071/98)
RAIMUNDO FERNANDES MACHADO – QNM 3 CJ. G LT. 28 – CEILÂNDIA – DF(046.000447/98)
RAIMUNDO SILVA DO NASCIMENTO – QNO 16 CJ. 25 LT. 12 – CEILÂNDIA – DF(046.000763/98)
SEBASTIÃO CORRÊA – ST. SUL Q. 12 CJ. F LT. 12 – GAMA – DF(044.000721/98)
SEVERINO JUSTINO DA SILVA – QNO 17 CJ. 18 LT. 5 – CEILÂNDIA – DF(046.001217/98)
Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 481-DAT/SUREC/SEFP, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 15.765, de 13/7/98, que regulamenta a Lei nº 656/94, de 21/01/94, na delegação de competência outorgada pela Ordem de Serviço nº 096/95 – SUREC/SEFP, de 11/9/95, e pelo constante no processo nº 040.009.975/94,
DECLARA:
JACAREZINHO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, CGC nº 00.350.132/0001-43 e CF/DF nº 07.318.967/001-64, autorizada a compensar os recolhimentos indevidos do ICMS efetuados pela interessada, na condição de substituído tributário, referentes ao período de março de 1993 a junho de 1994, no valor de R$ 105.469,21 (cento e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte e um centavos), com os débitos decorrentes de prestações posteriores.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 482-DAT/SUREC/SEFP, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.010839/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por MANOEL PEREIRA, falecido em 24.4.97, para JOÃO CLEMENTE PEREIRA, CPF N.º 305.275.971-04 e OUTROS.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 485-DAT/SUREC/SEFP, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.011771/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por JOÃO FERREIRA DA SILVA, falecido em 8.10.97, para TERESINHA MONTEIRO DA SILVA, CPF N.º 123.210.601-15 e OUTROS.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DECLARATÓRIO Nº 486-DAT/SUREC/SEFP, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, DE 11.9.95, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei nº 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.011876/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens deixados por JOÃO ANDRÉ DIAS, falecido em 18.3.97, para JOANA CASSIMIRO DIAS, CPF N.º 316.861.841-15 e OUTROS.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATOS DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

PROCESSO Nº : 040.006.897/96
INTERESSADO: PETCON PLANEJ. ENG. TRANSP. E CONS. LTDA
ASSUNTO: DEVOLUÇÃO TRIBUTO

O Diretor do DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o processo nº 040.006.897/96; RESOLVE:

INDEFERIR o pedido de devolução de ISS, solicitado pelo interessado, conforme parecer da Divisão da Receita de Brasília-DRB.
Esteja ciente o interessado de que sua atividade engloba alíquotas diferenciadas do ISS, de acordo com o parecer acima mencionado.
Publique-se, cientifique-se e arquive-se.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados pertencentes a aposentados/pensionistas, tendo em vista ser a área construída dos mesmos superior a 120m^2, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:
PROCESSO :040.001073/98
INTERESSADO :ZÉLIA BATISTA
ENDEREÇO :QNP 30 CJ. H LT. 48 – CEILÂNDIA - DF

PROCESSO :040.002979/98
INTERESSADO :OLAVO ELMIRO DE SOUSA
ENDEREÇO :QNM 22 CJ. I LT. 14 – CEILÂNDIA - DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para o imóvel abaixo especificado, tendo em vista o requerente perceber o benefício de prestação continuada de que trata a Lei n.º 8.742, de 7.12.93, Lei Orgânica da Assistência Social, não se enquadrando, portanto, na condição de aposentado ou pensionista e, ainda, conforme constatado através do Cadastro Imobiliário da SEFP, não ser o titular do imóvel em pauta, contrariando os requisitos previstos no artigo 3º da Lei n.º 1.362, de 30.12.96.
PROCESSO :045.000066/98
INTERESSADO :BENTO BATISTA DE SOUZA
ENDEREÇO :QD. 7 CJ. D LT. 26 – SOBRADINHO - DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para o imóvel abaixo, pertencente a aposentado/pensionista, tendo em vista o requerente possuir mais de um imóvel no Distrito Federal, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:
PROCESSO :046.000710/98
INTERESSADO :AMADEU DE OLIVEIRA
ENDEREÇO :QNP 14 CJ. V LT. 10 – CEILÂNDIA - DF

PROCESSO :045.000322/98
INTERESSADO :MARIA DAS MERCES DIAS FARIAS
ENDEREÇO :SLR V BURITIS QD. 5 CJ. I LT. 25 – PLANALTINA – DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16 106/94.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

ATO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados, tendo em vista que os requerentes percebem benefício de prestação continuada de que trata a Lei n.º 8.742, de 07.12.93, Lei Orgânica da Assistência Social, e portanto, não se enquadram na condição de aposentado ou pensionista.
ANÁLIA LIRA SANTOS – ST. OESTE QD. 19 LT. 17 – GAMA – DF(044.000663/98)
ANTONIETA ALMEIDA DE OLIVEIRA – SRIA QE 4 CJ. K LT. 34 – GUARÁ – DF(043.000295/98)
BRASILINA RABELO ALVES – ST. SUL Q. 12 CJ. G LT. 22 – GAMA-DF(044.000658/98)
JOÃO PATRÍCIO DA SILVA – SLR V. BURITIS QD. 20 CJ. I LT. 11 – PLANALTINA–DF(045.000496/98)
JOSÉ SABINO LIBERATO – N. URB. 8 PICAG Q. 4 LT. 5 – BRAZLÂNDIA – DF(046.001173/98)
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados pertencentes a aposentados/pensionistas, tendo em vista os requerentes possuírem mais de um imóvel no Distrito Federal, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:
PROCESSO :044.000645/98
INTERESSADO :JOSÉ MARTINS DE ARAÚJO
ENDEREÇO :ST. LESTE QD. 37 LT. 75 – GAMA - DF

PROCESSO :047.000224/98
INTERESSADO :JÚLIA FERREIRA DA SILVA
ENDEREÇO :QS. 12 CJ. 3-A LT. 29 – RIACHO FUNDO - DF

PROCESSO :046.000302/98
INTERESSADO :MANOEL BERTO MACHADO
ENDEREÇO :QNM 22 CJ. O LT. 30 – CEILÂNDIA - DF

PROCESSO :040.002332/98
INTERESSADO :MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA MOURA
ENDEREÇO :SRIA QE 44 CJ. U LT. 13 – GUARÁ - DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para os imóveis abaixo relacionados pertencentes a aposentados/pensionistas, tendo em vista os requerentes não terem completado 65 anos à data da ocorrência do fato gerador dos tributos (1º.1.98), conforme o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:
PROCESSO :045.000456/98
INTERESSADO :JOAQUIM FERREIRA
ENDEREÇO :SLR V. BURITIS QD. 5 CJ. C LT. 34 – PLANALTINA - DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para o imóvel abaixo, pertencente a aposentado/pensionista, tendo em vista o requerente não ter completado 65 anos à data da ocorrência do fato gerador dos tributos (1º.1.98), conforme o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:
PROCESSO :045.000453/98
INTERESSADO :EULÁLIA NUNES DA SILVA
ENDEREÇO :SLR V. BURITIS QD. 3 CJ. E LT. 26 – PLANALTINA - DF

PROCESSO :044.000516/98
INTERESSADO :LUIZA DA CONCEIÇÃO TORRES
ENDEREÇO :ST. SUL Q. 12 CJ. C LT. 16 – GAMA - DF
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

SEBASTIÃO QUINTILIANO

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

TRIBUNAL PLENO

Processo nº 040.009.001/95
Recurso Extraordinário nº 011/97
Recorrente: Procurador Representante da Fazenda Pública do Distrito Federal
Recorrida : CODMA – Centro Odontológico Dr. Duarte José Maluf Ltda
Advogado : Júlio Cézar Alves Ribeiro e/ou
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 18 de fevereiro de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 5/98 (7543)

EMENTA: **RECURSO EXTRAORDINÁRIO FUNDAMENTADO EM DIVERGÊNCIA DE DECISÃO INTERCAMERAL – MODIFICAÇÃO DA DECISÃO DIVERGENTE PELO TRIBUNAL PLENO – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO** – É de se deixar de conhecer o Recurso Extraordinário fundamentado na premissa de que a decisão ora recorrida diverge de outra prolatada por Câmara diversa, quando a decisão guerreada já fora reformada pelo Tribunal Pleno, inexistindo assim a divergência.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à maioria de votos, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida. Foram votos vencidos os do Conselheiro Relator e da Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha, que rejeitaram a preliminar de não conhecimento do recurso. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 30 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

ANTONIO CARLOS DIAS ALMEIDA
Redator

Processo nº 040.007.265/92
Recurso de Ofício ao Pleno nº 003/97 e RE nº 008/97
Recorrentes : 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais
Fazenda Pública do Distrito Federal
Recorrida : WV TARTUCE S/A MARKETING E EDIFICAÇÕES
Advogado : José Gilberto Lopes Moreira
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relatora : Conselheira Maria Inez Coppola Romancini
Data do Julgamento: 26 de junho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 6/98 (7544)

EMENTA : **PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO PLENO – REJEIÇÃO** - É de se rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso extraordinário ao Pleno quando a matéria ainda não está definitivamente transitada em julgado administrativamente. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO PLENO – ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE – CABIMENTO – CONHECIMENTO** – É cabível o Recurso Extraordinário ao Pleno, quando sua interposição se enquadra nos requisitos elencados como pressupostos de admissibilidade no Artigo 36 da Lei nº 657/94, a qual rege a matéria. Impõe-se, no caso, o conhecimento do Apelo Extraordinário. **RECURSO VOLUNTÁRIO – PRAZO – TERMO DE INÍCIO DE CONTAGEM** – O prazo para interposição de Recurso Voluntário junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais tem início com a publicação da decisão de primeira instância no Diário Oficial do Distrito Federal. Decisão proferida sob a égide das normas legais previstas nos arts. 25 a 27 da Lei nº 657/94. **RECURSO VOLUNTÁRIO – INTEMPESTIVIDADE – NÃO CONHECIMENTO – DECISÃO CAMERAL DIVERGENTE – REFORMA – RECURSO EXTRAORDINÁRIO AO PLENO – PROVIMENTO** – Se apresentado o Recurso Voluntário a destempo, dele não pode conhecer o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, face à perempção do direito de recorrer. Não sendo este o entendimento sublimado na decisão cameral recorrida, impõe-se o provimento do Apelo Extraordinário de iniciativa da Representação Fazendária, reformando-se a decisão recorrida, reconhecendo-se a intempestividade do Apelo Voluntário e declarando prejudicada a decisão de mérito proferida.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, pelo voto de desempate da Presidente, inicialmente, rejeitar a preliminar de não conhecimento do recurso extraordinário suscitada pelo Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga, o qual entendia que a preliminar de intempestividade argüida pela Representação Fazendária já foi superada quando do julgamento cameral do feito e, portanto, tratar-se de matéria vencida e sem objeto, coisa, portanto, julgada e, também pelo voto de desempate da Presidente, conhecer do recurso extraordinário para reformar a decisão da 2ª Câmara, nos termos do voto da Conselheira Relatora e declaração de voto dos Conselheiros Luiz Airton Figurelli Gorga e Mário Celso Santiago Menezes. Declarou-se impedido de discutir e votar o Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida, substituído pela Conselheira Suplente Josemira de Mauro Santos. Participou da votação o Conselheiro Suplente Mário Celso Santiago Menezes. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 30 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

MARIA INEZ COPPOLA ROMANCINI
Redatora

1ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem da Exma. Sra. **CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO**, Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 21 de outubro de 1.998, quarta-feira, às quatorze horas, ou sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

567/97
Recorrente: DISTRIBUIDORA DE FRUTAS JJ LTDA
Advogado: Júlio Cézar Alves Ribeiro e/ou
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antonio Carlos Dias Almeida

RV 145/98
Recorrente: A & C COMÉRCIO DE ALIMENTAÇÃO LTDA. ME
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

RV 149/98
Recorrente: MARCELINO TAVARES DE ARAÚJO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/XVI
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Faço público, de ordem da Exma. Sra. **CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO**, Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 1ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 22 de outubro de 1.998, quinta-feira, às quatorze horas, ou sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 747/97
Recorrente: DELICACY LANCHONETE E SELF-SERVICE LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura

RV 162/98
Recorrente: IMOBILIÁRIA DO LAGO LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/XVI
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

REO 081/98
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida : A.J PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA.
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento

Brasília, 13 de outubro de 1998
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

CELY CURADO
Assistente

Processo nº 142.000.423/97
Recurso Voluntário nº 744/97
Recorrente: ROBERT ALVES DA SILVA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XII
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
Data do Julgamento: 10 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 88/98 (7538)

EMENTA : **ALVARÁ DE CONSTRUCÃO – INEXISTÊNCIA** – A pessoa que constrói sem o devido Alvará de Construção comete infração prevista na Legislação do DF, e deve, portanto ter a penalidade de multa a ela aplicada.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 10 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO Á. TEIXEIRA DE CASTRO
Presidenta

KLEBER NASCIMENTO
Redator

Processo nº 040.000.988/96
Recurso Voluntário nº 722/96
Recorrente : AGNUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE LIVROS, REVISTAS, PAPELARIA E BRINQUEDOS LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda: Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
Data do julgamento : 07 de agosto de 1.998

ACÓRDÃO Nº 89/98 (7539)

EMENTA: **ICMS – LIVRO – IMUNIDADE – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA** – Ainda que a atividade de venda de livro seja considerada imune, por disposição constitucional, permanece a obrigação do estabelecimento promovedor da circulação do produto de emissão de notas fiscais, somente podendo esquivar-se de tal obrigação, mediante a aceitação da repartição fiscal.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto da Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 10 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

KLEBER NASCIMENTO
Redator

Processo nº 149.000.469/97
Recurso Voluntário nº 784/97
Recorrente: IVO DE PINHO ÂNGELO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA /XVIII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 13 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 90/98 (7540)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – LIMPEZA DE TERRENO – MULTA** – O proprietário de imóvel urbano não edificado no DF, que não conservar limpo o terreno, comete infração prevista na legislação do Distrito Federal e deve, portanto, ter a penalidade de multa a ele aplicada na forma da Lei, respeitando-se o limite máximo previsto no Código Tributário do DF, para multas provenientes de infrações relativas às normas de edificações ou posturas. **RECURSO VOLUNTÁRIO – PROVIMENTO PARCIAL** – Recurso Voluntário que há de ser provido parcialmente.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 10 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 149.000.707/97
Recurso Voluntário nº 809/97
Recorrente: ELY HORTA COSTA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA /XVIII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 13 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 91/98 (7541)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – LIMPEZA DE TERRENO – MULTA** – O proprietário de imóvel urbano não edificado no DF, que não conservar limpo o terreno, comete infração prevista na legislação do Distrito Federal e deve, portanto, ter a penalidade de multa a ele aplicada na forma da Lei, respeitando-se o limite máximo previsto no Código Tributário do DF, para multas provenientes de infrações relativas às normas de edificações ou posturas. **RECURSO VOLUNTÁRIO – PROVIMENTO PARCIAL** – Recurso Voluntário que há de ser provido parcialmente.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 10 de setembro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 141.000.971/96
Recurso Voluntário nº 823/97
Recorrente: MARIA CLOTILDE DE LIMA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 02 de setembro de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 93/98 (7567)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – REALIZAÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL – INEXISTÊNCIA DE LICENCIAMENTO – RECURSO VOLUNTÁRIO – DESPROVIMENTO** – A realização de obra de construção civil, sem prévio licenciamento, constitui infração à legislação do Distrito Federal, sujeitando-se o infrator à multa prevista para a espécie. Recurso Voluntário que há de ser desprovido.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 149.000.602/97
Recurso Voluntário nº 674/97
Recorrente: JOSÉ MAURO DE MORAES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVIII
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 02 de setembro de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 94/98 (7568)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – LIMPEZA DE LOTE – MULTA** – O proprietário de imóvel urbano não edificado no D.F., que não conservar limpo o terreno, comete infração prevista na legislação do Distrito Federal e deve, portanto, ter a penalidade de multa a ele aplicada na forma da lei, respeitando-se o limite máximo, previsto no artigo 118 do Decreto – lei 82/66, para multas provenientes de infrações relativas às normas de edificações ou posturas. **RECURSO VOLUNTÁRIO – PROVIMENTO PARCIAL** – Recurso Voluntário que há de ser provido parcialmente.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Conselheira Relatora e declaração de voto do Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 141.001.409/97
Recurso Voluntário nº 805/97
Recorrente: JOSÉ MARTINS RODRIGUES
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 01 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 95/98 (7569)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA – PRELIMINAR DE NULIDADE – FALTA DE ASSINATURA PELO JULGADOR SINGULAR** – Constatada a falta de assinatura do julgador singular na Decisão de 1ª Instância, há de se declarar nula a Decisão Singular para que se profira nova decisão, devidamente assinada, e que seja o autuado intimado da Decisão.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, em preliminar, declarar a nulidade da decisão de primeira instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 136.000.248/97
Recurso Voluntário nº 807/97
Recorrente: AUTO ELÉTRICA COLOMBO LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA /VIII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha
Data do Julgamento: 26 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 96/98 (7570)

EMENTA : **USO INDEVIDO DE ÁREA PÚBLICA** – Quando for constatado o uso indevido de área pública, deve a autuação trazer a capitulação pertinente àquela infringência. **OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA SEM PAGAMENTO DE PREÇO PÚBLICO – COBRANÇA – AUTO DE INFRAÇÃO – INSTRUMENTO NÃO HÁBIL** – A cobrança de multa decorrente do não pagamento de preço público pela ocupação de área pública não deve ser feita através de Auto de Infração, por não ser, este último, o instrumento hábil para tal. **AUTO DE INFRAÇÃO – PRELIMINAR DE NULIDADE** – Há de se argüir uma preliminar de nulidade do Auto de Infração, ficando a critério da fiscalização de obras e posturas efetuar nova autuação, caso haja objeto.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, em preliminar, declarar a nulidade do Auto de Infração, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

ANA LÚCIA PAZ M. DA ROCHA
Redatora

Processo nº 040.010.466/97
Recurso de Ofício nº 707/97
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida: NOVA ÉPOCA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
Representante da Fazenda: Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator: Conselheiro Antonio Carlos Dias Almeida
Data do Julgamento: 26 de agosto de 1998

ACÓRDÃO Nº 97/98 (7571)

EMENTA: **RECURSO DE OFÍCIO – DESPROVIMENTO - ERRO NA ELABORAÇÃO DO LEVANTAMENTO FISCAL – INEXISTÊNCIA DE DIFERENÇAS TRIBUTADAS – IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO** - É de se negar provimento ao Recurso de Ofício, quando demonstrado o acerto da decisão de primeira instância, que considerou improcedente a autuação, em virtude de constatação da inexistência das diferenças de imposto auto-lançado e de omissão de vendas apuradas, pelos autuantes, à vista de provas apresentadas pelo autuado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara da Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

ANTONIO CARLOS DIAS ALMEIDA
Redator

Processo nº 040.000.556/97
Recurso de Ofício nº 719/97
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida : MICRODATUM ELETRÔNICA DIGITAL LTDA.
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 11 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 98/98 (7572)

EMENTA : **ISS – PRESTAÇÃO DE SERVICOS A ÓRGÃOS E/OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – RESPONSABILIDADE PELA RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO** – A responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto, na fonte, é atribuída ao Tomador de Serviço, Órgão e/ou entidades da Administração Pública do DF. **DESENQUADRAMENTO DO REGIME DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE – DESCONSIDERAR** – Deve se desconsiderar o desenquadramento do regime de empresa de pequeno porte em decorrência da apresentação de provas contrariando o ilícito apresentado no Auto de Infração. **RECURSO DE OFÍCIO – CONHECIMENTO – IMPROVIMENTO** – Há de se conhecer do Recurso de Ofício para negar-lhe provimento.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 040.009.773/97
Recurso de Voluntário nº 038/97
Recorrente: HUMBERTO BARBOSA DE CASTRO
Advogado : Humberto Barbosa de Castro
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 26 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 99/98 (7573)

EMENTA : **INTERPRETAÇÃO DA LEI – ANÁLISE DO CONTEÚDO** – Uma Lei deve ser interpretada sistematicamente pela análise do conteúdo de todos os dispositivos legais nela expressos. **ISS – PROPORCIONALIDADE PREVISTA NO § 3º DO ARTIGO 11 DO DECRETO 3522/76 – INTERPRETAÇÃO CONTIDA NA ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/77-DPR – IMPERTINÊNCIA** – É impertinente a Ordem de Serviço nº 05/77-DpR, que não interpreta o que pretende o disposto no § 3º do artigo II do Decreto 3522/76, ou seja, a proporcionalidade para cálculo do imposto devido. **RECURSO VOLUNTÁRIO – CONHECIMENTO – PROVIMENTO** – Há de se conhecer do Recurso Voluntário para dar-lhe provimento.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 149.000.543/97
Recurso Voluntário nº 781/97
Recorrente: DINALDO VIANA LIMA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA /XVIII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
Data do Julgamento: 06 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 100/98 (7574)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – LIMPEZA DE TERRENO – MULTA** – O proprietário de imóvel urbano não edificado no DF, que não conservar limpo o terreno, comete infração prevista na legislação do Distrito Federal e deve, portanto, ter a penalidade de multa a ele aplicada na forma da Lei, respeitando-se o limite máximo previsto no Código Tributário do DF, para multas provenientes de infrações relativas às normas de edificações ou posturas. **RECURSO VOLUNTÁRIO – PROVIMENTO PARCIAL** – Recurso Voluntário que há de ser provido parcialmente.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto da Conselheiro Relator e declaração de voto do Conselheiro Mário Celso Santiago Menezes. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 07 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

KLEBER NASCIMENTO
Redator

Processo nº 141.001.166/97
Recurso Voluntário nº 716/97
Recorrente: CARLOS ÂNGELO VERAS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/I
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 10 de julho de 1998.

ACÓRDÃO Nº 101/98 (7575)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA - CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DE BRASÍLIA - VILA PLANALTO - MULTA - LEI Nº 1.744/97 - NULIDADE DO PROCESSADO** - Há de se declarar nulo o processado referente a multas aplicadas em razão do Poder de Polícia relativamente a infringência ao Código de Obras e Edificações, na Vila Planalto, tendo em vista a edição da Lei nº 1.744, de 09 de setembro de 1.997 - publicada no DODF de 05/11/97, que concedeu remissão das multas por desobediência ao Código de Obras e Edificações de Brasília.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 040.005.846/96
Recurso Voluntário nº 130/97
Recorrente : LOJAS GAVI MÓVEIS
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro José dos Santos Moura
Data do Julgamento: 27 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 102/98 (7576)

EMENTA : **ICMS - IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO** - A diferença de ICMS de imposto lançado e não recolhido deve ser recolhida com a atualização, juros de mora e penalidades cabíveis na legislação tributária do Distrito Federal.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidente

JOSÉ DOS SANTOS MOURA
Redator

Processo nº 040.000.544/97
Recurso Voluntário nº 550/97
Recorrente: CONSTRUTORA VILLELA E CARVALHO LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Kleber Nascimento
Data do Julgamento: 11 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 103/98 (7577)

EMENTA : **DESISTÊNCIA DE RECURSO NA ESFERA ADMINISTRATIVA FACE AO INGRESSO NA INSTÂNCIA JUDICIÁRIA** – O fato de haver o contribuinte ingressado em juízo para postular um direito ainda pendente de julgamento na esfera administrativa, importa na renúncia do direito de recorrer nesta instância e desistência do recurso acaso interposto (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 6.830), de 22/09/1.980.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, em preliminar, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 08 de outubro de 1.998.

CONCEIÇÃO ÁLVARES T. DE CASTRO
Presidenta

KLEBER NASCIMENTO
Redator

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA

Às dezesseis horas do dia 28 de setembro de 1.998, reuniu-se a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sob a Presidência do Exmo. Sr. Wellington Carlos Batista e presentes os Exmos. Srs. Conselheiros José dos Santos Moura, Kleber Nascimento, Antônio Carlos Dias Almeida e Antônio Alves do Nascimento Neto (Suplente), bem como o Sr. Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho. Foi lida e aprovada a ata da sessão anterior. No momento destinado a indicações e propostas, o Sr. Presidente em exercício justificou a ausência da Conselheira Presidente Conceição Álvares Teixeira de Castro, motivo pelo qual assumiu os trabalhos da casa, na qualidade de Vice-Presidente. Justificou ainda a ausência da Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha, em virtude de sua participação em curso da ESAF, sendo substituída pelo Conselheiro Suplente Antônio Alves do Nascimento Neto. Da pauta de julgamento do dia constaram os seguintes recursos: **RV 559/97**, Recorrente ATAÍS ALVES MARTINS, Recorrida Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XIX, Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho, Relator Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida. Concluído o julgamento, acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente à votação, justificadamente, a Conselheira Conceição Álvares Teixeira de Castro, substituída na Presidência pelo Conselheiro Vice-Presidente, Wellington Carlos Batista. Ausente, ainda, a Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha, substituída pelo Conselheiro Suplente Antônio Alves do Nascimento Neto. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator; **RV 682/97**, Recorrente CAMISA 10 SPORT IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., Advogado Francisco Lacerda Neto, Recorrida Subsecretaria de Receita, Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho, Relator Conselheiro Antônio Carlos Dias Almeida. Constatado o empate na votação, pediu vista dos autos o Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto, uma vez que a ele coube o voto de desempate, nos termos do que dispõe o Parágrafo único do art. 12, combinado com o Parágrafo único do art. 13 do Regimento da Casa; e **RV 759/97**, Recorrente PLANALTO PAPÉIS LTDA., Recorrida Subsecretaria de Receita, Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho, Relator Conselheiro Kleber Nascimento. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: acorda a 1ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Ausente à votação, justificadamente, a Conselheira Conceição Álvares Teixeira de Castro, substituída na Presidência pelo Conselheiro Vice-Presidente, Wellington Carlos Batista. Ausente, ainda, a Conselheira Ana Lúcia Paz Magalhães da Rocha, substituída pelo Conselheiro Suplente Antônio Alves do Nascimento Neto. Redator para o acórdão o Conselheiro Relator. Esgotada a pauta de julgamento e nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente em exercício encerrou a sessão, convocando outra, Ordinária, para o dia 07 de outubro de 1.998, quarta-feira, às quatorze horas. Convocou também sessão ordinária do Tribunal Pleno para o dia 30 de setembro, às quatorze horas, e sessão administrativa logo após. E, por nada mais constar, eu, Cely Curado, _____, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes à sessão do dia 07 de outubro, data em que foi aprovada.

Conselheiros: CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO (Presidente), JOSÉ DOS SANTOS MOURA, ANA LUCIA PAZ MAGALHÃES DA ROCHA, KLEBER NASCIMENTO, ANTÔNIO CARLOS DIAS ALMEIDA, Representante da Fazenda Procurador FRANCISCO PINHEIRO FILHO.

2ª CÂMARA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Faço público, de ordem da Exma. Sra. **CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO**, Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 19 de outubro de 1.998, segunda-feira, às quatorze horas, ou sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 783/97
Recorrente: MARCO AURÉLIO SOARES SALGADO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/VIII
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antonio Alves do Nascimento Neto

REO 035/98
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida : PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S/A
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Airton Nazário de Oliveira

REO 087/98
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida : PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S/A
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relatora : Conselheira Maria Inez Coppola Romancini

Faço público, de ordem da Exma. Sra. **CONCEIÇÃO ÁLVARES TEIXEIRA DE CASTRO**, Presidenta do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, sediado no SBN – Ed. Vale do Rio Doce, 12º andar, que constam da Pauta da Sessão de Julgamento da 2ª Câmara do TARF, que se realizará no dia 20 de outubro de 1.998, terça-feira, às quatorze horas, ou sessão subsequente, processos iniciados ou adiados e constantes de pauta anteriores, publicadas, e mais o(s) seguinte(s) feito(s), PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:

RV 392/96
Recorrente: DIÓGENES TARONI DA SIVA E CIA LTDA.
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Representante da Fazenda Procurador Evaldo de Souza da Silva
Relatora : Conselheira Maria Inez Coppola Romancini

RV 836/97
Recorrente: RONALDO MACHADO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antonio Alves do Nascimento Neto

RV 837/97
Recorrente: GRIFFE MATERIAIS E CONSTRUÇÕES LTDA.
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/XVI
Representante da Fazenda Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antonio Alves do Nascimento Neto

Brasília, 13 de outubro de 1998
TRIBUNAL ADMINISTRADITO DE RECURSOS FISCAIS

CELY CURADO
Assistente

Processo nº 040.002.610/97
Recurso de Ofício nº 494/97
Recorrente: Subsecretaria da Receita
Recorrida : DO CÉU CONFECÇÕES LTDA - ME
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relatora : Conselheira Maria Inez Coppola Romancini
Data do Julgamento: 1º de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 108/98 (7552)

EMENTA : **AUTO DE INFRAÇÃO – EXIGÊNCIA NÃO IMPUGNADA – REVISÃO DE OFÍCIO PELO AUTUANTE – REDUÇÃO DO VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO ME - DIANTE CONSTATAÇÃO DE ERRO MATERIAL APONTADO PELA AUTORIDADE PREPARADORA – RECURSO DE OFÍCIO – DESPROVIMENTO** – Correta é a decisão de primeira instância que manteve a revisão de ofício feita pelo autuante, reduzindo o valor do crédito tributário exigido e não impugnado, mediante a constatação nos autos pela autoridade preparadora de erro material que refletia no montante do imposto apurado. Recurso de ofício que se desprovê.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, à maioria de votos, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora e declaração de voto do Conselheiro Airton Nazário de Oliveira. Foi voto vencido o do Conselheiro Airton Nazário de Oliveira que dava provimento parcial ao recurso. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

MARIA INEZ COPPOLA ROMANCINI
Redatora

Processo nº 141.003.060/96
Recurso Voluntário nº 243/97
Recorrente: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas – RA/I
Rep. da Fazenda : Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relatora : Conselheira Maria Inez Coppola Romancini
Data do Julgamento: 06 de julho de 1998.

ACÓRDÃO Nº 109/98 (7553)

EMENTA : **PRELIMINAR – NULIDADE DO AUTO - REJEIÇÃO** - É de se rejeitar a argüição de preliminar de nulidade do auto de infração quando deste constar os elementos legais essenciais à sua

validade. **LOGRADOURO PÚBLICO – UTILIZAÇÃO INDEVIDA – MULTA** – A colocação de faixas publicitárias em logradouro público constitui infração prevista na legislação do Distrito Federal, e deve, portanto, o infrator ter a penalidade de multa a ele aplicada.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

MARIA INEZ COPPOLA ROMANCINI
Redatora

Processo nº 146.000.976/95
Recurso Voluntário nº 606/97
Recorrente: MÁRCIO LOBÃO
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVI
Rep. da Fazenda : Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 25 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 110/98 (7554)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – INFRAÇÕES TIPIFICADAS NA LEI 613/93 – OBRIGATORIEDADE DA EMISSÃO DE NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA – NULIDADE** – O Auto de Infração emitido por infrações tipificadas na Lei 613/93, deve vir precedida de notificação prévia concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento de irregularidades.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso voluntário para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 149.000.521/97
Recurso Voluntário nº 669/97
Recorrente: SANDRA ALENCAR DE CARVALHO RAMOS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVIII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 31 de agosto de 1.998.

~~ACÓRDÃ~~ ACÓRDÃO Nº 111/98 (7555)

EMENTA : **SUJEITO PASSIVO – ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR – NULIDADE** – Constatado no processo fiscal a ocorrência de erro quanto à pessoa do infrator, impõe-se a anulação do respectivo auto.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso voluntário para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 148.000.496/97
Recurso Voluntário nº 592/97
Recorrente: WANA FERREIRA DA SILVA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVII
Rep. da Fazenda : Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 24 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 112/98 (7556)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – INFRINGÊNCIA A LEI 1.172/96 – FALTA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA REGULARIZAÇÃO DA OBRA – NULIDADE** – É de se declarar a nulidade do feito quando for constatado não ter sido emitido a notificação prévia para regularização da obra, conforme dispõe a Lei 1.172/96.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso voluntário para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 146.001.423/95
Recurso Voluntário nº 579/97
Recorrente: NELI CARNEIRO MARTINS ARNÊZ
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XVI
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
Data do Julgamento: 13 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 113/98 (7557)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – COLOCAÇÃO DE ENTULHO EM LOGRADOURO PÚBLICO – FALTA DE ATENUANTES – MANUTENÇÃO DA MULTA APLICADA PELA 1ª INSTÂNCIA** – Não existindo atenuantes devidamente comprovadas, é de se manter a multa imposta pela 1ª Instância, desde que esteja dentro dos limites legais.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, pelo voto de desempate do Presidente, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Antonio Alves do Nascimento Neto e declaração de voto da Conselheira Maria Inez Coppola Romancini. Foram votos vencidos os dos Conselheiros Relator e Airton Nazário de Oliveira, que davam provimento parcial ao recurso. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator ad hoc

Processo nº 141.003.576/96
Recurso Voluntário nº 246/97
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Recorrente: JOÃO DAVID REZENDE
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 10 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 114/98 (7558)

EMENTA : **AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDO POR AGENTE FISCAL DE POSTURAS EM DECORRÊNCIA DE VEÍCULO ESTACIONADO EM LOCAL NÃO PERMITIDO - NULIDADE POR INCOMPETÊNCIA DO AGENTE E EQUÍVOCO NO ENQUADRAMENTO DA INFRAÇÃO – RECURSO VOLUNTÁRIO QUE SE PROVÊ** – O Código de Trânsito Brasileiro, chama para si a exclusividade de apenas o veículo, bem como aos proprietários e condutores de veículos nacionais ou estrangeiros e as pessoas nele expressamente mencionadas para as infrações de circulação, estacionamento e parada no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito. Assim como, delega competência específica ao exercício desse poder, não sendo o Fiscal de Posturas e Obras a pessoa competente para fazê-lo, nem tampouco objeto de autuação o estacionamento indevido, haja visto que esta previsão não é matéria do Código de Edificações.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, a maioria de votos, em preliminar, declarar a nulidade do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator e declaração de voto dos Conselheiros Luiz Airton Figurelli Gorga e Airton Nazário de Oliveira. Foi voto vencido quanto à preliminar o da Conselheira Maria Inez Coppola Romancini, que a rejeitava. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 142.000.449/97
Recurso Voluntário nº 540/97
Recorrente: CÍCERO ALVES FERREIRA
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 17 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 115/98 (7559)

EMENTA : **AUTO DE INFRAÇÃO POR INICIAR CONSTRUÇÃO SEM PROJETO APROVADO E ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO – PROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO – RECURSO VOLUNTÁRIO QUE SE DESPROVÊ** – Correta está a autuação por falta do Alvará de Construção segundo o disposto no artigo 2º da Lei 1.172 de 24 de julho de 1996. **REDUÇÃO DA MULTA** – É facultativo ao agente fiscal no momento da imposição da multa, utilizar-se da previsão do disposto no Artigo 12, Inciso I da Lei 1.172/96, que trata da redução de 50% (cinqüenta por cento) da multa para as habitações destinadas à população de baixa renda.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 040.003.423/97
Recurso Voluntário nº 720/97
Recorrente: RAIMUNDO ALVES CORDEIRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 09 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 116/98 (7560)

EMENTA : **AUTO DE INFRAÇÃO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DO ISS, POR TER INICIADO ATIVIDADES DE ADVOGADO SEM PRÉVIA INSCRIÇÃO BASEADO EM CONSTATAÇÕES "IN LOCO" PELO AGENTE FISCAL – PRELIMINAR DE NULIDADE QUE SE REJEITA** – É de se rejeitar a preliminar de nulidade quando o agente fiscal constatar "in loco" que um escritório de advocacia encontrando-se com suas portas abertas, disponíveis ao público e devidamente mobiliado é suficiente para inferir o exercício da profissão. **NO MÉRITO** – Comprovado através de provas substanciais, anexas ao instrumento de defesa do não exercício da profissão é de se reconhecer a improcedência do feito. Recurso Voluntário que se provê.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, inicialmente, à unanimidade, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, à maioria de votos, dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Foi voto vencido quanto ao mérito o da

Conselheira Maria Inez Coppola Romancini, que negava provimento ao recurso. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 142.001.339/96
Recurso Voluntário nº 152/97
Recorrente: MARLENE CALDAS
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ XII
Rep. da Fazenda : Procurador Francisco Pinheiro Filho
Relator : Conselheiro Antônio Alves do Nascimento Neto
Data do Julgamento: 08 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 117/98 (7561)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – EXISTÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA CONCEDENDO PRAZOS – PRORROGAÇÕES DE PRAZOS CONCEDIDOS PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA – AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDO DURANTE OS PRAZOS CONCEDIDOS – NULIDADE** – É de se declarar a nulidade do feito quando for emitido auto de infração antes de esgotar os prazos concedidos pela autoridade administrativa.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso voluntário para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

ANTÔNIO ALVES DO N. NETO
Redator

Processo nº 136.000.652/96
Recurso Voluntário nº 206/97
Recorrente: ROSANA CRISTINA ZELAYA
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/VIII
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
Data do Julgamento: 10 de julho de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 118/98 (7562)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO – ERRO NO DISPOSITIVO LEGAL MENCIONADO – NULIDADE** – É de se acolher a preliminar de nulidade quando nos autos restar comprovada a existência de vícios apontados, quer de cerceamento de defesa, quer na descrição do dispositivo legal apontado.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, em preliminar, declarar a nulidade de todo o processado, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA
Redator

Processo nº 141.002.390/95
Recurso Voluntário nº 634/96
Recorrente: CONDOMÍNIO DO BLOCO B DA SQS 410
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/ I
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
Data do Julgamento: 18 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 119/98 (7563)

EMENTA : **PODER DE POLÍCIA – POSTURAS – OBRA SEM O DEVIDO LICENCIAMENTO – EMBARGO** – O descumprimento ao disposto no item 01 da NGC 025 do Código de Edificação de Brasília, executar obras sem projeto aprovado, implica em multa prevista no Decreto 16.677, de agosto de 1995.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA
Redator

Processo nº 131.000.467/97
Recurso Voluntário nº 595/97
Recorrente: PEDRO FERREIRA PIMENTEL
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas - RA/II
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Luiz Airton Figurelli Gorga
Data do Julgamento: 10 de agosto de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 120/98 (7564)

EMENTA : **ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO - INEXISTÊNCIA** - A pessoa que constrói sem o devido Alvará de Construção comete infração prevista na Legislação do DF, fica, portanto sujeita a penalidade de multa a ela aplicada.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do Conselheiro Relator. Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

LUIZ AIRTON FIGURELLI GORGA
Redator

Processo nº 040.010.625/94
Recurso Voluntário nº 429/96 e Recurso de Ofício nº 413/96
Recorrentes: CAENGE CONSTRUÇÃO ADMINISTRAÇÃO E ENG. LTDA. e
Subsecretaria da Receita
Recorridas : Subsecretaria da Receita e
CAENGE CONSTRUÇÃO ADMINISTRAÇÃO E ENG. LTDA.
Rep. da Fazenda Procuradora Raquel Saraiva Gomes de Barros
Relator : Conselheiro Mário Celso Santiago Menezes
Data do Julgamento: 05 de maio de 1.998.

ACÓRDÃO Nº 121/98 (7565)

EMENTA : **EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL SOB REGIME DE INCORPORAÇÃO – INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS DO DISTRITO FEDERAL – MERO ASPECTO FORMAL – AUTO DE INFRAÇÃO – EXIGÊNCIA DO ICMS A TÍTULO DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS EM OPERAÇÕES ORIUNDAS DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, DESTINADAS A EMPRESA INCORPORADORA NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – INADMISSIBILIDADE – RECURSO VOLUNTÁRIO – PROVIMENTO – RECURSO DE OFÍCIO – DESPROVIMENTO** – A simples inscrição da empresa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Distrito Federal, por si só, não autoriza seu enquadramento como contribuinte do imposto, já que esta (a inscrição) não é decorrente de ato de vontade da empresa, e sim, de disposição regulamentar no escopo de atender aos interesses da Administração e, por outro lado, o cumprimento das obrigações acessórias por parte do sujeito passivo. Ao teor da legislação Tributária, contribuinte do imposto é a pessoa física ou jurídica que realiza operações de circulação de mercadorias descritas como fato gerador, bem como, todas aquelas que, sendo contribuintes, adquirem bens, como consumidores finais em operações interestaduais. Provado, nos autos, que a Recorrente, mesmo que excepcionalmente, jamais agiu como contribuinte do imposto, não se lhe aplica o disposto no Parágrafo Único do artigo 38 da Lei 07/88, pela ausência de pressuposto essencial, já que a citada norma exige expressamente que as operações sejam destinadas a contribuinte, o que, irretorquivelmente, não é o caso dos autos. Recurso Voluntário que se provê e Recurso de Ofício que se desprovê.

DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima identificadas, acorda a 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos, à unanimidade, conhecer do recurso para, pelo voto de desempate do Presidente, inicialmente, rejeitar a preliminar argüida e, no mérito, à maioria de votos, conhecer do Recurso Voluntário para dar-lhe provimento, e à maioria de votos conhecer do Recurso de Ofício para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Conselheiro Airton Nazário de Oliveira. Foram votos vencidos o do Conselheiro Relator, e da Conselheira Maria Inez Coppola Romancini, que negavam provimento a ambos os recursos. **Tendo em vista tratar-se de decisão não unânime contrária à Fazenda Pública, este Presidente recorre ao Pleno do Tribunal, face aos que dispõe o artigo 36 da Lei 657/94, alterada pela Lei 796/94.** Sala das Sessões, Brasília-DF, em 06 de outubro de 1.998.

WELLINGTON CARLOS BATISTA
Presidente

AIRTON NAZÁRIO DE OLIVEIRA
Redator ad hoc

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

DESPACHO DA DIRETORA
Em 14 de outubro de 1998

Considerando o disposto no art. 5º, parte final, da Lei nº 8.666/98 de 21/06/93, e considerando que o valor de R$ 97.026,47 (noventa e sete mil, vinte e seis reais e quarenta e sete centavos) refere-se a despesa com fornecimento de tíquete-alimentação relativo ao mês de setembro/98 à REFEICHEQUE ADMINISTRAÇÃO LTDA, *fica excepcionalizado o pagamento independentemente da ordem* cronológica das exigibilidades por fonte de recursos.

SANDRA LOUISE OLIVEIRA SANTOS DANTAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 215, DE 8 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 228/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.008682/97, resolve:

I – Aprovar o desmembramento da habilitação de Técnico em Hematologia e Hemoterapia, aprovada pelo Parecer nº 36/78 – CEDF, com validade regional, ministrada pela Escola Técnica de Saúde de Brasília – ETESB, localizada no Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 1 – Edifício CEDRHUS – Brasília-DF, mantida pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em duas habilitações distintas:

a) Técnico em Hemoterapia e

b) Técnico em Hematologia.

II – Aprovar as grades curriculares das duas habilitações, que constituem anexos do Parecer nº 228/98 – CEDF.

III – Aprovar a retirada do estágio adicional dos cursos Técnico em Hemoterapia e Técnico em Hematologia.

IV – Alertar o estabelecimento de ensino para o fato de que o aprovado nos itens 1, 2 e 3 aplica-se somente aos alunos que iniciaram o curso em 1997.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 216, DE 8 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 225/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.001817/97, resolve:

I – Credenciar, por quatro anos, o Maternal e Jardim de Infância Pipoquinha, localizado na QNB 13, casa 36, Taguatinga-DF, mantido pelo Maternal e Jardim de Infância Pipoquinha Ltda-ME.

II – Autorizar o funcionamento da Educação Infantil: Creche e Pré-Escola.

III – Aprovar o Planejamento Didático para a Educação Infantil.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 217, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no OI. nº 19/98, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.008331/96, resolve:

I – Declarar a suspensão temporária por 02 (dois) anos, das atividades do Centro de Ensino Supletivo Leonardo da Vinci, mantido pelo Centro de Ensino Supletivo Leonardo da Vinci, localizado na SEUP Sul, Quadra 703/903, Bloco I, lote B, Brasília-DF.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 8 de outubro de 1998

PROCESSO Nº : 030.008015/98
INTERESSADO: Jovica Djukic
Homologo o Parecer nº 242/98-CEDF, 05.10.98, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Jovica Djukic, no Centro Eletrotécnico das Escolas Secundárias "Nikola Tesla", em Belgrado, Sérvia - Iugoslávia, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.000071/97
INTERESSADO: Escola das Nações
HOMOLOGO o Parecer nº 243/98-CEDF, de 05.10.98, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é por:

a) autorizar o funcionamento do Ensino Médio da Escola das Nações, localizada no SHIS QI 21, Área Especial, Conjunto 1, Brasília, Distrito Federal, mantida pela Sociedade Escola das Nações – Centro de Educação e Cultura;

b) aprovar a Proposta Curricular e respectiva grade curricular que integra o presente parecer;

c) validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento de ensino, relativamente ao Ensino Médio, com base no Regimento Escolar;

d) determinar ao DIE/SE que acompanhe as atividades do estabelecimento de ensino e caso venha a constatar tratar-se de escola bilingüe, oriente a mesma a dirigir-se ao Conselho Nacional de Educação nos termos do Parecer nº 734/97-CNE.

e) alertar a instituição educacional para o cumprimento, no tempo oportuno, das determinações da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de acordo com as normas deste Colegiado.

PROCESSO Nº: 030.010676/96
INTERESSADO: Centro Educacional Walter Moura
HOMOLOGO o Parecer nº 245/98-CEDF, de 05.10.98, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "por baixar em diligência o processo de interesse do Centro Educacional Walter Moura, localizado no SRTVS, Quadra 701, Conjunto E, Bloco 3, Edifício Palácio do Rádio I, 5º andar, Brasília-DF, para adaptação à nova legislação, como determinado pelo art. 209 da Resolução nº 02/98-CEDF"

Em 9 de outubro de 1998

PROCESSO Nº: 030.006471/98
INTERESSADO: Érico Alexander Odelius Teixeira
Homologo o Parecer nº 241/98-CEDF, de 05.10.98, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Érico Alexander Odelius Teixeira, no "Kingston High School", em Kingston, Nova York – Estados Unidos da América, ao ensino médio, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO
Adjunto

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 58, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, V e 41, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 140 da Resolução nº 01/74-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.001817/97, resolve:

I - aprovar o Regimento Escolar do Maternal e Jardim de Infância Pipoquinha, localizado na QNB 13 Casa 36, Taguatinga, Distrito Federal, mantido pelo Maternal e Jardim de Infância Pipoquinha-Ltda-ME;

II - encaminhar o original do Regimento Escolar com 47 artigos constantes das folhas 60 a 73, com o devido termo de aprovação, assinado pelo Diretor do DIE e com a respectiva rubrica da Diretora da Divisão competente, em todas as folhas, o qual deverá ser conservado no arquivo do Estabelecimento;

III - determinar que a Direção do Estabelecimento dê ampla divulgação do Regimento Escolar, entre os membros da comunidade interessada de acordo com o que determina o Parecer nº 33/75-CEDF.

IV - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS SILVIO PINHEIRO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 14 de outubro de 1998

PROCESSO N.º : 030:004.384/98
INTERESSADO : SECRAS
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da dispensa de licitação, em favor da SAB – SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A, no valor de R$ 210.816,00 (duzentos e dez mil, oitocentos e dezesseis reais), para atender despesas com o fornecimento de gêneros alimentícios (frangos caipira congelados), os quais irão compor as Cestas Básicas a serem distribuídas pelo Programa Cesta Pré-Escola. A dispensa de licitação foi fundamentada com base no inciso XII do artigo 24 da Lei de n.º 8.666/93, tendo em vista as justificativas e documentação constante do Processo acima referido e o Contrato n.º 13/98.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

PROCESSO N.º : 030:004.384/98
INTERESSADO : SECRAS
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da dispensa de licitação, em favor da BRAZMINAS COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, no valor de R$ 283.440,00 (duzentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta reais), para atender despesas com o fornecimento de gêneros alimentícios (frutas e verduras), os quais irão compor as Cestas Básicas a serem distribuídas pelo Programa Cesta Pré-Escola. A dispensa de licitação foi fundamentada com base no inciso XII do artigo 24 da Lei de n.º 8.666/93, tendo em vista as justificativas e documentação constante do Processo acima referido e o Contrato n.º 12/98.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

PROCESSO N.º : 030:004.384/98
INTERESSADO : SECRAS
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da dispensa de licitação, em favor do ATACADÃO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, no valor de R$ 475.680,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais), para atender despesas com o fornecimento de gêneros alimentícios de longo espaço de tempo para a perecibilidade, os quais irão compor as Cestas Básicas a serem distribuídas pelo Programa Cesta Pré-Escola. A dispensa de licitação foi fundamentada com base no inciso XII do artigo 24 da Lei de n.º 8.666/93, tendo em vista as justificativas e documentação constante do Processo acima referido e o Contrato n.º 11/98.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 2 DE SETEMBRO DE 1998

Os titulares dos órgãos cedente e favorecido, no uso das atribuições regimentais, resolvem: Descentralizar o crédito orçamentário na forma que especifica:

DE: UO: 22101 - SECRETARIA DE OBRAS
UG: 190101 - SECRETARIA DE OBRAS
PARA: UO: 28101 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
UG: 280101 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

PLANO DE TRABALHO: 10.007.0021.8502-0001

NATUREZA DE DESPESA	VALOR R$
319011	1.073,00
319092	1.187,00

OBJETO: Atender despesas com progressões funcionais de pessoal removido da Secretaria de Obras para a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - Processo nº 030.007.226/98.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA
U.O Cedente

LUIZ PHILIPPE PERES TORELLY
U.O Favorecida

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de outubro de 1998

PROCESSO : Nº 030.005.938/98.
INTERESSADO: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no CAPUT do Artigo 25, combinado com o Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação a favor da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB, para atender despesas com a execução de serviços de desvio de água potável no SHIN Trecho 01, Projeto Orla, no corrente exercício.

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 24 DE SETEMBRO DE 1998 (*)

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 21, VI, do Código de Trânsito Brasileiro, e tendo em vista o que consta do processo nº 113.006525/98, resolve: aplicar, com esteio nos artigos 256 e 261 do referido Código, a JIHAD NAZIH DAHDAH, CNH prontuário nº 00064179222, categoria B, DF, as penas de MULTA no valor de R$518,99 (quinhentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), SUSPENSÃO do direito de dirigir veículo automotor por 07 (sete) meses, RETENÇÃO da mencionada habilitação por igual período e APREENSÃO do veículo Fiat Tempra turbo, de placas KBU0007-DF, por 20 (vinte) dias, como incurso nas penas do artigo 173, do multicitado diploma legal, podendo haver redução mediante conclusão com aproveitamento de curso de reciclagem.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

(*) Republicado por ter saído com incorreção do original, no DODF nº 186, de 30.9.98, pág. 13/14.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 8 de outubro de 1998

Processo: 113.000.081/98
Interessado: Soc. Transp. Coletivo de Brasília Ltda - TCB e outros
Assunto: Fornecimento de passes para ônibus.
Autorizo a realização de despesa com base no Caput do Art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ratifico nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 7.322,00 (sete mil, trezentos e vinte e dois reais), a favor das firmas relacionadas abaixo:

EMPRESA	CGC	VALOR R$
• Viação Planalto Ltda. - VIPLAN	00091702/0001-28	2.500,00
• Viação Planeta Ltda.	00019703/0001-61	550,00
• Viação Alvorada Ltda.	00309435/0001-12	230,00
• Rápido Planaltina Ltda.	37591153/0001-60	350,00
• Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda	06048466/0005-77	420,00
• Expressos São José Ltda.	01627142/000-46	720,00
• Viação Anapolina Ltda	01036755/0005-32	1.965,00
• Taguatur - Taguatinga Transporte e Turismo Ltda	06048466/0005-77	587,00

Processo: 113.000.027/98
Interessado: NSG-DER/DF
Assunto: Emissão Nota de Empenho
Autorizo a realização da despesa com base no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ratifico nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade da licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a favor da CAESB - COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA.

Processo: 113.000.028/98
Interessado: NSG/DER-DF
Assunto: Serviços telefônicos
Autorizo a realização da despesa com base no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ratifico nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade da licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 45.000,00 (quarenta cinco mil reais), a favor da TELEBRASÍLIA CONVENCIONAL - Telecomunicações de Brasília S.A.

Processo: 113.000.029/98
Interessado: NSG/DER-DF
Assunto: Emissão nota de empenho
Autorizo a realização de despesa com base no "Caput" do Artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993
Ratifico nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) a favor da Companhia Energética de Brasília.

Processo: 113.001.683/98
Interessado: NSG/DER-DF
Assunto: Serviços telefônicos
Autorizo a realização da despesa com base no "Caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Ratifico nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade da licitação.
Determino de acordo com o Artigo 66, Inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1993, a emissão de nota de empenho por estimativa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a favor da TELEBRASÍLIA CELULAR S.A .

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR

NOTA DE EMPENHO N.º 001130/98 - INTERESSADO. RETIMAQ - RETÍFICA DE MÁQUINAS LTDA- ASSUNTO. APLICAÇÃO DE MULTA
O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos dos artigos 85 e 71, das normas licitatórias aprovadas pela Resolução n.º 89/82, resolve: Aplicar à firma RETIMAQ - RETÍFICA DE MÁQUINAS LTDA, a multa de R$ 450,05 (quatrocentos e cinquenta reais e cinco centavos), pelo atraso na entrega dos materiais especificados no documento supracitado. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Recursos Financeiros, para as devidas providências.

ROGERIO PEREIRA DIAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de junho de 1998

REFERENCIA: Processo 052.000.672/98
INTERESSADO: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Ratificação de ato de inexibilidade de Licitação
Com base no artigo 26 da lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico os atos praticados pela Polícia Civil do Distrito Federal relativos a dispensa de licitação, nos termos do Inciso IV do Artigo 24, da referida Lei, em favor da ALFA COM. E DISTRIBUIDORA DE AUTOS PEÇAS LTDA e AUTO PEÇAS CARDOSO LTDA, para fazer face a despesas com aquisição de peças e acessórios para veículos das linhas Volkswagen, General Motors, Fiat e Mercedes Benz, pelo prazo de 180 dias..
Publique-se e restitua à Polícia Civil do Distrito Federal.

ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de outubro de 1998

PROCESSO: 081.002148/98
INTERESSADO: NÚCLEO DE ARTE E CULTURA
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, para os fins do artigo 25 e 13, da Lei nº8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor do Núcleo de Arte e Cultura, no valor de R$33.847,44 (Trinta e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme especificado na Nota de Empenho nº 0931/98, para fazer face à despesa com pagamento de serviços técnicos - especializados para execução de ambientação durante o XXXI FBCB, tudo de acordo com o processo e NE em referência.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

Em 7 de outubro de 1998

PROCESSO: 081.002156/98
INTERESSADO: SÉRGIO ROBERTO SILVA E OUTROS
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, para os fins do artigo 25, da Lei nº8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor de Sérgio Roberto Silva e Outros, no valor

de R$12.000,00(Doze mil reais), conforme especificado na Nota de Empenho nº 0938/98, para fazer face à despesa com pagamento de cache aos artistas convidados que comporão as comissões de premiação dos filmes que participarão da mostra competitiva do XXI FBCB, tudo de acordo com o processo e NE em referência.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

Em 8 de outubro de 1998

PROCESSO: 081.002019/98
INTERESSADO: STUDIO FÁTIMA TOLEDO SC LTDA. E OUTROS
ASSUNTO: RATIFICA DISPENSA DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, para os fins do artigo 25, da Lei nº8.666/93, a inexigibilidade da licitação em favor do Studio Fátima Toledo SC Ltda. e Outros, no valor de R$9.800,00(Nove mil e oitocentos reais), conforme especificado na Nota de Empenho nº 0945/98, para fazer face à despesa com contratação de artistas cineastas, como instrutores de oficinas previstas do XXXI FBCB, tudo de acordo com o processo e NE em referência.
Publique-se e encaminhe-se os autos ao DAG/FCDF para os demais procedimentos administrativos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PORTARIA Nº 216, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **RETÍFICA DE MOTORES REI DOS CABEÇOTES LTDA - ME**, processo nº **160.000.451/96**, *Microempresa, atividade de prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 103.207,00*, a empresa conta atualmente com 02 (dois) empregados e irá gerar *06* (*seis*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *081/98* - CDE/DF, de *23* de *abril* de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 09, Conjunto "A", Quadra 03, localizado no Setor de Desenvolvimento Econômico M Norte de Taguatinga/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 217, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **MINEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME**, processo nº **160.002.705/94**, *Microempresa, atividade comercial*, com investimento da ordem de *R$ 58.614,10*, a empresa irá gerar *05* (*cinco*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *114/98* - CDE/DF, de *21* de maio de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 02, Bloco "I", CLN 07*, localizado no *Riacho Fundo/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 218, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **BISPO SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME**, processo nº **160.002.769/94**, *Microempresa, atividade industrial*, com investimento da ordem de *R$ 107.672,00*, a empresa conta atualmente com 02 (dois) empregados e irá gerar *02* (*dois*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *111/98* - CDE/DF, de *21* de *maio* de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 19, Conjunto "B", Quadra 02, localizado no Setor de Desenvolvimento Econômico M Norte de Taguatinga/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 219, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **DIAS & RAMOS LTDA - ME**, processo nº **160.002.464/94**, *Microempresa, atividade de prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 72.062,79*, a empresa irá gerar *04* (*quatro*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *246/97* - CDE/DF, de *12* de *novembro* de *1997*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 23, Conjunto "A", Quadra 02, localizado no Setor de Desenvolvimento Econômico M Norte de Taguatinga/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 220, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **MARIA MARLENE XAVIER DE SOUZA - ME**, processo nº **160.002.196/94**, *Microempresa, atividade de prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 62.116,43*, a empresa irá gerar *04* (*quatro*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *229/98* - CDE/DF, de *27* de *agosto* de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 25, Conjunto "A", Quadra 02, localizado no Setor de Desenvolvimento Econômico M Norte de Taguatinga/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 221, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **SAM MARCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, processo nº **160.000.965/94**, *Microempresa, atividade prestação de serviços*, com investimento da ordem de *R$ 95.606,51*, a empresa irá gerar *10* (*dez*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *234/98* - CDE/DF, de *27* de *agosto* de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 20, Conjunto 05*, localizado no Setor Placa da Mercedes - *Núcleo Bandeirante/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 222, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **DROGARIA RIACHO FUNDO LTDA - ME**, processo nº **160.002.724/94**, *Microempresa, atividade comercial*, com investimento da ordem de *R$ 63.333,57*, a empresa conta atualmente com *04* (*quatro*) empregados e irá gerar *02* (*dois*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *154/98* - CDE/DF, de *18* de junho de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 05, Bloco "G", CLN 07*, localizado no *Riacho Fundo/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 223, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o art. 2º, inciso I, do Decreto nº 15.584 de 25 de abril de 1994, resolve:
Art. 1º Fica autorizada a fruição do incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, tendo como beneficiária a empresa **BISCOITOS PARATI LTDA - ME**, processo nº **160.000.093/91**, *Microempresa, atividade industrial*, conforme informações constantes do processo não há registro do investimento previsto pela empresa, a empresa irá gerar *06* (*seis*) novos empregos. Este benefício foi concedido pela Resolução nº *66/98* - CDE/DF, de *19* de *março* de *1998*, consubstanciado pela assinatura de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com opção de compra, com a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, do *Lote 05, Conjunto "B", Quadra de Oficinas da Candangolândia/DF*, observado o art. 17 e seus §§ 1º, 2º e 4º, da Resolução Nº 099/93 - CDE, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE, de 27 de abril de 1994.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

PORTARIA Nº 224, DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

Estabelece normas para participação de pleiteantes de incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal-PRODECON/DF, com vistas à pré-indicação de terrenos a firmas ou empresas que exercem a atividade econômica de "ferro velho", na Quadra 08, do Setor Industrial de Ceilândia.

O Secretário de Indústria e Comércio do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XII e XIII, do Artigo 40 da Resolução nº 099/93-CDE/DF, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94-CDE/DF, de 27 de abril de 1994, e tendo em vista o consenso quanto às normas e ao cronograma desta fase do procedimento de seleção, alcançado em reunião realizada em 22 de junho de 1998, no sala de reuniões da Administração Regional de Ceilândia, com a participação da Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, Associação dos Micros e Pequenos Empresários de Ceilândia e da Administração Regional de Ceilândia - AR IX, e;

Considerando a necessidade de adequar os padrões de ocupação urbana e de moradia, das comunidades residentes em Ceilândia, aos níveis dos indicadores urbanísticos definidos no Projeto de Lei Complementar do PDL de Ceilândia;

Considerando que esta adequação objetiva a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, dotando o meio em que vivem, de melhores condições de limpeza e harmonia visual urbana;

Considerando ainda, a necessidade de se remover do meio dos conjuntos residenciais dessas localidades, o exercício de atividades econômicas que provocam um alto grau de incomodidade à comunidade circunvizinha;

Considerando finalmente, que a atividade econômica de "ferro velho", promove o efetivo desmonte de peças aproveitáveis dos veículos, resultando no abandono das carcaças dos mesmos nas proximidades de onde estão instalados os estabelecimentos, causando da mesma forma significativa incomodidade à comunidade próxima, resolve:

Art. 1º - A participação das Firmas/Empresas que exercem a atividade econômica de ferro velho, pleiteantes de incentivo econômico no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no procedimento de seleção com vistas à pré-indicação de terrenos na Quadra 08 do Setor Industrial de

Ceilândia, obedecerá às normas estabelecidas na presente Portaria e, subsidiariamente, à legislação do Programa.

Parágrafo único - Os lotes a serem pré-indicados às Firmas/Empresas participantes deste procedimento são aqueles constantes do MDE Nº 126/94, de 21de novembro de 1994 (Quadra 08, lotes de 11 a 70), que se encontram vagos, da seguinte forma:

Lotes com áreas de **320,25** metros quadrados, taxa máxima de ocupação de 92%, possibilitando a edificação de 2 pavimentos (Terreo + 1), subsolo para depósito (optativo), e com taxa máxima de construção de 184% da área do lote, permitidos os usos comercial, de prestação de serviços e industrial, com exclusão de PLL e PLG, conforme disposto na NGB's nº 126/94, que regula os usos daquelas unidades imobiliárias.

Art. 2º - As Firmas/Empresas classificadas serão selecionadas, em ordem decrescente de pontuação, em função do número correspondente à quantidade de lotes disponíveis para este processo de seleção no Setor Industrial de Ceilândia.

Parágrafo único - Caso ocorra algum cancelamento dentre as Firmas/Empresas enquadradas no caput deste Artigo, as novas pré-indicações recairão sobre as remanescentes classificadas e com maior pontuação.

Art. 3º - As Firmas/Empresas participantes do processo seletivo que possuem filial optarão por concorrer com a matriz ou com a filial, opção esta que uma vez efetivada não poderá ser alterada.

Art. 4º - Participarão dos procedimentos de seleção as Firmas/Empresas com Carta-Consulta protocolada até 16 de novembro de 1998, na Secretaria de Indústria e Comércio - SIC, na qual venha a declarar o Setor Industrial de Ceilândia, como primeira opção de localização.

Art. 5º - As Firmas/Empresas interessadas em participar deste procedimento de seleção e que já protocolaram Carta-Consulta na SIC, deverão atualizar a documentação e as informações da mesma, até 16 de novembro de 1998, solicitando mudança para o Setor Industrial de Ceilândia, quando for o caso.

Art. 6º - São documentos necessários para o recebimento da CartaConsulta:

I - cópia dos atos constitutivos da Firma/Empresa e de cada uma de suas alterações, registrados na Junta Comercial do Distrito Federal, independentemente de ser uma delas consolidação de alterações anteriores;

II - comprovação de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - **CGC/MF,** ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, por meio do cartão, ou do formulário de inscrição;

III - certidões negativas de débitos da Firma/Empresa, de seu titular e de cada um dos seus sócios, emitidas pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal;

IV - original do "Nada Consta" da Firma/Empresa, de seu titular e de cada um dos seus sócios, emitido pelo agente financeiro do PRODECON/DF, o Banco de Brasília - BRB, através da sua Gerência de Cadastro e Risco - GECAR, situado no Setor Bancário Sul, Edifício-Sede do BRB;

V - declaração de estado civil, do titular e de cada um dos sócios da Firma/Empresa, em formulário fornecido pela SIC e, sempre que for o caso, cópia da certidão de casamento, com as respectivas averbações, quando houver;

VI - cópia autenticada da Cédula de Identidade e do Cartão do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, do Ministério da Fazenda, do titular e de cada um dos sócios e dos respectivos cônjuges, excetuados, no caso destes, os que, sendo dependentes, não possuem inscrição própria;

VII - cópia do Alvará de Funcionamento ou, se a Firma/Empresa não o possuir, declaração da Administração Regional com a indicação do motivo de sua negação;

VIII - comprovação de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal -CF/DF.

§ 1º - Os documentos definidos neste artigo, excetuado o do inciso IV, poderão ser apresentados em cópia não autenticada, desde que acompanhados dos respectivos originais, para conferência e imediata restituição ao interessado.

Art. 7º - A Secretaria de Indústria e Comércio deverá encaminhar ao DODF, até o dia 01 de dezembro de 1998, edital contendo relação de Firmas/Empresas cuja documentação autuada esteja incompleta, devendo os documentos faltosos serem apresentados e registrados em formulário próprio, fornecido pelo Protocolo Geral da SIC, até as 18:00 horas do dia 29 de dezembro de 1998, sob pena de exclusão da Firma/Empresa do procedimento de seleção.

Art 8º - A SIC enviará até o dia 22 de janeiro de 1999, ao Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, para publicação, a "Lista das Firmas/Empresas Habilitadas" que cumpriram os requisitos dos Artigos 4º, 5º e 7º, desta Portaria.

§ 1º - As Firmas/Empresas não habilitadas nos termos do caput deste artigo poderão protocolar recurso até as 18:00 horas do dia 04 de fevereiro de 1999, dirigido ao Secretário de Indústria e Comércio.

§ 2º - A SIC enviará ao DODF até 01 de março de 1999, para publicação, o resultado da apreciação dos recursos eventualmente interpostos na forma do parágrafo anterior.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de setembro de 1998

PROCESSO Nº : 170.000.061/98
INTERESSADO : RAIMUNDA AUREA PINHEIRO DA LUZ e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 15.720,00 (quinze mil setecento e vinte reais), referente a Nota de Empenho 98NE00878, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.063/98
INTERESSADO : SIMONE BRAZ FERREIRA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 9.346,00 (nove mil trezentos e quarenta e seis reais), referente a Nota de Empenho 98NE00880, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso CONSELHO COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELA PAZ.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.065/98
INTERESSADO : SIMONE BRAZ FERREIRA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 9.084,00 (nove mil e oitenta e quatro reais), referente a Nota de Empenho 98NE00881, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso SENSIBILIZAÇÃO POLICIAMENTO ESCOLAR NOVOS PARADIGMAS.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.072/98
INTERESSADO : MARGARITA SABBAG BATISTA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 18.720,00 (dezoito mil setecentos e vinte reais), referente a Nota de Empenho 98NE00884, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso :ATUALIZAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO ADMINISTRATIVO .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.080/98
INTERESSADO : VALDECI PEREIRA COELHO e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 13.365,00 (treze mil trezentos e sessenta e cinco reais), referente a Nota de Empenho 98NE00890, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso : ATUALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.098/98
INTERESSADO : LIDIANE HELENA DE LIMA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 37.048,00 (trinta e sete mil e quarenta e oito reais), referente a Nota de Empenho 98NE00895, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso : ESTABELECIMENTO E MANUTENÇÃO DA REDE DE DADOS DO GDF.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.060/98
INTERESSADO : LUISLENE DOS SANTOS e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 9.492,00 (nove quatrocentos e noventa e dois reais), referente a Nota de Empenho 98NE00877, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso : NOÇÕES BÁSICAS DE CONTRATO E LICITAÇÕES.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000.082/98
INTERESSADO : CARLOS R. DE TELES CAMPOS e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 13.540,00 (treze mil quinhentos e quarenta reais), referente a Nota de Empenho 98NE00876, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso ESPECIALIZAÇÃO DE PRAÇAS EM TRANSITOS.A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

Em 7 de outubro de 1998

PROCESSO: 170.000.123/98
INTERESSADO: MAZILZA MOREIRA SILVA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.630,00 (sete mil seiscentos e trinta reais), referente a 98NE00932, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: GERENCIANDO PESSOAS A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.119/98
INTERESSADO: ANA LUCIA AUGUSTO DE OLIVEIRA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 40.766,00 (quarenta mil e setecentos e sessenta e seis.reais), referente a 98NE00933, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso: DESENHO APLICADO A FISCALIZAÇÃO A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.127/98
INTERESSADO: DALVANDA CONCEIÇÃO DA SILVA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.208,00 (cinco mil e duzentos e oito reais), referente a 98NE00931, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: PRATICAS DE POPULAÇÃO POPULAR A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.124/98
INTERESSADO: ANDREA FERREIRA POMPAS e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.170,00 (sete mil cento e setenta reais), referente a 98NE00930, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: ORGANIZAÇÃO SISTEMA E MÉTODOS A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.122/98
INTERESSADO: ANA LIESI THURLER e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais), referente a 98NE00929 , emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: VIOLENCIA, GENERO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES . A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.109/98
INTERESSADO: NIVA DE OLIVEIRA HANAZUMI e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.626,00 (cinco mil seiscentos e vinte e seis reais), referente a 98NE00928, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM ESPAÇOS CULTURAIS A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.108/98
INTERESSADO: MAGALI ALBERNAZ DALTRO SANTOS e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais), referente a 98NE00927, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: ABORDAGENS DA RELAÇÃO DA FAMILIA A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.106/98
INTERESSADO: HAROLDO DA SILVA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.168,00 (cinco mil e cento e sessenta e oito reais), referente a 98NE00926, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: DIREITOS, DEVERES E LEGISLAÇÃO INTERNA PERTINENTES AOS SETORES DE TRANSPORTES. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.104/98
INTERESSADO: AMELIA MENDES RABELO e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 4.904,00 (quatro mil novecentos e quatro reais), referente a 98NE00925, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: COMUNICAÇÃO,EXPRESSÃO E REDAÇÃO. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.102/98
INTERESSADO: SUAMY SANTANA DA SILVA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), referente a 98NE00923, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: SEGURANÇA PÚBLICA, SEGURANÇA HUMANA A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.120/98
INTERESSADO: MILENA MOURA BANDEIRA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais), referente a 98NE00934, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: DESENVOLVIMENTO GERENCIAL PARA GESTORES DE SAUDE. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000079/98
INTERESSADO: MARIA BONFIM ALMEIDA CASTRO e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.320,00 (sete mil trezentos e vinte reais), referente a 98NE00917, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: RELAÇÕES HUMANAS. A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.125/98
INTERESSADO: ANTONIA VIEIRA MENEZES e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 6.840,00 (seis mil oitocentos e quarenta reais), referente a 98NE00904 emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: DE ATENDIMENTO AO MUTUÁRIO A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.130/98
INTERESSADO: DIVINELIA DE MOURA CAMPOS e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 4.792,00 (quatro mil setecentos e noventa e dois reais), referente a 98NE00903, emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE ASSISTENCIA SOCIAL A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.100/98
INTERESSADO: IRENE CUSTODIA MAGALHÃES MESQUITA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.389,00 (sete mil trezentos e oitenta e nove reais), referente a 98NE00898 emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: DE GESTÃO DOS PARQUES ECOLOGICOS E DE USO MULTIPLO A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.134/98
INTERESSADO: ELVIRA ROSA DE CARVALHO e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.752,00 (sete mil setecentos e cinquenta e dois reais), referente a 98NE00899, emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: NORMAS DE CONSTRUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (CÓDIGOS) A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.133/98
INTERESSADO: ELNEY VILAS BOAS e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 3.280,00 (três mil duzentos e oitenta reais), referente a 98NE00900 emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: EDUCADORES SOCIAIS UMA ABORDAGEM TÉCNICA A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.132/98
INTERESSADO: MARISTELA LIMA DA SILVA PINHO e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 5.205,00 (cinco mil duzentos e cinco reais), referente a 98NE00901, emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: CAPACITAÇÃO TEORICA PRATICA PARA O TRABALHO COM A FAMILIA inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.131/98
INTERESSADO: ELNEY VILAS BOAS e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessentareais), referente a 98NE00902 emitida em 06/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: DESENVOLVIMENTO GERENCIAL A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO: 170.000.103/98
INTERESSADO: SIMONE BRAS FERREIRA e OUTROS/IDR.
Assunto: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei N.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a

inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 8.986,00 (oito mil novecentos e oitenta e seis reais), referente a 98NE00924, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recurso 132001850, a importância para fazer face aos gastos com serviços de terceiros- pessoa física, na execução do (a) curso: SENSIBILIZAÇÃO A AÇÃO EXECUTIVA DO CAJE A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Caput do Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/ESTER/DF, para as providências complementares.

Em 8 de outubro de 1998

PROCESSO Nº : 170.000062/98
INTERESSADO :TEREZA SILVA MESQUITA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais), referente a Nota de Empenho 98NE00922, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso TELE MARKETING .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000096/98
INTERESSADO :MARIA APARECIDA QUEIROGA DE SOUSA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 2.584,00 (dois mil quinhentos e oitenta e quatro reais), referente a Nota de Empenho 98NE00921, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso LICITAÇÃO APLICADA A CONTRATOS DE PERMISSÕES E CONCESSÕES PÚBLICAS .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000093/98
INTERESSADO :ELME TEREZINHA RIBEIRO TANUS e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa dois reais), referente a Nota de Empenho 98NE00920, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso LEGISLAÇÃO URBANA E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000089/98
INTERESSADO : SANDRA HELENA SEMPE e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 7.752,00 (sete mil setecentos e cinquenta e dois reais), referente a Nota de Empenho 98NE00919, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso DIREITO APLICADO A FISCALIZAÇÃO .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000075/98
INTERESSADO : ANA MARIA PEREIRA DE SOUZA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais), referente a Nota de Empenho 98NE00918, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso RELAÇÕES INTERPESSOAIS - EXCELENCIA .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000078/98
INTERESSADO : CATIANA LIMA FERREIRA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 2.604,00 (dois mil e seiscentos e quatro reais), referente a Nota de Empenho 98NE00916, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso CONTABILIDADE,ORÇAMENTO E FINANÇAS .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000068/98
INTERESSADO : ALCIDES FERNADES VIANA e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 2.856,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta e seis reais), referente a Nota de Empenho 98NE00915, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MAQUINAS LEVES E PESADAS .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 170.000086/98
INTERESSADO : MANOEL ASSUNÇÃO DE BRITO e OUTROS / IDR
ASSUNTO : Ratificação de Inexigibilidade de Licitação
Ratifico nos termos do artigo 26, da Lei n º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, republicada em 06 de julho de 1994, a inexigibilidade de licitação, em favor do interessado citado acima, no valor de R$ 3.876,00 (três mil oitocentos e setenta e seis reais), referente a Nota de Empenho 98NE00914, emitida em 07/10/98, na modalidade estimativo, elemento de despesa 349036, fonte de recursos 132001850, para fazer face aos gastos com serviços de terceiros-pessoa física, na execução do (a) curso LEGISLAÇÃO BÁSICA E ESPECIFICA APLICADA AO LICENCIAMENTO .A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no Caput Art. 25, da Lei n.º 8.666/93. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/SETER/DF, para as providências complementares.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O Secretário de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal e o Administrador Regional do Gama, no uso das atribuições que lhes confere o art. 3º, do Decreto nº 17.698, de 23/09/96, resolvem:

Descentralizar o crédito orçamentário na forma que especifica:

DE: UO:27101 SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE
UG: 310101 SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

PARA: UO: 11.104 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA
UG: 190.104 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

PROGRAMA DE TRABALHO: **11.065.0363.1036.0001**

NATUREZA DE DESPESA	VALOR	FONTE
34.90.39	R$ 110.000,00	104

Objeto: Recursos destinados à Administração Regional do Gama para Realizações e Promoções de Eventos Turísticos e Turismo de negócios naquela cidade.

MARCELO DOURADO
U.O. Cedente

CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO
U.O. Favarecida

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 190.000.003/98
INTERESSADO : BANCO DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação a favor da frima BANCO DE BRASÍLIA S/A , para atender despesas com aquisição de Vales-Transporte para os servidores desta Secretaria, referente ao mês de outubro/98, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, Nota de Empenho nº 98NE00384, no valor de R$ 9.267,60 (nove mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

PROCESSO Nº : 190.000.004/98
INTERESSADO : VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Em cumprimento ao disposto no caput do artigo 25, combinado com o artigo 26 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, ratifico a inexigibilidade de licitação a favor da VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA, para atender despesas com aquisição de Vales-Transporte para os servidores desta Secretaria, referente ao mês de outubro/98, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado, Note de Empenho nº 98NE00385, no valor de R$ 725,10 (setecentos e vinte e cinco reais e dez centavos).

ANIÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTF
Em 14 de outubro de 1998

Processo nº 4530/98
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação com fulcro no *caput* do artigo 25 do mesmo diploma legal, no valor de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), em favor da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, referente à renovação do periódico "CONJUNTURA ECONÔMICA".
Encaminhe-se à Diretoria-Geral de Administração para publicação e demais providências.

JOSÉ MILTON FERREIRA

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3365

Aos 24 dias do mês de setembro de 1998, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO e MAURÍLIO SILVA e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.
Ausente, por motivo de viagem, de caráter oficial, a Conselheira MARLI VINHADELI.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3364 e Extraordinária Reservada nº 94, ambas de 22.9.98.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 4709/91 (apenso o de nº 210.000.574/97) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da então Secretaria de Turismo do Distrito Federal, referente ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 7412/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0927/95 (apenso o de nº 030.011.944/94) - Aposentadoria de JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7413/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1976/95 (apenso o de nº 030.001.464/95) - Aposentadoria de JOSÉ ZEZEU CÂNDIDO-SEA. - DECISÃO Nº 7414/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3393/95 (apenso o de nº 132.000.221/95) - Aposentadoria de FRANCISCO GOMES DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 7415/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal o ato de aposentadoria em exame, para fins de registro; b) determinar à SEA/DF que, posteriormente, elabore outro abono provisório, em substituição ao de fl. 60 (Proc. nº 132.000.221/95), a fim de calcular o ATS com percentual de 34%, o que será objeto de verificação em futura auditoria; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4058/95 (apenso o de nº 131.000.156/95) - Aposentadoria de ERISVAL SALU DE LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 7416/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4301/95 (apenso o de nº 137.000.213/95) - Aposentadoria de RICARDO AFONSO DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7417/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à SEA/DF que: a) retifique a parcela do ATS que consta no demonstrativo de fl. 14-apenso, alterando-a de 32% para 31%; b) apure as quantias pagas indevidamente ao interessado, em virtude da redução do ATS de 32% para 31%, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 6211/95 (apenso o de nº 082.027.476/94) - Aposentadoria de IVANICE LAMAS CORRÊA-FEDF. - DECISÃO Nº 7418/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal o ato de aposentadoria em exame, para fins de registro; b) determinar à FEDF que, posteriormente, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 54-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de considerar a Gratificação de Regência de Classe no percentual de 16,8% ao invés de 20% (conforme indica o ato de fl. 35-apenso), bem como alterar a soma do total dos proventos, medida essa que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 6275/95 (apenso o de nº 030.007.906/95) - Aposentadoria de IPÓLITO VITOR DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 7419/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0603/96 (apenso o de nº 030.004.298/95) - Aposentadoria de EDÉSIO DE JESUS-SEA. - DECISÃO Nº 7420/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1050/96 (apenso o de nº 073.003.819/95) - Aposentadoria de CUSTÓDIA MARIA REIS GOUVEIA DE ASSIS-FZDF. - DECISÃO Nº 7421/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo ser aferido, em futura auditoria, o montante dos valores ressarcidos ao erário, conforme informação de fl. 28-v-apenso.

PROCESSO Nº 6972/96 (apenso o de nº 050.000.851/92) - Integralização da pensão civil a cargo do INSS, instituída em favor de VITÓRIA KÁTIA COELHO GALVÃO GARCIA ALVES-PCDF. - DECISÃO Nº 7422/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6983/96 (apenso o de nº 2163/96 e 2 volumes) - Auditoria Especial realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal para verificar procedimentos licitatórios na aquisição de equipamentos de informática. - DECISÃO Nº 7423/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 081/98 - GAB/SEA-DF, de 30.01.98, e da documentação que encaminha, em atenção à Decisão nº 7.028/97, relevando o atraso, para considerá-lo insatisfatório quanto ao atendimento da determinação desta Corte, constante no item "d" da Decisão nº 7.028/97; b) determinar à SEA que tome providências com vista à instauração de Tomada de Contas Especial (art. 9º da Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, c/c Resolução nº 102 de 15.07.98), cuja Comissão (CTCE) deverá ser assessorada por um especialista da área de informática, com a finalidade de apurar os responsáveis e o prejuízo incorrido na prática de preços excessivos e de falhas no cômputo do julgamento das propostas nas licitações para aquisição de equipamentos de informática, realizados no biênio 1995/1996. Para tanto, a Comissão de TCE, entre outras, deverá: b.1) levar em conta a Decisão nº 7028/97; b.2) conferir o cômputo de pontuação das propostas técnicas com o registrado na ata de julgamento; b.3) verificar a conformidade das propostas técnicas com os requisitos do edital; b.4) cotejar os preços dos produtos adquiridos com os de mercado, considerando também os praticados entre as licitações; b.5) verificar a prática de ato antieconômico no julgamento das propostas, quando ao se acolher aquele de preço mais elevado (excessivamente elevado), em detrimento de outra de menor preço que atende a Administração, considerando o valor dos atributos adicionais, no sentido de que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

PROCESSO Nº 1820/97 (apenso o de nº 132.002.170/96) - Aposentadoria de CÍCERO AUGUSTO DA CRUZ-SEA. - DECISÃO Nº 7424/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2825/97 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente ao Exercício Financeiro de 1994. - DECISÃO Nº 7425/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar, mais uma vez, o teor do item II da Decisão nº 2469/98 e determinar ao Comandante-Geral do CBMDF que apresente, no prazo de trinta dias, justificativas pelo reincidente descumprimento da diligência determinada, em face da sanção prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 3408/97 (apenso o de nº 082.011.486/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7426/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em exame; b) autorizar, com fulcro nos arts. 14 e 17 da Resolução nº 102, c/c o art. 2º, § 8º, da Emenda Regimental nº 01/98, publicadas no DODF de 20.07.98, a devolução do processo apenso à origem, para as providências de sua alçada, estabelecidas nos termos dos arts. 12 e 14 da citada Resolução; c) esclarecer à jurisdicionada que as medidas tomadas deverão constar do Processo nº 082.011.486/97, sendo que a efetividade dessas medidas ficarão registradas no demonstrativo elaborado pela Entidade, na forma prevista no artigo 14 da citada Resolução, o qual deverá ser anexado à Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 1998; d) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4023/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 7427/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4202/97 (apenso o de nº 082.002.821/96) - Aposentadoria de NIRMA GONÇALVES PADILHO-FEDF. - DECISÃO Nº 7428/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4832/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7429/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer do OF. nº 513/98-SSP-DF, de 24.03.98, fl. 10 e anexos de fls. 11/20; b) considerar encerrada a tomada de contas especial em exame, nos termos do inciso II, do art. 157 do RI/TCDF, tendo em conta o reaparecimento dos bens patrimoniais; c) recomendar à 1ª ICE que observe, quando da instrução de processos dessa natureza, as disposições da Resolução nº 102, de 15.07.98, deste Tribunal; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5026/97 (apenso o de nº 073.002.422/97) - Aposentadoria de JOSÉ PEREIRA FILHO-FZDF. - DECISÃO Nº 7430/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria em apreço; b) determinar à Fundação Zoobotânica do DF que, "a posteriori", exclua do abono provisório a parcela "vantagem pessoal complemento de vencimento", apurando os valores pagos indevidamente a esse título, para fins de ressarcimento ao erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8112/90, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0580/98 (apenso o de nº 073.003.120/97) - Aposentadoria de DOLORES CONSTANTINA-FZDF. - DECISÃO Nº 7431/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em diligência à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) recalcular o valor da parcela Gratificação de Gabinete, tomando por base o valor da mesma em agosto de 1983 e aplicando sobre ele apenas os reajustes gerais concedidos à categoria da servidora, demonstrando a forma de cálculo adotada; b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 29, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de corrigir o valor da Gratificação de Gabinete de acordo com o apurado no item anterior; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2432/98 (apenso o de nº 030.008.500/95) - Revisão dos proventos da aposentadoria de ELMI CAMPOS COSTA-SEA. - DECISÃO Nº 7432/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a revisão em exame; b) determinar à SEA/DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, providenciando a elaboração de novo abono provisório, em substituição ao de fl. 48-apenso, a fim de acrescentar ao vencimento básico do servidor a parcela remuneratória instituída pelo Decreto-lei nº 2.352/87.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 4495/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria de WANDA DOS SANTOS SCHMIDT PATIER-SE. - DECISÃO Nº 7433/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4087/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria de EVERARDO BOCAYUVA FILHO-SEFP. - DECISÃO Nº 7434/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1896/85 (apensos os de nºs 2781/84, 4776/84 e 1 volume) - Prestação de contas anual da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1984. - DECISÃO Nº 7435/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 216 a 289 acostados aos autos; II. considerar cumpridas as determinações contidas na Decisão nº 6331/97, de 18.09.97; III. considerar as contas dos dirigentes da FZDF abaixo nominados, relativas ao exercício de 1984, regulares, com ressalva, nos termos do inciso II do art. 167 do RI/TCDF, em virtude das falhas verificadas no Processo nº 2212/87 - desaparecimento de bens patrimoniais, sem condição de imputar responsabilidade aos servidores anteriormente indicados, devido à desorganização dos controles patrimoniais: - MANOEL GONÇALVES T. FILHO, Diretor-Executivo durante o período de 01.01.84 a 20.02.84; - FÁBIO LUIZ FERREIRA, Diretor-Executivo durante o período de 21.01.84 a 31.12.84; IV. determinar a citação do presidente daquela Jurisdicionada durante o período de 01.01.84 a 31.12.84, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente defesa quanto aos fatos que lhe foram atribuídos no Processo nº 073.001.618/86 da FZDF, que resultou na Ação Ordinária de Cobrança nº 22.287/93, da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal; V. determinar a expedição do Certificado de Quitação aos senhores nominados no item III supra; VI. dar conhecimento do julgamento à SEFP, com vistas ao Certificado de Auditoria nº 020/85-DpA/SEF, no que se refere ao item III supra.

PROCESSO Nº 2046/90 (apenso o de nº 082.010.170/97) - Atas de órgãos colegiados da Fundação Educacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 7436/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do OF. nº 629/98-DEX e dos documentos constantes do Processo nº 082.010170/97 apenso, considerando cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 4050/97, transmitida via OF GP nº 1705/97; II. relevar o atraso apontado, em razão da complexidade do assunto em estudo, necessitando, para sua consecução, de visitas e análises de outras estruturas pertencentes ao complexo administrativo do GDF; III. recomendar à FEDF que, ao regulamentar internamente a matéria decorrente das conclusões apresentadas no Trabalho sobre as normas de organização e aquisição de peças e acessórios para veículos, considere as determinações contidas nas Decisões nºs 1457/96 e 4367/97 desta Corte; IV. solicitar ao GDF informações acerca

das providências adotadas para regulamentação do Sistema de Registro de Preços e da perspectiva do seu implemento como efetivo instrumento para aquisição de bens, no âmbito do Distrito Federal; V. autorizar a devolução do processo apenso à origem e o retorno dos autos à 2ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 4362/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos de ANTÔNIO TIMÓTEO DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7437/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4891/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de DEOCLÉCIO DE HOLANDA CAVALCANTE-SEA. - DECISÃO Nº 7438/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1409/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de SEVERINO JOSÉ DE MORAIS-SSP. - DECISÃO Nº 7439/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3917/92 - Aposentadoria de MARIA ROSA DE SOUSA CARVALHO BEZERRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7440/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4556/92 - Atas de reuniões da Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília, referentes ao período de julho a agosto/92. - DECISÃO Nº 7441/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao chamar o processo à ordem, decidiu determinar que, na conversão em TCE, sejam observadas as formalidades regimentais cabíveis.

PROCESSO Nº 5289/93 (apenso o de nº 050.000.987/93) - Aposentadoria de JOSÉ DOURADO DE ABREU-PCDF. - DECISÃO Nº 7442/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7003/93 - Contrato nº 004/91 e outros, celebrados entre a Companhia Energética de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 7443/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5383/94 (apenso o de nº 134.000.428/94) - Aposentadoria de MOZART JOSÉ DUARTE-SEA. - DECISÃO Nº 7444/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1446/95 (apenso o de nº 030.010.235/94) - Complementação da aposentadoria de JOSÉ JUSTINO DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7445/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2411/95 - Aposentadoria de RAIMUNDO LOPES DOS SANTOS-SLU. - DECISÃO Nº 7446/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4911/95 (apenso o de nº 101.000.750/95) - Aposentadoria de OVÍDIO RODRIGUES DA SILVA-FSSDF. - DECISÃO Nº 7447/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6427/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo furto de diversos bens. - DECISÃO Nº 7448/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2171/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo furto de bem. - DECISÃO Nº 7449/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5854/96 (apenso o de nº 053.000.730/96) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por dano causado a viatura oficial. - DECISÃO Nº 7450/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6857/96 (apenso o de nº 082.000.405/96) - Aposentadoria de CASSANDRA COSTA ARAÚJO-FEDF. - DECISÃO Nº 7451/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6961/96 (apenso o de nº 030.005.479/96) - Aposentadoria de ZENÓBIO SINVAL MARQUES-FSS. - DECISÃO Nº 7452/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0739/97 (apensos os de nºs 2133/95, 3921/95, 5671/95, 1386/96 e 056.000.020/96) - Prestação de contas anual da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7453/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da prestação de contas anual em apreço, referente ao exercício de 1995; II. relevar o atraso apontado no encaminhamento do processo; III. julgar regulares as contas da FUNAP/DF, referentes ao exercício de 1995, na forma dos artigos 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, inciso I, do RI/TCDF, e autorizar, em conseqüência, a expedição de Provisões de Quitação aos Srs. GILBERTO SERRA, Presidente, período de 01.01 a 31.12.95, ÂNGELO RONCALLI R. BARROS, Diretor-Executivo, período de 01.01 a 31.12.95, LUIS ALAN OLIVATO, Diretor-Financeiro, período de 01.01 a 31.12.95, VALDERI GOMES DOS REIS, Diretor-Social, período de 01.01 a 31.12.95 e NIVALDO LEULER DE CASTRO, Diretor-Comercial, período de 01.01 a 31.12.95; IV. autorizar o retorno dos autos à 1ª Inspetoria, para as providências pertinentes e posterior arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações, bem como a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 3431/97 (apensos os de nºs 040.003.044/96 e 040.009.908/96) - Tomada de contas anual da Região Administrativa XV - Recanto das Emas, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7454/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3495/97 (apenso o de nº 145.000.549/96) - Tomada de contas anual da Região Administrativa XV - Recanto das Emas, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 7455/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3941/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades por dano causado a veículo oficial. - DECISÃO Nº 7456/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5002/97 (apenso o de nº 082.004.299/97) - Aposentadoria de FRANCISCO DE ASSIS TRINDADE BELEZA-FEDF. - DECISÃO Nº 7457/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0560/98 (apenso o de nº 082.018.586/96) - Aposentadoria de ELZA PEREIRA CARES-FEDF. - DECISÃO Nº 7458/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2438/98 (apenso o de nº 030.010.752/95) - Revisão dos proventos da aposentadoria de PEDRO PEREIRA SALGADO-SEA. - DECISÃO Nº 7459/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2768/98 (apenso o de nº 060.000.474/96) - Revisão dos proventos da aposentadoria de EMILIANA SOARES DA ROSA-SES. - DECISÃO Nº 7460/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

No transcorrer deste relato, o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO manifestou sua intenção de relatar, nesta assentada, o Processo nº 2670/98, que trata da Representação nº 03/98, do Ministério Público junto a esta Corte, versando sobre a Lei nº 1.892/98, que dispõe sobre o programa habitacional para as pessoas portadoras de necessidades especiais, mas preferiu solicitar, com o apoio dos demais membros do Plenário, sua retirada de pauta, para distribuição de cópias da citada representação, da Nota da Consultoria Jurídica da Presidência e do Relatório/Voto aos Conselheiros e ao Procurador-Geral, para posterior apreciação da matéria.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 0012/93 (apensos os de nºs 3480/92 e 082.009.944/92) - Pensão civil concedida a GILBERTO BAILÃO e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 7461/98.- Havendo o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 4081/96 (apenso o de nº 1682/97 e 1 volume) - Auditoria realizada na Fundação Cultural do Distrito Federal em cumprimento ao Plano Geral de Auditoria para o exercício de 1996. - DECISÃO Nº 7462/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos contidos no Encaminhamento nº 209/97-CH/SEG, apenso, em atendimento ao determinado no item 2, alínea "b", da Decisão nº 8410/96, fls. 82/83, em especial do ato de fl. 136, pelo qual foi instaurada Comissão Especial de Sindicância Administrativa, objetivando a indicação dos responsáveis pelo pagamento indevido da parcela "horas extras incorporadas", em cumprimento ao inciso II, alínea "b", da Decisão nº 7278/97; II - determinar à Fundação Cultural do Distrito Federal que informe a esta Corte, tempestivamente, o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela referida Comissão Especial de Sindicância Administrativa, atentando para o disposto no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 4174/97 - Contrato Nº 024/97-PJ/FHDF celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade. - DECISÃO Nº 7463/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0599/98 (apenso o de nº 031.000.014/98) - Aquisição de suprimento de informática realizada pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, nos termos do art. 26 e com fulcro no art. 24, inc. I, ambos da Lei nº 8.666/93. - DECISÃO Nº 7464/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação encaminhada pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, incluída no Processo apenso nº 031.000014/98; II - considerar insatisfatórios os esclarecimentos prestados e as medidas tomadas pelo Órgão, em decorrência do constante no item "b" da Decisão nº 1804/98, de 31/03/98; III - informar ao IDR que, embora a firma MICROTÉCNICA Informática Ltda. tenha a exclusividade no Distrito Federal, conforme declaração fornecida pela Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal, para comercialização de suprimentos para impressora laser QMS 2060 BX, existem no mercado brasileiro outras firmas credenciadas para o fornecimento daquele material, devendo, portanto, doravante, realizar procedimento licitatório; IV - recomendar ao IDR, com base na Decisão nº 1129/97 desta Corte, não conhecer Declaração de Exclusividade, para fins do disposto no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93, que: a) contenha expressões que restrinjam sua abrangência ao âmbito de empresas filiadas à entidade declarante; b) em se tratando de instituição privada, não tenha a firma de seus signatários autenticada em cartório; V - relevar, em caráter excepcional e tão-somente neste caso, pelas razões apontadas no relatório/voto do Relator, a irregularidade observada, alertando o IDR de que a reiteração do fato ensejará a aplicação da penalidade prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94; VI - alertar, ainda, o IDR sobre a necessidade de fazer constar, expressamente, dos processos de aquisição, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, a justificativa exigida no "caput" do art. 26 da Lei nº 8666/93 e os elementos de que tratam os incisos II e III do parágrafo único desse mesmo dispositivo; VII - autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para o devido acompanhamento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 0468/82 (anexo o de nº 5330/93) - Pensão civil concedida a ÁGUIDA DOS SANTOS FERREIRA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7465/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: a.1) Quanto à concessão, com fundamento na Lei nº 6.782/80: a.1.1) retifique o ato concessório e o Título de Pensão de fls. 10 e 18, respectivamente, para neles incluir o nome de JASPE TORRIS FERREIRA, como beneficiária temporária, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial; a.1.2) justifique a concessão, em duplicidade, do benefício em favor de Águida dos Santos Ferreira, sob as Matrículas nºs 22.709-9 e 37.312-5, devendo esclarecer quais as providências adotadas para regularizar esta situação; a.1.3) autentique os documentos de fls. 03/05, 07 e 39; a.1.4) torne sem efeito os documentos de fls. 44, 49 e 50; a.2) Quanto à integralização da pensão: a.2.1) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; a.2.2) anexe: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; - extrato do processo da pensão concedida com fundamento na Lei nº 3.373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8.112/90; - declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal; a.3) apense o processo de aposentadoria; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3768/84 - Revisão da pensão civil concedida a ANTÔNIA MARTINS GONÇALVES e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7466/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do Distrito Federal, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a.1) atenda à determinação plenária objeto da Decisão nº 9.939/96, elaborando novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 77, com o fim de excluir Alan Kardec Martins Gonçalves do rol de beneficiários do ex-servidor, dada a sua maioridade na data da revisão; a.2) elabore novo Título de Pensão referente à Segunda revisão de proventos de pensão, efetivada por intermédio do ato de fls. 104/106; a.3) retifique o ato de fl. 106 de forma a registrar a correta classificação funcional do ex-servidor em 1º.01.92; a.4) anexe: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; - declaração

de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal; - ficha da classificação funcional em 1º.01.92; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1182/87 - Pensão civil concedida a JOANA MARIA ARAÚJO DE SOUZA-PCDF. - DECISÃO Nº 7467/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou à Polícia Civil do DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: 1) formalize ato revisional da pensão, fundamentando-o no § 5º, do art. 40 da CF/88 e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, a contar de 01.01.91, fazendo constar como beneficiários apenas aqueles que detinham esta condição segundo a legislação vigente na data do óbito do instituidor e que mantiveram as mesmas condições em 01.01.91; 2) anexe ao feito comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo Distrito Federal, com indicação da data da vigência; 3) torne sem efeito o apostilamento presente à fl. 42, por não ser esta a forma correta de conceder a integralização da pensão prevista na Lei nº 8112/90; 4) solicite dos beneficiários declaração de não-acumulação de pensão ou de acumulação lícita, nos termos do art. 225 da Lei nº 8112/90, conforme modelos sugeridos às fls. 45/46; 5) anexe aos autos cópia do último contracheque do instituidor, para comprovar o valor da última remuneração ou proventos (art. 215 da Lei nº 8112/90); 6) junte ao processo certidão de tempo de serviço do instituidor, para fins de comprovação de anuênio (art. 67 da Lei nº 8112/90); 7) registre na classificação funcional do servidor (fl.08), as transformações ocorridas no seu cargo até a data da integralização do benefício (01.01.91), informando a respectiva fundamentação legal, data de publicação, etc., e, se for o caso, providencie as correções necessárias; 8) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1696/88 - Pensão civil concedida a JULIETA CRISPIM DOS SANTOS e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 7468/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa o processo em nova diligência junto à Polícia Civil do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: a.1) editar ato de revisão fundamentado somente no § 5º do art. 40, da Constituição Federal e nos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, a contar de 01.01.91, fazendo constar como beneficiários apenas aqueles que detinham esta condição, segundo a legislação vigente, na data do óbito e que a mantiveram na data da vigência da Lei nº 8.112/90, bem como o correto enquadramento do instituidor; a.2) tornar sem efeito o apostilamento constante de fls. 49 e 51, por não ser esta a forma correta de conceder a integralização da pensão prevista na Lei nº 8.112/90; a.3) solicitar aos beneficiários declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal, consoante modelos sugeridos às fls. 53/54; a.4) solicitar da filha Rosângela Crispim de Oliveira comprovante de seu estado civil de solteira e de que não ocupa cargo público permanente; a.5) elaborar: - novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 51, fazendo constar no substituto o fundamento legal das parcelas e respectivos percentuais, mantendo o nome de Rosângela Crispim de Oliveira, se for o caso; - novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 33, para calcular o ATS na forma de anuênios, como preceitua o art. 67 da Lei nº 8.112/90, observando os reflexos nos Títulos de Pensão; a.6) anexar: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; - extrato do processo da pensão concedida com fundamento na Lei nº 3.373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8.112/90; - comprovante de conclusão de curso pelo instituidor para percepção da I.H.P.C. (art. 8º do Dec. Lei nº 2.266/85, c/c o art. 2º, § 5º, inciso II, da Lei nº 7.923/89 e art. 3º da Lei nº 7.961/89), fazendo as correções necessárias no novo Título de Pensão, se for o caso; a.7) registrar na classificação do ex-servidor as transformações ocorridas no cargo exercido, informando a respectiva fundamentação legal, data de publicação, etc; a.8) tornar sem efeito os documentos substituídos; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2408/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de FRANCISCO VIEIRA DA SILVA-SEFP. - DECISÃO Nº 7469/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão em pauta, determinando, ao depois, que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal elabore novo abono provisório, em substituição ao documento de f. 54, calculando o valor do ATS no percentual de 33% e tornando sem efeito o documento substituído. Tal medida deve ser objeto de verificação, por parte da 4ª Inspetoria, em futura auditoria a ser realizada naquela jurisdicionada.

PROCESSO Nº 1688/91 - Aposentadoria de PEDRO MILHOME DE CASTRO-PCDF. - DECISÃO Nº 7470/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6283/91 - Pensão especial concedida a ANA CLOTILDE DA SILVA PEREIRA e outra-PCDF. - DECISÃO Nº 7471/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - com relação à concessão, com base na Lei nº 6782/80: a) considerar legal o ato de fl. 07, retificado às fls. 85/86, para fins de registro, determinando, ao depois, que a Polícia Civil: a.1) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 27, para corrigir a parcela referente à GOE Incorporada, alterando-a de NCz$ 209,83 para NCz$ 402,18, atentando para os reflexos nas demais parcelas; a.2) torne sem efeito o documento substituído; II - com relação à integralização da pensão: a) determinar à Polícia Civil do DF que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: a.1) formalize ato revisional da pensão, fundamentando-o no § 5º, do art. 40, da CF/88 e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, a contar de 01.01.91, fazendo constar como beneficiários apenas aqueles que detinham esta condição segundo a legislação vigente na data do óbito do instituidor e que mantiveram as mesmas condições em 01.01.91; a.2) anexe ao feito comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo Distrito Federal, com indicação da data da vigência; a.3) torne sem efeito o apostilamento presente à fl. 68, por não ser esta a forma correta de conceder a integralização da pensão prevista na Lei nº 8112/90; a.4) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 72, para alterar o total de dias relativos ao benefício da Lei nº 22/89 de 730 dias para 1.035 dias, em virtude do cômputo do tempo de serviço compreender o período de 21.06.59 a 20.04.62, conseqüente, o Adicional por Tempo de Serviço de 27% para 28%; a.5) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 73, para retificar o Adicional por Tempo de Serviço, corrigindo-o para 28%; a.6) torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 0091/92 - Aposentadoria de JOÃO MORAIS DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 7472/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1087/92 (apenso o de nº 2884/91) - Aposentadoria de MARIA CÉLIDA DE MELO-SEA. - DECISÃO Nº 7473/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0834/93 - Aposentadoria de DOMINGOS FRANCISCO DOURADO-SEA. - DECISÃO Nº 7474/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por atendida a diligência de que trata a Decisão nº 12.635/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1463/93 - Aposentadoria de FRANCISCO DO CARMO PONTES-SEA. - DECISÃO Nº 7475/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, ao ter por atendidas as determinações de que tratam as Decisões nºs 3.283/95 e 13.021/95, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3156/93 (apenso o de nº 030.002.856/93) - Pensão civil concedida a LINDAURA CARLOS RIBEIRO ALVES-SEA. - DECISÃO Nº 7476/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências (remissão a documentos do apenso): a.1) solicitar da interessada outra certidão de casamento, em substituição a de fl. 03, atualizada com a averbação da separação judicial, se for o caso, ou cópia autenticada da sentença, se confirmada a separação de fato; a.2) retificar o ato concessivo de fl. 12, para nele constar a alínea "b" do inciso I do art. 217, da Lei nº 8.112/90, e não a alínea "a", como foi verificado; a.3) anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita da pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da Lei nº 8.112/90; a.4) elaborar outro Título de Pensão, em substituição ao de fl. 14, para tomar como base de cálculo do benefício o vencimento do Padrão III, da 1ª Classe, do cargo de Técnico de Administração Pública do mês da concessão; a.5) comprovar por intermédio de certidão expedida pela NOVACAP o serviço prestado no período de 15.09.59 a 20.04.60, para fim da contagem em dobro prevista na Lei nº 22/89-DF; a.6) tornar sem efeito os documentos substituídos; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3224/93 - Aposentadoria de TELMA ALVES DA COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 7477/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 4.568/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4054/93 (apenso o de nº 5097/82) - Pensão especial concedida a MARIA MADALENA GONÇALVES DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7478/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) quanto à concessão, com fundamento na Lei nº 6.782/80, considerar legal, para fins de registro; b) quanto à integralização da pensão, determinar a baixa do processo em diligência preliminar junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: b.1) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b.2) anexe: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; - declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal; c) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 5236/93 (apenso o de nº 030.010.129/89) - Pensão especial concedida a CARMELITA PEREIRA DA FONSECA-SEA. - DECISÃO Nº 7479/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências: a.1) quanto à concessão, com fundamento na Lei nº 6.782/80: a.1.1) apense o processo de aposentadoria do instituidor da pensão; a.1.2) anexe certidão de nascimento ou de casamento das filhas do ex-servidor, Verônica Moreira da Costa e Cecília Moreira da Costa, objetivando o aferimento de sua idade e estado civil na data do óbito; a.2) quanto à integralização da pensão: a.2.1) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; a.2.2) anexe: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; - extrato do processo da pensão concedida com fundamento na Lei nº 3.373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8.112/90; - declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1532/94 (apenso o de nº 030.011.390/89) - Pensão especial concedida a RILDA TECHMEIER e outras-SEA. - DECISÃO Nº 7480/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adote as seguintes providências (remissão a documentos constantes do apenso): a.1) quanto à concessão, com fundamento na Lei nº 6.782/80: a.1.1) elabore: - novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 106, para incluir as licenças médicas constantes do documento de fl. 33, bem como adicionar os 962 dias prestados ao Ministério da Marinha na contagem de tempo para Adicional por Tempo de Serviço; - novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 83, a fim de calcular a Gratificação de Nível Superior e o ATS nos percentuais de 20% e 30%, respectivamente, sobre o vencimento; a.1.2) autentique os documentos de fls. 22/27, 31 e 65/79; a.1.3) torne sem efeito as Portarias de 03.09.91 e de 22.09.91 (fls. 61 e 82), que retificaram o ato de fl. 18 para incluir Elza Maria de Aguiar Silva e Maria Neide Vieira como beneficiárias da pensão vitalícia, por não haver, na forma da lei, dispositivo que regulamente a concessão de pensão especial para ex-companheira; a.1.4) esclareça o correto posicionamento do ex-servidor na data do óbito, considerando as divergências verificadas nos documentos de fls. 15 e 57; a.1.5) torne sem efeito os documentos de fls. 83 e 106 e os porventura substituídos; a.2) quanto à integralização da pensão: a.2.1) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; a.2.2) anexe: - comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; - extrato do processo da pensão concedida com fundamento na Lei nº 3.373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8.112/90; - declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto nos arts. 222, inciso V, e 225 da precitada lei federal; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3152/94 - Aposentadoria e revisão dos proventos de ANA MORAES MAITO-SEA. - DECISÃO Nº 7481/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios, determinando, ao depois, que a Secretaria de Administração do Distrito Federal: a) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de f. 50, para excluir 417 (quatrocentos e dezessete) dias de licença especial contados indevidamente para fins de aposentadoria; b) elabore novo abono provisório, em substituição ao de f. 51, para alterar o símbolo de FC-8 para DF-2 (Lei nº 159/91), considerando o valor que consta na tabela salarial vigente em março/94; c) grafe corretamente o nome da servidora nos atos de fls. 30-32 e 36-38; d) torne sem efeito os documentos substituídos. Tais medidas deverão ser objeto de verificação, por parte da 4ª Inspetoria, em futura auditoria a ser realizada naquela jurisdicionada.

PROCESSO Nº 1110/95 (apenso o de nº 030.014.393/94) - Aposentadoria de JOSÉ PEREIRA DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7482/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2077/95 - Concurso Público, promovido por esta Corte de Contas, visando à seleção para o preenchimento de 100 (cem) vagas do cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, integrante do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Casa, conforme o Edital Normativo nº 01/95. - DECISÃO Nº 7483/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado de auditoria de regularidade em questão; b) considerar legais, para fins de registro, as admissões dos servidores aprovados no concurso público de que trata o Edital nº 1/95 - TCDF, conforme abaixo relacionado: Andre de Oliveira Costa, Aparecido Silva Braga, Bertrand Rocha de Oliveira, Carla Queiroz Alves, Carlos Henrique Martins Lima, Delso Ferreira da Silva Júnior, Flávio Figueiredo Cardoso, Francisco Joscely Teixeira Albuquerque, Helton Alves Lima, Henrique Mattei, Hudson de Moraes, Jackson Urquiza da Costa e Silva, Jeferson Ricardo Bastos Braga, José Bernardino Nunes da Silva, José Oscar Cagliari Hernandes, José Vitor Akegawa Pierre, Liliane Galvão de Moraes, Luciana Lyra de Albuquerque Mello, Luis Gustavo de Aquino Carvalho, Manoel Antônio Curcino Ribeiro, Marcelo Aida, Márcia Berrêdo de Toledo Lobato, Marco Antonio de Carvalho, Marco Antônio Marinho Paz, Marcos Aurélio dos Santos, Marlon Sousa de Oliveira, Patrícia Lemos de Assunção Braga, Paulo Reis Schwendler, Ralph Albert Moor Wagner, Ricardo Mandelli Bisi; c) devolver os autos à 4ª ICE, para prosseguimento do acompanhamento de que cuidam.

PROCESSO Nº 2275/95 - Aposentadoria de MARIA DENISE ALVES DE LIMA-FEDF. - DECISÃO Nº 7484/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 460/96 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1403/96 - Aposentadoria de JOSÉ DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 7485/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação constante da Decisão nº 3.518/98 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3883/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 020.000648/96. - DECISÃO Nº 7486/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, à vista das disposições da Emenda Regimental nº 1/98 e da Resolução nº 102/98 deste Tribunal, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4502/96 (apenso o de nº 094.000.566/96) - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 7487/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo e autorizar a restituição dos autos em apenso ao Serviço de Limpeza Urbana, alertando-o para as disposições da Resolução n.º 102/98 deste Tribunal, especificamente, em razão do caso em apreço, para o que estabelece o seu artigo 14.

PROCESSO Nº 7069/96 (apenso o de nº 082.005.516/96) - Aposentadoria de ROSA MONTEIRO DOS SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 7488/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência, a fim de que a FEDF, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) observando a Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 19-apenso, para excluir a parcela "Complemento Salário Mínimo", consoante entendimento firmado por esta Corte de Contas no Processo nº 6104/93, no sentido da referida parcela só ser devida na hipótese do total dos proventos ser inferior ao valor do salário mínimo, o que, no caso concreto, inocorre; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7304/96 (apenso o de nº 082.000.404/96) - Aposentadoria de LEOLDINO JOSÉ DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 7489/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Fundação Educacional do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a.1) elabore: - novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 7-apenso, para considerar as licenças informadas à fl. 2-apenso, objetivando a correta fixação do Adicional por Tempo de Serviço; - novo abono provisório, em substituição ao de fl. 20-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de excluir a parcela "Complemento Salário Mínimo", que somente é devida na hipótese dos proventos serem inferior ao valor do salário mínimo, consoante o decidido por esta Corte no Processo nº 6.104/93, e, por via de conseqüência, recalcular as Gratificações de Atividade-Inativo e de Desempenho; a.2) torne sem efeito os documentos substituídos; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0183/97 - Concurso público para provimento de empregos de artífice especializado (Pedreiro, Jardineiro, Marceneiro, Pintor), auxiliar de topografia, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de fiscalização e *motorista da Companhia Imobiliária de Brasília* - TERRACAP, aberto pelo Edital nº 177/96-IDR. - DECISÃO Nº 7490/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado de auditoria de regularidade em questão; b) considerar legais, para fins de registro, as admissões dos servidores aprovados no concurso público de que trata o Edital nº 177/96 - IDR, conforme abaixo relacionado: EMPREGO: ARTÍFICE ESPECIALIZADO: especialidade: pedreiro - Valmir Luciano da Costa; especialidade: jardineiro - Luiz Cláudio de Sousa; especialidade: marceneiro - Daniel Costa dos Santos, Jesse Alves de Oliveira, Vilton Machado Ribeiro; especialidade: pintor - Francisco de Assis Serafim de Arruda, EMPREGO: AUXILIAR DE TOPOGRAFIA: Ademar da Silva Leão, Carlos Paz de Araújo, Daniel Alves Ferreira, Edinei Batista de Souza, Eduardo Nascimento Machado, Francisco Ferreira da Cunha, Gilmar Saraiva da Paz, Luciano Morais da Cruz, Maria do Amparo Gomes Vilela; EMPREGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Alisson de Oliveira Marra, Almir de Sousa e Silva Júnior, Antônio Ayrton Sampaio Costa, Argemiro Ribeiro da Silva, Aurora Gomes Abadia, Bartolomeu Alecrim de Carvalho, Carlos Epaminondas dos Santos, Clodoaldo Lima dos Passos Filho, Daniel de Paula Branquinho, Daniel Oliveira dos Santos, David Danvers Horovits, Eliana Barbosa Santos, Elza Alves Vaz Lorençone, Enivaldo de Jesus, Eva Morais Faleiro Oliveira, Fernando Lopes de Sousa, Francisco Castro Bandeira, Gilberto Rodrigues dos Santos, Hiran Mendes Teixeira, Humberto Viana de Oliveira, Ijélia Chaves Silva, João dos Santos Pena, José Edison de Souza Lima, José Oliveira Castro, José Patrício de Carvalho Reus, José Pinto, Júlio César Alves de Melo, Luciana Dourado Bezerra, Lúcio da Cunha Silva, Luis Fernando Begrow, Luiz Carlos Medeiros, Marcelo Alves do Nascimento, Marcos Sousa da Silva, Mauro José Coppi Ximenes, Mônica de Melo Ferreira, Nicanor Saulo Resende, Nírcia de Araújo Lima, Nivaldo José Machado, Paulo Sérgio Dias Pereira, Ricardo Alexandre Moura de Sousa, Ronaldo da Silva Souza, Rosenildo Paulino da Silva, Vicente Paulo de Souza; EMPREGO: AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO: Alessandra Silva Nogueira, Andrea Miranda Costa, Bartira Oliveira de Souza, Carlos Batista dos Reis Júnior, Clevercy Soares dos Reis, Ederson Márcio de Oliveira, Enivaldo Soares dos Santos, Gilmar Carvalho Correia, Girleno Marcelino da Rocha, José da Conceição Melo, Luciano Alcântara Dantas, Marilda Santos Alves, Roberto Marques de Sousa, Vicente Dutra Júnior, EMPREGO: MOTORISTA: Adriel de Oliveira, Carlos Roberto Medeiros, Itamar Antônio Fernandes, Jair Oliveira Silva, João Tavares Cardoso Filho, Ronivaldo Teixeira Souza; c) devolver os autos à 4ª ICE, para prosseguimento do acompanhamento de que cuidam.

PROCESSO Nº 0526/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 7491/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, alertando-a para as disposições da Resolução nº 102/98 deste Tribunal, especificamente, em razão do caso em apreço, para o que estabelece o seu artigo 16.

PROCESSO Nº 0799/97 - Tomada de contas especial instaurada pela *Empresa de Assistência Técnica e Extensão* Rural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7492/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle, alertando-a para as disposições da Resolução nº 102/98 do Tribunal, especificamente, em razão do caso em apreço, para o que estabelece o seu artigo 16.

PROCESSO Nº 2128/97 (apenso o de nº 082.006.933/98) - Denúncia sobre possível provimento irregular de cargo de Professor de Violoncelo na Escola de Música de Brasília. - DECISÃO Nº 7493/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2325/97 (apenso o de nº 140.000.034/97) - Pensão civil concedida a IRACY FIDELIS DE OLIVEIRA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7494/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) determinar a baixa do processo em nova diligência junto à Secretaria de Administração do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências (remissão a documentos do apenso): a.1) esclareça o posicionamento correto do servidor em dez/96, considerando as informações constantes de fl. 12; a.2) elaborar: - novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl.18, para computar para efeito de Adicional por Tempo de Serviço o tempo prestado ao SLU/DF; - Título de Pensão, em substituição de fl. 33, para corrigir o percentual do ATS, observando possível alteração no posicionamento do servidor; a.3) torne sem efeito os documentos substituídos; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, às 11h15, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 83 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente em exercício, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ MILTON FERREIRA, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, MAURÍLIO SILVA, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3368

Aos 06 dias do mês de outubro de 1998, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO e MARLI VINHADELI e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro JOSÉ MILTON FERREIRA, declarou aberta a sessão.
Ausente, por motivo de férias, o Conselheiro MAURÍLIO SILVA.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3367, de 1º.10.98.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 2429/98, mediante o qual o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Conselheiro ENIO PASCOAL, convida a Presidência desta Casa para participar do I Seminário de Controle Externo, a realizar-se nos dias 18, 19 e 20 do próximo mês, naquele Colegiado.

- Ofício nº 13/98-ETQC, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, convidando o Presidente desta Corte para o Encontro Técnico promovido por aquela Corte, no período de 18 a 20 de novembro vindouro, em comemoração de seus 30 (trinta) anos de Fundação.

Finalmente, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, que registrou a presença, na Sala das Sessões, do Bacharel em Direito FERNANDO CARNEIRO, que aqui compareceu para assistir ao desenvolvimento desta sessão, na qualidade de estudioso da ação do controle externo.

JULGAMENTOS

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 0012/93, apensos os de nºs 3480/92 e 082.009.944/92 (Relator: Conselheiro JORGE CAETANO), de que pedira vista, em sessão anterior, o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS (Revisor). O processo trata da pensão civil concedida a GILBERTO BAILÃO e outros-FEDF - DECISÃO Nº 7749/98.- O Tribunal, por solicitação do Revisor, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, decidiu determinar a remessa dos autos ao Gabinete do Relator, Conselheiro JORGE CAETANO.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 0571/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria de JERUSA DE FRANÇA PAES-SEA. - DECISÃO Nº 7750/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou à SEA/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique o ato de fls. 64/65, na parte referente à revisão de proventos de Jerusa de França Paes, para incluir a seguinte redação: mantida a vantagem do art. 184, I, da Lei nº 1.711/52; b) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, espelhando os dados em 1993, computando para fins de ATS as licenças médicas concedidas à servidora e fazendo constar, para fins de ATS e aposentadoria, a contagem em dobro prevista na Lei nº 22/89, referente ao período de 10.04.61 a 20.04.62, englobando na declaração de fl. 14, emitida pela FHDF; c) elabore novos abonos provisórios, em substituição aos de fls. 46 e 66, efetuando as seguintes alterações: c.1 - no abono de fl. 46, o percentual do ATS de 24% para 25%, em decorrência da medida especificada no item anterior; c.2 - no abono de fl. 66, considerar a vantagem do art. 184, I, da Lei nº 1.711/52, efetuando o cálculo dos proventos com base no Padrão IV, da 1ª Classe, do cargo de Técnico de Finanças e Controle; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1744/90 - Aposentadoria de ORLINDO ANTÔNIO DE SOUZA-SEA. - DECISÃO Nº 7751/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2113/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de EVILÁZIO BORGES ANTUNES-SEA. - DECISÃO Nº 7752/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o sobrestamento dos autos, até a decisão que vier a ser tomada no Processo nº 6678/96, em razão da similitude da matéria de que tratam os autos.

PROCESSO Nº 4297/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA APARECIDA ALBUQUERQUE SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 7753/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência à Secretaria de Administração do Distrito Federal para, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) elaborar demonstrativo de tempo de serviço, específico para a revisão em apreço, adaptando o de fl. 05 aos termos da Lei nº 8.112/90, computando as licenças médicas para fins de ATS e atentando para o novo percentual deste, que passará para 26%; II) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 48, para: a) calcular os proventos da servidora na proporção de 28/30 avos; b) calcular o valor do ATS no percentual de 26%; c) consignar a parcela (2/5 RM DF-02) em lugar de (2/5 DF-12); III) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2377/94 - Revisão dos proventos da aposentadoria de MARIA ÂNGELA COELHO MIRANDA-SEFP. - DECISÃO Nº 7754/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em diligência à SEFP/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 54, para que registre o correto percentual dos adicionais, devidos à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento, acrescido da Gratificação de Finanças, Controle e Orçamento, no valor integral; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1550/95 (apenso o de nº 131.001.147/94) - Aposentadoria de OSIAS PEREIRA DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 7755/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em diligência à SEA/DF para, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) esclarecer a divergência verificada entre os documentos de fls. 4 e 17, referente ao posicionamento funcional do servidor (padrão e classe), observando eventuais alterações nas demais peças integrantes dos autos; II) elaborar novo

demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 10-apenso, que totalize 12.171 dias de efetivo exercício, observando que o servidor faz jus a 33 (trinta e três) anuênios; III) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 22-apenso, calculando os adicionais à razão de 33% (trinta e três) por cento do correto valor do vencimento da Classe Especial, Padrão I, acrescido das gratificações integrantes dos proventos; IV) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2612/95 - Pensão civil concedida a BENNO STEIN e LOURDES STEIN-FEDF. - DECISÃO Nº 7756/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu rever a Decisão nº 5337/97, S.O. nº 3.273, de 19 de agosto de 1997, a fim de: I) considerar legal a concessão em exame; II) determinar à FEDF que, posteriormente, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) providencie o preenchimento, pelos beneficiários, de declaração de não-acumulação de mais de duas pensões, nos termos do inciso V, do art. 222, e no art. 225, da Lei nº 8.112/90; b) elabore novo título de pensão, em substituição ao de fl. 30, grafando o nome do beneficiário (pai do ex-servidor) corretamente; c) junte aos autos declaração do serviço médico acerca das licenças médicas concedidas; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3216/95 (apenso o de nº 040.013.593/94) - Aposentadoria de JORGE PEREIRA DA SILVA-SEFP. - DECISÃO Nº 7757/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em diligência ao órgão de origem para, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retificar a Portaria de 24.01.95 para incluir o nome dos cargos ocupados pelos interessados ali relacionados; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 07-apenso, a fim de que compreenda o período de 01.02.62 a 24.01.95, considerada a averbação de 545 dias de licença-prêmio por assiduidade não usufruída e contada em dobro para aposentadoria, observando que o interessado soma, para aposentadoria, 12.669 dias, e, para adicionais, 12.124 dias; c) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 19-apenso, que calcule a Gratificação de Desempenho e Produtividade à razão de 127,44% do vencimento integral, proporcionalmente a 34 anos de serviço, devendo ser observado o disposto na Decisão Normativa nº 02/93-TCDF; d) fazer constar, das Informações Cadastrais de fl. 04- apenso, o correto nome do servidor; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3255/95 (apensos os de nºs 3973/79 e 050.001.378/92) - Integralização da pensão civil concedida a MARIA IZABEL DANTAS GUIMARÃES-PCDF. - DECISÃO Nº 7758/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à PCDF para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: a) anexar classificação atualizada do ex-servidor, com as transformações ocorridas no seu cargo desde a data da aposentadoria (26.01.79 - fl. 22 - apenso aposentadoria) até 01.01.91, indicando as respectivas fundamentações legais; b) retificar a Ordem de Serviço de 15.02.93 (fl. 19-apenso) para fazer constar da fundamentação legal somente os artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, além do § 5º, art. 40, da CRFB, atentando para a atualização do cargo, classe e padrão do ex-servidor, conforme solicitado na alínea "a" precedente; c) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 35-apenso pensão, indicando o ATS no percentual de 23%; d) autenticar os documentos de fls. 32, 33 e 37/39; e) apensar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; f) tornar sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 3572/95 (apenso o de nº 132.000.246/95) - Aposentadoria de RAIMUNDO FRANCISCO BRAGA-SEA. - DECISÃO Nº 7759/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6279/95 (apenso o de nº 030.007.905/95) - Aposentadoria de CIPRIANO JOSÉ DE SOUSA-SEA. - DECISÃO Nº 7760/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal o ato de aposentadoria em exame, para fins de registro; b) determinar à SEA/DF que, posteriormente, refaça o abono provisório de fl. 26-apenso, com o intuito de alterar o percentual de ATS de 37% para 38%., o que será objeto de averiguação em futura auditoria; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2524/96 (apenso o de nº 030.011.525/95) - Aposentadoria de JOSEFINO SOARES DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7761/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legal o ato de aposentadoria em exame, para fins de registro; b) determinar à SEA/DF que, posteriormente, refaça o abono provisório de fl. 32-apenso, com a finalidade de fazer constar o valor correto do artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/90, ou seja, calculada pela diferença entre o Padrão III das Classes Especial e 1ª, o que será objeto de verificação em futura auditoria; c) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 6677/96 (apensos os de nºs 2522/90 e 030.009.872/94) - Revisão dos proventos da aposentadoria de MIGUEL BASÍLIO DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 7762/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7330/96 (apenso o de nº 050.001.404/89) - Pensão civil concedida a LUZIA ROSA DA SILVA LIMEIRA e outros-PCDF. - DECISÃO Nº 7763/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à PCDF para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: I - com relação à pensão especial (Lei nº 6782/80): a) retificar o ato concessório para fazer constar a data de vigência da pensão (07/06/89); b) juntar aos autos certidão da NOVACAP atestando o tempo averbado para todos os fins; c) confeccionar um novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 26-apenso, para: corrigir o total de dias da coluna "tempo bruto", alterando-o de 8190 para 7856; considerar as licenças para tratamento da própria saúde para fins de adicional; excluir, caso não seja satisfeito o item "b", o tempo averbado para fins de A.T.S.; desconsiderar para qualquer fim o benefício da Lei nº 22/89; II - com relação à pensão civil (Lei nº 8112/90): a) editar ato para: a.1) fazer constar, da fundamentação legal, somente os artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90, além do § 5º, art. 40, da CRFB; a.2) considerar como beneficiários apenas os que mantiveram a condição em 01/01/91; b) solicitar ao beneficiário Juciney Limeira dos Santos Silva declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90, para o período relativo a 01.01.91 até 09.08.94, data de sua maioridade; c) excluir, por apostilamento, o beneficiário JUCINEY LIMEIRA DOS SANTOS SILVA, a partir de 09.08.94, em razão de sua maioridade; d) retificar o percentual de A.T.S., caso não seja satisfeito a alínea "b" do item I precedente; e) juntar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; f) tornar sem efeito os documentos que vierem a ser substituídos, em especial, o apostilamento de fl. 29-apenso.

PROCESSO Nº 4033/97 (apensos os de nºs 2048/81 e 030.009.981/91) - Integralização da pensão concedida a NAIR DE OLIVEIRA TRISTÃO e outra-PCDF. - DECISÃO Nº 7764/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos à PCDF para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias: a) solicitar da beneficiária Adoaci Macedo Braga declaração de estado civil solteira e que não exerce/exercia cargo público permanente; b) retificar o ato concessório, fazendo constar o enquadramento do ex-servidor, como se vivo estivesse em 01/01/91 (1ª Classe, Padrão IV); c) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fls. 26/27-apenso pensão, para alterar o termo final de 06/11/75 para 10/02/77 (dia anterior a publicação do ato de aposentadoria), e considerar 730 dias de licenças médicas para tratamento da própria saúde, para fins ATS; d) confeccionar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 70-apenso pensão, observando a classificação do item "a", e alterando o percentual de A.T.S. de 11% para 12%; e) juntar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão da pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; f) tornar sem efeito os documentos que vierem a ser substituídos.

PROCESSO Nº 0237/98 (apensos os de nºs 3945/84 e 030.003.701/97) - Pensão civil concedida a JOSÉ VIDEIRO ROSA-SEA. - DECISÃO Nº 7765/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em diligência à SEA/DF para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) refaça o título de pensão de fl. 19-apenso com a finalidade de fazer constar o valor correto da parcela "Grat. de Fiscal. Conc. e Permissões - 160%; II) esclareça por que motivo o ex-servidor passou da referência NM-30 para a NM-31, após a sua aposentadoria já ter sido considerada legal; III) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2721/98 (apenso o de nº 101.000.173/98) - Aposentadoria de ANTÔNIO DE PAIVA ALMEIDA-FSSDF. - DECISÃO Nº 7766/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, devido a falta de requisito temporal, uma vez que no tempo averbado (6.853 dias) foram computados o tempo prestado pelo servidor quando era menor de 14 anos (133 dias) e o período de licença prêmio (180 dias), sendo que este já foi utilizado no demonstrativo de fl. 15 - apenso; II) determinar à Fundação do Serviço Social do DF que promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) adotar, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF); b) solicitar à Prefeitura Municipal de Poranga - CE nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 08 - apenso, a fim de excluir o tempo de serviço prestado pelo servidor, quando era menor de 14 anos; e consignar os demais elementos obrigatórios, observando a Portaria nº 013/88 - SEA, de 09.03.88, tais como: - matrícula do servidor; - identificação civil do servidor (filiação, naturalidade); - indicação dos documentos consultados para a lavratura da certidão (fichas de freqüência, contracheque, recibos de pagamentos ou outros comprovantes documentais); - assinatura do responsável pela certidão visada pelo dirigente do órgão expedidor, visto que o tempo em questão está sendo utilizado para efeitos de adicional por tempo de serviço e, possivelmente, será aproveitado em caso de futura aposentadoria do servidor; c) caso não seja comprovada a autenticidade da mencionada certidão, tomar as providências necessárias para que seja efetuado o ressarcimento dos valores percebidos indevidamente pelo servidor, a título de adicional por tempo de serviço, relativo ao período averbado.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 5548/91 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da então Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, referente ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 7767/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 400/92-GAB/SDSAC (fl. 60); II. julgar regulares as contas dos ordenadores de despesa da Secretaria de Desenvolvimento Social, referentes ao exercício de 1990, nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94; III. autorizar: a) a expedição do certificado de quitação aos gestores indicados no item III da instrução, fl. 75; b) o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 7904/93 (apensos os de nºs 040.004.757/93 e 062.000.007/93) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Instituto de Saúde do Distrito Federal, referente ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 7768/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da documentação de fls. 121/167 do Processo nº 040.004.757/93, apenso; II - considerar cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 6765/96 (fl. 57); III - julgar regulares, de acordo com o inciso I do artigo 17 da Lei Complementar nº 1/94, as contas dos ordenadores de despesa do Instituto de Saúde do DF, exercício de 1992. autorizando, em conseqüência, o certificado de quitação plena aos responsáveis: - DAVID JOSÉ COIMBRA - Diretor Geral - 1º/1 a 30/8/92; - BELCHIOR CARLOS DE GODOY - Diretor Geral 31/8 a 31/12/92; - NORMISA DE SOUZA CARVALHO DE AZEVEDO - Diretor de Administração Geral - 1º/1 a 31/12/92 - JORKJONE SILVA BATISTA - Chefe da Seção de Orçamento e Finanças - 1º/1 a 31/12/92; IV - autorizar: a) a restituição do processo apenso à origem; b) o arquivamento dos autos na forma proposta à fl. 69.

PROCESSO Nº 0586/94 - Contrato nº 29/93 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma MBR - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. - DECISÃO Nº 7769/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6690/94 - Contrato nº 3188/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e o Instituto Euvaldo Lodi do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 7770/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do OF nº 549/97-PRES, de 9/10/97, e seus anexos (fls. 95/166), dos primeiro e segundo termos aditivos ao Contrato nº 3.188/94-CAESB (fls. 167/170); II - considerar cumprida a diligência ordenada pela Decisão nº 6056/97; III - autorizar a 3ª ICE: a) a adotar, junto à CAESB, as providências que forem necessárias visando comprovar e atestar o efetivo encerramento do Contrato nº 3.188/94, sem prorrogação nem substituição; b) a arquivar o processo, sem mais outro procedimento, caso se confirme a situação do item 26 da instrução, fl. 176.

PROCESSO Nº 1430/95 (apensos os de nºs 1107/96 e 2973/96) - Contrato nº 94/088 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S.A. e a firma ALCATEL-Telecomunicações S.A. - DECISÃO Nº 7771/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos e apensos (nºs 1107/96 e 2973/96) à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1603/95 (apensos os de nºs 1604/95, 1614/95, 1616/95, 1620/95, 1621/95 e 2 volumes) - Contrato nº 588/94 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e diversos. - DECISÃO Nº 7772/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1954/96 - Nota de Empenho nº 576/95, emitida pela Região Administrativa II - Gama. - DECISÃO Nº 7773/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 553/93-GAB.ADM.REG. encaminhado juntamente com os documentos de fls. 63/66; II. considerar satisfatoriamente cumprida a diligência interposta junto à Região Administrativa II - Gama, mediante Decisão nº 3188/97; III. determinar à RA-II do Gama que aponte o responsável pelo possível pagamento antecipado da última medição da obra objeto do Convite nº 25/95 para, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar as justificativas que julgar pertinentes, por estar sujeito à aplicação da multa prevista no artigo 57, III, da Lei Complementar nº 1/94; IV. restituir o processo à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2113/96 - Contrato nº 3490/95 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma ENGEAGRO - Construções e Agropecuária Ltda. - DECISÃO Nº 7774/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos décimo primeiro, décimo segundo, décimo terceiro, décimo quarto e décimo quinto aditivos ao Contrato nº 3490/95 celebrado entre a CAESB e a firma ENGEAGRO - Construções e Agropecuária Ltda.; II. autorizar a citação dos signatários do décimo segundo aditivo ao contrato epigrafado, nominados no parágrafo 6 de fl. 73, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativas, para efeito da penalidade prevista no inciso VII, do artigo 57, da Lei Complementar nº 01/94, tendo em vista a contumaz inobservância de recomendações desta Corte e ao Enunciado nº 02 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, relacionados à inadmissibilidade de prorrogação contratual, mediante aditamento, após o termo da vigência do contrato original; III. restituir os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2862/96 - Auditoria de controle interno realizada pela Subsecretaria de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal no Instituto de Saúde do Distrito Federal, abrangendo a área de folha de pagamento. - DECISÃO Nº 7775/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. restituir os autos à 2ª ICE para que proceda a anexação determinada no item IV da Decisão nº 4802/98, fl. 32; II. determinar ao

órgão instrutivo que, tão logo execute o procedimento acima determinado, encaminhe o processo diretamente ao Ministério Público, na forma prevista no artigo 99, inciso II, do Regimento Interno do TCDF.

PROCESSO Nº 3427/96 - Contratos nºs 01/95 e outros, celebrados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 7776/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3439/96 - Contrato nº 016/95, celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. - DECISÃO Nº 7777/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3937/96 (apenso 1 volume) - Auditoria programada realizada no Instituto de Saúde do Distrito Federal, abrangendo o período de janeiro de 1995 a maio de 1996. - DECISÃO Nº 7778/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. restituir os autos à 2ª ICE para as providências seguintes: a) apuração e informação atualizada sobre o andamento das tomadas de contas especiais instauradas, conforme o item 38, I, das conclusões da instrução de 27/2/98, fl. 189; b) anexação da cópia a que se refere o item IV da Decisão nº 4802/98, adotada no Processo nº 2862/96; II. determinar ao órgão de instrução que, uma vez cumpridos os procedimentos retromencionados, encaminhe os autos diretamente ao Ministério Público, pelos motivos expostos no voto do Relator.

PROCESSO Nº 5157/96 (apenso 1 volume) - Auditoria programada realizada pela 3ª ICE junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para averiguar fatos relacionados ao Edital de Concorrência nº 002/96-ASCAL/PRES. - DECISÃO Nº 7779/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da auditoria realizada pela 3ª ICE junto à NOVACAP, nos termos consignados na Informação nº 033/98, fls. 31/37; II. recomendar à NOVACAP que, doravante: a) proceda com maior rigor a aprovação dos cronogramas físico-financeiros apresentados pela empreiteira, quando das alterações da situação contratual inicial, evitando, com isso, a aprovação de cronogramas que não refletem os termos do pacto contratual; b) aceite somente documentos comprobatórios de regularidade fiscal autenticados por cartório competente ou empregado público; III. sugerir à jurisdicionada, a título de colaboração, que a documentação relativa à recepção, análise e aprovação dos cronogramas físico-financeiros reelaborados esteja contida apenas no processo administrativo e que os cronogramas aprovados recebam numeração de caráter ordenativo e apresentem campo que descreva a data de aprovação, evitando com isso a formação de processos de pagamento excessivamente volumosos pela jurisdicionada e possibilitando maior racionalidade administrativa; IV. autorizar a 3ª ICE realizar inspeção na NOVACAP para verificar quais as providências adotadas com vistas ao atendimento das determinações contidas na Decisão nº 1362/97, bem como para a verificação do recebimento dos serviços avençados, caso já tenha ocorrido; V. restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 5159/96 (apensos 2 volumes) - Auditoria programada realizada junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, objetivando examinar o Contrato nº 606/96 - NOVACAP/ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S.A. - DECISÃO Nº 7780/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento dos resultados da auditoria realizada pela 3ª ICE junto à NOVACAP, nos termos consignados na Informação nº 34/98, fls. 77/83; II. recomendar à NOVACAP que, doravante, os itens de orçamento placa da obra (empresa e governo - item 5001 do orçamento) e barraca de obra sem instalações elétricas e hidráulicas (item 5003 do orçamento) sejam incluídos na planilha orçamentária que integra o Edital, quando se constituírem obrigações contratuais da empreiteira, conforme previsto no art. 6, inciso IX, alínea "d", da Lei nº 8.666/93 para a plena caracterização da obra inclusive no que tange às "instalações provisórias e condições organizacionais"; III. autorizar a 3ª ICE realizar inspeção na NOVACAP para verificar quais as providências adotadas pela jurisdicionada com vistas ao atendimento das determinações contidas na Decisão nº 752/97, bem como para a verificação do término e recebimento dos serviços avençados; IV. restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 6192/96 (apenso o de nº 149.000.277/96 e 1 volume) - Auditoria realizada pela 1ª DT/3ª ICE junto à Região Administrativa do Lago Norte, para verificar a regularidade e a legalidade da despesa consignada na NE nº 187/96 e objeto do Contrato nº 191/96, celebrado com a NOVACAP, amparado no inciso VIII, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93. - DECISÃO Nº 7781/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 178/97-GAB/RA-XVIII e demais documentos que o acompanham, considerando atendida a diligência ordenada na Decisão nº 890/97, comunicada via OF GP nº 423/97; II. determinar à devolução do Processo nº 149.000.277/96 à Região Administrativa do Lago Norte - RA-XVIII; III. recomendar à RA-XVIII que, doravante, procure realizar por seus próprios meios a licitação de obras de valor reduzido, como é o caso de execução de passeios e meios-fios, haja vista as competências previstas no seu Regimento Interno (Decreto nº 16.244, de 28/12/94) em especial nos artigos 14, III; 17, VIII; 18, VII, XXIV e XXVII; e 35, VII e XXV; IV. advertir a jurisdicionada no sentido de que: a) o art. 55 da Lei nº 8.666/93 deve ser observado nos contratos administrativos oriundos de licitação ou dispensa, bem como o art. 107 do Decreto nº 10.996/88; b) as contratações, com base no art. 25 da Lei de Licitações, sejam precedidas das justificativas consignadas no art. 26, parágrafo único, I, II e III; c) a prestação de serviços de fiscalização e assistência técnica de obras deve ser precedido de certame; d) se na contratação for permitida a subcontratação, deverão ser estabelecidos os seus limites, bem como não deve constar do instrumento a previsão de que os serviços e obras serão executados de forma direta, pois tal previsão refere-se aos serviços feitos pela própria Administração (art. 6º da Lei de Licitações); V. determinar a restituição do processo à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 6377/96 - Auditoria Programada realizada pela 3ª Inspetoria de Controle Externo junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para controlar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato nº 635/96, celebrado entre a NOVACAP e a EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., decorrente da Concorrência nº 13/96-ASCAL/NOVACAP. - DECISÃO Nº 7782/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada junto à NOVACAP, e dos documentos a ela vinculados; II. determinar à NOVACAP que, no prazo de 60 (sessenta) dias, aponte os responsáveis pela aprovação da subcontratação da empresa Bandeirantes Engenharia e Construções Ltda., com o fito de executar serviços contratados à firma EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., uma vez que tal procedimento não foi previsto no edital tampouco em cláusula contratual, em contrariedade ao inciso VI do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, para apresentarem suas justificativas, esclarecendo as razões, as condições e as formalidades legais embasadoras da subcontratação, por estarem sujeitos à penalidade prevista no inciso II, do artigo 57 da Lei Complementar nº 1/94; III. advertir a NOVACAP de que, "ex vi" do artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, não são permitidas subcontratações de serviços avençados com terceiros, sem que estejam previstas na norma editalícia e de conseqüência nos termos do ajuste, conforme verificado no Contrato nº 635/96-NOVACAP/EMSA S.A., sujeitando-se o agente público que lhes derem causa às penalidades cabíveis; IV. autorizar o retorno feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 6385/96 (apenso o de nº 6376/96 e 1 volume) - Tomada de Preços nº 71/96 e Concorrência nº 14/96, realizadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 7783/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7563/96 - Contrato DIRAD/DESEG-96/028 celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a Bianchessi & Cia Auditores. - DECISÃO Nº 7784/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7678/96 - Contrato nº 003/96-P.PJU/CEB celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e o advogado Luis Octávio da Motta Veiga. - DECISÃO Nº 7785/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento das Cartas nºs 540 e 541/97-PR, de 17/12/97, subscritas pelo Diretor-Presidente da CEB, contendo atendimento de diligência e o pedido de reexame da Decisão nº 8046/97, S.O. nº 3294, de 18/11/97 (fls. 89/107); II. dar provimento parcial ao pedido de reexame interposto; III. suspender o sobrestamento determinado pelo item III da Decisão nº 8046/97 e, em conseqüência do provimento parcial do reexame, deixar de aplicar as medidas ali preconizadas; IV. manter os demais termos da Decisão reexaminada, que é considerada suficientemente atendida, ante o encerramento do Contrato nº 003/96-P.PJU/CEB; V. determinar à CEB que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe as condições do desfecho da demanda a que se refere a sua Carta nº 540/97-PR, de 17/12/97, e as conseqüentes repercussões de natureza contábil; VI. ordenar: a) a juntada do processo à prestação de contas anual da CEB, relativa ao exercício de 1995; b) que o acompanhamento da matéria prossiga nos autos do processo nº 7959/96.

PROCESSO Nº 7942/96 (apenso o de nº 082.027.570/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7786/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0528/97 (apenso o de nº 082.000.482/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7787/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1704/97 (apensos os de nºs 787/95 e 4203/95) - Contratos diversos celebrados entre esta Corte e terceiros. - DECISÃO Nº 7788/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos e dos apensos (nºs 4203/95 e 797/95) à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3117/97 (apenso o de nº 136.000.308/97) - Tomada de contas anual do agente de material da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 7789/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual; II. reiterar à Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante o cumprimento integral das Decisões nºs 9.032/96 (item III, "b") e 6.529/97 (item V), sob pena de aplicação da multa prevista no inciso VII, do artigo 57, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94; III. autorizar o órgão de instrução a proceder diligência, de imediato, na forma do artigo 197 do Regimento Interno, caso venha a se repetir a omissão das informações previstas nos artigos 140, inciso I, alínea "b", e 142, parágrafo único, do Regimento Interno do TCDF, na organização das próximas contas anuais do agente de material da Administração Regional do Núcleo Bandeirante; IV. julgar regulares as contas anuais do agente de material da Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante, referentes ao exercício de 1996, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1, de 9/5/94; V. autorizar: a) a expedição do competente certificado de quitação ao servidor indicado no item IV, letra "d", das sugestões da instrução, fl. 9 do processo; b) a restituição do processo apenso à origem; c) o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3389/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por acidente de trânsito envolvendo veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 7790/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3625/97 - Ajustes diversos celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 7791/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno do feito à 2ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 4450/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por acidente de trânsito envolvendo veículo de sua propriedade. - DECISÃO Nº 7792/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4718/97 (apenso o de nº 082.015.738/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 7793/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0259/98 (apenso o de nº 061.022.019/98) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por acidente de trânsito envolvendo viatura de sua propriedade. - DECISÃO Nº 7794/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3344/98 - Representação conjunta dos membros do Ministério Público junto ao TCDF nº 25/98, requerendo seja verificado se houve licitação para firmar contrato de concessão de uso da TERRACAP ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, conforme autoriza a Lei nº 1988, de 2/7/98. - DECISÃO Nº 7795/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, pela remessa dos autos ao Ministério Público, para ciência e, querendo, emitir seu valioso parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 2665/89 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, referente ao exercício de 1988. - DECISÃO Nº 7796/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) com base no inciso I, art. 17, da

Lei Complementar nº 1, de 09.05.94, julgar regulares as contas dos ordenadores de despesa do então Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, exercício de 1988, autorizando em conseqüência a expedição da competente quitação aos seguintes responsável: · Brasil Américo L. Campos, Superintendente, de 01.01 a 31.12.88; · Francisca Minako A. Martins, Diretora de Administração Geral, de 01.01 a 31.12.88; · Antônio Cláudio N. Fontenele, Chefe da Seção de Tesouraria, de 01.01 a 31.12.88; b) autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, e posterior arquivamento.

PROCESSO Nº 2732/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria de RITA DE CÁSSIA MOURA-SEA. - DECISÃO Nº 7797/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o sobrestamento do julgamento da matéria, até decisão final do Processo nº 6680/96.

PROCESSO Nº 3277/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ABADIA FRANCISCA DAS NEVES-SEA. - DECISÃO Nº 7798/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo ato, determinando à SEA/DF que, "a posteriori", promova a regularização dos autos, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 1056/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de SYDNÉA ANTÔNIA RODRIGUES DO AMARAL-SEA. - DECISÃO Nº 7799/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2116/91 - Revisão da pensão civil concedida a VERA MARIA RODRIGUES PONTE e outra-PCDF. - DECISÃO Nº 7800/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. conhecer das providências adotadas pelo órgão; II. determinar à Polícia Civil do DF que, posteriormente, adote as seguintes providências, que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 40, fazendo constar o correto fundamento legal das parcelas e seus respectivos percentuais, a fim de considerar, para efeito de adicional por tempo de serviço - ATS, o período averbado junto à jurisdicionada, relativo ao tempo de serviço prestado pelo ex-servidor na Procuradoria-Geral do DF (fls. 24/25); b) tornar sem efeito o documento porventura substituído; c) alertar a beneficiária da pensão sobre a possibilidade de computar-se o tempo de serviço prestado ao INAN e ao TST para fins de adicional por tempo de serviço, desde que comprovados mediante certidão específica dos órgãos.

PROCESSO Nº 5219/91 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 7801/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. suspender o sobrestamento do julgamento das contas do exercício de 1990; II. julgar as contas da Secretaria de Transportes, referentes ao exercício de 1990, regulares, de acordo com o inciso I, artigo 167, do RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90, autorizando a expedição, desde já, das provisões de quitação para os dirigentes arrolados à fl. 93; III. autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7167/91 (apenso o de nº 030.009.133/88) - Pensão civil concedida a JOSEFA RODRIGUES ASSIS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7802/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. quanto à concessão, com base na Lei nº 6782/80: 1) retifique o ato concessório de fl. 23 do Apenso nº 030.009.133/88 com o fito de excluir a referência NM-17 e incluir a referência 24; 2) refaça o Título de Pensão de fl. 24 do Apenso nº 030.009.133/88 com fito de: a) excluir o beneficiário Josemir Mangueira Assis, visto que em 27 de julho de 1983, data dos efeitos da concessão, o mesmo era maior; b) fazer constar o posicionamento correto do ex-servidor, ou seja, referência NM-20; 3) refazer o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 36 do apenso nº 030.009.133/88 com o fito de fazer constar o percentual correto do ATS, ou seja, 15%; II. quanto à integralização da pensão: 1) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; 2) anexe comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; 3) anexe extrato do processo da pensão concedida na Lei n.º 3373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8.112/90; 4) anexe declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 3693/93 (apenso o de nº 132.002.108/92) - Aposentadoria de ALEXANDRE GOMES LAMOUNIER-SEA. - DECISÃO Nº 7803/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF para que, no prazo de 30 (trinta) dias, especifique qual o cargo exercido pelo servidor antes de sua transposição.

PROCESSO Nº 5973/94 (apensos os de nºs 040.001.709/94, 040.005.731/94, 040.011.916/95, 040.012.732/95 e 2 volumes) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Educação do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 7804/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento da documentação constante dos Processos Apensos nºs 040.012.732/95 e 040.011.916/95 e relevar o atraso verificado no atendimento desta diligência; II. considerar cumpridas integralmente as determinações efetuadas à Secretaria de Fazenda contidas na Decisão n.º 12.372/95, de 17.10.95; III. julgar as contas da Secretaria de Educação, relativas ao exercício de 1993, REGULARES, nos termos do contido no inciso I do art. 167 do RI/TCDF; IV. determinar a expedição do Certificado de Quitação relativo ao

Processo nº 5973/94 às Senhoras: a) Stella dos Cherubins Guimarães Trois, Secretária de Educação, durante o período de 01.01.93 a 12.01.93; b) Eurides Brito da Silva, Secretária de Educação, durante o período de 13.01.93 a 31.12.93; c) Clélia de Freitas Capanema, Secretária-Adjunta de Educação, durante o período de 01.01.93 a 31.12.93; V. determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7194/94 - Originário da Decisão nº 064/94-AD, prolatada por esta Corte em sua 175a. Sessão Administrativa, realizada em 06.12.94, por ocasião do exame, no âmbito do Processo nº 2214/94, do resultado de inspeção realizada pela 4a. ICE na Secretaria de Administração do Distrito Federal, com o objetivo de colher subsídios para aclarar questão relacionada à incidência ou não da contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Encargo de Gabinete, paga a servidor desta Casa. - DECISÃO Nº 7805/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. não tomar conhecimento, como pedido de reexame, do Ofício nº 861/GAB-SEA, por ser intempestivo; II. fixar novo prazo de 60 (sessenta) dias para o cumprimento da Decisão nº 10.152/95 (fls. 55/56), reiterada pelas decisões de fls. 68, 75, 83 e 117.

PROCESSO Nº 2217/95 (apenso o de nº 030.000.711/95) - Pensão civil concedida a LUSIA CAMPOS FERREIRA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 7806/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a. juntar ao Processo nº 030.000.711/95 (pensão) aquele de aposentadoria do instituidor do benefício; b. retificar o ato de fls. 29 a 31 do Apenso nº 030.000.711/95 para acrescentar à fundamentação legal o artigo 217, inciso I, alínea "a", da Lei 8112/90 e produzir efeitos a partir de 10.3.95, bem como para considerar o ex-servidor no Padrão II da Classe Especial; c. retificar o ato de fls. 50 e 51 do Apenso nº 030.000.711/95 para registrar a correta grafia do nome da beneficiária SHIRLEI e produzir efeitos a contar de 3.10.1995; d. confeccionar Título de Pensão à beneficiária SHIRLEI FERREIRA DOS SANTOS, com efeitos a contar de 1.1.1995; e. elaborar novos Título de Pensão, em substituição aos de fls. 32 e 52 do Apenso nº 030.000.711/95, a fim de consignarem o correto "dies a quo" para concessão do benefício: 10.03.1995 e 03.10.1995, respectivamente; f. tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 5059/95 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES PINTO DE ARAÚJO-FZDF. - DECISÃO Nº 7807/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o cumprimento das diligências sugeridas no item 9 de fls. 61/62.

PROCESSO Nº 6450/95 (apenso o de nº 101.001.405/95) - Aposentadoria de ROBERTO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO-FSSDF. - DECISÃO Nº 7808/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu prorrogar, por 120 (cento e vinte) dias, o prazo para que a FSS/DF encaminhe a ratificação pelo INSS da certidão de fls. 15/16 do apenso.

PROCESSO Nº 5560/96 (apenso o de nº 082.027.419/95) - Aposentadoria de NAIR CATARINA TEIXEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7809/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a FEDF, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie a ratificação da Certidão de fl. 4 do apenso pelo INSS.

PROCESSO Nº 6091/96 (apenso o de nº 030.004.800/96) - Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7810/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas do agente de material, referente ao exercício de 1995 (Processo nº 030.004.800/96), da Secretaria de Turismo; II. recomendar à SETUR que: a) observe o disposto no art. 140, VI e X, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução nº 38/90, haja vista a ausência dos documentos exigidos para a apresentação das tomadas de contas anuais do Agente de Material, referentes aos exercícios de 1995 e 1996; b) seja mais zelosa no trato das Fichas de Controle de Estoque, tendo em vista que as mesmas foram extraviadas quando da auditoria realizada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, ao analisar a competente tomada de contas do agente de material, referente ao exercício de 1995; III. julgar regulares, com ressalva, as Contas do Agente de Material da Secretaria de Turismo do Distrito Federal, em face das recomendações constantes no item anterior, na forma do art. 17, II, da Lei Complementar nº 01/94 e autorizar, em conseqüência, a expedição do competente certificado de quitação à servidora SILVIA SANTAGUIDA DE SOUSA, Matrícula nº 39.185-9, Chefe do Serviço de Recursos Materiais no período de 01.01 a 31.12.95; IV. autorizar: a) a devolução do Processo nº 030.004.800/96 à SETUR; b) o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7213/96 (apensos os de nºs 2167/95, 3975/95, 5754/95, 1044/96, 2004/96, 073.000.461/96, 073.001.175/96, 073.001.176/96 e 3 volumes) - Prestação de contas anual dos ordenadores de despesa da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7811/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7348/96 (apenso o de nº 082.016.996/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 7812/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1115/97 (apenso o de nº 101.001.991/96) - Aposentadoria de FRANCISCO ALVES OSÓRIO-FSSDF. - DECISÃO Nº 7813/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do documento de fl. 23 - apenso, dando por cumprida a diligência ordenada; II. informar à Fundação do Serviço Social que as concessões consideradas legais pela Corte com posteriores correções devem, devidamente saneadas, permanecer naquele órgão à disposição do Controle Externo, sendo, portanto, desnecessárias as suas remessas ao Tribunal para conhecimento das providências adotadas, como ocorreu com os autos em exame.

PROCESSO Nº 1225/97 (apensos os de nºs 1750/96, 1226/97, 041.000.012/96 e 041.000.113/96) - Prestação de contas anual do Banco de Brasília S.A., referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7814/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1227/97 (apensos os de nºs 1751/96 e 041.000.141/96) - Prestação de contas anual da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7815/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2061/97 (apensos os de nºs 968/97, 1830/97, 041.000.148/97 e 2 volumes) - Prestação de contas anual da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A., referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 7816/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2437/97 (apensos os de nºs 040.003.429/96, 040.008.152/96 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa II - Gama, relativa ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7817/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3293/97 (apenso o de nº 082.010.473/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 7818/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3433/97 (apensos os de nºs 040.004.287/96 e 040.008.598/96) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa XII - Samambaia, relativa ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 7819/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3774/97 (apenso o de nº 082.013.154/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo. - DECISÃO Nº 7820/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4719/97 (apenso o de nº 082.015.740/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 7821/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2136/98 (apenso o de nº 082.000.375/98) - Aposentadoria de JOSÉ PAULO FARIAS-FEDF. - DECISÃO Nº 7822/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o respectivo ato, determinando à FEDF que remeta cópia do parecer do Ministério Público ao interessado, a fim de que o mesmo tome conhecimento da possibilidade de inclusão nos proventos da inatividade da parcela de complemento salarial, desde que o requeira.

PROCESSO Nº 2579/98 (apenso o de nº 094.000.260/98) - Aposentadoria de DELFINO ALVES DE OLIVEIRA-SLU. - DECISÃO Nº 7823/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I. determinar diligência para que o SLU adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, as seguintes providências: a) retificar o ato concessório da aposentadoria do servidor para fazer constar as vantagens do artigo 192, inciso II, da Lei 8112/90, haja vista o mesmo contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço antes da vigência da Lei nº 1864, de 19.01.98, que ocorreu em 19.02.98, ou seja, 30 (trinta) dias após sua publicação (20.01.98), consoante o artigo 7º desse diploma legal; b) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 39 - apenso, observando o contido no item II da Decisão Normativa nº 02/93, para incluir a parcela correspondente às vantagens do art. 192, inciso II, da Lei 8112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído; II. indicar o fundamento legal das licenças usufruídas pelo servidor, mencionadas na certidão de fl. 21 do apenso.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 5781/94 (apensos os de nºs 040.001.086/94, 040.004.722/94, 040.006.298/96 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 7824/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7016/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos causados em decorrência de repasses irregulares de recursos à ASTER, objetivando custear o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. - DECISÃO Nº 7825/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu, preliminarmente: I) reiterar à TERRACAP os termos do item "b" da Decisão nº 7652/96, encaminhada àquela empresa por meio do Ofício GP nº 2140, de 05.09.96, esclarecendo que a Comissão de Tomada de Contas Especial a que alude a referida Decisão Plenária (Processo nº 030.013.526/88) não é a mesma informada no Ofício nº 656/96 - PRESI (Processo nº 111.001.200/95-1), fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento; II) determinar à TERRACAP que, no mesmo prazo, esclareça se a Resolução nº 412, de 11.12.84, do seu Conselho de Administração, que instituiu o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, foi submetida à aprovação do Conselho de Política de Pessoal e à audiência da Secretaria de Governo, conforme disposto no artigo 10, § 3º, do Decreto nº 7.862, de 20.01.84, encaminhando a esta Corte os documentos pertinentes; III) devolver os autos à Inspetoria competente, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3087/95 - Aposentadoria de DURVAL MARTINS DE SOUZA-DETRAN. - DECISÃO Nº 7826/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício nº 886/GAB (fls. 30), autorizou o sobrestamento da apreciação dos autos, até a obtenção, pelo DETRAN, da resposta do INSS quanto à autenticidade do tempo de serviço rural do interessado.

PROCESSO Nº 2047/96 (apensos os de nºs 190.000.115/94, 040.001.693/95, 040.005.005/95 e 040.007.098/95) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 7827/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2056/96 (apensos os de nºs 050.002.128/94, 050.002.129/94, 050.002.130/94, 050.002.131/94, 050.002.132/94, 050.002.133/94, 050.002.134/94, 050.002.135/94, 040.005.585/95 e 19 volumes) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 7828/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2427/96 (apensos os de nºs 040.002.411/95 e 040.006.215/95) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 7829/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3470/96 (apenso o de nº 082.017.759/95) - Aposentadoria de ELIZABETH MUSIAL-FEDF. - DECISÃO Nº 7830/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3573/96 (apenso o de nº 082.005.376/94) - Aposentadoria de ANA CORDEIRO LUCENA-FEDF. - DECISÃO Nº 7831/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4001/96 - Pedido de reexame de decisão da Corte formulado por TEREZINHA RODRIGUES BRANQUINHO PASSOS-FHDF. - DECISÃO Nº 7832/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I - conhecer do pedido de reexame interposto pela servidora (fls. 51/54) contra a Decisão nº 10231/96, conferindo-lhe caráter suspensivo, conforme estabelece o art. 1º, c/c o art. 4º, da Resolução nº 91, de 14 de outubro de 1997; II - dar conhecimento à interessada e à Fundação Hospitalar do Distrito Federal do teor desta decisão; III - determinar a remessa dos autos à 4ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 4270/96 (apenso o de nº 082.027.561/94) - Aposentadoria de MARINA DE MENEZES CASAGRANDE-FEDF. - DECISÃO Nº 7833/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4333/96 (apensos os de nºs 4925/90 e 082.021.803/95) - Aposentadorias de IVOMAR CHAGAS-SE. - DECISÃO Nº 7834/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu dar por cumprida a diligência objeto da Decisão 5536/96 (Processo 030.016.283/90) e considerar legais, para fins de registro, os atos de inativação em exame.

PROCESSO Nº 4547/96 (apenso o de nº 082.020.378/95) - Aposentadoria de ALUIZIO DE SOUZA LIMA-FEDF. - DECISÃO Nº 7835/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4578/96 (apenso o de nº 082.024.876/95) - Aposentadoria de CLOVES SOLANGE CARDOSO-FEDF. - DECISÃO Nº 7836/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4594/96 (apenso o de nº 082.016.308/95) - Aposentadoria de LILIAN CLEIDE SIQUEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7837/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4639/96 (apenso o de nº 082.000.737/94) - Aposentadoria de MARIA INÊS TAVARES DOS REIS ÂNGELO-FEDF. - DECISÃO Nº 7838/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4735/96 (apenso o de nº 082.007.987/95) - Aposentadoria de VERA DE ARAÚJO MELO-FEDF. - DECISÃO Nº 7839/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4940/96 (apenso o de nº 082.020.880/95) - Aposentadoria de MARCIA MONTE ALTO RABELLO-FEDF. - DECISÃO Nº 7840/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5099/96 (apenso o de nº 082.005.035/95) - Aposentadoria de ZÉLIA REZENDE DE MELO SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 7841/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5113/96 (apenso o de nº 082.022.995/95) - Aposentadoria de MARIA DO CARMO ARAÚJO-FEDF. - DECISÃO Nº 7842/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5564/96 (apenso o de nº 082.027.364/95) - Aposentadoria de MARIA GENY DE SOUSA SANTOS-FEDF - DECISÃO Nº 7843/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6461/96 (apenso o de nº 082.001.863/96) - Aposentadoria de TERESA DE ARAÚJO DAVID-FEDF. - DECISÃO Nº 7844/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 6545/96 (apenso o de nº 082.001.760/96) - Aposentadoria de ÉDILA GOMES PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 7845/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7060/96 (apenso o de nº 082.001.992/96) - Aposentadoria de SANDRA DE CÁSSIA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 7846/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1701/97 (apensos 2 volumes) - Acordos coletivos de trabalho celebrados entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e a Entidade de Classe representativa de seus empregados. - DECISÃO Nº 7847/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3613/97 (apenso o de nº 133.000.529/96) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa IV - Brazlândia, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 7848/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3812/97 (apenso o de nº 030.005.065/97) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, referente ao exercício 1996. - DECISÃO Nº 7849/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4652/97 (apenso o de nº 082.002.561/97) - Aposentadoria de JOSÉ FLÁVIO BRUNO-FEDF. - DECISÃO Nº 7850/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, preliminarmente, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4990/97 - Representação formulada pela Procuradora do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, versando sobre a possível inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 34/97. Aos autos juntou-se pedido de reexame de decisão da Corte. - DECISÃO Nº 7851/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu conhecer do Pedido de Reexame interposto a fls. 46, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, a Decisão nº 3.766/98, que determinou o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 0309/98 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 7852/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, e em atenção ao Ofício nº 1226/98-GAB/SES, concedeu à Fundação Hospitalar do DF prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para conclusão da TCE de que trata o Processo nº 061.045.007/98.

PROCESSO Nº 0361/98 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 7853/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, e em atenção ao Ofício nº 1253/98-GAB/SES, concedeu à Fundação Hospitalar do DF prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para conclusão da TCE de que trata o Processo nº 061.030.057/98.

PROCESSO Nº 2186/98 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 7854/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, e em atenção ao Ofício nº 938/98-GAB/SEA, prorrogou, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão da TCE de que trata o Processo nº 030.003.960/98.

PROCESSO Nº 3652/98 - Representação Conjunta nº 30/98 - MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre a Lei nº 1.956, de 08.06.98, que autoriza ascensão funcional para servidores do DETRAN/DF. - DECISÃO Nº 7855/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, determinou a remessa do processo à Inspetoria para instrução, observada a urgência que a matéria requer. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o relatório/voto da Relatora.

PROCESSO Nº 4283/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, por determinação da Corte (Decisão nº 8962/97 - Processo nº 2510/93). - DECISÃO Nº 7856/98.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento: a) do Ofício nº 349/98 e da Portaria nº 06, de 04.08.98, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, para considerar atendida a diligência objeto da Decisão nº 8.962/97; b) do expediente de fl. 59 (Ofício nº 1.638/98 - 3ª SPR/PRG-DF); II) conceder prorrogação de prazo para encaminhamento da tomada de contas especial instaurada pela Portaria 06/98 - SHDU, na forma solicitada pelo expediente referido no item I-b; III) relevar os atrasos observados, considerando, excepcionalmente, atendidas as diligências decorrentes das Decisões nºs 3.473/98 e 5.327/98; IV) recomendar à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal que, quando se dirigir a esta Corte, mesmo para solicitar prorrogação de prazo, o faça por intermédio de seu titular (ou substituto legal), sob pena de o pleito ser liminarmente rejeitado; V) devolver os autos à Inspetoria competente, autorizando sua apensação ao Processo nº 2.510/93, para subsidiar o exame da TCE.

Encerrada a fase de julgamento de processos ostensivos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se a seguir, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria sigilosa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra, sucessivamente, aos membros do Plenário, que cumprimentaram o Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, pelo recente lançamento da 2ª Edição - atualizada, revista e ampliada - do Livro *Tomada de Contas Especial, Processo e Procedimento nos Tribunais de Contas e na Administração Pública,* obra de grande importância para usuários, interessados e estudiosos da matéria. Na oportunidade, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal agradeceu a manifestação dos membros do Colegiado.

Nada mais havendo a tratar, às 16h20, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ELMIZ ANTONIO ROCHA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata -contendo 108 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ MILTON FERREIRA, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

ANEXO DA ATA Nº 3368
SESSÃO ORDINÁRIA DE 6.10.98

Processo: 3652/98
Origem: Ministério Público do TCDF
Natureza: Representação
Autuação: 25.08.98
Ementa:

1. Representação Conjunta nº 30/98 - MP, versando sobre a Lei nº 1.956, de 08.06.98, que autoriza ascensão funcional para servidores do DETRAN/DF, contrariando entendimento já manifestado pelo Tribunal (Processos nºs 6214/93 e 6418/96), fundamentado em posicionamento do STF (ADIn nº 837-4).
2. Assunto tratado pelo Tribunal nos citados processos, com decisão de impugnar todas as ocorrências do tipo a partir de 23.04.93, data de publicação do acórdão da ADIn nº 837-4-STF.
3. Encaminhamento dos autos à Inspetoria.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre a Representação Conjunta nº 030/98-MP, comunicando à Corte que foi publicado no DODF de 03.07.98 a Lei nº 1.956/98, que autoriza o Governo do Distrito Federal a conceder "ascensão funcional aos servidores das carreiras Assistente de Trânsito e Agente de Trânsito para a carreira Analista de Trânsito do quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN".

2. Entendendo que questionada norma legal, além de conter vício de iniciativa, fere frontalmente o disposto no artigo 37, inciso II, e no **caput** do artigo 5º (princípio da isonomia), todos da Constituição Federal, a douta Procuradoria conclui no sentido de que o Plenário:

a) tome conhecimento da presente Representação;

b) liminarmente, alerte ao Sr. Governador que se abstenha de praticar atos com base na Lei nº 1956, de 08.06.98, até julgamento deste processo, fazendo referência à Súmula nº 347 - STF;

c) determine à competente Inspetoria a realização de instrução nos moldes em que indica.

3. Na Sessão de 25.08.98 (fl. 05), o Tribunal tomou conhecimento do citado expediente, determinando o seu processamento. Em 16.09.98 os autos foram distribuídos ao meu Gabinete.

4. É o relatório.

Processo: 3652/98
Origem: Ministério Público do TCDF
Natureza: Representação
Autuação: 25.08.98

VOTO

5. Penso que a só publicação deste Relatório/Voto informará os interessados, em termos preliminares, sobre a matéria em pauta.

6. A conhecida fórmula de alertar autoridade para a abstenção de prática de ato inconstitucional tem sido utilizada por esta Casa quando da apreciação definitiva do tema proposto.

Por isso, e tendo em conta a necessidade de aprofundados estudos quanto aos aspectos relatados pelo douto MPjTC, VOTO pela remessa deste processo à Inspetoria para instrução, observada a urgência que a matéria requer.

Sala das Sessões em 6 de outubro de 1998.

Marli Vinhadeli
Conselheira

RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3366, de 29.9.98, na parte relatada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, a decisão correta adotada no Processo nº 0812/98 é a seguinte:

PROCESSO Nº 0812/98 (apensos os de nºs 2069/97 e 5096/97) - Balancetes da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília, referentes aos 2º, 3º e 4º Trimestres de 1997. - DECISÃO Nº 7543/98.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do O.E. nº 034/98-PRES, OF. nº 059/97-DAF, O.E. nºs 213 e 289/PRES-TCB (fl. 02 deste Processo e dos de nºs 2069 (fl.03) e 5096/97), bem como dos Balancetes Analíticos da TCB, referentes aos 2º, 3º e 4º Trimestre/97 (fls. 01/103-A, 01/102-B e 02/105); II. relevar o atraso verificado no encaminhamento dos Balancetes relativos aos 3º e 4º Trimestre/97; III. reiterar à TCB os termos do inciso II da Decisão nº 8954/97 e, desde já, alertando-a para as sanções previstas no inciso VI, art. 182, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 38/90, c/c o inciso VII, art. 57, da Lei Complementar nº 01, de 09.05.94; IV. retornar os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

Publicado no DODF nº 192, de 8.10.98, pág. 26

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 19.686, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

Delega a competência que especifica

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso XXI da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta no processo nº 020.000.603/98, decreta:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Transportes do Distrito Federal, competência para promover licitação na modalidade de Concorrência, tendo como objeto a concessão de serviço e obra pública, consistente no planejamento, implantação, construção e operação de um sistema integrado de estacionamento rotativo de superfície e subterrâneo, no Setor Comercial Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de Outubro de 1998
110º da República e 39º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETOS DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

NOMEAR **ISAÍAS PROPHETA DA CONCEIÇÃO FILHO**, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção Operacional, da Divisão Regional de Desporto, Lazer e Turismo,

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EXONERAR, a pedido, **SANDRA GERHARDT REZENDE**, matrícula nº 91.655-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Cálculo, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, a partir de 10 de setembro de 1998,

NOMEAR **FERNANDA SOUZA DE MELO FEITOSA**, Auxiliar de Administração Pública/SLU, matrícula nº 83.631-1, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte, da Divisão de Administração Geral,

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

EXONERAR, a pedido, **GLADSTONE CLEBER DOS SANTOS**, matrícula nº 43.786-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Administração de Bens Apreendidos da Divisão de Administração Geral, a partir de 05 de outubro de 1998;

NOMEAR **ROSÂNGELA ALMEIDA GONÇALVES**, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 41.675-4, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Administração de Bens Apreendidos da Divisão de Administração Geral.

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXONERAR, a pedido, **ANTONINO PEREIRA BATISTA**, matrícula nº 44.725-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete, a partir de 29 de setembro de 1998;

EXONERAR **LUIS FRANKLIN DE MOURA**, Auxiliar de Serviço de Apoio/SERPRO, matrícula nº 92.196-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente;

NOMEAR **LUIS FRANKLIN DE MOURA**, Auxiliar de Serviço de Apoio/SERPRO, matrícula nº 92.196-3, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

Exonerar, a pedido, ANDRÉ LUIZ VALADARES MOREIRA BUENO, matrícula nº 91.170-4, do Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar de 01 de outubro de 1998.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, MARCELO ANGELO SACRAMENTO DA COSTA, matrícula nº 40.858-1, do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Modernização Administrativa, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, a contar de 01 de outubro de 1998.

Nomear, MARCELO ANGELO SACRAMENTO DA COSTA, matrícula nº 40.858-1, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Símbolo DFA-11, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Nomear, WÂNIA CARLA ROCHA, matrícula nº 26.124-6, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Coordenação de Modernização Administrativa, da Subsecretaria de Modernização e Organização Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, **PAULO ARLINDO POLCHEIRA,** Assistente Superior de Saúde, Médico-Gineco. e Obstetrícia, matrícula nº119.542-5, do Cargo em Comissão de Diretor do Hospital da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear **MARCELO PEREIRA DE SOUZA,** Assistente Superior de Saúde, Médico-Gineco. e Obstetrícia, matrícula nº 121.287-7, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Hospital da Direção Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

01 - EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro Cargo, **FLÁVIA SANCHES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 68.124-5 do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Projetos Tecnológicos, Símbolo DFG-11, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

02 - EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro Cargo, **AIRTON TOMÉ JÚNIOR**, matrícula n.º 68.029-X do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Tecnologia para o Cerrado, Símbolo DFG-09, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

03 - EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro Cargo, **IRENILDA GONÇALVES SIQUEIRA SOUZA**, matrícula n.º 68.085-0 do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Expediente, Símbolo DFG-05, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

04 - NOMEAR, **FLÁVIA SANCHES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 68.124-5, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Expediente, Símbolo DFG-05, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

05 - NOMEAR, **AIRTON TOMÉ JÚNIOR**, matrícula n.º 68.029-X, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Projetos Tecnológicos, Símbolo DFG-11, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

06 - NOMEAR, **IRENILDA GOLÇALVES SIQUEIRA SOUZA,** matrícula n.º 68.085-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Tecnologia para o Cerrado, Símbolo DFG-09, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

Exonerar, OTÍLIA REGINA DA SILVA, matrícula n.º 26.894-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe da Seção de Documentação da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Nomear, LUCIMAR MAFRA DA SILVA, matrícula n.º 34.022-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe da Seção de Documentação da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, MAURO ANTONIO RIBEIRO, matrícula nº 6108-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG 02, de Encarregado III, do Centro de Desenvolvimento Social de Planaltina, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear, MARIA LUIZA PEREIRA BARBOSA, matrícula nº 7143-9, para Cargo em Comissão, Símbolo DFG 02, de Encarregado III, do Centro de Desenvolvimento Social de Planaltina, da Diretoria de Operações da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

RETIFICAR os Decretos de 20 de Fevereiro de 1997, publicado no DODF nº 35, de 21/02/97, página nº 1212, e de 27 de Outubro de 1997, publicado no DODF nº 208, de 29/10/97, página 8753, de nomeação e exoneração do servidor SILVIO COUTO MELO, respectivamente.

Onde de lê: SILVIO COUTO MELO.

Leia-se: SILVIO COSTA MELO.

Nomear **RENATO CESAR DE CARVALHO FILHO,** para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Operador de Áudio, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar, **ANTÔNIO RAIMUNDO MENDES SOARES,** matrícula nº 1395-1, do Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Operador de Áudio, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ PEDRO GOLLO,** para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Operador de Áudio, do Departamento de Radiodifusão, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, **JOSELITO PASSOS DE LIMA,** matrícula nº 1324-2, do Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Assessor, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal, a partir de 30 de setembro de 1998.

Nomear **RAQUEL OLIVEIRA MOREIRA,** matrícula nº 64.608-3, Professora, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Assessor, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

Exonerar por ter sido nomeado para outro cargo, ANGELO FERNANDO FERNANDES, matrícula nº: 47.576-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal.

Nomear ANGELO FERNANDO FERNANDES, matrícula nº: 47.576-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, Chefe da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal.

Exonerar por ter sido nomeado para outro cargo, OTAMAR CARIA CARNEIRO FILHO, matrícula nº: 92.194-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG - 04, de Chefe do Serviço de Expediente do Gabinete do Secretário de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal .

Nomear OTAMAR CARIA CARNEIRO FILHO, matrícula nº: 92.194-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA - 11, de Assessor da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal.

Exonerar por motivo de aposentadoria, MARIA FERREIRA CAMPOS DE PAULA, do cargo em comissão símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Apoio Operacional, do Departamento de Captação e Geração de Eventos, da Secretaria de Turismo Lazer e Juventude, a partir de 01.10.98.

Nomear, MARIA FERREIRA CAMPOS DE PAULA, para exercer o cargo em comissão símbolo DFG-08, de Chefe do Serviço de Apoio Operacional, do Departamento de Captação e Geração de Eventos, da Secretaria de Turismo Lazer e Juventude.

EXONERAR por estar sendo nomeada para outro cargo, MÔNICA SOARES VELLOSO, matrícula nº 85.195-7 do Cargo em Comissão de Assessor, símbolo DFA-11, da Assessoria de Planejamento Estratégico, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 85.074-8, do Cargo em Comissão de Assessor, símbolo DFA-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

NOMEAR, a servidora MÔNICA SOARES VELLOSO, matrícula nº 85.195-7, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, símbolo DFA-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
NOMEAR a servidora MARIA DAS GRAÇAS MEDEIROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 85.074-8, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, símbolo DFA-11, da Assessoria de Planejamento Estratégico, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

NOMEAR, o servidor MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo I, símbolo DFA-04, da Assessoria de Planejamento Estratégico, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, CLÉCIO VIRGILIO DE ANDRADE, Assistente Jurídico, matrícula nº 23.000-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Unidade de Assistência Judiciária de Brasília, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

EXONERAR, por ter sido nomeado para outro cargo, FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS, Assistente Jurídico, matrícula nº 38.010-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Unidade de Assistência Judiciária de Ceilândia, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

NOMEAR, FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS, Assistente Jurídico, matrícula nº 38.010-5, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Unidade de Assistência Judiciária de Brasília, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

NOMEAR, ANAMARIA PRATES BARROSO, Assistente Jurídico, matrícula nº 92.314-1, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe da Unidade de Assistência Judiciária de Ceilândia, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Nomear CLERI FICHBERG, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Gerente de Projetos, da Gerência de Trabalho, da Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- Declarar o posicionamento na escala de padrões das carreiras que especifica, dos servidores abaixo relacionados, apurado após a evolução funcional individual mediante aplicação da legislação em vigor, a partir da data de suas nomeações, ficando em consequência, retificadas as concessões de padrões que porventura estiverem em desacordo com o posicionamento constante deste Decreto.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

Nome: Edmar Firmino Lima Matrícula: 39.835-7 Exercício: 08.11.93 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 18.10.93. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.11.95. Progredido para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.11.96. Progredido para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.05.98
Nome: Emerson Kuplich de Oliveira Matrícula: 40.537-X Exercício: 08.03.94 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 25.02.94. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.03.96. Progredido para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.03.97. Progredido para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.09.98
Nome: Susan Dias Silva Matrícula: 40.573-6 Exercício: 02.03.94 Cargo: Auxiliar de Administração Pública	Nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 25.02.94. Efetivada na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 02.03.96. Progredida para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 02.03.97. Progredida para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 02.09.98
Nome: Vilson Edson Ribeiro Matrícula: 40.594-9 Exercício: 04.03.94 Cargo: Fiscal de Posturas	Nomeado para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 25.02.94. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 04.03.96. Progredido para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 04.03.97. Progredido para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 04.09.98.
Nome: André Luiz Gonçalves Rodrigues Matrícula: 40.812-3 Exercício: 18.03.94 Cargo: Fiscal de Posturas	Nomeado para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 25.02.94. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 18.03.96. Progredido para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 18.03.97. Progredido para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 18.09.98.
Nome: Viviane Oliveira Tavares Matrícula: 40.823-9 Exercício: 21.03.94 Cargo: Fiscal de Obras	Nomeada para exercer o cargo de Fiscal de Obras, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 25.02.94. Efetivada na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 21.03.96. Progredida para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 21.03.97. Progredida para 3ª Classe, Padrão IV, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 21.09.98.

ASSINATURA SEMESTRAL
Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12
Remessa via Correios
R$ 223,08
Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

Nome: Ubirajara Barbosa de Oliveira Matrícula: 40.147-1 Exercício: 08.12.93 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, conforme Portaria de 18.10.93. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, conforme § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 08.12.95. Licença para Tratar de Interesse Particular a contar de 01.07.96 a 15.10.97. Progredido para 3ª Classe, Padrão III, conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 25.03.97.

- Declarar o posicionamento na escala de padrões das carreiras que especifica, dos servidores abaixo relacionados, apurado após a evolução funcional individual mediante aplicação da legislação em vigor, a partir do enquadramento efetuado em 1990, ficando em consequência, retificadas as concessões de padrões que porventura estiverem em desacordo com o posicionamento constante deste Decreto.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

Nome: Osvaldo Santana Matrícula: 21.555-4 Admissão: 22.08.80 Emprego: Motorista Oficial Cargo Atual: Técnico de Administração Pública	Transposto do emprego de Motorista Oficial para o cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, pelo Decreto nº 12.116 de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Posicionado na 1ª Classe, Padrão I, pelo artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, com efeitos a contar de 01.05.91. Progredido para 1ª Classe, Padrão II, pelo artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 22.02.93. Progredido para 1ª Classe, Padrão III, pelo artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 22.08.94. Progredido para 1ª Classe, Padrão IV, a partir de 22.02.96.
Nome: Sônia Luiz Barbosa Matrícula: 24.952-1 Admissão: 09.07.84 Emprego: Agente de Serviços de Engenharia Cargo Atual: Fiscal de Obras	Transposta do emprego de Agente de Serviços de Engenharia para o cargo de Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão I, pelo Decreto nº 12.021, de 30.11.89, a contar de 01.12.89. Alterada a transposição para Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão III, pelo artigo 1º do Decreto nº 12.392, de 28.05.90, a 01.01.90. Posicionada na 1ª Classe, Padrão I, nos temos do artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 01.05.91. Progredida para 1ª Classe, Padrão II, pelo artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 09.01.93. Progredida para 1ª Classe, Padrão III, pelo artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 09.07.94. Progredida para 1ª Classe, Padrão IV, pelo artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 09.01.96.

SECRETARIA DE OBRAS

Nome: Denise Telles de Menezes Matrícula: 24.222-5 Admissão: 19.07.83 Emprego: Arquiteto Cargo Atual: Inspetor de Obras	Transposta do emprego de Arquiteto para o cargo de Analista de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão III, conforme Decreto nº 12.116, de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Posicionada na 2ª Classe, Padrão V, de acordo com o artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 01.05.91. Transposta para o cargo de Inspetor de Obras, 2ª Classe, Padrão V, conforme Decreto nº 14.551, de 29.12.92, a contar de 30.12.92. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, para 2ª Classe, Padrão VI, a partir de 19.01.93. Promovida, em caráter excepcional, pelo artigo 1º do Decreto nº 16.252, de 29.12.94, a partir de 30.12.94, para 1ª Classe, Padrão I. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão II, a contar de 19.01.96. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão III, a partir de 19.07.97.
Nome: Cecília Juno Malagutti Matrícula: 22.496-0 Admissão: 10.08.81 Emprego: Arquiteto Cargo Atual: Inspetor de Obras	Transposta do emprego de Arquiteto para o cargo de Analista de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão II, conforme Decreto nº 12.116, de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Posicionada na 1ª Classe, Padrão IV, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 01.04.91. Transposta para o cargo de Inspetor de Obras, 1ª Classe, Padrão IV, conforme Decreto nº 14.551, de 29.12.92, a contar de 30.12.92. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, para 1ª Classe, Padrão V, a partir de 10.02.93. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão VI, a partir de 10.08.94. Promovida nos termos do artigo 5º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão I, a partir de 01.07.96. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão II, a contar de 10.08.97.
Nome: Rosália Cristina R. Curado Matrícula: 22.130-9 Admissão: 03.04.81 Emprego: Agente Administrativo Cargo Atual: Técnico de Administração Pública	Transposta do emprego de Agente Administrativo para o cargo de Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão I, conforme Decreto nº 12.116, de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Posicionada na 1ª Classe, Padrão III, conforme artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 01.05.91. Progredida para 1ª Classe, Padrão IV, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 03.10.92. Promovida para Classe Especial, Padrão I, conforme artigo 5º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 01.07.94. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão II, a partir de 03.10.95. Progredida conforme artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão III, a partir de 03.04.97.
Nome: Carlos Madson Reis Matrícula: 25.880-6 Exercício: 20.03.91 Cargo: Analista de Administração Pública	Nomeado através da Portaria de 20.02.91, para exercer o cargo de Analista de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, para 3ª Classe, Padrão II, a partir de 20.09.92. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 20.03.94. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão IV, a partir de 20.09.95. Promovido nos termos do artigo 5º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 2ª Classe, Padrão I, a partir de 01.07.97.
Nome: Tânia Aparecida Fonseca Matrícula: 43.726-3 Exercício: 01.12.94 Cargo: Auxiliar de Administração Publica	Nomeada através da Portaria de 10.11.94, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivada na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a partir de 01.12.96. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 01.12.97.
Nome: Aroldo Oliveira Rocha Matrícula: 43.793-X Exercício: 29.11.94 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado através da Portaria de 10.11.94, para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a partir de 29.11.96. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 29.11.97.
Nome: Rubens Melchior do Nascimento Matrícula: 44.141-4 Exercício: 30.12.94 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado através da Portaria de 11.11.94, para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 30.12.96. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 30.12.97.
Nome: Enoque de Souza Araújo Matrícula: 43.555-4 Exercício: 14.11.94 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado através da Portaria de 10.11.94, para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a partir de 14.11.96. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 14.11.97.
Nome: Diva Helena Garcia Gil Matrícula: 43.582-1 Exercício. 05.12.94 Cargo: Auxiliar de Administração Pública	Nomeada através da Portaria de 10.11.94, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivada na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a partir de 05.12.96. Progredida nos termos do artigo 2º do

	Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 05.12.97.
Nome: José Bento de Sousa Matrícula: 43.714-X Exercício: 12.12.94 Cargo: Técnico de Administração Pública	Nomeado através da Portaria de 10.11.94, para exercer o cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I. Efetivado na 3ª Classe, Padrão II, nos termos do § 2º artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, a contar de 12.12.96. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 3ª Classe, Padrão III, a partir de 12.12.97.
Nome: Geni Terezinha Spies da Silveira Matrícula: 30.735-1 Admissão: 31.07.89 Emprego: Agente de Portaria Cargo Atual: Auxiliar de Administração Pública	Transposta do emprego de Agente de Portaria para o cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, nos termos do Decreto nº 12.116, de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Reposicionada na Classe Única, Padrão VI, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a contar de 01.05.91. Posicionada na 1ª Classe, Padrão III, em virtude da reestruturação do seu cargo, conforme o artigo 1º da Lei nº 427, de 07.04.93, com efeito financeiro a contar de 01.03.93 e funcional a contar de 12.04.93. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão IV, a partir de 31.07.94. Promovida nos termos do artigo 5º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão I, a partir de 01.07.96. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão II, a partir de 31.07.97.
Nome: Luiz Pereira de Castro Matrícula: 31.754-3 Admissão: 06.12.89 Emprego: Agente Operacional de Serviços Diversos Cargo atual: Auxiliar de Administração Pública	Transposto do emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos para o cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, conforme Decreto nº 12.116, de 03.01.90, a contar de 01.01.90. Posicionado na 1ª Classe, Padrão III, em virtude da reestruturação do seu cargo, conforme artigo 1º da Lei nº 427, de 07.04.93, com efeito financeiro a contar de 01.03.93 e funcional a contar de 12.04.93. Progredido para 1ª Classe, Padrão IV, a partir de 06.06.93, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93. Promovido em caráter excepcional, pelo artigo 1º do Decreto nº 16.252, de 29.12.94, a partir de 30.12.94, para Classe Especial, Padrão I. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão II, a partir de 06.06.96. Progredido nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para Classe Especial, Padrão III, a partir de 06.12.97.
Nome: Geni Alves Souza Jesus Matrícula: 32.045-5 Exercício: 26.03.90 Cargo: Auxiliar de Administração Pública	Nomeada através da Portaria de 20.02.90, para exercer o cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão I. Reposicionada na Classe Única, Padrão III, nos termos do artigo 24 do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, a partir de 01.05.91. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 13.166, de 30.04.91, para Classe Única, Padrão IV, a partir de 26.09.92. Posicionada na 2ª Classe, Padrão III, em virtude da reestruturação do seu cargo, conforme artigo 1º da Lei nº 427, de 07.04.93, com efeito financeiro a contar de 01.03.93 e funcional a contar de 12.04.93. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 2ª Classe, Padrão IV, a partir de 26.03.94. Promovida nos termos do artigo 5º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão I, a partir de 01.07.96. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão II, a partir de 26.03.97. Progredida nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647, de 25.03.93, para 1ª Classe, Padrão III, a partir de 26.09.98.

– Retificar no Decreto de 04 de agosto de 1998, publicado no DODF nº 147, de 05 de agosto de 1998, a situação funcional do servidor abaixo relacionado:
ONDE SE LÊ:

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRÍCULA	NOME	CATEGORIA	SIT.ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS	PAD	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
27.267-1	EDSON WAGNER DE S. BARROSO	PERITO CRIM.	1ª	III	1ª	IV	01.03.98

LEIA-SE:

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRÍCULA	NOME	CATEGORIA	SIT.ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS	PAD	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
27.267-1	EDSON WAGNER DE S. BARROSO	PERITO CRIM.	1ª	IV	1ª	V	01.03.98

– Fica excluída da Portaria de 20 de dezembro de 1995, publicado no DODF nº 246, de 22 de dezembro de 1995, que concedeu Progressão Horizontal para a servidora LILIAN KÁTIA PEREIRA, matrícula nº 37.896-8, Papiloscopista, lotada na Polícia Civil do Distrito Federal.
– Fica excluída do Decreto de 25 de setembro de 1997, publicado no DODF nº 186, de 26 de setembro de 1997, que concedeu Progressão Horizontal para a servidora LILIAN KÁTIA PEREIRA, matrícula nº 37.896-8, Papiloscopista, lotada na Polícia Civil do Distrito Federal.

1 - Conceder Progressão Funcional nos termos do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, ao servidor abaixo relacionado.
2 - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste Decreto retroagem à data em que se completou o interstício do servidor.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRÍCULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
37.896-8	Lilian Kátia Pereira	Papiloscopista	2ª	I	2ª	II	01.03.95
37.896-8	Lilian Kátia Pereira	Papiloscopista	2ª	II	2ª	III	01.09.96

1 - Conceder Progressão Funcional nos termos do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980, aos servidores abaixo relacionados.
2 - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste Decreto retroagem à data em que se completou o interstício de cada servidor.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRÍCULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
47.171-2	Rosângela Cele Silveira	Delegada de Polícia	2ª	I	2ª	II	01.03.98
47.322-7	Donizete José de Oliveira	Agente de Polícia	2ª	I	2ª	II	01.03.98

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto nos artigos 33, inciso I, e 34, "caput", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Exonerar, a pedido, os servidores abaixo:

NOME	CARGO	QUADRO	VIGÊNCIA	PROCESSO
ARNALDO MOREIRA DE MAGALHÃES, matrícula n.º 91.391-X	Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I	DF	19/08/98	144.000.546/98
CARLOS RENATO DO AMARAL PORTILHO, matrícula n.º 91.434-7	Auxiliar de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I	DF	10/09/98	142.000.931/98
FÁBIO COUTO BEZERRA, matrícula n.º 01.351-X	Agente de Trânsito, 3ª Classe, Padrão I	DETRAN	09/09/98	055.007.273/98

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
1 - Conceder Progressão Vertical aos servidores da Carreira Policial Civil constante da relação em anexo, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1998.
2- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRÍCULA	NOME	CATEGORIA	SIT.ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS	PAD	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
19.208-2	HORACIO JOAQUIM GOMES ROLO	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
21.033-1	PAULO CESAR F. DA G. TOLENTINO	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
22.968-7	JURANDI TEIXEIRA PINTO	DEL. POLICIA	2ª	V	1ª	I	01.09.98
23.385-4	ARNALDO SIQUEIRA DE LIMA	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.492-3	CARLOS LUCIO FERREIRA DA SILVA	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
24.448-1	ROSA MARIA RODRIGUES	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
25.380-4	SUZANA ROBERTO O MACHADO	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
25.382-0	MARIA APARECIDA FONTENELLI	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
25.425-8	GILBERTO VILAS BOAS	DEL. POLICIA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
33.876-1	LEONEL PEREIRA GALVAO	DEL. POLICIA	2ª	V	1ª	I	01.09.98
19.319-4	JOSE ALBERTO DE ALMEIDA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.335-6	RUBIO MACHADO SOUSA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.336-4	ROSANGELA MACHADO R. SOUZA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.717-3	JOSE JOAQUIM DE F FILHO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.905-2	JACIRA PINHEIRO BARBOSA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.908-7	OLGA MIRANDA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.911-7	CARLOS ALBERTO FREIRE	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
19.968-0	EUNICE CORREA ARAUJO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.686-1	MARIA INES DE O AGUIAR BARBOSA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.688-8	PEDRO FRANCISCO SILVA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.691-8	ORLANDO DE LIMA JUNIOR	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.708-6	JONILTO CHAGAS SARMENTO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.725-6	ANIRTON PEREIRA RIBEIRO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.726-4	ANGELA MARIA DA LUZ SOARES	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.804-X	IVETE SHIMABUKO SILVA ROCHA	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.818-X	ALMIR SABINO DE AZEVEDO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.836-8	IBRAIM ALVES VIEIRA FILHO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.853-8	MARIA DE FATIMA SORAGGI	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.871-6	WANDERLEY LEAL CHAGAS	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.911-9	JOSE ALBERTO DE C COUTINHO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.913-5	ALBANIZA MONTENEGRO BELO	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.926-7	ALBANISA ASSUNÇAO DE CAMPOS	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.933-X	LUIZ CARLOS TAVEIRA DE MATOS	PERITO CRIM.	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
25.302-2	RICARDO CORTES DE OLIVEIRA	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26.818-6	JOSE RIBAMAR R. MALHEIROS	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26.819-4	JOSE EDUARDO DA S. REIS	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26.823-2	EDWILSON JORGES DA S. COSTA	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26830-5	ROBERTO MOREIRA DA SILVA	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26.857-7	ERASMO TOKARSKI	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
26.900-X	EDUARDO LUIZ DANTAS DA COSTA	MED.LEGISTA	1ª	VI	ESP.	I	01.09.98
23.458-3	JOSENILDO DE SOUSA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
23.567-9	VERA LUCIA R. FERNANDES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
23.618-7	FERNANDO JOSE DE A CAVALHIER	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
24.530-5	DEUSIVAN CURINGA DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
24.536-4	WELLINGTON ALVES DA ROCHA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
24.851-7	BENONES DE SOUSA VIEIRA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
25.585-8	EUDES SOARES DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
25.910-1	CELSO SANTOS ARAUJO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
26.346-X	FRANCISCO DE ASSIS LASNEAUX	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
26.443-1	ALEXANDRE RIBEIRO SARMENTO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
26.453-9	VICENTE ANDRELINO DA ROCHA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
26.456-3	RUBENS RANGEL DE MEDEIROS	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
26.492-X	JOSE CAVALCANTE DA SILVA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
26.592-6	CICERO NEILDO FURTADO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.287-6	JOAO ANTONIO B. DO NASCIMENTO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.293-0	FRANCISCO MARCONE C. DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.297-3	JOSE RAFAEL CESAR DE MACEDO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.301-5	JOSE WILTON FERNANDES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.487-9	VERONICA ARAUJO DE L PINHEIRO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.523-9	ANTONIA ZULENE V BRANDÃO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.525-5	PAULO SERGIO R. DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.535-2	WILLIAM APARECIDO RODOVALHO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.577-8	JOSE GUILHERME T. RENNEBERG	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.608-1	BARTOLOMEU PINHEIRO DE SOUZA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.617-0	ELGIN LISOMAR C. DOS SANTOS	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.634-0	CAETANO PEREIRA SANTANA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.637-5	MARIA NECY DA CUNHA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.641-3	FABIO BARCELOS E ALBUQUERQUE	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.670-7	FRANCA FONSECA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.674-X	MARCO ANTONIO V. LIMA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.728-2	ROSILEIA MARTINS F. GOMES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.743-6	JOAO EDSON SIMOES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.754-1	NEY SOARES DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.785-1	LAERTE MAGALHAES ALENCAR	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.795-9	DORIANA DE JESUS A SOARES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.817-3	ADVAL CARDOSO DE MATOS	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.826-2	SALOMAO G. DE VASCONCELOS	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.833-5	JOSELITO PEREIRA DE AMORIM	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.860-2	FRANCISCO CARLOS F. GUIMARAES	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.862-9	ANTONIO ENEVALDO R. PEREIRA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.874-2	CARLOS ROBERTO DA SILVA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.875-0	MAURICIO BALTAZAR COSTA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.881-5	CHARLES JOSE C. DAMASCENO	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.905-6	GILSON LEMES RORIZ	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
28.575-7	WILSON NATALINO CARLOS	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
31.382-3	JOATAN LUSTOSA GAMA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
31.437-4	ADAILTON BRITO BIDU	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
31.687-3	ELVIRA DE FATIMA SOUSA	AG. POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
35.770-7	DEILSON JOAO GARCIA RESINA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
35.938-6	EDSON DA CONCEIÇAO DA SILVA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.007-4	ADENAUER DANTAS JUSTO	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.008-2	HILDEGILSON A CAVALCANTE	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.110-0	JOSE WILSON POVOA RIBEIRO	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.182-8	ERNANDES LUIZ DE SOUZA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.247-6	ZAIRA DEBONI MIOSO	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
37.365-6	ÁLVARO ARAUJO PIRES MARINHO	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
37.427-X	REGINALDO CRUZ EVANGELISTA	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
39.576-5	MAURO SANTANA DE JESUS	AG. POLÍCIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
27.184-5	LUCIANE GOMES ROBIN	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.203-5	LUCIMAR APARECIDA DOS S ALVES	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.274-4	LEENE GOMES DA SILVA	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.280-9	ELIANA DE SOUZA S. DE LIMA	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.289-2	AILTON FERREIRA	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.295-7	FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS	ESC.POLÍCIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98

27.967-6	MARISTELA TORRÃO DA SILVA	ESC.POLICIA	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
36.361-8	HAROLDO GOMES DAVID	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.380-4	IVO ZENJI IIZUKA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.587-4	ANTONIO HELDER DA R. MENDES	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.700-1	MARCO ROBERTO DE CARVALHO	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
37.574-8	MARCONDES MORAES DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
37.968-9	ANAIDE NOGUEIRA DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
38.141-1	JAIRO SOARES ROCHA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
38.328-7	ALEXANDRE DE SOUZA JUNIOR	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
39.449-1	PAULO CESAR DA COSTA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
39.507-2	RACHEL DE MELO XAVIER COSTA	ESC.POLICIA	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
27.149-7	MARIA DA CONCEIÇÃO P. VIEIRA	PAPILOSC.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.211-6	EDILENE SAMPAIO P. MACEDO	PAPILOSC.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.245-0	LIOBEN CLAUDIO RAEFF	PAPILOSC.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.251-5	CARLA DANIELLE T.B.CARVALHO	PAPILOSC.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
36.511-4	CLAUDINEI FREITAS DE LIMA	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.512-2	MARCIO MENDES DA SILVA	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.513-0	MANOEL PEREIRA DOS SANTOS	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.514-9	ADILSON ALVES DE OLIVEIRA	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.516-5	WALDIR PIRES DA COSTA	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.521-1	EDILSON JACOBSON C.DE ALMEIDA	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
39.448-3	ROSIMEIRE SILVA COUTO	PAPILOSC.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
26.434-2	PEDRO ROBERTO DA S. NUNES	AG.PENITEN.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.825-4	FRANCISCO DE JESUS S. SANTOS	AG.PENITEN.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.865-3	ELIZAR DE MELO PERES	AG.PENITEN.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.886-6	ELISABETE EMIDIO DA COSTA	AG.PENITEN.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
27.901-3	FRANCISCO CARLOS MARTINS	AG.PENITEN.	1ª	IV	ESP.	I	01.09.98
36.845-8	ANTONIO MENDES LIMA	AG.PENITEN.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98
36.850-4	JOARY MOREIRA DOS SANTOS	AG.PENITEN.	2ª	IV	1ª	I	01.09.98

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, Inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

1 - Conceder Progressão Horizontal aos servidores da Carreira Policial Civil constante da relação em anexo, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1998.

2- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT.ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS	PAD	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
19.246-5	EVANDIL ARBOLEIA	DEL.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
20.496-X	JOSE GERALDO DE OLIVEIRA	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
21.182-6	FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
21.202-4	RAIMUNDO PAIVA DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
22.163-5	CELSO MOREIRA FERRO JUNIOR	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
22.950-4	ALUIZIO GONÇALVES CARVALHO	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
22.993-8	RITALICE DE FATIMA P.PERPETUO	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
23.514-8	HERTZ ANDRADE SANTOS	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
23.572-5	REGINALDO BORGES DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
23.576-8	FRANCISCO DA SILVA VIEIRA	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
23.608-X	ANTONIO MONOEL DE JESUS	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
24.026-5	PEDRO JULIO DE MELO COELHO	DEL.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
24.040-0	JOAO KLEIBER ESPER	DEL.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
24.045-1	BARTOLOMEU ARAUJO	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
24.058-3	MARIO GOMES DA NOBREGA	DEL.POLICIA	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.073-7	PAULO FERNANDO SAMPAIO	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
24.796-0	JOSE REIS SANTOS	DEL.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
24.806-1	RONALDO ALMEIDA DA SILVA	DEL.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
24.816-1	RAIMUNDO VANDERLY A .DE MELO	DEL.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
24.819-3	SARLLY SOARES PRADO	DEL.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
25446-0	ACHILLES BENEDITO DE OLIVEIRA	DEL.POLICIA	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
25516-5	AILTON CARLOS DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
25.572-6	CICERO JAIRO DE V.. MONTEIRO	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
26.431-8	PEDRO CARDOSO DE S. FILHO	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
27.192-6	LUCIA DE FATIMA G.DE LACERDA	DEL.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.697-9	DAMIAO JOSÉ LEMOS DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
27.701-0	ELIANA LUCIA A B. CLEMENTE	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
27.715-0	ANTONIO ADMAR BRANDAO	DEL.POLICIA	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.720-7	VERA LUCIA DA SILVA	DEL.POLICIA	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.721-5	ANTONIO RENATO A. RAINHA	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
27.726-6	MAURO AGUIAR MACHADO	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
28.636-2	SELMA MARIA FROTA CARMONA	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
28.770-9	MAILINE ALVARENGA	DEL.POLICIA	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
32.200-8	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
32.231-8	MANUEL SANTOS FERRAZ	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
32.240-7	JOSÉ MORAES CARDOSO	DEL.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.467-1	LUIZ JULIÃO RIBEIRO	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
33.058-2	SOLANGE MARIA B.F.COUTINHO	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
33.633-5	MARTHA GENY VARGAS BORRAZ	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
33.782-X	ROSELINDA VALENTI	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
33.850-8	CARLOS E. DE ASSIS REPUBLICANO	DEL.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
34.902-X	ANTONIO COELHO SAMPAIO	DEL.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
42.189-8	MYRIAM DE OLIVEIRA	DEL.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.190-1	LUCIA CANDIDA DA SILVA	DEL.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.191-X	GERALDO MAGELA SALVADOR	DEL.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
19.380-1	GILVAN DE CASTRO MELLO	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
21.101-X	LEA S. MEIRELES DOS SANTOS	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
21.472-8	JOÃO BRAZ NETO	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
23.383-8	MANOEL LOURENÇO DE ANDRADE	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
23.466-4	ROBERTO NASCIMENTO GOMES	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
23.481-8	CARLOS MELO DE SOUSA	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
23.582-2	ANTONIO AFONSO	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
23.689-6	ANGELO ALVES REIS	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
23.857-0	WALTOIRES REIS DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.035-4	LUIZ HENRIQUE R.ALVES DE LIMA	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.043-5	CLEMER REZENDE FARIA	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.075-3	IVO MAIA DIAS	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.088-5	ALEXANDRE RIBEIRO BARNABE	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.111-3	CARMEM LUZA MACHADO FARIAS	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.204-7	GILMAR RODRIGUES MARQUES	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.502-X	FRANCISCO ALBERTO R. MONTEIRO	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
24.854-1	JOSE SERGIO BATISTA	PERITO CRIM.	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
25.579-3	ELDO DE SOUSA SANTOS	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.097-0	ALEXANDRE ELEM DE OLIVEIRA	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.110-1	JOAO BOSCO DE OLIVEIRA	PERITO CRIM.	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
27.113-6	CELSO NENEVE	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.120-9	JUSCELINO DE ARAUJO	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.121-7	CICERO ANACLETO L. DE CASTRO	PERITO CRIM.	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
27.142-X	OZORIO EUGENIO BITTENCOURT	PERITO CRIM.	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
27.151-9	ALICIA CRISTINA SANTOS REIS	PERITO CRIM.	1ª	IV	1ª	V	01.09.98
38.839-4	KATIA SANTOS NOGUEIRA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.482-3	MARCOS ANTONIO O. DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.487-4	KAZUO TAKAYANAGUI	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.490-4	MIRNA ANDRADE S. MAIA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.498-X	VALERIA BENINI M. DE LIMA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.500-5	MARCOS XAVIER DE SOUZA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.503-X	IREMAR PAULINO DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.504-8	IVAN VILLELA DE ARAUJO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.511-0	MARIA VIRGINIA DE AVILA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.518-8	MAURICIO LEANDRO DOS SANTOS	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.538-2	WALTER JOSUE C. DE OLIVEIRA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.543-9	RODRIGO DE ALMEIDA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.547-1	ROBSON SNTORO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.560-9	GILMAR JOSE DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.562-5	ALMIRO DE AMORIM NETO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.563-3	ANTONIO CARLOS DE C. BARRETO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.564-1	LUIZ ALBERTO DA C.M. JUNIOR	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.565-X	FLAVIA ANDRADE SEIXAS MAIA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.566-8	RODOLFO ANTONIO DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.567-6	CELSO MIZUNO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.568-4	SAUL DE CASTRO MARTINS	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.569-2	GILSON APOLINARIO PEIXOTO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.578-1	ELIZABETH DE OLIVEIRA P. ENDO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.579-X	LUIZ RICARDO N. DE GOUVEA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.580-3	CASSIO THYONE ALMEIDA ROSA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.583-8	EDER JOFRE DE SOUSA OLIVEIRA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.584-6	JOSÉ LUIS ROZATTO FERNANDEZ	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.586-2	ALFREDO BARBOSA ZULATO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.588-9	ANA PAULA DINIZ DE M. MOREIRA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.589-7	SILVIO BOCON	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.591-9	ODAIR LUIS DOS REIS	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.594-3	WAGNER DOS SANTOS	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.744-X	RAUL PITHON BARRETO NETO	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.745-8	SÉRGIO LUIZ BARBOSA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.933-7	LUIZ FERNANDO AZEVEDO DIAS	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
40.472-1	MARCELO RIBEIRO MEIRELLES	PERITO CRIM.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
42.149-9	VICENTE ALFREDO DE P. RODRIGUES	PERITO CRIM.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
44.601-7	HELOISA HELENA S. DE MAGALHÃES	PERITO CRIM.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
45.136-3	JULIO CESAR LUIS DA SILVA	PERITO CRIM.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
26.822-4	AUSONIA CASTILHO DE FREITAS	MED.LEGISTA	1ª	V	1ª	VI	01.09.98
37.888-7	CRISTIANE ALVES COSTA	MED.LEGISTA	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
39.459-9	JOÃO PAULO ANDRADE MOLINA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.471-8	ADILSON MENDES COUTINHO	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.472-6	SIMONE CORREA ROSA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.475-0	JOSÉ RIBAMAR SOUSA M. FILHO	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.476-9	MARGARIDA HELENA S. MACHADO	MED.LEGISTA	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
39.477-7	MONIQUE PEREIRA MEDEIROS	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.478-5	ELIAS ABDALA FILHO	MED.LEGISTA	2ª	IV	2ª	V	01.09.98
39.480-7	MARIZE HELENA F. DA SILVA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.485-8	JOSÉ FLAVIO SOUSA BIZERRA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.486-6	HILDECI JOSE REZENDE	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.491-2	VILSON DE MATOS LIMA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.492-0	VOLNEI PAULINO F. T. MENDES	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.493-9	MARCELO DE MAGALHAES ALVES	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.495-5	LUCIO HENRIQUE DA SILVA FONSECA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.508-0	NIVALDO PEREIRA ALVES	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.520-X	JOSE RAIMUNDO LEVINO DA SILVA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.522-6	RICARDO CESAR FRADE NOGUEIRA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.526-9	WALBERT DE ARAUJO LINHARES	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.544-7	MAURILIO SANTOS VIEIRA	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.549-8	ROBERTO FERREIRA WANDERLEY	MED.LEGISTA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
24.343-4	SANTINA MARIA B.N. GONÇALVES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
24.821-5	PAULO ROBERTO R.DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
24.855-X	ILTON FERREIRA DOS SANTOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
25.388-X	ELZIMAR ULISSES CASTRIOTO	AG.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
25.599-8	JOAO BOSCO DE ARAUJO	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
25.954-3	SEBASTIAO DE OLIVEIRA LEITE	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
26.344-3	FERNANDO CESAR S. DE SOUZA	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
26.444-X	HORACIO FERREIRA DO REGO	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
26.465-2	JOSE LUIZ FONSECA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
26.579-9	JURANDI RODRIGUES LOPES	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
26.625-6	CARLOS AUGUSTO BEZERRA	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
27.175-6	CARLOS ROGERIO S. DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.178-0	ADALBERTO TENORIO BATISTA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
27.195-0	SEBASTIANA MARIA SANTOS SA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
27.216-7	PAULO CEZAR DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.254-X	DAVI PEREIRA ALVES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.288-4	EDUARDO ALVES VIEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.292-2	NICANOR DE SOUZA JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
27.519-0	ANTONIO FERNANDO GUERRA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.554-9	NAISE GOMES AMAZONAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.564-6	ALEXANDRE P.G. DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.569-7	UBIRAJARA ALVES JUNIOR	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.572-7	VÂNIA OLIVEIRA PASSOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.579-4	MARLENE DE ARAUJO SOARES	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
27.584-0	JOSÉ GILNAR GONÇALVES FERREIRA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.585-9	LENISIA ARDILIA GENESS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.587-5	LUIZ HENRIQUE SALEH GOMES	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.593-X	JORGE SANTOS ALVES	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.596-4	LEVI SILVESTRE DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.599-9	MARCUS GLAY NUNES DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.603-0	RONALDO LUIZ DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.607-3	JOÃO EUDES RIBEIRO SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.614-6	ANTONIO CARLOS DE SOUSA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.615-4	JOSIMAR ALVES DOS SANTOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.630-8	HAMILTON ARRUDA CAMPOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.631-6	ALEX DOS SANTOS FONSECA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.633-2	ISMAEL CANDIDO DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.640-5	PEDRO RECKZIEGEL	AG.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
27.643-X	WALTHER DOS S. B. BARCELLOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.644-8	FAUZER DOMINGOS DA COSTA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.645-6	CALEB ALVES DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.646-4	JOILDO PEREIRA DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.656-1	ADAILTON DA SILVA ARAUJO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.659-6	JOAO GILBERTO S. DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.660-X	JOSE LOPES RIBEIRO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.665-0	IDAIR FERNANDES	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.666-9	MAURO ZAGO JUNIOR	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.667-7	MARCOS LUIS R. GASPARINI	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.672-3	RAIMUNDO CARDOSO DA COSTA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.675-8	ETELVINO MIGUEL DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.704-5	JOSE ADALBERTO A. DO AMARAL	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.705-3	KATIA DO SOCORRO S.M. TEIXEIRA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.708-8	OSANO JOSE DO SANTOS NETO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.718-5	DAVID ROMEIRO C. FILHO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98

27.737-1	JOSE ANTONIO GONÇALVES	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.755-X	JOSE APARECIDO FRANCO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.775-4	JOSE GERALDO DE CARVALHO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.784-3	VALERIA MAIA AGUIAR DE CASTRO	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.816-5	HELMUTH FELIP ZIMMER	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.818-1	ROBERTO PIMENTEL DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.834-3	SILVIA EVANGELISTA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.882-3	EDIMAR GOMES MAGALHAES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.885-8	EDSON DE JESUS LIMA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
27.894-7	MAURICIO CARLOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.898-X	FERNANDO TEIXEIRA DA ROSA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
27.903-X	ABRAO RICARDO P. GONÇALVES	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
27.983-8	LUIZ CARLOS DE ANDRADE	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
29.990-1	LUCIA HELENA TEIXEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.375-0	MANOEL LUIZ ROCHA LEITE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.376-9	MARIA MAGNOLIA S. ARRAIS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.377-7	CLAUDIO DE LIMA MILITAO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.378-5	MARIA LUCIA DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.379-3	JOSE LUIS RODRIGUES ABADIA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.380-7	JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.381-5	JOSE CARLOS M.M. DA FONSECA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.383-1	SAVIO CESAR OLIVEIRA REIS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.384-X	MARINIARA SANTOS DE MORAES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.385-8	CICERO RODRIGUES F. BONFIM	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.387-4	VERONICA ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.388-2	WELSON BATISTA DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.389-0	PAULINO ALVES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.390-4	LUIZ ANTONIO ABUD SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.391-2	ANTONIO FRANCISCO N. JARDIM	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.394-7	PAULO CESAR LIRA CHAGAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.395-5	DORIS ANTONIO ALVES DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.396-3	LUIS CARLOS AGUIAR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.397-1	MARCO ANTONIO BRITO MEIRELLES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.398-X	RAIMUNDO EUDENIDES DE QUEIROZ	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.399-8	NILTON CARDOSO SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.400-5	LEVI SOARES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.401-3	JOSE BENEDITO DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.402-1	LAERTE NUNES FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.403-X	VALDIR FRANCISCO DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.404-8	MUCIO BARBOSA FILHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.405-6	JOSE RIBAMAR LOPES FILHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.406-4	LUCIA DE FATIMA SALES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.407-2	LIGIA MARCIA N. A. L. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.409-9	FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.410-2	PAULO SERGIO DUARTE DE JESUS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.412-9	CARLOS ROBERTO DA CUNHA MELO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.415-3	PAULO ROBERTO O. FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.416-1	EDSON VIANA DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.417-X	CHARLES HERBERT C. DE MENEZES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.419-6	ELIEZER LEITE HONORIO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.421-8	ELIZABETH MELLO BARBOSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.422-6	ROGERIO DE SOUZA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.424-2	SONIA DE SOUSA OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.425-0	ALDO VIEIRA MASCARENHAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.427-7	IVONE MEDEIROS SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.428-5	JASSE MARQUES DE MOURA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.429-3	EDI VANIA SANTANA H.DE AZEVEDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.430-7	FLAVIO PUTTINI CARVALHO RAMOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.431-5	GERALDESIO CANDIDO DE LIMA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.432-3	JOSE SILVIO DE PAIVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.433-1	MARCO VINICIO BARBOSA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.435-8	ANDREIA RIBEIRO C. ESPINDOLA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.436-6	ANTONIO CARLOS RIBEIRO COELHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.438-2	ANTONIO MATIAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.439-0	MAURO MARTINS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.440-4	DOLOVIR ARTIAGA SILVA JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.441-2	MARIA CRISTINA DO LAGO MELO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.447-1	LUZIMAR GOMES PEREIRA DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.450-1	DAVID SALLES JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.452-8	ELIEL ALVES DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.453-6	MAURICIO ANTUNES MADUREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.454-4	LUIS SATURNINO MARTINS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.455-2	JOSE HENRIQUE DO LAGO MELO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.456-0	FERNANDO ANTONIO V. MESQUITA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.457-9	GERALDO MAGELA COSTA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.458-7	VALDENIA MARINHO GOMES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.459-5	DINORA MARIA VILELA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.460-9	NUBIA RANGEL DE AMORIM	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.461-7	WILTON APARECIDO DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.462-5	SOLANGE MENESES L. FIGUEIREDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.464-1	RENATA CARVALHO DE MEDEIROS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.465-X	REGINA CLAUDIA G. DE GOUVEIA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.466-8	CICERO PAZ	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.467-6	CLAUDIO SEVERIANO RAMOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.471-4	PAULO AFONSO COELHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.472-2	LUIZ BEZERRA DINIZ	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.474-9	ANTONIO SERGIO XAVIER	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.476-5	VILMA VIRGINIA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.478-1	LUIZ HENRIQUE DOS S. PINHEIRO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.480-3	REGINA LUCIA C. MESQUITA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.481-1	JULIO CESAR DE OLIVEIRA EMERY	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.482-X	SILVANO DE JESUS MOURA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.483-8	JAINE BEATRIZ PEREIRA BORGES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.484-6	HAILTON DA SILVA CUNHA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.485-4	ROBSON ADAMI ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.486-2	GISELDA MARIA M. BARBOSA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.487-0	SILVIO HENRIQUE P. VIEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.490-0	JOSE EDISON BRANDAO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.493-5	YONE RODRIGUES B. ALBUQUERQUE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.494-3	JOAO NETO DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.495-1	SAVIO DE SOUZA CERVO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.513-3	GILSON CAMARGOS BERNARDES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.514-1	TEREZINHA MARIA R. S. PEREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.518-4	JUSCELINO DA SILVA VIANA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.519-2	HEMERSON ALVES DE FREITAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.523-0	CIRO JOSE DE FREITAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.524-9	VALTER GOMES DE AMORIM	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.526-5	WELLINGTON DE ARAUJO FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.527-3	JACIRA SILVA CAVALCANTE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.529-X	GARIBALDO RODRIGUES S. JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.530-3	ANTONIO GASPAR LIMA SANTOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.531-1	CARLOS ROBERTO IVO SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.532-X	IVONE ANTONIA DE N. ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.533-8	EMANOEL LOUREIRO FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.535-4	ANTONIO FERNANDES DE F. JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.536-2	IONE MARIA PEREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.537-0	MARCIO ALBERTO G. DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.538-9	ANDRE LUIZ SANTOS G. DE LIMA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.540-0	MOZART DAMASCENO FILHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.541-9	JORGE ALBERTO DINIZ SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.542-7	CARLOS EDUARDO MOSLAVES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.543-5	ATHENEU DE SOUZA COSTA JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
31.545-1	ANTENOR MEDEIROS DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
31.546-X	ANTONIO CARLOS CARVALHAES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.547-8	HELBA PEREIRA FONSECA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.548-6	BENEDITO GILVANE CASCARDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.550-8	MAURO LUZ ALVES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.552-4	ANA JOSIMAR FERREIRA GRAÇAS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.553-2	CESAR ALVES DE CARVALHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.554-0	NEI MARQUES DA FONSECA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.558-3	CATARINA SOCORRO A.DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.559-1	LUIS SERGIO DE MELO DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.560-5	MANUEL LUDUVINO N.T. SANTANA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.580-X	CARLOS ALBERTO P. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.582-6	ROBERTO PATRICIO DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.583-4	IDELFONSO ALVES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.586-9	JOAO BOSCO FRAJORGE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.587-7	FRANCISCO LUCIO DE A. BARROS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.588-5	MARLI GONÇALVES DA SILVA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.590-7	ITAMAR DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.591-5	SANDRO MARINHO DO NASCIMENTO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.594-X	REGINA MARIA SOUSA FREITAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.595-8	GILMAR RODRIGUES ORTIZ	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.597-4	ILMA ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.598-2	SEBASTIAO RODRIGUES DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
31.599-0	JOAO CARLOS CAETANO LOPES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.600-8	JOAO BAPTISTA DOS SANTOS NETO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.601-6	JOSE ILMO PIRES FACUNDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.603-2	JALLES LEVI DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.604-0	NAPOLEAO RODRIGUES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.605-9	PAULO BEZERRA LIMA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.608-3	NEWTON LUCINDO DE FRANCA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.610-5	ESTHENIO PEREIRA NOGUEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.611-3	MARIJANE SARAIVA GONÇALVES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.612-1	MARCOS ANTONIO PERES BARROS	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.613-X	ORLANDO DE LIMA OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.614-8	MARCOS ANTONIO LOPES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.616-4	MARCELO HENRIQUE DE ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.619-9	ORLANDO GAVIANO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.620-2	ESEQUIAS ALVES DE ANDRADE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.621-0	JOAQUIM ADAIR REZENDE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.622-9	SAMUEL MACEDO SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.623-7	HAMILTON ROSA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
31.625-3	ANIBOL DA SILVA GUIMARAES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.626-1	MARCO AURELIO DE ANDRADE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.628-8	SINVAL FERNANDES DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.629-6	MARCELO GOMES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.630-X	LINO EVERTO TEIXEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.631-8	CLEIGUE DE MEDEIROS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.634-2	DIJALMA ANTONIO M. BERNARDINO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.635-0	ELIEL BENTO COSTA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.636-9	JORGE DONIZETE DE PAULO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.637-7	JOSELY XAVIER DA ROCHA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.639-3	IRIS AIRES BATISTA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.641-5	CLAUDEMIR DE MORAIS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.642-3	PEDRO LIMA DOS SANTOS NETO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.645-8	FRANCISCO ALCIDES B DE MACEDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.646-6	JOAO DIVINO DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.649-0	LUCIANO JOSE LEITE KLUPPEL	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.651-2	MARIA ALZEMIRA NUNES SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.653-9	EDSON FERREIRA MENDES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.654-7	ALUISIO ANISIO PEREIRA JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.655-5	JUARES ALVES DANTAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.656-3	JOSE DE SOUZA SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.658-X	WILTON SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.660-1	JAILTON MORERIA DE PAIVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.661-X	RICARDO ROSA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.662-8	JOSE VALMIR FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.664-4	FLAVIO HENRIQUE P. NASCIMENTO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.665-2	CLAUDIO LUCIANO ALVES GONDIM	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.666-0	LUIZ GONÇALVES DINIZ	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.668-7	WANDERLEY ANTONIO ALVES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.669-5	SERGIO DA SILVA MELLO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.671-7	GERALDO SOARES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.672-5	FRANCISCO IRAN VIEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.673-3	CARLOS ALBERTO F. LOURENÇO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.674-1	CLESIO ALVES DO AMARAL	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.675-X	MARIA AUXILIADORA DE S. NUNES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.677-6	HELIO DE HOLANDA CAVALCANTE	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.678-4	WALTER MARTINS DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.680-6	MARINEIDE FONSECA COELHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.683-0	CELESTE MARIA MENEZES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.684-9	JAMES SALES SANTANA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.685-7	LUIZ FABIO CURSINO OLIVEIRA	AG.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.688-1	JOSE PESSOA JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.693-8	GILMAR MENDES DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.694-6	CLAUDIA MALENA BORGES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.695-4	JOSE LEONAM DOS S.M. FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.696-2	ANGELINA MARIA SMITH MARQUES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.701-2	PAULO ROBERTO DOS S. TEIXEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.808-6	JOAO BATISTA VILELA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.811-6	DIVINATO DA C. FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.812-4	JANIO EVANGELISTA ALVES	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.813-2	DOMINGOS LUIZ DE CARVALHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.814-0	SERGIO MEDEIROS SALVIANO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.867-1	JEAN RICARDO B. DO NASCIMENTO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.879-5	JOSE MARIA FERNANDES DE MATOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.935-X	EUGENIO PACELE MAIA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.936-8	JERONIMO MENDES N. VIEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.937-6	GILSON DE OLIVEIRA FILHO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.952-X	WILLIAM LIMA FERNANDES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.955-4	MIRTES GOMES DA SILVA AMARO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.985-6	ROGERIO FADEL ELIAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
31.990-2	ROGERIO FARIAS FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.027-7	WALDENICE DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.906-1	RICARDO BERNARDES RODRIGUES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98

33.023-X	SOLANGE V. DE VASCONCELOS	AG.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
33.285-2	RICARDO CARDOSO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
33.668-8	GILVONE JACOBINA DE ANDRADE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
33.684-X	MARCOS AURELIO DIAS LEAO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.120-7	ALEXANDRE JORDAO DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.122-3	ANTONIO MILTON ALVES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.124-X	ANGELITA SOTERO LOURENÇO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.125-8	JADIR WAGNER DE Q. ARNALDO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
34.126-6	EDEN MACIEL DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.127-4	CARLOS EDUARDO R. DE LIMA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.128-2	JOSE RUBENS CABRAL FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.129-0	GLAITON PEREIRA CARDOSO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
34.130-4	MARIO LUCIO MENEZES DO AMARAL	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.132-0	JOAQUIM DE ALMEIDA PINTO FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.133-9	MARIA DO SOCORRO PINTO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.134-7	CLAUDOALDO DE LIMA MILITAO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.135-5	JOSE MARIA BATISTA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.136-3	VALKYRIA CRISTINA ROLO VILLELA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.137-1	JOSUE FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.138-X	VENICIO ANTONIO M. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.139-8	VALMASIO NUNES ARAGAO FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.140-1	ONIVALDO BORGES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.141-X	CLOVIS FREITAS DE LIMA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.142-8	ADENILSON AZEVEDO SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.143-6	PAULO DIVINO MAXIMINIANO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.144-4	NADIA MARIA ALVES PESSOA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.146-0	BIANCA GOMES PY	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.147-9	RITA DE CASSIA MOREIRA COIMBRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.148-7	CARLA OLIVEIRA DA CRUZ	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.150-9	JULIO JOSE TEIXEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.151-7	JOSENEIDES F. DA SILVEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.152-5	ALEXANDRE ABREU CARDOZO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.153-3	PAULO HENRIQUE M. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.154-1	ALDECINA DA CRUZ LIMA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.155-X	HUMBERTO LANNA LYRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.156-8	IVAN FRANCISCO DANTAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.157-6	SAMUEL CAVALCANTE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.159-2	CHEILA JOSEFINA MICHAEL GOMES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.160-6	GIANE APARECIDA P. DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.161-4	ANTONIO CECILIO F. FOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.162-2	SERGIO ROGERIO O. F. DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.163-0	JENILSON BELMIR DE A. SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.164-9	GESSE MAIA SOARES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.165-7	GIVELSON CARLOS B. DA CUNHA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.167-8	REGIS PORTELA DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.169-X	VANDERLUCIO DE LIMA BARBOSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.171-1	ADEMAR CHAVES LEITE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.172-X	GLAUCIA LILIAN DE S. NOBRE LOPES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.173-8	RAIMUNDO BRANDAO FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.175-4	REGIVALDO ALVES DE ASSIS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.176-2	GERALDO MEDRADO F. FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.177-0	ANTONIO MORAIS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.178-9	WARLEY SOUSA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	IV	01.09.98
34.179-7	ENILSON VALERIO PAIXAO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.181-9	JOAO MARCELO MENDES FEITOZA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.184-3	IVALDO BATISTA DE CARVALHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.187-8	ALEXANDRE DE CARVALHO FORTES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.188-6	FRANCISCO JEESER L. DE ALMEIDA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.189-4	JOSE MARIO DE MEDEIROS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.190-8	MARCELO FERNANDES DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.191-6	RENATO FERREIRA DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.192-4	ALEXANDRE ARAUJO FILHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.193-2	ANTONIO J. CAVALCANTE JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.194-0	JUAREZ ALVES FERREIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.195-9	JOSEMAR BORGES DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.196-7	ELIANE FREIRE FARIAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.198-3	JANIO SOARES DOS REIS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.199-1	RONILTON VENANCIO FERNANDES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.200-9	ELIETE GONÇALVES R. ALVES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.201-7	LUIZ CARLOS FERREIRA SOARES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.204-1	SYLVIO MARTINS DE FARIA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.205-X	MARCIA LILIAN MICLOS B. MATEUS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.206-8	FERNANDO HELIO DE SOUZA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.207-6	PAULO JOAO VIEIRA DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.211-4	FLAVIO JOSE MARTINS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.219-X	JOSE H. DE O. NEVES JUNIOR	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.231-9	SANDRA BARBOSA DE CARVALHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.233-5	IVAN ALMEIDA LIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.234-3	CELSO WAGNER LIMA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.235-1	EDSON DE SOUZA BARBOSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.236-X	JOAO FRANCA DINIZ NETO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.237-8	CRISTOVAO CASTRO DA ROCHA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.248-3	LUZIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
34.268-8	MARCO ANTONIO TAQUES VALENTIN	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.269-6	JONHSON MESQUITA OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.271-8	SONIA BARBOSA DE CARVALHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.275-0	LUIZ ROBSON MOURA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
34.300-5	MARIA DO CARMO G. DE MACENA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
34.320-X	MIRIAM KARLA DO N. DIAS GOMES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.321-8	IOD JUAREZ GUEDES LOPES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.336-6	EDILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.330-2	MARCELO MOURA DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.333-7	JEFFERSON MORAES FURTADO	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
35.346-9	IRAN LIMA ARAGAO FILHO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.365-5	ANA LUCIA BRITO DA CUNHA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.380-9	HEINZ ERIK TEODOR POPOV	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.502-X	DAWSON RICARDO L. DE OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.777-4	JAIRO ABRAHAO LINHARES JUNIOR	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
35.845-2	FRANCISCO DAS C. R. DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.884-3	KEILA ABE VELOSO AZEVEDO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.886-X	ANDERSON RODRIGUES M. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.887-8	MARCELO FERNANDES	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.891-6	PAULO CEZAR AURELIO RODRIGUES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.894-0	LUCIO RONALDO DE SOUSA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.939-4	WILLIAN DA SILVA CARNEIRO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.004-X	MARIA DE FATIMA SALLES NUNES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.012-0	MARIA CECILIA ARAUJO CRUZ	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.018-X	GENIVALDO ALVES DE BRITO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.026-0	MARCO ANTONIO B. DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.067-8	ARNULFO ALVES PEREIRA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.068-6	GESSI MACIEL LOPES NETO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.137-2	ADYLMA JESUS DE SOUZA PINHO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.186-0	ADALDEI M.DE A. S. PEREIRA FILHA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.187-9	RICARDO BARBOSA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.191-7	JONNATAS BELCHIOR P. JORGE	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.206-9	CELSO PEREIRA SOUTO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.208-5	TANIA MARIA DA COSTA VILARINS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.209-3	EDMILSON VICENTE SILVA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.210-7	CELMA RIBEIRO DOS S. MARTINS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.215-8	ELIANE HESSEL R. PANIAGO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.216-6	RICARDO NASCIMENTO LIMA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
36.518-1	JOSE TORQUATO F. DE S. GOMES	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.586-6	CARLOS ALBERTO ELIAS DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.697-8	FRANCISCO CARLOS C. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.737-0	CARLOS HENRIQUE VILLA REAL	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.799-0	DJAIR DE ALMEIDA PY	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.802-4	ESTANISLAU DANTAS MONTENEGRO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
36.848-2	MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.851-2	CRISTIANE DE SOUSA FREITAS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.936-5	LUIS CARLOS DE MORAIS	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.938-1	EDUARDO GARCIA C. DE ARAUJO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.995-0	MARCELIO HOLANDA B. DE MACEDO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
37.222-6	SIDNEY SILVA	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
37.281-1	HEZIO EMIR FERRAZ DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
37.284-6	IVSON LIMA DE SOUZA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
37.423-7	FRANCISCO MARTINS ROCHA NETO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.424-5	AMARILDO BAPTISTA DA CUNHA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
37.830-5	JULIO CESAR DA CUNHA MELO	AG.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
38.009-1	ROBERTO CARLOS T. DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
38.056-3	FRANCISCO SILVESTRE A. E SILVA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
38.136-5	CELIO RODOLFO DOS SANTOS	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
38.327-9	CLEIA GOMES ROMAO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
38.749-5	ELIANE ARAUJO DAMASCENO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.750-9	CLAUDIO MAZO M. DE MIRANDA	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
38.842-4	LUIZ CARLOS SANTANA LIMA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.843-2	BASILIO CARDOSO NETO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.850-5	ROMILDO VENTURA PIRES	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.851-3	SANDOVAL BANDEIRA JUNIOR	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.852-1	FLAVIO CURY	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
38.905-6	JULIO DA SILVA CARVALHO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.141-7	CIDNEY DE SANTANA SOUZA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.243-X	RONILDO BRITO DE MESQUITA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.386-X	ADVAIR CARLOS SILVEIRA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.468-8	ENEYDA MARIA LEMOS	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.521-8	LEYDIR CEZAR DE ALMEIDA CAMPOS	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.525-0	WELBER LINS DE ALBUQUERQUE	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.528-5	SORAYA GUEDES DE SOUZA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.536-6	EUDYNAR GOMES PEREIRA LIMA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.545-5	ANISIO RODRIGUES MONTEIRO	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.550-1	MARCUS VINICIUS SILVA PEREIRA	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
41.472-7	REINALDO ROMÃO RODOVALHO	AG.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
43.861-8	CLAUDIO RIBEIRO DUTRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
43.862-6	GILBERTO RODRIGUES DA SILVA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
45.137-1	EDNA PAULA DE SOUZA Q. OLIVEIRA	AG.POLICIA	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
45.911-9	RENNER CAMARGOS MESQUITA	AG.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.405-8	EDILSON CORDEIRO RODRIGUES	AG.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
47.283-2	ADELSON SILVA MOITA	AG.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
47.325-1	LUCIANO MARINHO DE MORAIS	AG.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
57.191-1	CLAUDIO ALESSANDRO DA SILVA	AG.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
26.480-6	ANTONIO PAULO FERREIRA	ESC.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.215-9	MARCOS PEREIRA DOS SANTOS	ESC.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.218-3	PAULO DA SILVA PINA	ESC.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.219-1	DAVI RAIMUNDO PEREIRA GIMENEZ	ESC.POLICIA	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
27.266-3	GILMAR DOS REIS FERREIRA CESAR	ESC.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
27.283-3	ECIVAL JACINTO DA SILVA	ESC.POLICIA	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.477-3	WILTON LOPES PEREIRA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
35.151-2	TANIA LUISA LOPES DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.152-O	RAFAEL DE CARVALHO XAVIER	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.154-7	DELVANY NERES MOREIRA CASTRO	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.155-5	AELIO CARACELLI JUNIOR	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.156-3	FRANCISCO ERONISIO CORREIA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.159-8	LUIZ ALFREDO FERNANDES JALES	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.160-1	LUIZ CLAUDIO PINHEIRO ARAUJO	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.162-8	RONALDO BARROS SILVA	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.163-6	ROGERIO MODESTO DE CASTRO	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.164-4	JAIR ROSA PORTELLA	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.166-0	MARCO CESAR DOS SANTOS SOUSA	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.167-9	DEUSMAR A. DE CARVALHO	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.169-5	MARTA FRAGA DA SILVA	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.170-9	EDILSON PINTO DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.175-X	MANOEL NUNES GUIMARAES	ESC.POLICIA	1ª	II	1ª	III	01.09.98
35.177-6	JOSE RIBAMAR DANTAS DOS REIS	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.178-4	LUIZ DOS SANTOS LIMA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.179-2	EDVALDO VIEIRA DINIZ	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.180-6	GELVA MARIA G. MOREIRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.201-2	JOSE FULGENCIO MARTINS	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.204-7	ARISTEU PEREIRA DA SILVA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.205-5	IARA ALVES DA SILVA M. LIMA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35207-1	JOSE HENRIQUE P. DE BARROS	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.211-X	JUNEI MARTINS DE MELO	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.323-X	CLAUDIA VALERIA DOS S. BEZERRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.336-1	ONECIA SOUZA LUMBA DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.339-6	NAELENE DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.368-X	ALLAN DE AQUINO MARTINS	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.382-5	ERALDO FARIA DE LIMA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.250-6	MARINALVA LIMA DE SOUZA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.589-0	WEBER ALVES PINTO	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.692-7	TONY GLAYDES DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.698-6	ELAINE APARECIDA R. JANUARIO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
36.740-0	MARCIA MUNIZ DE O. CAMPOS	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.800-8	MAGNO DE FREITAS GONÇALVES	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.828-8	FERNANDO JOSE NUNES	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
38.700-2	CASSIA GONÇALVES RIBEIRO	ESC.POLICIA	1ª	I	1ª	II	01.09.98
38.841-6	FERNANDO BATISTA FERNANDES	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.960-9	DARCI KUBITSCHEK LIMA RAMOS	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.451-3	MARIA CONCEIÇAO F.N. LEODIDO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.453-X	PEDRO GONÇALO JOSE CARDOSO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.454-8	JONAS ALVES VICENTINI	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.455-6	HELENA DOS SANTOS M. ALVES	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.457-2	RITA DE CASSIA DE SOUZA BASTOS	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.460-2	EVERALDO FERREIRA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.466-1	LUIZ CLAUDIO RAMOS MOREIRA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98

39.470-X	LUCIANA FERNANDES MESQUITA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.488-2	LUCIO AMANCIO DA SILVA FILHO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.512-9	ELIAS ULISSES DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.514-5	ANTONIO FERNANDES R. NETO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.527-7	ROSEMEIRE DE ARAUJO PAREJAS	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.534-X	BIOMAR RIBEIRO DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.548-X	ADRIANO ANDRADE DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.551-X	GILMAR SOTERO GALDINO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.573-0	ROGERIO FERREIRA CAMPOS	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.574-9	VILMA TAVARES DA SILVA ALVES	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.581-1	EUGENIA AMORIM PINHO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.585-4	NEITON APARECIDO DE O. RICARDO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.593-5	JOSE FRANKLIN C. DA SILVA FILHO	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.595-1	FLEURISMAR GONÇALVES DE LIMA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.597-8	MAURI FRANCISCO DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.852-7	ANA PAULA GOMES DE P. PESSOA	ESC.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
39.934-5	EDVARD MAMEDE T. DE RESENDE	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.997-3	MARCIA RUPERTO S. DAS CHAGAS	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
40.261-3	ANA ELITE DA SILVA SOARES	ESC.POLICIA	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
46.749-9	ANTONIO MARINHO NETO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.751-0	CLAUDIO MASSAO DE CASTRO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.752-9	CLEUTON BATISTA DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.755-3	MARIA JOSE ALVES S. DE CASTRO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.756-1	STAEL DIAS GONÇALVES	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.759-6	EUDINA SANTOS DO NASCIMENTO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.760-X	JOEL FERREIRA BARBOSA E SILVA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.761-8	AGNALDO ALFREDO DE BARROS	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.762-6	VANIA MARIA C. RAMOS	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.763-4	MERCIA ALVES DA CRUZ	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.764-2	MARIA FRANCISCA DA C. NUNES	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.765-0	MARIA DE FATIMA DUTRA DONZELLI	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.767-7	REGINA CELIA M. DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.768-5	LUCIANA DE OLIVEIRA RIBEIRO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.771-5	JULIO DAVID ROCHA MEDEIROS	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.773-1	MARCELO EUFRAZIO DINIZ	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.777-4	FLAVIO RODRIGUES PINHEIRO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.778-2	JOSÉ CUSTÓDIO DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.781-2	EPITÁCIO JOSÉ DE LIRA FILHO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.799-5	WAGNER MARQUES DOS SANTOS	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.800-2	REGINALDO MARTINS LAIA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.804-5	JOANA D'ARC CARLOS ROCHA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.805-3	PAULO ROBERTO SOUSA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.841-X	JOSÉ XAVIER DO N. JUNIOR	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.847-9	ERNANE BARBOSA SOARES	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.889-4	SANDRA ALBUQUERQUE M. RAMOS	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.904-1	ELIENE RABELO DA SILVA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
46.928-9	JAIME VIEIRA DE SOUSA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
47.005-8	DEOCLECIANO V. BARROS JÚNIOR	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
47.011-2	JOSÉ LUIZ DOS S. DE OLIVEIRA	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
47.026-0	JÚLIO CÉSAR DE ARAUJO GALENO	ESC.POLICIA	2ª	II	2ª	III	01.09.98
48.445-8	RODRIGO MENDES GOUVEIA	ESC.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
57.002-8	MARIA NEUSA DA PAZ COSTA	ESC.POLICIA	2ª	I	2ª	II	01.09.98
27.213-2	VALQUIRES LUCIANO	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
27.940-4	EVALDO DOS SANTOS SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
35.153-9	NEY FERREIRA DOS SANTOS	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.173-3	WILLIAM DOS S. VIEIRA JUNIOR	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.304-3	CINTIA DE SOUZA S. DE ALMEIDA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
35.305-1	CARLOS FERREIRA DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
35.340-X	GILDO FERREIRA CRUZ	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
35.725-1	LUIZ ANTONIO OLIVEIRA BARBOSA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
35.817-7	JURANDINA ALVES DOS SANTOS	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
36.484-3	ISMAEL POLO MENDES	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.491-6	DEBORA VITAL DE SOUZA	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.492-4	ELIANA SOUZA DOS SANTOS	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.493-2	JOSE ADILSON FERREIRA BRANDÃO	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.495-9	DILCE ALVES DE CASTRO MODESTO	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
36.496-7	LEIA SILVIA DE ARAUJO	PAPILOSCOP.	1ª	I	1ª	II	01.09.98
37.900-X	IDALECIO CORDEIRO DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.325-2	ROSIMAR ROCHAEL DE SOUZA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.531-X	KARLA R. DE MELLO FERNANDES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.532-8	ARNALDO F. DE ARAUJO JUNIOR	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.533-6	CELESTE DE MARIA C. FERREIRA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
38.751-7	RUY JOSE PERES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.452-1	URSULA EICHHOLZ	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.458-0	CLEUTON RODRIGUES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.463-7	AVANI MARIA C. DOS SANTOS	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.464-5	FABIOLA CRUZ DE SOUSA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.473-4	REGINA LUCIA M. DE ANDRADE	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.483-1	ELZA MARIA REIS DOS S. VILELA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.484-X	DELMA PEREIRA DA PAZ	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.501-3	HILTON ASSIS DE OLIVEIRA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.506-4	FABIO RICARDO DE C. ALMINTA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.509-9	SURAIA APARECIDA F. GOMES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.510-2	ROSEANE CARVALHO DAS NEVES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.531-5	RAQUEL DA LUZ ROCHA NONATO	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.532-3	ADELSON VIEIRA LOPES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.546-3	BALTO SARDINHA DE SIQUEIRA	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.552-8	LUIZ ROBERTO S. REZENDE	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.557-9	SIMONE APARECIDA M. FERREIRA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
39.559-5	ELINE TEIXEIRA LEMOS	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.590-0	LIVIA MARCIA CORDEIRO C. SALLES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
39.752-0	BALTAZAR CRISTINO DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
40.056-4	WILTON LUIZ RUFINO DE ARAUJO	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
40.262-1	AGNALDO SOARES RODRIGUES	PAPILOSCOP.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
46.978-5	MARIA DO S. DE O. M. MALAQUIAS	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
47.226-3	CRISTINA ROCCA OLIVEIRA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
47.502-5	TEREZINHA FERNANDES DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.234-X	ELIZABETE SABINO DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.277-3	JUAREZ ARAUJO DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.318-4	STHER SOARES VIEIRA CAMPOS	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.319-2	GILVANA FRANCISCO DA SILVA	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.320-6	CLÁUDIA DOS SANTOS	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
48.355-9	SELMA ANTONIA DA SILVA QUEIROZ	PAPILOSCOP.	2ª	I	2ª	II	01.09.98
23.630-0	JONAS DIAS GUIMARÃES	AG.PENITENC.	ESP.	II	ESP.	III	01.09.98
27.835-1	ALOISIO ALBERTO S. MARTINS	AG.PENITENC.	ESP.	I	ESP.	II	01.09.98
31.489-7	FLÁVIO NILO DOS SANTOS	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.607-5	ANTONIO BATISTA NETO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.643-1	ALMIR FERREIRA TAVARES	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.652-0	RAIMUNDA N. C. DO NASCIMENTO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.679-2	EURIPEDES NUNES	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.681-4	FERNANDA DA COSTA L. MORAES	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.682-2	DILMA BARBOSA DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.690-3	ALCINEU BATISTA SOUTO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.669-7	ILDO JULIO DE REZENDE	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.926-0	VICENTE CARLOS ALVES MONTEIRO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
31.954-6	DAVI DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.868-5	WELLINGTON ALVES DE MELO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.870-7	EDNA GOMES FERNANDES	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.873-1	JAIR FERREIRA GONÇALVES	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.874-X	FRANCISCO ALVES BESERRA	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.875-8	ANTONIO GASPAR NASCIMENTO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.876-6	DIVINO DOS SANTOS RABELO	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.877-4	IZAM PEREIRA DE SOUSA	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.878-2	LUIZA MARILAC DOS SANTOS	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.879-0	EDSON VIEIRA DE REZENDE	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.882-0	NATAL SERVOLOS DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.886-3	ROSA MARIA FREIRE DA COSTA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.887-1	CARLOS OTAVIO MACIEL	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.888-X	JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.889-8	HAROLDO TOLENTINO	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.890-1	MILTON BISPO DE MIRANDA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.891-X	MILTON SANTOS DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.892-8	MARIA DAS GRAÇAS P. NOGUEIRA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.894-4	CARLOS ROBERTO DE SOUZA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.896-0	FRANCISCO DE ASSIS MENEZES	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
32.897-9	ROSIVALDO JOSE DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	III	1ª	IV	01.09.98
32.900-2	VALDETINO LAZARO DE MEDEIROS	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
33.932-6	JOSE OLINDA DA SILVA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.341-2	RIVANILDO GOMES DE ARAUJO	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.349-8	AURO OTAVIANO DE SOUZA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.447-8	ANTONIA ELIENE S. FONTOURA	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
34.460-5	JOSE GERALDO DIAS	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
36.847-4	ROBSON MACHADO	AG.PENITENC.	2ª	III	2ª	IV	01.09.98
42.144-8	JONAS PIRES DE CARVALHO	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.145-6	VALDECI RAIMUNDO PEREIRA	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.146-4	ANTONIO JOSÉ RIBAMAR COSTA	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.147-2	CARLOS JUSTINO DE MELLO	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.148-0	LUIS MAURO A. ARAUJO	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
42.187-1	JOAO BOSCO DE OLIVEIRA	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
43.220-2	GILBERTO AVELINO DA SILVA	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
43.532-5	JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA DA CRUZ	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98
43.627-5	CASSIO CLAY DA COSTA ALVES	AG.PENITENC.	1ª	II	1ª	III	01.09.98
46.951-3	JOAO BOSCO SOARES MOREIRA	AG.PENITENC.	2ª	II	2ª	III	01.09.98

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

- DESIGNAR MARIA TAMEME SOARES, Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, matrícula nº 71.422-4, Símbolo DFG-14, para responder nos impedimentos legais e eventuais, cumulativamente, sem acumular salários, pelo Cargo de Natureza Especial, Símbolo CNE-05, de Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal.

- EXONERAR, por estar sendo nomeado para outra função, JUSCELINO NUNES DE CARVALHO, matrícula nº 26.519-5, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 16.
- NOMEAR MARCELO QUIDUTE NOBELINO, matrícula nº 26.083-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 16.
- NOMEAR JUSCELINO NUNES DE CARVALHO, matrícula nº 26.519-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 16.

- EXONERAR JOSEFA FILHA FRANÇA CAMPOS, matrícula nº 62.374-1, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional 03.
- NOMEAR MARCOS ANTONIO PEREIRA, matrícula nº 21.122-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional 03.
- NOMEAR SEBASTIÃO LOURENÇO DE SOUZA, matrícula nº 27.186-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro Educacional 03.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, DERENICE DE JESUS BORGES CORDEIRO, matrícula nº 96.683-5, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe 11, a contar de 25.09.98.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA.

- EXONERAR, a pedido, GERALDO MADEIRO DE SOUZA, matrícula nº 31.201-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 03, a contar de 09.09.98.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, MARIA DO CARMO ASSIS DE SOUZA, matrícula nº 99.270-4, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 08, contar de 25.09.98.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GAMA.

- EXONERAR, a pedido, CÉLIA MARIA PINTO DO NASCIMENTO, matrícula nº 66.043-4, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe Colônia Agrícola Vicente Pires, a contar de 29.08.98.
- NOMEAR GISELE REGINA STORTI MESQUITA, matrícula nº 30.368-2, para exercer a Funcão Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe Colônia Agrícola Vicente Pires.
- EXONERAR, a pedido, HELENA ELIAS AZEVEDO DA COSTA, matrícula nº 96.521-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Interescolar 01, a contar de 16.09.98.
- NOMEAR JOÃO LOPES DE SOUSA, matrícula nº 61.282-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Interescolar 01.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, HELOISA HELENA DE ALMEIDA BORGES, matrícula nº 78.234-3, da Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro Interescolar 01, a contar de 22.09.98.

- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, MARY LÚCIA DOS SANTOS CUNHA, matrícula nº 44.702-1, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Interescolar 01.

- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, KELLY CRISTINA DE ALMEIDA, matrícula nº 23.294-7, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Interescolar 01.

- NOMEAR MARY LUCIA DOS SANTOS CUNHA, matrícula nº 44.702-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Interescolar 01.

- NOMEAR KELLY CRISTINA DE ALMEIDA, matrícula nº 23.294-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro Interescolar 01.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO GUARÁ.

- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, NADJANE GONÇALVES LEITE DE SOUSA, matrícula nº 48.572-1, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau Telebrasília.
- NOMEAR ELIANA PERES GUIMARÃES, matrícula nº 57.675-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau Telebrasília.
- EXONERAR, a pedido, RUBENS GUEDES MEMORIA, matrícula nº 45.969-0, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau Telebrasília, a contar de 30.09.98.
- NOMEAR NADJANE GONÇALVES LEITE DE SOUSA, matrícula nº 48.572-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau Telebrasília.
- NOMEAR REGINA HELENA SPEICH DE MORAES, matrícula nº 36.549-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau Nova Betânia.
- NOMEAR MONICA AZEVEDO DE SOUZA, matrícula nº 20.947-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor do Centro de Educação Infantil de São Sebastião.
- NOMEAR MARIA APARECIDA DE SOUSA LOPES, matrícula nº 66.409-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Centro de Educação Infantil de São Sebastião.
- NOMEAR RAILDA FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 35.035-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-01, de Assistente do Centro de Educação Infantil de São Sebastião.
- NOMEAR VANIA MARIA PONTES DE SÁ DRAGO, matrícula nº 26.921-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau Cerâmica São Paulo.
- NOMEAR ANDRIER JORGE PINHEIRO CHAGAS, matrícula nº 25.711-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Rural Cachoeirinha.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO NÚCLEO BANDEIRANTE.

- EXONERAR ELIZETE LOPES FONSECA, matrícula nº 33.637-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- NOMEAR DEURACY MARIA DO NASCIMENTO, matrícula nº 48.410-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 02.

- NOMEAR LILIAN PATRÍCIA GEVAERD DE AGUIAR, matrícula nº 45.910-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino Darcy Ribeiro.
- EXONERAR LILIAN DENISE DE ANDRADE OLIVEIRA, matrícula nº 23.414-1, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- NOMEAR ALCEMIRO DE SOUSA NOBRE, matrícula nº 24.484-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, SIMONE CERUTTI TRINDADE, matrícula nº 46.977-7, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- NOMEAR CLAUDIA QUARIGUAZY DA FROTA, matrícula nº 23.956-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- EXONERAR, a pedido, PAULO VIEIRA JÚNIOR, matrícula nº 23.293-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 02, a contar de 30.09.98.
- NOMEAR JOÃO DA SILVA, matrícula nº 20.366-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- EXONERAR CARMEM LÚCIA PACHECO SCHUSTER, matrícula nº 45.051-0, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 02.
- NOMEAR SIMONE CERUTTI TRINDADE, matrícula nº 46.977-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 02.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PARANOÁ.

- NOMEAR ENILSON ANTONIO DA SILVA, matrícula nº 24.826-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau Nossa Senhora de Fátima.
- NOMEAR MARIA HELENA DE QUADROS CERUTTI, matrícula nº 33.434-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau PAD-DF.
- NOMEAR VERA MARIA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 25.300-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe Alta-Mir.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE PLANALTINA.

- EXONERAR ANA CRISTINA FERREIRA BRAGA, matrícula nº 76.777-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 308 Sul, a contar de 01.10.98.
- NOMEAR ROSANGELA MARCIA DE ALMEIDA, matrícula nº 67.628-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 308 Sul.
- NOMEAR HELOISA REGINA LAGO MORAES, matrícula nº 41.900-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 06 de Brasília.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, JOÃO NUNES MACHADO, matrícula nº 78.119-3, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 06 de Brasília, a contar de 16.09.98.
- NOMEAR ANA CARMINA PINTO DANTAS SANTANA, matrícula nº 59.724-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional GISNO.
- NOMEAR MARI SOL LLURDA MENEZES, matrícula nº 63.997-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional do Lago.
- NOMEAR ESTER LILIAN ALVES CASTRO, matrícula nº 25.093-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional Paulo Freire.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DO PLANO PILOTO E DO CRUZEIRO.

- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, ROMILDA LIMA SOUZA, matrícula nº 24.876-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Ayrton Senna.
- NOMEAR CÉLIA MOREIRA NOGUEIRA MELO, matrícula nº 43.021-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Ayrton Senna.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, CÉLIA MOREIRA NOGUEIRA MELO, matrícula nº 43.021-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Ayrton Senna.
- NOMEAR ROMILDA LIMA SOUZA, matrícula nº 24.876-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Ayrton Senna.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA.

- EXONERAR, a pedido, SIDINEI JOSÉ ROSA, matrícula nº 49.075-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 02, a contar de 16.09.98.
- NOMEAR MARIO JANONI PAULA DE QUEIROZ, matrícula nº 27.234-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 02.

- EXONERAR, a pedido, ADYONES SERGIA VIEIRA DOS SANTOS RABELO, matrícula nº 45.343-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin, a contar de 14.09.98.
- NOMEAR EUNICE MARIA OLIVEIRA SOARES, matrícula nº 29.748-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin.
- NOMEAR MONICA SAMARA DE SOUSA ROCHA, matrícula nº 28.529-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau 416.
- EXONERAR, a pedido, MARIA DE ABADIA NERI SAMPAIO, matrícula nº 23.239-4, da Função Gratificada, Símbolo FG-01, de Assistente da Escola Classe 316, a contar de 01.10.98.
- NOMEAR IEDA MOREIRA FERNANDES CARDOSO, matrícula nº 34.335-8, para exercer a Função Gratificada, , Símbolo FG-01, de Assistente da Escola Classe 316.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA.

- EXONERAR, a pedido, JOSÉ MARQUES DA SILVA FILHO, matrícula nº 58.248-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 07.
- NOMEAR NORMA REGINA DOS SANTOS, matrícula nº 25.526-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 07.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, SILVIA SANTANA SOUSA CRUZ, matrícula nº 76.813-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional 03, a contar de 23.09.98.
- EXONERAR, a pedido, EVALDO CÉSAR COUTINHO, matrícula nº 45.285-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe Boqueirão.
- NOMEAR SEBASTIANA GENY DOS SANTOS, matrícula nº 33.382-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe Boqueirão.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO.

- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, MARIA DAS DORES MACAUBA SILVA, matrícula nº 94.023-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 14, a contar de 16.09.98.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, MARIA APARECIDA DE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA, matrícula nº 75.109-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe 10, a contar de 22.09.98.
- EXONERAR, por motivo de aposentadoria, ITIRO KOTAMA, matrícula nº 77.953-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional Ave Branca, a contar de 23.09.98.
- EXONERAR, a pedido, DELIA SIMONE NONATO E SILVA, matrícula nº 64.286-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional 07.

- NOMEAR ALESSANDRA DA SILVA PAIVA, matrícula nº 24.757-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional 07.
- NOMEAR FRANKLIN JOSÉ DE CASTRO, matrícula nº 35.987-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Educacional 03.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, ISABEL CRISTINA BASTOS SENA, matrícula nº 61.762-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 14.
- NOMEAR MARIA LUSINEIDE ARAÚJO MONTE, matrícula nº 59.254-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 14.
- NOMEAR ISABEL CRISTINA BASTOS SENA, matrícula nº 61.762-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 14.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, ADELIA MARIA NOGUEIRA LUIZ PEREIRA, matrícula nº 59.953-0, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Walter José de Moura.
- NOMEAR SOLIMAR DA SILVA LEÃO, matrícula nº 66.564-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Walter José de Moura.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, SOLIMAR DA SILVA LEÃO, matrícula nº 66.564-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Walter José de Moura.
- NOMEAR ADELIA MARIA NOGUEIRA LUIZ PEREIRA, matrícula nº 59.953-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Walter José de Moura.

DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE TAGUATINGA.

- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, CLAUDIA DE FÁTIMA DA SILVA BORGES, matrícula nº 48.639-6, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin, da Divisão Regional de Ensino de Santa Maria.
- NOMEAR MARGARET DA SILVA ARAUJO, matrícula nº 29.644-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin, da Divisão Regional de Ensino de Santa Maria.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, MARGARET DA SILVA ARAUJO, matrícula nº 29.644-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de

Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin, da Divisão Regional de Ensino de Santa Maria.
- NOMEAR CLAUDIA DE FÁTIMA DA SILVA BORGES, matrícula nº 48.639-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Albert Sabin, da Divisão Regional de Ensino de Santa Maria.
- EXONERAR, por estar sendo nomeado para outra função, GILDEIR MARTINS MOREIRA, matrícula nº 47.124-0, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Helena Reis, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia.
- NOMEAR ELAINE BATISTA DE DEUS NOLETO, matrícula nº 26.542-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Helena Reis, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outra função, ELAINE BATISTA DE DEUS NOLETO, matrícula nº 26.542-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Helena Reis, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia.
- NOMEAR GILDEIR MARTINS MOREIRA, matrícula nº 47.124-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente Helena Reis, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia.

- EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, JOÃO PERES DE QUEIROZ, matrícula nº 98.279-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Construção, da Divisão de Engenharia e Arquitetura, do Departamento Geral de Administração.
- NOMEAR VERÔNICA VAREJÃO FREIRE, matrícula nº 71.736-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Construção, da Divisão de Engenharia e Arquitetura, do Departamento Geral de Administração.
- EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, VERÔNICA VAREJÃO FREIRE, matrícula nº 71.736-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Topografia, da Divisão de Engenharia e Arquitetura, do Departamento Geral de Administração.
- NOMEAR CARLOS ANTONIO DA SILVA SOBREIRA, matrícula nº 61.320-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Topografia, da Divisão de Engenharia e Arquitetura, do Departamento Geral de Administração.
- EXONERAR, por estar sendo nomeado para outro cargo, CARLOS ANTONIO DA SILVA SOBREIRA, matrícula nº 61.320-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Educacional 04, da Divisão Regional de Sobradinho.
- NOMEAR JOÃO PERES DE QUEIROZ, matrícula nº 98.279-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Educacional 04, da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho.
- NOMEAR MARCELO INÁCIO DE OLIVIERA, matrícula nº 35.788-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau do Bosque, da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante.
- NOMEAR ADRIANE APARECIDA BEFFART MACHADO, matrícula nº 34.408-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Diretor da Escola Rural Itapeti, da Divisão Regional de Ensino de Planaltina.

- EXONERAR, a pedido, TELMA BUENO DE LIMA, matrícula nº 48.024-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretora do Centro de Ensino de 1º Grau 01, da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho, a contar de 01.10.98.
- EXONERAR, por motivo de gozo Licença-Prêmio por Assiduidade, RUBENS RODRIGUES FONTES, matrícula nº 79.713-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Interescolar de Educação Física, do Departamento de Pedagogia, a contar de 01.10.98.
- EXONERAR, a pedido, HELENA SUMIKO NAKAZATO LIMA, matrícula nº 45.573-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Produção, da Divisão de Informática, do Departamento Geral de Administração.

DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

- EXONERAR, a pedido, FRANCISCO DE OLIVEIRA SOUZA, matrícula nº 84.736-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Armazenagem e Expedição, da Divisão de Apoio Escolar.
- NOMEAR MARCELO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 23.180-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Armazenagem e Expedição, da Divisão de Apoio Escolar.

DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA.

DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

- EXONERAR, a pedido, RICARDO SILAS DE ARAÚJO DUARTE, matrícula nº 31.108-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Diretoria Executiva.
- NOMEAR JORACIMAR MENDES DE CARVALHO, matrícula nº 25.761-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Diretoria Executiva.

DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no artigo 4º do Regimento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 19.576, de 08 de setembro de 1998, resolve:
Designar MONAMERIS MARQUES BORGES, para exercer a função de Presidente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF.
Designar WELLINGTON HOLANDA DE LIMA, para exercer a função de Membro Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF.
Designar ROLEMBERGUE DOS SANTOS REIS, para exercer a função de Membro Efetivo da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF.
Designar JOÃO FRANCISCO MARTINS, para exercer a função de Membro Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF.
Designar SIDNEY FLEURY DE SOUZA, para exercer a função de Secretário da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF.
Designar DERLI ROGÉRIO CARVALHO, para exercer a função de Membro Efetivo da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF, na qualidade de representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Brasília - SINDICA VIR.
Designar ERALDO GOMES ROSA, para exercer a função de Membro Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Transportes do Distrito Federal - JARI/DCP/ST/DF, na qualidade de representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Brasília - SINDICA VIR.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos III e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR, a pedido, **MÁRCIA AITA ALMEIDA**, matrícula nº 92.106-8, do Cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Técnico-Legislativa, Símbolo DFG-13, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal, a partir de 01.10.98.

NOMEAR **JOSÉ CORDEIRO CAVALCANTE**, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Assessoria Técnico-Legislativa, Símbolo DFG-13, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos XXVI e XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR **VILMA GONÇALVES DE OLIVEIRA,** matrícula nº 90.934-3, do Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-09, da Gerência de Acompanhamento de Projeto, do Departamento de Educação para o Trabalho, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

NOMEAR **SÔNIA MACIEL DE ALMEIDA,** para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, Símbolo DFA-09, da Gerência de Acompanhamento de Projeto, do Departamento de Educação para o Trabalho, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

EXONERAR **JOSÉ CARLOS SILVA**, matrícula nº 91.057-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Material e Patrimônio, Símbolo DFG-09, da Gerência de Serviços Gerais, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

NOMEAR **ALUÍZIO CASTRO COELHO**, matrícula nº 30.923-0, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe do Setor de Material e Patrimônio, Símbolo DFG-09, da Gerência de Serviços Gerais, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal.

CRISTOVAM BUARQUE

VICE-GOVERNADORA

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

A VICE-GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e de acordo com os Artigos 70 e 71, do Decreto 16.109, 1º de dezembro de 1994, resolve:

Constituir Comissão para elaboração do inventário físico dos bens patrimoniais, referente ao exercício de 1998 sob a guarda do Gabinete da Vice-Governadoria do Distrito Federal, integrada pelos servidores: Aldo Otaviano de Souza, matrícula nº 33.844-3, Chefe da Divisão de Serviços Gerais; Roosevelt Costa Alves, matrícula nº 30.833-1, Assistente e Evandro Guilhermino Magalhães, matrícula nº 43.932-0, Assistente. A referida Comissão, sob a presidência do primeiro, terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ARLETE SAMPAIO

CASA MILITAR

PORTARIA DE 30 DE SETEMBRO DE 1998(*)

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
ALTERAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991, de Segundo-Sargento QPPMC para Primeiro-Sargento QPPMC de FRANCISCO ADALBERTO BENÍCIO - matrícula 90.575/5, da Polícia Militar do Distrito Federal , a contar de 27SET98, por motivo de promoção.

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS - CEL QOPM

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 187, de 1º. 10.98, pág. 23.

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:

NOMEAR o Cabo BM MANOEL VICENTE DA SILVA PINTO - matrícula 04.586/1, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para exercer a função de Auxiliar Militar na Assessoria para Assuntos de Segurança Pública da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como CONCEDER o pagamento da Gratificação de Representação Militar, nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

PAULO CESAR ALVES DOS SANTOS - CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993, combinado pela Portaria nº 06, de 08 de junho de 1998, resolve:
Conceder Gratificação por Encargo de Gabinete - GEG-02, na categoria de Assistente, ao servidor RÔMULO MODESTO COSTA, matrícula nº 38.972-2, à disposição da Subsecretaria de Defesa do Consumidor, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

ANTÔNIO M. REBELLO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 261, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item XXI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e o que consta no Processo nº 141.005.418/98, resolve:
DESIGNAR, o servidor **ARNALDO GRATÃO**, matrícula nº 65.938-X/NOVACAP, Engenheiro, EXECUTOR da Obra de fechamento do retorno na via L2 Norte próximo ao comércio da SQN 413, objeto da Nota de Empenho nº 98NE00523, de 01/10/98, em favor da Conservenge Construção e Conservação Ltda.

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 262, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e o que consta no Processo nº 141.005.652/98, resolve:
CONCEDER, a servidora **BRANCA ENI PINHEIRO ALEXANDRE**, matrícula nº 24.946-7, Fiscal de Obras, 1ª Classe, Padrão IV, Indenização de Transporte, prevista no Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, a partir de 24 de agosto de 1998. Para fazer jus ao pagamento da referida Indenização de Transporte, o servidor beneficiado deverá observar as normas estabelecidas no mencionado Decreto, bem como apresentar o relatório mensal dos serviços externos realizados. À Divisão de Administração Geral/DAG/RA-I, caberá cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas naquele dispositivo legal.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 263, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O **ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, e o que consta no Processo nº 141.006.074/98, resolve:
CONCEDER, ao servidor **ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO**, matrícula nº 36.687-0, Fiscal de Concessões e Permissões, 3ª Classe, Padrão IV, Indenização de Transporte, prevista no Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, a partir da data da publicação deste ato. Para fazer jus ao pagamento da referida Indenização de Transporte, o servidor beneficiado deverá observar as normas estabelecidas no mencionado Decreto, bem como apresentar o relatório mensal dos serviços externos realizados. À Divisão de Administração Geral/DAG/RA-I, caberá cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas naquele dispositivo legal.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO : 133.000677/98
INTERESSADO : ELISABETH SILVA CHAVES E OUTROS
ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29/11/94, e de acordo com o disposto no inciso I artigo 38, inciso II, IV, artigo 39, do mesmo diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão da Nota de Empenho no valor de R$ 476,31 (quatrocentos e trinta e três reais e trinta e um centavos), em favor de ELISABETH SILVA CHAVES E OUTROS, referente a progressão funcional, diferença de vencimentos, gratificação de atividade / desempenho, adicional por tempo de serviço, gratificação natalina e outros.
Publique-se e encaminhe-se o processo a SOF/DAG, para a emissão da Nota de Empenho, a conta de dotação própria natureza de despesa 31.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, do Orçamento desta Administração Regional de Brazlândia.

JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

DESPACHOS DO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Em 13 de outubro de 1998

SERVIDOR : PAULO HENRIQUE F. DE MOURA
MATRÍCULA : 41.745-9
: Concedo Auxilio-Natalidade, pelo dependente LHAÍS LOPES DE MOURA, filha nascido em 29.09.98, nos termos do artigo 185, inciso I, alínea B e art. 196 da Lei 8.112 de 11.12.90, conforme apresentação da Certidão de Nascimento.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL/RA-IV, no uso de suas atribuições e, de acordo com os artigos 185, Inciso I, alínea C e 197 da Lei 8.112/90, resolve conceder Salário-Família ao servidor:
SERVIDOR : PAULO HENRIQUE F. DE MOURA
MATRÍCULA : 41.745-9
DEPENDENTE : LHAÍS LOPES DE MOURA, filha nascida em 29.09.98, conforme apresentação da Certidão de Nascimento.

SERVIDOR : PAULO HENRIQUE F. DE MOURA
MATRÍCULA : 41.745-9
DESPACHO : Concedo licença Paternidade, de acordo com o artigo 208, Seção V, da Lei nº 8.112/90, conforme apresentação da Certidão de Nascimento.

ELIAS SANTOS MONTEIRO
Respondendo

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 80, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XLIII, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER Auxilio Natalidade e Salário Família nos termos dos Artigos 196 e 197, da Lei 8.112/90, conforme documentação apresentada, para o servidor abaixo:
NOME: OLIMPIO GOMES DA SILVA
MATRÍCULA: 37.756-2
DEPENDENTE: ANDRESSA GOMES DE JESUS
DATA DE NASCIMENTO: 14.08.98

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições legais e tendo em vista a delegação de competência conforme Decreto nº 15.357 de 23 de dezembro de 1993, resolve:

Designar PEDRO DE SOUSA OLIVEIRA JUNIOR, Matrícula nº 91.221-2, Inspetor de Obras, Chefe do Serviço de Cálculo, para substituir o Diretor da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, Cód. DFG-12 da Administração Regional do Gama da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais/SEG, por motivo de Férias do titular, no período de 13.10.98 a 22.10.98.

CÍCERO CANDIDO SOBRINHO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO N.º: 135.001.255/98
INTERESSADO: MARGARIDA GONZAGA DE SOUZA e BERENICE DA SILVA L. SOARES
ASSUNTO.....: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA
DESPACHO.....: À vista das instruções contidas no presente processo, de conformidade com o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o item I do artigo 38, combinado com o item II do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização das despesas e determino a emissão de Nota de Empenho no valor total de R$ 126,24 (cento e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos), a favor de MARGARIDA GONZADA DE SOUZA, referente ao pagamento de progressão do exercício de 1997 e BERENICE DA SILVA L. SOARES, referente a diferença do Auxílio Natalidade do exercício de 1996.

SINVAL DE MELO MONTEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 13 de outubro de 1998

PROCESSO: 142-000600/98
INTERESSADO: ROSANGELA LÚCIA LOPES SIMÕES E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94 e de acordo com o que estabelece o inciso I do artigo 38, combinado com o inciso II do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho no valor de R$ 966,36 (novecentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos) a favor de ROSANGELA LÚCIA LOPES SIMÕES e OUTROS
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG, para emissão da respectiva nota de empenho, à conta da dotação do elemento de despesa 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores do orçamento desta Administração, referente pagamento de progressões atrasadas do exercício de 1997 e complemento de auxílio-natalidade referente ao exercício de 1996.

LUIZ ROBERTO VIEIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXII do artigo 53 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:

ELOGIAR, os servidores WEBERWALKER B. MACEDO, mat. 36.370-7, ANTONIO MORAES DE SOUZA, mat. 37.747-3, JOAQUIM BARROS DOS SANTOS, mat. 37.765-1, MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS BARROS, mat. 37.790-2, VALTAIR FERNANDES DA SILVA, mat. 37.792-9, MARIA DE FÁTIMA CARNEIRO COSTA, mat. 37.817-8, SIDINEI DE SOUZA BARROS, mat. 41.660-6, ANTONIO VENILSON DE SOUZA, mat. 42.577-X, MARCIA SILENE BRITO DA SILVA, mat. 42.617-2, JOAQUIM CLENILTON DOS SANTOS RODRIGUES, mat. 42.716-0, JUDITH ALVES FONSECA, mat. 42.813-2, RUTH DA SILVA NUNES, mat. 43.046-3, SANDRA VALÉRIA FERREIRA ARAÚJO, mat. 43.414-0, CLAUDINALDO AGRA DE OLIVEIRA, mat. 43.604-6, MARCIA CABRAL BORGES, mat. 91.564-5 e ALEXANDRE GOMES MACHADO, mat. 41.154-X, pela eficiência, competência e dedicação no desempenho do controle de ocupações irregulares de áreas públicas, em honorário especial, e ainda as servidoras ELZA LUSTOSA DOS SANTOS SILVA, mat. 44.462-6, VALÉRIA DUTRA DE AZEVEDO, mat. 43.078-1 e RENATA MARQUES PIRES, mat. 42.784-5, pelo compromisso público e excelente desempenho de suas funções nesta Administração Regional.

ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 56 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, combinado com o inciso III, do artigo 1º do Decreto nº 7.755, de 07 de novembro de 1983, resolve

1 - Constituir Comissão de Sindicância, com o objetivo de apurar denuncia de possíveis irregularidades cometidas pelo servidor RAIMUNDO EVANGELISTA GOMES DA SILVA, constantes do Processo nº 030/005.535/98 de interesse da PCDF.

2 - Designar os servidores LEDAMAR SOUSA RESENDE, Técnica de Administração Pública matrícula nº 31.800-0, JOSÉ RODRIGUES DA SILVA NETO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 25.695-1, e LUZINETE LUCAS DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 34.254-8 , todos do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão acima citada.

3 - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar suas conclusões.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve:

1 – Retificar:

Na Ordem de serviço de 05 de janeiro de 1998, publicado no DODF nº 05, de 08 de janeiro de 1998, que averbou o tempo de serviço de Mariano Eustáquio Cristino Braga, matrícula nº 24.220-9.

Onde se lê : 293 dias, no período de 14/04/80 a 31/01/81, contados para efeito de aposentadoria.
Leia-se : 121 dias, no período de 14/04/80 a 12/08/80, contados para efeito de aposentadoria e 172 dias, no período de 13/08/80 a 31/01/81, contados para efeito de adicional e aposentadoria.

Onde se lê : 578 dias, no período de 01/08/81 a 01/03/83, contados para efeito de aposentadoria.
Leia-se : 577 dias , no período de 01/08/81 a 28/02/83, contados para efeito de adicional e aposentadoria.

Na Ordem de serviço de 04 de julho de 1990, publicado no DODF nº 129, de 09 julho de 1990, que averbou o tempo de serviço de Evandro Ribeiro Paraíso, matrícula nº 28.944-2 (Pensionista Maria Guadalupe Silveira Paraíso, matrícula nº: 37.646-9).

Onde se lê : 2.586 dias, no período de 01/07/69 a 30/03/73 e de 02/03/78 a 30/06/81.
Leia-se : 2.546 dias, no período de 01/07/69 a 30/03/73 e de 11/04/78 a 30/06/81.

Na Ordem de serviço de 03 de janeiro de 1990, publicado no DODF nº 11, de 16 de janeiro de 1990, que averbou o tempo de serviço de Sônia Efigênia de Carvalho, matrícula nº 30.121-3.

Onde se lê : 2.776 no período de 01/12/75 a 12/03/76 a de 09/04/76 a 13/10/88.
Leia-se : 2.779 no período de 01/12/75 a 12/03/76 a de 09/04/76 a 05/04/87.

2 – Excluir:

Da Ordem de Serviço de 24 de abril de 1995, publicada no DODF nº 81, de 27 de abril de 1995, 315 dias referente a averbação de tempo de serviço concedida ao servidor Luiz Pedro da Fonseca, matrícula nº 30.774-2, correspondente ao período de 15/01/69 a 25/11/69.

Da Ordem de Serviço de 24 de abril de 1995, publicada no DODF nº 81, de 27 de abril de 1995, 45 dias referente a averbação de tempo de serviço concedida ao servidor Luiz Pedro da Fonseca, matrícula nº 30.774-2, correspondente ao período de 01/09/70 a 15/10/70.

MARIÉDEN MARTINS TOSTA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 91, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Ordem de Serviço nº 045/95-IDR, de 06 de abril de 1995, resolve:

AUTORIZAR, com base no artigo 87, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Licença-Prêmio Por Assiduidade ao servidor abaixo:

NOME	PROCESSO	MATR Nº	LOTAÇÃO	PERÍODO		
				DIAS	INICIO	TERMINO
ABELARDO JOSÉ DE MELO	00031.000160/91	80.012-0	SCAA	30	13/10/98	11/11/98

CLÁUDIA LOPES BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 92, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Ordem de Serviço nº 045/95-IDR, de 06 de abril de 1995, e tendo em vista o artigo 100, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Averbar o tempo de serviço prestado pela servidora abaixo:

PROCESSO: 00031.0000209/98
NOME: MARIA VITÓRIA XAVIER
MATRICULA: 80.024-4
CARGO: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AVERBA: 624 dias, ou seja: 01 ano e 259 dias de serviço prestados à Iniciativa Privada, no período de 01/07/76 à 12/12/77, e 01/01/78 à 04/04/78, conforme Certidão de Tempo de Serviço, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, contados para fins de aposentadoria e disponibilidade.

CLÁUDIA LOPES BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 93, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Ordem de Serviço nº 045/95-IDR, de 06 de abril de 1995, resolve:
CONCEDER Salário Família, nos termos do artigo 197, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, à servidora:

SERVIDORA: GLADYS TEREZINHA REIS DO NASCIMENTO
MATRÍCULA : 80.214-X
DEPENDENTE : CAROLINA REIS DINIS DO NASCIMENTO
NASCIMENTO : 29/09/98

CLÁUDIA LOPES BARBOSA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 94, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A CHEFE DE GABINETE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Ordem de Serviço nº 045/95-IDR, de 06 de abril de 1995, resolve:

Alterar o adicional previsto no parágrafo 2º do artigo 62, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 1.004, de 09 de janeiro de 1996, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06 de março de 1996, e ainda o constante das Instruções Normativas nº 01, de 21 de janeiro de 1997 e nº 02, de 02 de setembro de 1998 aos servidores abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	CONCESSÃO/ALTERAÇÃO		
	ALTERAÇÃO		TOTALIZAÇÃO
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA	
JACIRA SILVA DOS ANJOS MATRÍCULA : 80.005-8 PROCESSO: 00031.000028/90	6/10 do DF-10 4/10 do DF-11	08/10/98	6/10 do DF - 10 4/10 do DF - 11
AMAURI JOSÉ LARA MATRÍCULA : 80.073-2 PROCESSO: 00031.000180/94	10/10 do DF-10	08/10/98	10/10 do DF - 10

CLÁUDIA LOPES BARBOSA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 218, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 17.603/96, resolve:
DESIGNAR ERIDALVA AMORIM RIBEIRO, matrícula nº 43.188-5, para substituir a Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, no período de 05.10.98 a 01.02.99, por motivo de licença gestante da titular.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a IV do artigo 2º, do Decreto 12.740, de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal, resolve:

Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, com base no Art. 34 (caput) da Lei 8.112/90, o servidor abaixo relacionado:

SOLANGE DO SOCORRO FONSECA TAVARES, Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), 3ª Classe, Padrão VI, matrícula 132.729-1, lotada no CSPI nº 01, a partir de 01/10/98, conforme processo 061.045354/98.

ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS

RETIFICAÇÃO

Na Instrução de 15 de setembro de 1998, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 176, de 16/09/98, que exonerou CLEIDER ALFREDO DE OLIVEIRA, matrícula 135.957-6, a pedido do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, - **ONDE SE LÊ**: ... a partir de 17/08/98 ..., **LEIA-SE**: ... a partir de 17/09/98, conforme processo 061.030815/98.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe conferem o item 3.14 da Instrução nº 03/98, de 20 de março de 1998, resolve:

Conceder adicional por tempo de serviço, nos termos do Artigo 67, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	LOTAÇÃO	NOME	%	A PARTIR DE
106.750-8	HRG	GERALDO FELIPE DA SILVA proc.: 061.033.575/92	28	01.09.98
107.751-1	DRH-APOS	JOSÉ FRANCISCO DA CONCEIÇÃO proc.: 061.027.465/97	30	26.11.97
108.106-3	DRH-APOS	JANIRA BOTELHO NUNES DOS SANTOS proc.: 061.033.616/92	19	28.05.93
108.231-1	CSB-02	SOLANGE ALVES MENDONÇA proc.: 061.027.549/97	22	26.10.98
109.651-6	DRH-APOS	MAGNÓLIA NOGUEIRA DUARTE proc.: 061.042.089/96	25	27.06.96
111.611-8	HMIB	TEREZINHA MELO RUFINO DE SOUSA proc.: 545.812/77	24	26.08.98
112.379-3	DRH-APOS	SUELI JANE GHIOTTO PEREIRA FAVERO proc.: 061.028.075/92	24	26.01.98
112.465-0	HRS	ABDORAL DIAS DA SILVA proc.: 061.036.081/98	23	20.02.98
115.812-1	HRS	EDUARDO BARBOSA DE SOUZA proc.: 061.036.072/98	19	20.02.98
116.106-7	HBDF	GUIOMAR VIEIRA DA CUNHA proc.: 061.023.029/97	18	05.09.98
117.665-0	HRG	CARLOS DA SILVA GUINSBURG proc.: 061.033.160/98	21	16.03.98
120.934-5	HBDF	ANTONIA DE OLIVEIRA BRAGA proc.: 061.022.094/98	21	30.10.98
121.521-3	HRT	LÚCIA MARIA DE ARAÚJO proc.: 061.031.069/97	20	26.08.98
122.453-1	DRH-APOS	MARISA CARLA QUEIROZ ALVES DA CUNHA proc.: 061.009.477/96	18	26.11.97
122.640-1	DRH-APOS	JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS proc.: 061.022.029/98	16	26.01.98
122.714-9	DRH-APOS	MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA proc.: 061.010.746/97	25	13.02.98
124.893-6	HRP	VALDECI LIMA DE JESUS proc.: 061.045.085/98	14	16.04.98
124.903-7	DRH-APOS	DEUSELINA DE CASTRO proc.: 061.036.018/92	25	18.01.98
126.983-6	HRS	JOÃO DE SOUZA NASCIMENTO FILHO proc.: 061.036.387/91	21	01.09.98
127.468-6	HRT	MARLENE LOPES DE ALENCAR proc.: 061.008.725/87	24	21.10.97
129.515-2	HRT	LINDALVAIR PIRES WERNECK proc.: 061.031.020/97	10	01.04.98
130.372-4	HMIB	MARCOS GUTEMBERG FIALHO DA COSTA proc.: 061.047.041/96	11	29.08.98
130.536-1	HRP	GLACI ACHY SOARES MAIA proc.: 061.045.097/96	17	18.08.98
131.617-6	HRT	MANOEL PEDRO BORGES proc.: 061.031.059/92	22	11.02.98
133.832-3	HRT	IRANI VICENTE DOS SANTOS proc.: 061.030.621/97	06	06.06.98
136.129-5	HBDF	PEDRO XAVIER DE OLIVEIRA proc.: 061.022.008/98	04	13.10.98
136.148-1	HRG	TEREZINHA DE JESUS OLIVEIRA S. TEIXEIRA proc.: 061.033.248/97	15	05.09.98
136.422-7	HMIB	ANA FLÁVIA DE OLIVEIRA LIMA ARAÚJO proc.: 061.027.456/97	05	01.04.98
136.532-1	PAM-TAG	ANTONIO PAULO GUIMARÃES proc.: 061.011.361/97	08	23.09.98

LEADOR MACHADO

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do subitem 3.15, da Instrução nº 3 de 20 de março de 1998, resolve:

Autorizar a dispensa de ponto da servidora **JUÇARA DA COSTA BRAGA**, matrícula 113.688-7, no cargo de Assistente Superior de Saúde (Enfermeiro), Classe Especial, Padrão V, lotada no DRH-DIV. para participar do 1º CONGRESSO BRASILEIRO DOS CONSELHOS DE ENFERMAGEM, a ser realizado na cidade de Natal - RN, no período de 29.11 a 06.12.98, nos termos da Instrução nº 27/80.

LEADOR MACHADO

REGIONAL DE SAÚDE DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE SETEMBRO DE 1998

A DIRETORA DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço nº 32 de 01 de abril/98, Diretor Regional de Saúde do Gama, resolve: Conceder os benefícios conforme os artigos 196, 197 e 208 da Lei 8.112/90, conforme discriminação a seguir.

AUXÍLIO NATALIDADE
NOME: MARLENE LOPES DE ALMEIDA, MATRÍCULA: 136428-6, NOME DO FILHO(a): Mariana Lopes Almeida, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO(a): 31.07.98.
NOME: MARIA MARGARIDA CAVALCANTI CABRAL, MATRÍCULA: 129594-2, NOME DO FILHO(a): Rodrigo Cabral Ibraim, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO(a): 11.09.98.
NOME: MADALENA FILGUEIRA DE MELO MOURÃO, MATRÍCULA: 133441-7, NOME DO FILHO(a): Rafael Melo Mourão, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO(a): 01.09.98.
NOME: PAULO SÉRGIO DE FARIA, MATRÍCULA: 131812-8, NOME DO FILHO(a): Guilherme Cardoso de Faria, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO(a): 30.08.98.
NOME: EDNA DE FÁTIMA VIANA, MATRÍCULA: 120658-3, NOME DO FILHO: Wesley Kleverson Viana, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO: 01.05.98.
NOME: EDNA DE FÁTIMA VIANA, MATRÍCULA: 120658-3, NOME DO FILHO(a): Wallisson Kelvin Viana Vidal, DATA DE NASCIMENTO DO FILHO: 01.05.98.
SALÁRIO FAMÍLIA
NOME: MARLENE LOPES DE ALMEIDA, MATRÍCULA: 136428-6, DEPENDENTE: Mariana Lopes Almeida, na qualidade de filha.
NOME: ANTONIO LOPES ANDRADE, MATRÍCULA: 350929-0, DEPENDENTE: Lara Cristina Morais' Andrade, na qualidade de filha.
NOME: MADALENA FILGUEIRA DE MELO MOURÃO, MATRÍCULA: 133441-7, DEPENDENTE: Rafael Melo Mourão, na qualidade de filho.
NOME: EDNA DE FÁTIMA VIANA, MATRÍCULA: 120658-3, DEPENDENTE: Wesley Kleverson Viana Vidal, na qualidade de filho.
NOME: EDNA DE FÁTIMA VIANA, MATRÍCULA: 120658-3, DEPENDENTE: Wallisson Kelvin Viana Vidal, na qualidade de filho.
CSG- 06
NOME: VANIA MARIA DE MACÊDO DALCOMUNI, MATRÍCULA: 131878-1, DEPENDENTE: Natasha Macêdo Dalcomuni, na qualidade de filha.
LICENCA PATERNIDADE
NOME PAULO SERGIO DE FARIA, MATRÍCULA: 131812-8, Assistente Superior de Saúde, no período de 30.08.98 a 03.09.98.
NOME: ANTONIO LOPES ANDRADE, MATRÍCULA: 350929-0, Assistente Intermediário de Saúde no período de 02.09.98 a 06.09.98.

LUCINÉIA MORELI MACHADO

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE SETEMBRO DE 1998

A DIRETORIA DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA no uso das atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço de nº 32 de 01 de abril de 1998/Diretor do HRG resolve
Conceder Licença Prêmio por assiduidade nos termos do Artigo 87, da Lei 8.112/90, combinado com a Lei de 27.12.91, aos seguintes servidores:
NOME: GENTIL DE JESUS DA SILVA
MATRÍCULA: 112326-2 PROCESSO 061.033059/93
QUINQUÊNIO:(s) 4º 01.12.92 a 30.11.97
NOME: ANA MARGARIDA DA SILVA BARBOSA
MATRÍCULA: 112696-2 PROCESSO:061.033443/91
QUINQUÊNIO(s) 4º 01.06.93 a 31.05.98
NOME: ANTONIA ALVES DE LIMA
MATRÍCULA: 113119-2 PROCESSO:061.033246/91
QUINQUÊNIO(s): 4º 26.08.93 a 25.08.98
NOME: MARIA LUCIA PEREIRA DE MORAIS
MATRÍCULA: 113127-3 PROCESSO:061.033569/91
QUINQUÊNIO(s): 4º 23.08.93 a 22.08.98
NOME: MARIA NEUSA ALVES DA SILVA
MATRÍCULA: 113128-1 PROCESSO 061.033241/91
QUINQUÊNIO(s): 4º 29.06.93 a 28.06.98
NOME: ZILDA VIEIRA GONÇALVES DE SOUZA
MATRÍCULA: 116595-0 PROCESSO:061.033415/91
QUINQUÊNIO(s) 3º 24.06.91 a 23.06.96
NOME: BEATRIZ DE ARAUJO PORTO
MATRÍCULA: 117485-1 PROCESSO:061.033103/92
QUINQUÊNIO(s): 3º 04.09.91 a 03.09.96
NOME: MANOEL MESSIAS NUMES FILHO
MATRÍCULA: 119795-9 PROCESSO:061.033085/92
QUINQUÊNIO(s): 3º 21.11.92 a 20.11.97
NOME: FRANCISCA DE ASSIS CAMPELO MENDES
MATRÍCULA: 121448-9 PROCESSO:061.034406/92
QUINQUÊNIO(s): 2º 11.08.88 a 10.08.93
NOME: ISMÊNIA DE FÁTIMA ARAUJO
MATRÍCULA: 121676-7 PROCESSO:061.007499/92
QUINQUÊNIO(s): 2º 20.11.88 a 19.11.93
NOME: MARIA DE LOURDES LEAL SILVA
MATRÍCULA: 121693-1 PROCESSO:061.033704/92
QUINQUÊNIO(s): 3º 18.08.93 a 17.08.98
NOME: SEBASTIANA FERREIRA DOS SANTOS COSTA
MATRÍCULA: 121717-8 PROCESSO:061.033618/94
QUINQUÊNIO(s): 2º 27.09.88 a 28.06.95
NOME: MARIA APARECIDA SILVA DE MACEDO
MATRÍCULA: 127476-7 PROCESSO:061.034614/92
QUINQUÊNIO(s): 2º 26.09.92 a 25.09.97
NOME: OLGA HENRIQUE DE MELO
MATRÍCULA: 127914-9 PROCESSO:061.034624/92
QUINQUÊNIO(s): 2º 11.11.92 a 10.12.97
NOME: SÉRGIO RAMOS DE FREITAS
MATRÍCULA: 132423-3 PROCESSO:061.033702/98
QUINQUÊNIO(s) 1º 18.05.93 a 17.05.98
CENTRO DE SAÚDE Nº 01
NOME: GUILHERMINA FELES GRILLET
MATRÍCULA: 112093-0 PROCESSO:061.027205/92
QUINQUÊNIO(s): 4º 17.02.93 a 16.02.98
CENTRO DE SAÚDE Nº 05
NOME: WAGNER SANTOS
MATRÍCULA: 119997-8 PROCESSO:061.033369/93
QUINQUÊNIO(s): 3º 08.06.93 a 07.06.98
RETIFICAR A LICENÇA-PRÊMIO DO SERVIDOR:
NOME: GERALDO FELIPE DA SILVA
MATRÍCULA: 106750-8
LOTAÇÃO HRG
Referente ao 4º quinquênio publicado no DODF nº 158-Página 6.709, de 15.08.96.
DE: 18.06.88 a 17.06.93
PARA: 18.06.88 a 25.06.93
Ratificando os demais dados.

LUCINÉIA MORELI MACHADO

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

INSTRUÇÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IV do Estatuto desta Fundação e de acordo com a instrução nº 1 de 10 de março de 1998, e o que consta do Processo nº 101.001098/98 resolve:

Conceder ELOGIO ao servidor DÁCIO FÉLIX, matrícula 5793-2, Cargo-Assistente Intermediário em Serviços Sociais, Especialidade-Motorista pelo zelo, eficiência, competência e dedicação no desempenho de suas funções prestadas à Seção de Manutenção.

MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 85, DE 23 DE SETEMBRO DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DMTU/DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 14.451, de 04 de dezembro de 1992 e, tendo em vista o que se contém no Processo n.º 096.005.396/98, resolve;

1. Dispensar ALBERTO YASUO MURAKAMI, matrícula n.º 49.787-8, do Grupo de Trabalho constituído pela Instrução de Serviço nº 076, de 27/08/98.
2. Designar ANA CRISTINA LOPES AFONSO, matrícula nº 92.611-6, para substituir o servidor citado no item anterior, cabendo-lhe a Presidência do Grupo.
3. Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para encerramento dos trabalhos.
4. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CLÓVIS ANTÔNIO BARBARÁ JACOB

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 182, DE 5 DE OUTUBRO DE 1998

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o mem. nº 025/98- DEMA , de 01/10/98, resolve: I- Autorizar o pagamento de 40(quarenta)Horas Extras, executadas em agosto do ano em curso, ao servidor JOÃO DE SOUZA GOMES , matrícula nº 92.833-X, conforme autorização em caráter excepcional, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, publicada no DODF de 13.05.98, com base no Artigo 2º do Decreto nº 18.791/97 , combinado com os autos do processo nº 030.0008691/97; II- Autorizar o pagamento das horas extraordinárias, excetuando o limite de 02(duas) horas diárias, de acordo com planilha de fls-04 do processo mencionado no item anterior.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Processo: 073.001305/98 – Interessado: Departamento Agropecuário – Autorizo o fornecimento de 05 (cinco) diárias ao servidor MARINALDO MARIANO DE REZENDE, para participar do curso sobre microrganismo deteriorantes em alimentos termoprocessado, em Campinas-SP., nos dias 06/10 à 10/10/98.

Processo: 073.001305/98 – Interessado: Departamento Agropecuário – Autorizo o fornecimento de 05 (cinco) diárias ao servidor ABDIAS PONTE DE AGUIAR NETO, para participar do curso sobre microrganismo deteriorantes em alimentos termoprocessado, em Campinas-SP., nos dias 06/10 à 10/10/98.

Processo: 073.001305/98 – Interessado: Departamento Agropecuário – Autorizo o fornecimento de 05 (cinco) diárias ao servidor JOSÉ CEZÁRIO COUTO, para conduzir os técnicos que participarão do curso sobre microrganismo deteriorantes em alimentos termoprocessado, em Campinas-SP., nos dias 06/10 à 10/10/98.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "E" Nº 44,DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é delegada pela Instrução de Serviço "N" n.º 001, de 01 de agosto de 1997, e considerando o disposto no artigo 143 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve: I- Em face dos relatos constantes do processo n.º 073.001247/98, encaminhar o referido processo para a Comissão Permanente instituída pela IS "E" n.º 38 de 1º de julho de 1998, para através do Processo Administrativo Disciplinar, apurar os fatos. II- Estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. III- Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "E" Nº 45, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇAO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é delegada pela Instrução de Serviço "N" n.º 001, de 01 de agosto de 1997, e considerando o disposto nos artigos 152 a 158 da Resolução n.º 38/90, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve: I- Em face dos relatos constantes do processo n.º 073.001910/97, encaminhar o referido processo a Comissão Permanente instituída pela IS "E" n.º 38 de 1º de julho de 1998, para através de Tomada de Contas Especial de apurar responsabilidades por bem patrimonial danificado. II- Estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. III- Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "E" Nº 46, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é delegada pela Instrução de Serviço "N" n.º 001, de 01 de agosto de 1997, e considerando o disposto nos artigos 152 a 158 da Resolução n.º 38/90, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve: I- Em face dos relatos constantes do processo n.º 073.000370/98, encaminhar o referido processo a Comissão Permanente instituída pela IS "E" n.º 38 de 1º de julho de 1998, para através de Tomada de Contas Especial de apurar responsabilidades por furto na Divisão de Recursos Humanos-DRH. II- Estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. III- Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "E" Nº 47, DE 1º DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é delegada pela Instrução de Serviço "N" n.º 001, de 01 de agosto de 1997, e considerando o disposto nos artigos 152 a 158 da Resolução n.º 38/90, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve: I- Em face dos relatos constantes do processo n.º 073.000657/98, encaminhar o referido processo a Comissão Permanente instituída pela IS "E" n.º 38 de 1º de julho de 1998, para através de Tomada de Contas Especial de apurar responsabilidades por acidente de tráfego. II- Estabelecer prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. III- Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 183, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência outorgada pela Instrução de Serviço "N" nº 001, de 01 de agosto de 1997, e o que consta do processo nº 073.001739/98, resolve: Mandar averbar para fins de aposentadoria, o tempo de serviço no total de 4.286(quatro mil , duzentos e oitenta e seis)dias, prestados pelo servidor JOSÉ BEZERRA FILHO, matrícula nº 93.118-7, da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, conforme Certidão expedida em 24 de setembro de 1998, pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 555, DE 7 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, resolve: Dispensar MARLY PEREIRA DE JESUS, matrícula nº 01.356-0, como membro da Comissão Permanente de Acumulação de Cargos desta Autarquia.
Designar CARLA SILVA BARBOSA, matrícula nº 00.994-6, como membro da referida Comissão.

LUIS RIOGI MIURA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 556, DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do regimento interno aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976, nos termos da Lei nº 1.991 de 02 de julho de 1998 e de acordo com o Decreto nº 19.385 de 02 de julho de 1998, resolve: Nomear ROSSANA MARIA DO AMARAL BARROS para exercer o Cargo em Comissão de Assessora do Diretor Geral, Símbolo DFA-11, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, a partir de 14 de outubro de 1998.

LUIS RIOGI MIURA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

PORTARIA DE 30 DE SETEMBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar **JOSÉ ANTONIO CAPPARELLI VIEIRA BORGES**, Assistente da Divisão de Administração, código DFA-05, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, para responder pela Chefia da Administração do Estádio Mané Garrincha, sem acumular vencimentos.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 9 de outubro de 1998

REFERÊNCIA : Proc. nº 150.000013/98
INTERESSADO: ARLENE MARIA GONÇALVES DE REZENDE e outros
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista as instruções contidas nos autos e o disposto nos artigos 80 e 81, e artigo 38, inciso I, combinados com o artigo 39, incisos II e IV, do Decreto nº 16.098/94, reconheço a dívida, autorizo a despesa, o pagamento e a emissão da respectiva Nota de Empenho no valor de R$ 1.989,11 (hum mil, novecentos e oitenta e nove reais e onze centavos), em favor de ARLENE MARIA GONÇALVES DE REZENDE e outros, ocorrendo a despesa à conta do elemento 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores - desta Secretaria, tendo em vista que a despesa refere-se ao pagamento proveniente de progressões funcionais, relativas aos exercícios de 1996 e 1997.

EVANDRO VILELA TEIXEIRA DE SALLES
Adjunto

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

PORTARIA DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, inciso IV, V e VI, do Decreto 16.258, de 29 de dezembro de 1.994, e em cumprimento do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
I - Instituir Comissão de Sindicância destinada a purar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, os fatos relacionados com falhas apontadas no processo nº 170.000.341/98, composta pelos servidores abaixo relacionados:
JAIR CÂNDIDO DA SILVA, matrícula nº: 31.111-1, Presidente,
ANGELA MARIA DE SOUZA, matrícula nº: 31.110-3, Membro, e
DANIELA FERNANDES MARTINS DOS ANJOS SOARES, matrícula nº: 37.344-3, Membro.
II - Determinar às Chefias dos servidores ora designados que os dispensem de suas atividades normais nos dias e horários marcados para as necessárias atividades da Comissão ora instituída.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

PORTARIA DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Designar **FERNANDO MACIEL CAMELO**, matrícula nº 48.543-8, Assistente, Símbolo DFA-07, da Agência de Atendimento do Recanto das Emas, para substituir **ELIENE TORRES QUINTANILHA NUNES,** matrícula nº 91.029-5, Gerente, Símbolo DFG-10, da Agência de Atendimento de Ceilândia, da Gerência de Atendimento ao Trabalhador, do Departamento de Atendimento ao Trabalhador, da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Distrito Federal, no período de 1º de outubro de 1998 a 27 de fevereiro de 1999, por motivo de Licença Maternidade e Férias regulamentares da titular.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Conceder nos termos do artigo 97, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, a servidora **ADRIANA PEREIRA**, matrícula nº 37.492-X, Licença Gala, no período de 24.09.98 à 01.10.98, conforme Certidão nº 16828, Livro B-0057, Folha nº 028 vº, de 24.09.98, apresentada a partir de 02.10.98.

ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete da servidora **ESMERALDA PEREIRA RAMOS**, Auxiliar de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do SLU, pelo Encargo de Auxiliar de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, a partir de 08.10.98.
Conceder Gratificação por Encargo em Gabinete a servidora **MARIA TEREZA DE ARAUJO**, Auxiliar de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do SLU, pelo Encargo de Auxiliar de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO

FUNDAÇÃO POLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 9 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

Constituir Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar os fatos contidos no Processo nº 196.000240/98.
Designar os servidores Aline Bicalho, matrícula nº 80.101-1, Chefe da Procuradoria Jurídica, Núbia Feitosa Braga Lourenço, matrícula nº 94.353-3, Auxiliar de Administração Pública, e Alexandre Jansen Tibery, matrícula nº 80.053-8, Técnico de Administração Pública, para sob a presidência do primeiro, e no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos contidos no referido Processo.

MARIA JOSÉ WEISS

JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

A DIRETORA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 42 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.773 de 18 de julho de 1994, nos termos da Portaria da SEMATEC de 13 de janeiro de 1994 e com base no caput e no parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:
1 - Designar SEBASTIÃO CANÇADO COUTO, matrícula nº 52.607-X, para exercer as funções de Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
2 - Designar CEDNA MARIA DE SOUSA PINHO, matrícula nº 07.050-5, para exercer as funções de Membro Efetivo da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
3 - Designar LUISLENE DOS SANTOS, matrícula nº 07.002-5, para exercer as funções de Membro Efetivo da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
4 - Designar ROSEMEIRE ALMEIDA DA SILVA, matrícula nº 07.035-1, para exercer as funções de Membro Suplente da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
5 - Designar JOSENICE ANTONIO DE SOUZA FRANCO, matrícula nº 32.225-3, para exercer as funções de Membro Suplente da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
6 - Designar JÚLIO CÉSAR SANTOS DE MELO, matrícula nº 07.038-6, para exercer as funções de Membro Suplente da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.
7 - Dispensar ISANI DIVINA DA COSTA, matrícula nº 07.034-3, das funções de Presidente da CPL/JBB, a partir de 10 de outubro de 1998.
8 - Reconduzir ISANI DIVINA DA COSTA, matrícula nº 07.034-3, para exercer as funções de Secretária da CPL/JBB, a partir de 13 de outubro de 1998; com mandato de 01 (um) ano.

ALBA EVANGELISTA RAMOS

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 13 DE OUTUBRO DE 1998

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
Constituir Comissão para, no prazo de 60 (sessenta) dias, analisar e adotar providências judiciais cabíveis em todos os Processos referentes aos chamados Planos Econômicos que tramitam nesta Procuradoria Geral.
A Comissão, a ser formada no âmbito da 4ª Subprocuradoria, será composta pelos seguintes Procuradores:
1. Sebastião do Espírito Santo Neto, Matricula nº 49.220-5
2. Walfredo Frederico de Siqueira Cabral Dias, Matrícula nº 48.603-5
3. Ludmila Lavocat Galvão V. de Carvalho, Matrícula nº 47.703-6

Os três Procuradores acima ficarão afastados de suas funções normais durante o prazo de duração dos trabalhos.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Fica sem efeito a Portaria de 9 de setembro de 1998, publicada no DODF de 10 de setembro de 1998.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO MMA/PNMA/PED Nº 96CV00180/96

PROCESSO Nº 190.000.478/96 - PARTES:DF/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL X DF/GAG/SEMATEC/SLU a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL-IEMA/FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FSSDF/JARDIM BOTÂNCIO DE BRASÍLIA-JBB/INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA. OBJETO: Anular parcialmente as dotações orçamentárias do Convênio, reduzindo os recursos do CONCEDENTE para a execução do objeto, previstos no caput da Cláusula Terceira do Convênio original, face a reformulação do Plano Operativo Anual - POA, devidamente aprovada pelo BIRD, tendo em vista as Programações Anuais do PNMA. DA ANULAÇÃO: - Anular o valor referente a Recursos do BIRD, no montante de R$ 97.364,00 (noventa e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais), relativo a Nota de Empenho nº, parte da 98NE00354, de 24/03/98 no valor de R$ 97.364,00 (noventa e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais). DA REDUÇÃO DE RECURSOS DO CONCEDENTE - Os recursos necessários para a execução do objeto do Convênio ficam reduzidos em R$ 97.364,00 (noventa e sete mil, trezentos e sessenta e quatro reais) à conta de recursos do CONCEDENTE, passando o caput da Cláusula Terceira do Convênio original ter a seguinte redação: "Os recursos necessários para a execução do objeto deste Convênio, no montante de R$ 1.668.636,00 (hum milhão e seiscentos e sessenta e oito mil e seiscentos e trinta e seis reais), representa as programações dos exercícios de 1996, , 1997 e 1998, sendo R$ 996.415, 00 (novecentos e noventa e seis mil e quatrocentos e quinze reais) à conta do MMA, referentes a contrapartida nacional e aos recursos do BIRD, já assegurados através do Acordo de Empréstimo nº 3173/BR". ASSINATURA: 11/09/98. SIGNATÁRIOS: GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO, Ministro do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE, Governador do DF; ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO, Secretário da SEMATEC; LUCIANA SALES OLIVEIRA, Diretor Geral do SLU; LAURO MORHI, Presidente da FUB; FREDERICO FLÁVIO GUIMARÃES; Diretor-Geral do IEMA/DF; MARIA JOSÉ VIEIRA FERES, Presidente da FSS/DF; ALBA EVANGELISTA RAMOS, Diretora do JBB e EDUARDO DE SOUZA MATINS, Presidente do IBAMA. PUBLICADO NO D.O.U. Nº 175, Seção 3, de 14/09/98, página 59

OF 092/98 PROCU SPR/PRG/DF

SECRETARIA DE GOVERNO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 1/98

PROCESSO Nº: 030004810/98
OBJETO:AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA.
A CPL/SEG, torna público para quem possa interessar, que o resultado do julgamento da licitação em epígrafe, se encontra fixado no mural do 3º andar do anexo do palacio do Buriti.

Brasília-DF, 13 de outubro de 1998
MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS
Comissão Especial de Licitação
Presidente

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

EXTRATO DO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O DISTRITO FEDERAL Nº 7/98 (*)
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 10/96

PROCESSO Nº.: 136.000.136/98. **PARTES:** DF/RA VIII x HM ARQUITETURA E CONSTRUTORA LTDA. **OBJETO:** execução de calçadão em concreto na Metropolitana (825 m2) . **VIGENCIA:** será de 45 dias (quarenta e cinco) dias corridos a partir da data de assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de agosto de 1998. **VALOR:** 8.349,00 (oito mil trezentos e quarenta e nove reais) **NOTA DE EMPENHO:** Nº 184/98, emitida em 03/08/98 sob o evento nº 400091, na modalidade global. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** U.O.: 11.110. **PROGRAMA DE TRABALHO:** 10058032310890006. **NATUREZA DA DESPESA:** 459091. **FONTE DE RECURSO:** 100000000. **FUNDAMENTO LEGAL:** Licitação por Convite nº 007/98, Lei nº 8.666 de 21/06/93. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal, Abimael Nunes de Carvalho, na qualidade de Administrador Regional e pela Contratada, José Henrique Mello na qualidade de sócio .

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 151, de 11.8.98, pág. 26.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
AGOSTO/98

A Seção de Orçamento e finanças da Divisão de Administração Geral da Administração Regional do Paranoá - RA VII, em cumprimento ao disposto no Artigo 16, da Lei nº 8.666/93 e Lei 938 de 20/10/95, torna público a relação de compras e serviços efetuados pela RA VII no mês de AGOSTO/98.

NE Nº	FORNECEDOR, BENS E SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	NÃOAPLICÁVEL			
342/98	ISAIAS BARROS DOS SANTOS E OUTROS. Empenho destinado a custear despesa com pagamento de folha suplementar mês de agosto dos servidores desta ra	01	1.271,46	1.271,46
343/98	Empenho destinado a custear despesa com pagamento de folha suplementar outros benefícios assistências desta ra mês de agosto	01	90,26	90,26
344/98	Empenho destinado a custear despesa com pgt de inss 02% e 20% dos servidores desta ra folha suplementar mês de agosto	01	20,17	20,17
371/98	ISAIAS BARROS DOS SANTOS E OUTROS. Empenho destinado a custear despesa com PGT. da folha normal dos servidores desta RA VII, ref. ao mês de agosto/98. Outros benefícios .	01	3.227,00	3.227,00
372/98	ISAIAS BARROS DOS SANTOS E OUTROS. Empenho destinado a custear despesa com PGT. de salário Família dos servidores desta RA VII, referente a folha normal do mês de agosto/98.	01	10,72	10,72
373/98	ISAIAS BARROS DOS SANTOS E OUTROS. Empenho destinado a custear despesa com PGT. da folha normal dos servidores desta RA VII, referente ao mês de agosto/98.	01	86.604,00	86.604,00
374/98	ISAIAS BARROS DOS SANTOS E OUTROS. Empenho destinado a custear despesa com PGT. da folha normal dos servidores desta RA VII, referente ao mês de agosto/98. Outras despesas variáveis.	01	9,68	9,68
TOTAL	NÃO APLICAVEL	06	91.222.66	91.222,66
	INEXIGIVEL			
326/98	CEB. C&A ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. REFORÇO. Empenho destinado a reforça a 98ne010, referente ao fornecimento de Energia Elétrica da rede de iluminação	01	11.000,00	11.000,00
328/98	TELEBRASÍLIA - TELEC. DE BRASÍLIA. REFORÇO. Destinado a reforça a 98ne009, referente aos serviços telefônicos celular para esta Administração durante o exercício de 1998.	01	2.000.00	2.000,00
329/98	CAESB - CIA. DE ÁGUA DE BRASÍLIA. REFORÇO. Empenho destinado a reforça a 98ne008, referente ao serviço de fornecimento de Água potável para esta RA VII no exercício de 98.	01	1.500,00	1.500,00
	BRASÍLIA REFORÇO- que se faz a 98ne00007 , referente ao consumo de energia elétrica nos próprios desta administração			
336/98	CEB- COMPANHIA DE ENERGÉTICA DE BRASILIA EMPENHO destinado a custear despesa com pagamento de copnsumo de energia eletica da festa agostina do paranoá	01	24,16	24,16
370/98	BANCO DE BRASÍLIA S.A. Atender despesa com aquisição de vales-transportes para os servidores desta RA VII no mês de agosto/98.	01	4.515,20	4.515,20
347/98	CAESB - CIA. DE ÁGUA DE BRASÍLIA. REFORÇO. Empenho destinado a reforça a 98ne008, referente ao serviço de fornecimento de Água potável para esta RA VII no exercício de 98.	01	200,00	200,00
TOTAL	INEXIGIVEL			19.739,36
	DISPENSA			
327/98	CEB-COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. REFORÇO da 98ne00048 para custear despesa com serviços de manutenção da rede de iluminação publica da região administrativa do paranoá	01	4.000,00	4.000,00
334/98	TRANSMATSU TURISMO LTDA Empenho destinado a custear despesa com serviço de locação de um ônibus para esta ra	01	250,00	250,00
335/98	CEB - CIA. ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. Atender despesa com serviços de instalação e retirada de 01 (um) ponto de energia elétrica	01	205,84	205,84
337/98	DRAKAR ENGENHARIA LTDA Item- 02 conector para quadro de comando Item- 03 relê técnico capacidade de 5 cv	01 01	58,00 48,00	58,00 48,00
338/98	DRAKAR ENGENHARIA LTDA. iItem - 04 enrolamento de motor elétrico	01	220,00	220,00
339/98	INST. PLANEJAMENTO E TERRIT. URBANO DO DISTRITO FEDERAL. Empenho destinado a custear despesa com aquisição de exemplares	01	30,00	30,00
345/98	LIVRARIA E PAPELARIA SARAIVA S/A Empenho destinado a custear despesa com aquisição de livro de licitação	01	40,00	40,00

356/98	INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DF Empenho destinado a custear despesa com matricula de servidores , ANDRÉ LUÍS ROQUE CARVALHAIS E FERNANDO JOSÉ DE OLIVEIRA.	01	100,00	100,00
TOTAL	DISPENÇA			4.903,48
	CONVITE			
332/98	EXCLUSIVA -GRÁFICA E PAPELARIA - INFORMÁTICA Item - 40 grampo trilho em plástico	50	2,94	147,00
331/98	CAFÉ DO CHEF INDUSTRIA COM. LTDA. Atender despesa com aquisição de gêneros alimentícios (café, açúcar, pães, margarina, leite e chá), para os servidores desta RA VII.	01	400,00	400,00
333/98	XEROX DO BRASIL LTDA. Empenho destinado a custear despesa com locação de 01 maquina fotocopiadora modelo 5365, com manutenção preventiva e corretiva.	01	200,00	200,00
341/98	CHAVES RODRIGUES LTDA REFORÇO da 98ne00169 para atender despesa com fornecimento de peças para a patrulha motomecanizada desta ra	01	1.500,00	1.500,00
346/98	CHAVES RODRIGUES LTDA REFORÇO da 98ne00167 para a tender despesa com serviços na patrulha motomecan izada desta ra	01	3.842,00	3.842,00
TOTAL	CONVITE	01	05	6.136,00
	TOMADA DE PREÇO			
324/98	AUTO REGULADORA TORRES LTDA REFORÇO da 98ne00165 para atender despesa com fornecimento de peças e acessórios para a patrulha motomecanizada desta ra	01	6.000,00	6.000,00
325/98	REFORÇO da 98ne00163 para atender despesa com prestação de serviços de mão de obra nos veículos da patrulha motomecanizada desta ra	01	3.900,00	3.900,00
349/98	REFORÇO da 98ne00163 para a tender despesa com prestação de serviços de mão de obra na patrulha motomecanizada desta ra	01	7.672,10	7.672,10
351/98	REFORÇO da 98 ne00163 para a tender despesa com prestação de serviços de mão de obra na patrulha motomecanizada desta ra	01	5.750,00	5.750,00
355/98	REFORÇO da 98ne00165 para atender despesa com fornecimento de peças e acessórios para a patrulha motomecanizada desta ra	01	6.720,00	6.720,00
TOTAL	TOMADA DEPREÇO	05	30.042,10	30.042,10
	CONCORRÊNCIA			
323/98	CONSTRUTORA PISO LTDA REFORÇO da 98ne00013, para atender despesa com locação de uma maquina motoniveladora para esta ra	01	4.000,00	4.000,00
332/98	IPANEMA IMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTES LT. REFORÇO da 98ne00012 para atender despesa com locação de caminhões para esta ra	01	2.000,00	2.000,00
TOTAL	CONCORRÊNCIA	01	6.000,00	6.000,00

A SEÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 21/98 –CPL

PROCESSO: 135.000.581/98
DATA DA ABERTURA: 28 de setembro de 1998 – HORA: 15 horas
A Comissão Permanente de Licitação, após a fase de testes de equipamento (item 02), torna público que o mesmo foi considerado satisfatório, ficando o resultado final da licitação conforme abaixo:
ITENS 04, 05, 06, 08 – MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA.
ITEM 02 – MC WELCH COMPUTADORES LTDA.
ITENS 01, 03, 07 – PHELIPE INFORMÁTICA LTDA.

Planaltina-DF, 13 de outubro de 1998
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/97

Processo nº: 145.000.500/96-RA XV. Contrato nº 05/97. Partes: Distrito Federal/Administração Regional do Recanto das Emas e Daniel Fernando Ribeiro César Do Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a Prorrogação do Contrato nº 05/97, celebrado em 09/10/97. Da Vigência: A vigência do Contrato em referência, que finda em 09/10/98, fica prorrogado a partir desta data por 12 meses. Data de Assinatura do Termo: 09/10/98. Signatário pelo DF: Raimundo Ronaldo Martins Pereira, na qualidade de Administrador Regional do Recanto das Emas. Pela Contratada: Daniel Fernando Ribeiro César, na qualidade de : Proprietário.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/96

Processo nº: 145.000.424/96-RA XV. Contrato nº 02/96. Partes: Distrito Federal/Administração Regional do Recanto das Emas e Xerox do Brasil Ltda. Do Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a Prorrogação do Contrato nº 02/96 celebrado em 09/10/96. Da Vigência: A vigência do Contrato em referência, que finda em 10/10/98, fica prorrogado a partir desta data por 12 meses. Data de Assinatura do Termo: 09/10/98. Signatário pelo DF: Raimundo Ronaldo Martins Pereira, na qualidade de Administrador Regional do Recanto das Emas. Pela Contratada: Samuel Batista d'Ávila, na qualidade de : Gerente de Filial.

SUBSECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.731/98 da empresa COMERCIAL FERNANDES LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 42, § Único da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.667/98 da empresa D'MICRO IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 600 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.510/98 da empresa BID'S INFORMÁTICA COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.701/98 da empresa MÔNACO INTERIORES - MÔNACO MÓVEIS LTDA - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 2.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.791/98 da empresa PERFECT CURSOS E TREINAMENTO DE PESSOAL. Que foi aplicada à esta, multa de 200 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso II, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos nte edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.759/98 da empresa ARAIZO AUTOMÓVEIS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.747/98 da empresa MESSIAS MARRA DE CASTRO - POWER COZINHAS ESPECIAIS. Que foi aplicada à esta, multa de 2.000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.764/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 200 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.707/98 da empresa GELÉIA TUR TURISMO. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.554/98 da empresa HERCULYS - EMPRESA DE CONSERVAÇÃO E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 2000 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.635/98 da empresa ANTUNES ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - COZIBELLA. Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.695/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 2.500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.810/98 da empresa CONTINENTAL ELETRODOMÉSTICOS E SERVIÇOS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 200 UFIR'S por descumprimento aos arts. 20 e 26, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.641/98 da empresa COZIBELLA - ANTUNES ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 5000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35 inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.563/98 da empresa AUTO ESCOLA FÓRMULA INDY LTDA - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.562/98 da empresa AUTO ESCOLA FÓRMULA INDY LTDA - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 1.200 UFIR'S por descumprimento ao art.35 e incisos da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.846/98 da empresa USI - BOX PARA BANHEIRO. Que foi aplicada à esta, multa de 700 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, incisos I e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.847/98 da empresa ZMC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 300 UFIR'S por descumprimento ao art. 42, § Único da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.679/98 da empresa ZMC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.736/98 da empresa BEVERLY HILLS MÓVEIS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 1.400 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.735/98 da empresa BEVERLY HILLS MÓVEIS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 5000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.844/98 da empresa VANESSA PERREIRA RODRIGUES - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 900 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.534/98 da empresa BID' INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 700 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.509/98 da empresa BID'S INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 3000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.463/98 da empresa BID'S INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 700 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.687/98 da empresa KAZA NOVA COZINHAS E ARMÁRIOS MODULADOS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.691/98 da empresa KAZA NOVA COZINHAS E ARMÁRIOS MODULADOS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 700 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.682/98 da empresa KOBERTOLDOS INDÚSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.765/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1.500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, incisos I e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.672/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 900 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.772/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1.500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, incisos I e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.831/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.773/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 1.200 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.768/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1.500 UFIR'S por descumprimento ao art. 18, § 1º, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.808/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 3000 UFIR'S por descumprimento ao art. 35 Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.771/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, incisos I, II e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.770/98 da empresa FORMAS E REFORMAS LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1.200 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, incisos I, II e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.667/98 da empresa SIMETA - SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 2000 UFIR'S por descumprimento ao art. 18, § 1º, incisos II e III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.568/98 da empresa TAGUASAT - ANTENAS LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 600 UFIR'S por descumprimento ao art. 18, § 1º e incisos da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.680/98 da empresa ZMC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA . Que foi aplicada à esta, multa de 1500 UFIR'S por descumprimento ao art. 51, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.662/98 da empresa JONATAS DO NASCIMENTO BARBOSA - ME. Que foi aplicada à esta, multa de 7000 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso III da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.566/98 da empresa SIMETA - SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA. Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 13, inciso XXIV do Decreto Federal 2.181/97. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.758/98 da empresa MONÂCO INTERIORES . Que foi aplicada à esta, multa de 500 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso I da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.860/98 da empresa JORGE COSTA DO NASCIMENTO - COSTA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS . Que foi aplicada à esta, multa de 1.300 UFIR'S por descumprimento ao art. 35, inciso III Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.642/98 da empresa ANTUNES ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - COZIBELLA. Que foi aplicada à esta, multa de 3000 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015.000.638/98 da empresa ANTUNES ALMEIDA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - COZIBELLA. Que foi aplicada à esta, multa de 700 UFIR'S por descumprimento ao art. 20, inciso II da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

A Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que consta o processo nº 015-000.615/98 da empresa ABRACADABRA DECORAÇÕES . Que foi aplicada à esta, multa de 800 UFIR'S por descumprimento ao art. 18 da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. E estando a mesma em lugar incerto e não sabido, por este Edital, NOTIFICA-A para comparecer a esta Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, com sede no SEPN 507 Bl. "D" Lote 04 - sobreloja do BRB em Brasília - DF, no prazo de 10 (dez) dias para apresentar Recurso Ordinário ou resolver a reclamação a partir da data da publicação do presente edital.

RALCILENE SANTIAGO DA FROTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 17/98-CL

Objeto: Aquisição de impressos, material para expediente e ensino e utensílios para escritório
Proc./Inter.: 030.006.536/98 e 030.006.793/98 - Secretaria de Administração
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, em atendimento ao art. 109, inciso I, alínea "b" da Lei nº8.666/93, c/c o art. 5º da Lei nº 938/95, comunica aos interessados o resultado do julgamento das propostas de preços do Convite em epígrafe, indicando os licitantes vencedores, tendo sido desclassificadas as empresas Palmas Editora Gráfica e

Papelaria Ltda: itens 01 e 02, Comercial IPL: item 03 e Distribuidora ABC: item 08, por terem apresentado 02(duas) marcas para o mesmo produto, estando em desacordo com o item 6.2 alínea "g" do Edital. Multiplik Com. e Repres. Ltda: itens 01 e 02, Gráfica e Editora Executiva: itens 01 e 02, Prograf Produtos Gráficos: item 01, Cartonagem e Litografia Anapolina Ltda: item 01, Papel Art Caixas: itens 01 e 02, Columbia Gráfica e Editora: itens 01 e 02, Gráfica Gutenberg: itens 01 e 02, Gráfica e Editora Qualidade: itens 01 e 02, Trovata Design Editora: item 01, Gráfica Diplomata: item 02 e Anhanguera Artefatos de Papel: item 01, por não cumprirem o item 6.2 alínea "g" do Ato Convocatório (não indicaram marca do produto ofertado); Tecnopaper Imp. Comercial e Repres.: item 08, FR Com. Serv. Rep. Ltda.: item 04, Distribuidora ABC: item 08, Centermaq Serv. Com. de Equip. Ltda.: item 04, Barbara Bela Editora Gráfica.: item 02, Trovata Design Editora: item 02, Gráfica Positiva: item 02 e Anhanguera Artefatos de Papel: item 02, por não cumprirem o item 6.2 alínea "h" do Ato Convocatório (especificações em desacordo com as constantes no Anexo II do edital); Barbara Bela Editora Gráfica: item 01, por não cumprir ao item 6.2 alínea "c" do Ato Convocatório (conter preço unitário e total de cada item, expressos em algarismos e por extenso); Polarte Papelaria, por não cumprir ao item 6.2 alínea "d" (validade da proposta inferior a 60 (sessenta dias) e alínea "e" (não declarou a inclusão de todos os tributos, frete, seguro etc..); e Gráfica Ocidental, por não cumprir ao item 6.2 alínea "e" (não declarou a inclusão de todos os tributos, frete, seguro etc..).

Item	Empresa Vencedora	Especificação do Objeto	Prazo para Entrega	Preço Unitário (R$)
01	Grafica Ed. Pap. Ocidental	Capa de processo	20 dias	0,12
02	Agaprint Informática Ltda.	Envelope saco	20 dias	0,06
03	Multiplik Com. Rep. Ltda	Livro índice alf.	20 dias	2,70
04	Luma Papelaria Com. Rep. Ltda	Etiqueta maq.franq.	20 dias	36,00
05	Comercial IPL	Etiqueta form.cont.	20 dias	4,90
06	Multiplik Com. Rep. Ltda	Porta carimbo	20 dias	4,50
07	Distribuidora Rimax	Esponjeira borracha	20 dias	1,20
08	Comercial IPL	Papel p/ calculadora	20 dias	0,22
10	Distribuidora Rimax	Grampeador grande	20 dias	10,38

Brasília, 14 de outubro de 1998
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL
COMISSÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CADASTRAIS

RESULTADO DE JULGAMENTO
ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Oriente Máquinas Comércio de Ferragens Ltda	Renovação	0701, 0702, 1001, 1002, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1011, 1013, 1201, 1202, 1204, 1601, 1602, 1603, 1604, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1801, 2002, 2101, 2108, 2301, 2302, 5301, 5304, 5401, 5402, 6201, 6202, 6401, 7201, 7501,	0301, 0501, 0504, 0505, 0903, 1302, 2201, 7301
M.C. Welch Computadores Comércio Importação e Exportação Ltda	Reconsideração	5702, 9785	2007, 5301, 9736
BH Sinalização Indústria e Comércio Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Cetest Brasília Condicionamento de Ar Ltda	Renovação	9743, 9754, 9756, 9757	1009, 1011, 5301, 5501, 5401, 6401, 6402, 9760
Metaço Metalúrgica Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Distribuiidora Via Brasil Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Sotreq S/A	Renovação	2010, 6301, 9728	
Espaço & Forma – Móveis e Divisórias Ltda	Renovação	6809, 9747	6801
ETI – Empresa Técnica de Instalações Ltda	Inscrição	9756	9760, 9786
Docimagem Informática e Serviços Ltda	Alteração	5702	2007, 5301
GMC Materiais para Construção Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Antônio Oliveira dos Santos Papelaria – ME	Renovação	0801, 1402, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 2401, 7001	0301, 0403, 0404, 1013, 1403, 1901, 2009, 2301, 2302, 6001
Digisoft – Informática e Serviços Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Juno Veloso Vidal dos Santos	Renovação	0106, 0108, 0111	
Bratene Engenharia Ltda	Renovação	9719	
Café do Ponto do Brasil S/A	Renovação	Indeferimento Total	

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, em cumprimento a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados.

Em 1º de outubro de 1998

ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Printer Tek Tecnologia em Cópias Ltda-ME	Inscrição	9703, 9707	
Indústria e Comércio de Cereais Grão Dourado Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Mult Móveis Ltda	Renovação	6801, 6802, 6803, 6804, 6808, 7202	1405, 1407, 2007, 6806, 6807, 6809
Type Máquinas e Serviços Ltda	Alteração	Indeferimento Total	
Rildo Sport Ltda-ME	Inscrição	Indeferimento Total	
Mercado Diagnóstica e Hospitalar Ltda	Inscrição	1901.1905.6901.6902	
Comercial Dincos e Serviços Ltda	Reconsideração	0701, 0904, 1005, 1010, 1402, 1405, 1406, 1408, 1602, 1701, 2201, 2302, 5301, 5302, 5401, 5603, 5801, 5901, 6201, 6202, 6601, 6603, 6604, 6801, 6802, 6803, 6804, 6806, 7001,	0901, 5605, 6807
Futura Interiores e Mobiliário Panorâmico Ltda	Reconsideração	6801, 6803	
Vigo Central de Serviços de Brasília Ltda	Renovação	9734, 9786	9731, 9758
Oropeças Auto Peças e Serviços Ltda	Inscrição	0504, 2101, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2110	2010, 2102, 2109, 2111, 9728
Construksa Vidros Materiais para Construção Ltda	Renovação	0701, 0702, 1001, 1002, 1003, 1005, 1007, 1008, 1009, 1011, 1012, 1013, 1601, 1602, 1603	0504, 0506, 1004, 1006, 1014, 1015, 1201, 1206, 1701, 2301, 2302, 5305, 6201, 6202,
Karpeças Peças e Serviços Ltda	Renovação	2103, 2104, 2105, 2107	2111
V. Castro Distribuição e Representações Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Reman Vigilância Ltda	Renovação	9739	
Estrela Tintas Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Worktel Teleinformática Ltda	Inscrição	6601	9723, 9763
Facchini Comércio, Representação Importação e Exportação Ltda	Reconsideração	0701, 1005, 1011, 1601, 1602	0702, 1007, 1013, 1603, 5401, 5402, 6301, 6401
Cardan Brasília Ltda	Reconsideração	2107, 9728	0702, 1006, 2010, 2011, 2012, 2014, 2016, 2102, 2103, 2104 2105, 2106, 2109, 2110, 2111, 6201, 6202, 6301 ,6401, 7102, 7105, 7108, 7401, 7402, 9760, 9766
Tropical Trading Importação e Exportação Ltda	Alteração	0114	2004, 6401, 6503, 7104
Trovata Design e Editora Ltda	Renovação	0801, 0802, 0803, 0805, 9707, 9740, 9853	
Salvapé Produtos Ortopédicos Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Unisys Brasil Ltda	Renovação	0801, 1405, 1601, 2007, 5702	9717, 9736, 9768, 9785, 9786

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 6 de outubro de 1998
NEURACY DE ALBUQUERQUE
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 5/98-CPL

PROCESSO N.º : 040.011.030/98
OBJETO : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de um sistema de impressão eletrônica e envelopamento para Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA : 03/11/98
LOCAL : SBN, Quadra 02, bloco A, Ed. Vale do Rio Doce – Auditório Paulo Emílio, Subsolo.
HORÁRIO : 10:00H
TIPO : MENOR PREÇO
CRC SEA: Grupo 97, Subgrupo 18 - Locação de Máquina de Escritório
Regime: Empreitada por preço unitário

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CPL/SEFP, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do Convite em epígrafe, na data, horário e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Fazenda e Planejamento, Sobreloja, Comissão Permanente de Licitação, nos dias úteis, de 9:00 às 17:00 horas. Outras informações pelos telefones (061) 3128200 ou 3128281.

Brasília - DF, 14 de outubro de 1998
FERNANDO CABRAL VIANA FILHO
Presidente da Comissão

BANCO DE BRASÍLIA S.A
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 39/98

A Comissão Permanente de Licitação do BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o julgamento das propostas do Convite DIRAD/CPLIC nº 039/98. Empresas vencedoras: CAFLAMA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA., item 01; CDA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS LTDA., item 02; SOCIEDADE BRASILIENSE DE ALIMENTOS LTDA., item 03; COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA., itens 04, 05 e 06. Os autos do Processo 041.000.392/98 encontram-se com vista franqueada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF, no horário de 10 às 16 horas.

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

GERÊNCIA DE CONTRATOS

AVISO DE CONTRATAÇÕES
SETEMBRO/98

BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A., em cumprimento à determinação do art. 1º da Lei 938, de 20.10.95, torna público as aquisições e os serviços contratados no mês de setembro/98: Tomada de Preços DIRAD/CPLIC-008/98 - Obra de edificação para instalação da Ag. Paranoá - Valor R$288.849,90 - Processo: 169/98; Contrato DIRAD/DESEG-98/048 - Manutenção do Sistema Flexível de Folha de Pagamento e Recursos Humanos-SRH - Valor: R$60.000,00 - Processo: 257/98; Tomada de Preços DIRAD/CPLIC-011/98 - Aquisição de suprimentos de informática - Valor: R$306.099,00 - Processo: 210/98; Tomada de Preços DIRAD/CPLIC-98/018 - Aquisição de agendas de mão - Valor: R$60.637,50 - Processo: 315/98; Tomada de Preços DIRAD/CPLIC-98/019 - Aquisição de agendas de mesa - Valor: R$74.185,70 - Processo: 317/98

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
P/ Gerência

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
SETEMBRO/98

A Seção de Orçamento e Finanças/DAG/SE em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 938/95 - DF e Decisão n.º 3427/96 - TCDF, torna público a relação de compras, obras e serviços realizados durante o mês de setembro/98.

INEXIGIVEL						
NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	UNIT.	TOTAL
458	Banco de Brasília S/A	Aquisição de vales transporte referente ao mês de setembro/98.	01	U	2.861,20	2.861,20
459	Viação Anapolina Ltda.	Aquisição de vales transporte referente ao mês de setembro/98.	01	U	176,60	176,60
462	IESE-Instituto de Estudos empresariais	Despesa com inscriçaõ de 04 servidores em curso.	01	U	3.850,00	3.850,00
470	ESAD-Escola de Administração e Negócios.	Despesa com inscrição de 01 servidor em curso.	01	U	630,00	630,00
DISPENSA						
NE	EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT		UNIT.	TOTAL
474	Multiarte Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Despesa com fornecimento e instalação de painel.	01	U	440,50	440,50
485	Ar Frio com. de Refrigeção e Assist. Ltda.	Despesa com conserto de um refrigerador desta Secretaria.	01	U	140,00	140,00
490	Ortemaq Organização Técnica e Maq. Ltda.	Despesa com serviços de substituição de 01 cilindro de aquecimento de uma plastificadora. marca: Plastiteck.	01	U	250,00	250,00
473	SL Com. e Serv. Ltda.	Despesa com aquisição de aparelhos de fax simile	08	U	285,71	3.465,00
CONCORRÊNCIA						
492	Ki Massas Produtos Alimentícios Ltda	Regularização parcial da 98 ne 00898/FEDF, destinado a aqusição de pão careca tipo cachoro quente de 50 Gr. e pão doce tipo rosca de 50 g, marca: Kero valor unit.0,15 Qtde.1776000.Convênio 1210/94	01	U	100.000,00	100.000,00
499	Pró Nutri Brasil	Aquisição de macarrão com massa tipo parafuso com ovos marca: Qtde. 12960 . marca: Santa Amália acréscimo de 25%. Convênio 1210/94.	01	Kg	14.385,60	14.385,60
498		Aquisição de macarrão massa c/ ovos tipo pai nosso. Qtde.31020. preço unitário 1,11. acréscimo de 25% . Convênio 1210/94	01	Kg	34.432,20	34.432,20
497	Pink Alimentos do Brasil Ltda.	Aquisição de chocolate em pó marca Pink. Qtde. 8056 preço unitário 1,27. acréscimo de 25% Convênio 1210/94	01	Kg.	10.231,12	10.231,12
493	Coimpex Com. Consult. Imp. e Exp. Ltda.	aquisição de biscoito tipo maizena, Marca: NEUSA, Quantidade: 20.980 Valor unitário: 1,24. acréscimo de 25%. Convênio 1210/94.	01	U	26.015,20	26.015,20
494		aquisição de biscoito tipo Cream Cracker, Marca: Neusa, Quantidade: 45.140, Valor unitário: 1,24. Acréscimo de 25% Convênio 1210/94	01	U	33.802,40	33.802,40
500	Amazônia	Aquisição de arroz tipo 01. marca Real Qtde. 86.250 valor unitário. 1,09 . farinha de mandioca fina torrada e seca tipo 01.Qtde. 12.315 marca : Real. preço unitário 0,49 Convênio 1210/94.	01	Kg.	100.046,85	100.046,85
495	União Cerealista e Dist. de Gen. Alim. Ltda.	Aquisição de biscoito de leite recheio.marca: Marilan .Qtde.12960 preço unitário : 2,79. Acréscimo de 25% Convênio 1210/94.	01	Pct.	36.158,40	36.158,40
496		Aquisição de açúcar cristal de 1ª qualidade marca: Rei .Qtde. 42.780 preço unitário .0,48.Acréscimo de 25% Convênio 1210/94	01	Pcte.	20.534,40	20.534,40

A SEÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 64/98

Abertura: 27/10/98 às 10:30 horas; Objeto: Aquisição de enxada, balde plástico, lima chata, serrote de 12", caixa plástica, saco de aniagem, bandeja em plástico, tijolo refratário, duralex liso, sombrite, broxa para caiação, seringa descartável, pulverizador costal, barbante de polietileno, mangueira, plástica, etc...Grupo:07.01,07.02,09.01,09.05,10.02,10.08,10.09,10.13,12.02,12.03,12.06,14.02,17.01,19.02,22.01,23.02,53.05,54.01,54.02.
O respectivo Edital poderá ser adquirido no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", sala 221, das 10:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até o dia 26/10/98.

Brasília, 13 de outubro de 1998
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/98

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o Resultado de Julgamento da Tomada de Preços nº 031/98 - FEDF, encontra-se fixado no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", 2º andar.

Brasília, 13 de outubro de 1998
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 361/98

PROCESSO Nº 062.000.125/98. PARTES: MINISTÉRIO DA SAÚDE X DF/ISDF. OBJETO: Dar apoio financeiro para implementação do Projeto de Monitoramento Fiscal da Qualidade de Medicamentos Disponíveis no Mercado, visando a fortalecer o desenvolvimento técnico-operacional do Sistema Único de Saúde - SUS. VALOR: R$ 954.401,80 (novecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e um reais e oitenta centavos). Sendo: MINISTÉRIO: R$ 867.638,00 (oitocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais) - oriundos do Orçamento do MINISTÉRIO, nos termos da Lei nº 9.473, de 22/07/97, conforme discriminação orçamentária: C.F.P. - 36901.13075.0430.4434.0002, 4.5.30.42 - R$ 767.958,00; Nota de Empenho nº 0709, de 13/02/98 e 3.4.30.41 - R$ 99.680,00; Nota de Empenho nº 0708 de 13/02/98. INSTITUTO DE SAÚDE: Participará no ano de 1998, com recursos no valor de R$ 86.763,80 (oitenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos) - que correrão à conta do orçamento do Instituto de Saúde, conforme o disposto no inciso II, parágrafo segundo, art. 26, da Lei nº 9.473, de 22/07/98. VIGÊNCIA: 01 (um) ano a partir da assinatura. ASSINATURA: 18/03/98. SIGNATÁRIOS: CARLOS CÉSAR DE ALBUQUERQUE, Ministro da Saúde e MÁRIO CESAR ALTHOFF, Diretor do Instiuto de Saúde do DF. Publicado no DOU Nº 62, Seção 3, de 01/04/98, página 37.

Of. 092/98 - DCC/1ª SPR/PRG/DF.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITES

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
510/98	061.010081/98	26/10/98	16:00	Prestação de Serviços de adaptação p/ instalação de Raio X e Processadora e adequação de salas às	1,00

				normas de Bio-segurança do trabalho no Hospital Dia-Brasília DF	
523/98	061.009276/98	28/10/98	16:30	Analogo LH-RH (Triptorelina, Goselerina ou Leuprolida, Acetato) 3,75 mg IM/SC	1,00
524/98	061.000871/98	28/10/98	11:00	Microscópio biológico binocular	1,00
525/98	061.008418/98	29/10/98	14:00	Atropina oftálmica 1% - 5 ml/ outros, total de 15 itens.	1,00
526/98	061.009641/98	29/10/98	15:30	Conjunto Det. de ácido úrico enzimático - automação/ outros, total de 10 itens.	1,00
527/98	061.008052/98	30/10/98	14:00	Equipo ped. p/transf. sangue filtro câmara grad. 100/150 ml s/agulha/outros, total de 03 itens	1,00
528/98	061.008143/98	30/10/98	15:00	Sonda de aspiração traqueal n. 14 c/orifício terminal e lateral de bordas não cortantes/outros, total de 23 itens.	1,00
529/98	061.008240/98	04/11/98	09:00	Fita cirúrgica hipoalergênica branca 10,0 CMX 10 M/ outros, total de 06 itens.	1,00
530/98	061.008053/98	04/11/98	10:00	Escalpe apirogênico em Y n.19/outros, total de 07 itens.	1,00
531/98	061010426/98	29/10/98	10:30	Prestação de serviços de revisão, adequação, instalação e troca de USCA no Sistema de Emergência do Hospital Regional de Sobradinho, com fornecimento de peças, equipamentos e materiais.	1,00
				Repetição	
483/98	061.010437/98	27/10/98	16:30	Solução p/ Hemodiálise c/ tampão Bicarbonato de Sódio 3430/5000ml	1,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das Cartas Convites em epígrafe estão à disposição dos interessados não convidados, até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura da licitação, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP: 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778.

TOMADAS DE PREÇOS

Tipo de Licitação: menor preço					
Edital	Processo	Data	Hora	Objeto	Valor do Edital
261/98	061.008729/98	30/10/98	09:00	Cartão p/ registro result. Hematol. Ap Coulter linha "T" / outros, total de 06 itens.	2,00
262/98	061.010837/98	30/10/98	10:30	Saco plast. p/acond. Resíduos infectantes, cor branco leitoso...etc; pilha palito alcalina AAA; água sanitária; vassoura de pelo; papel cartolina 50x66 cor azul c/100 fls; flanela p/limpeza; luva de borracha tam. médio; jarra plástica graduada; sabão em pó 1 kg/outros, total de 29 itens	2,00
264/98	061.008669/98	04/11/98	14:00	Prestação de Serviços de recuperação, adequação, comissionamento do Sistema Gerador de Emergência do Hospital de Taguatinga, com fornecimento de peças e materiais.	2,00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que os Editais das licitações em epígrafe estão à disposição dos interessados, mediante a apresentação do comprovante do recolhimento do valor do Edital, na Secretaria da Comissão localizada no endereço: S.M.H.S. Qd. 301, Edifício Pioneiras Sociais, 6º andar CEP 70.330-150, Brasília-DF, em dias úteis, no horário de 08:30 às 11:45 e de 14:00 às 15:45 horas. Tel. (061) 226 8239 - Fax (061) 322 0778.

Brasília, 14 de outubro de 1998
CLARA DOS SANTOS
Presidente da CPL em exercício

AVISOS DE REVOGAÇÃO

CONVITE Nº 413/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **REVOGADA** por determinação do Senhor Presidente da FHDF a licitação aberta na modalidade de Convite nº 413/98 , proc.061.007197/98, objetivando a aquisição de Mesa para alta cirurgia.

CONVITE Nº 454/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **REVOGADA** por determinação do Senhor Presidente da FHDF a licitação aberta na modalidade de Convite nº 454/98 , proc.061.009002/98, objetivando a aquisição de Refrigerador vertical.

TOMADA DE PREÇOS Nº 132/98

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que foi **REVOGADA** por determinação do Senhor Presidente da FHDF a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 132/98, proc.061.003174/98, objetivando a reforma e ampliação do PAM Central.

Brasília, 14 de outubro de 1998
CLARA DOS SANTOS
Presidente da CPL em exercício

AVISO
CONCORRÊNCIA Nº 21/98

Processo: 061.003178/98
Objeto: Aquisição de Fantoma simulador de água e outros.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica a todos os interessados que após julgamento decidiu DESCLASSIFICAR, com base no artigo 48, § 3º da Lei nº 8.666/93 as propostas de preços das firmas BIO CIÊNCIA PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA por apresentar os atestados de Capacidade Técnica incompatíveis com o objeto licitatório e GAMMA - X IND. COM. E IMP. DE EQUIP. CIENTÍFICOS LTDA por não ter apresentado o CRC, Contrato Social e em função do Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Hospital das Clínicas não constar o objeto da execução. Dessa forma fica fixado o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação.

Brasília, 14 de outubro de 1998
CLARA DOS SANTOS
Presidente da CPL em exercício

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº 462/98

Vencedoras/Itens
TTM COMERCIAL DE PAPÉIS, LIMP. E MAT. DE EXP. LTDA - 01,25
COMERCIAL IPL INFORMÁTICA E PAP. LTDA - 02,04,06,08,15,16
JOB INFORMÁTICA LTDA - 10
MAXCOR INDÚSTRIA DE ETIQUETAS LTDA - 03,05,07,09,11
MICRO E SUPRIMENTOS P/ INFORMÁTICA LTDA - 12
COMERCIAL SECOS E MOLHADOS CELEIRO LTDA - 13
PAPELARIA EDUARDO ATACADÃO LTDA - 14,22,28,29
DIST. RIMAX COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA - 17,18,19,20
INFORMATIC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - 21
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 23,24
SIGGRAF MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA - 26,27
A PROFISSIONAL CONFECÇÕES E PAPÉIS LTDA - 30

Desclassificadas/Itens
COMERCIAL SECOS E MOLHADOS CELEIRO LTDA - 24
INFORMATIC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - 01,03

EDITAL Nº 490/98

Vencedora/Item
BRASMÉDICA HOSPITALAR E ORTOPÉDICA LTDA - 01

Desclassificada/Item
DMI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - 01

TOMADAS DE PREÇOS

EDITAL Nº 241/98

Vencedoras/Itens
UNIÃO QUÍMICA FARM. NACIONAL S/A - 01, 04
OFIMEX FARMACÊUTICA LTDA - 02
CRISTÁLIA PROD. QUIM. FARMAC. LTDA - 03
BLAUSIEGEL IND. E COM. LTDA - 05
PHARMÁCIA & UPJOHN LTDA - 07
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - 08

Desclassificadas/Itens
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - 10
MEDCOM COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - 06
ITAFARMA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - 01,02,05
EMS - IND. FARMACÊUTICA LTDA - 01,03,09
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO LTDA - 01,06
HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA - 06
UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - 03,04,05
MEDICOR PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - 11
Obs.: Item 10 ficou prejudicado.
Itens 06,09,11 - revogados.

EDITAL Nº 246/98

Vencedora / Item
MICRONAL S/A / 01

EDITAL Nº 452/98

Vencedoras/Itens
UNICOM PROD. HOSP. LTDA - 01,09,13,14,17,18,19,20,22,24,29,31,32,33,34,36,37,39,40,41
SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA - 10

Desclassificadas/Itens
MEDICOR PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA - todos os itens

UNICOM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -05,10,21, 25,26,30,35,38,43,44
SAÚDE COM. DE PROD. HOSP. LTDA - todos os itens
MICROTEST EQUIP. CIENTÍFICOS LTDA - todos os itens
SCHOBELL INDUSTRIAL LTDA - 02,03,05,08,11,15,16,21
OBS: FICAM REVOGADOS OS ITENS - 02,03,04,05,07,08,11,12,15,16,21,23,25,26,30,35,38,42,43,44
PREJUDICADOS OS ITENS - 06,27,28

EDITAL Nº 484/98

Vencedora/Item
LM ELETRICIDADE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA - 01

Brasília, 14 de outubro de 1998
CLARA DOS SANTOS
Presidente da CPL em exercício

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/96

PROCESSO N.º 030.004.384/98. **PARTES** : SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL X BRAZMINAS COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDAS. **OBJETO** : Aquisição de Gêneros Alimentícios (frutas e verduras), consoante especifica o Memorando de n.º 27/98-GAB/SECRAS, de 28/04/98, com as alterações contidas no Memorando n.º 41/98-GAB/SECRAS, de 11/09/98, a justificativa de Dispensa de Licitação e a Proposta de fls. 251, que passam a integrar o presente Termo. **VALOR** : R$ 283.440,00 (duzentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta reais), sendo empenhado inicialmente R$ 47.240,00 (quarenta e sete mil, duzentos e quarenta reais), recursos procedentes do orçamento vigente do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da vigente Lei Orçamentária Anual. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** : **Programa de Trabalho** : 08.041.0190.2197-0001; **Fonte de Recursos** : 100; **Código U.0** : 18901; **Natureza de Despesa** : 349032; **Nota de Empenho** : 275/98, emitida sob o **evento** : 400091, por estimativa, em 07/10/ 98. **FUNDAMENTO LEGAL** : Dispensa de Licitação, com base no inciso XII do Artigo 24 da Lei de n.º 8.666, de 21/06/93. **VIGÊNCIA** : O Presente Contrato terá vigência até 31/12/98, a contar da data de sua assinatura, devendo ser rescindido antecipadamente, quando da conclusão do processo licitatório

(Concorrência n.º 02/98-CEL/SEA) existente para a aquisição dos gêneros alimentícios objeto deste Contrato, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. **DATA DA ASSINATURA** : 08 de outubro de 1998. **SIGNATÁRIOS** : pelo Distrito Federal : MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES, na qualidade de Secretária da Criança e Assistência Social. Pela contratada : GLADSTONE MACEDO FONSECA, na qualidade de Diretor/Gerente.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/98
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 9/96

PROCESSO N.º 030.004.384/98. **PARTES** : SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL X SAB – SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A. **OBJETO** : Aquisição de Gêneros Alimentícios (frangos caipira congelados), consoante especifica o Memorando de n.º 27/98-GAB/SECRAS, de 28/04/98, com as alterações contidas no Memorando n.º 41/98-GAB/SECRAS, de 11/09/98, a justificativa de Dispensa de Licitação e a Proposta de fls. 225, que passam a integrar o presente Termo. **VALOR** : R$ 210.816,00 (duzentos e dez mil, oitocentos e dezesseis reais), sendo empenhado inicialmente R$ 70.272,00 (setenta mil, duzentos e setenta e dois reais), recursos procedentes do orçamento vigente do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da vigente Lei Orçamentária Anual. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** : **Programa de Trabalho** . 08.041.0190.2197-0001; **Fonte de Recursos** : 100; **Código U.O** : 18901; **Natureza de Despesa** : 349032; **Nota de Empenho :** 276/98, emitida sob o **evento** : 400091, por estimativa, em 07/10/ 98. **FUNDAMENTO LEGAL** : Dispensa de Licitação, com base no inciso XII do Artigo 24 da Lei de n.º 8.666, de 21/06/93. **VIGÊNCIA** : O Presente Contrato terá vigência até 31/12/98, a contar da data de sua assinatura, devendo ser rescindido antecipadamente, quando da conclusão do processo licitatório (Concorrência n.º 02/98-CEL/SEA) existente para a aquisição dos gêneros alimentícios objeto deste Contrato, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. **DATA DA ASSINATURA** : 08 de outubro de 1998. **SIGNATÁRIOS** : pelo Distrito Federal : MARIA JOSÉ VIEIRA FÉRES, na qualidade de Secretária da Criança e Assistência Social. Pela contratada : SYLVIO PETRUS JÚNIOR, na qualidade de Presidente.

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/98

PROCESSO: 101.000.939/98; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA e o INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE; OBJETO: estabelecimento de um plano de cooperação técnica, entre as partes acima referidas, visando propiciar a inclusão e reintegração familiar de adolescentes, oferecendo enquanto atividade laboral, a função de distribuidor de jornais em agências bancárias e, enquanto aprendizagem e formação, curso básico de datilografia; LICITAÇÃO: Inexigível com fundamento no artigo 25, "caput"da Lei Federal nº 8.666/93; ASSINATURA: 09/10/98; VIGÊNCIA: da assinatura até 09/10/99; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Maria José Vieira Féres; P/SEEBB: José Alves da Silva: P/INSTITUTO: Glória Ferreira Chemin.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/96

PROCESSO: 101.001.128/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o Sr. CLEÔMENES REIS DE ALMEIDA BARRETO; OBJETO: prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias a contar de 27/de setembro de 1998, alterar o valor mensal do aluguel para 1.887,47 (hum mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e sete centavos) e suplementar recursos no valor de R$ 5.662,41 (cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e um centavos); ASSINATURA: 25/09/98; VIGÊNCIA: 27/12/98; PUBLICAÇÃO: No DODF a expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/LOCATÁRIA: Maria José Vieira Féres; P/LOCADOR: Cleômenes Reis de Almeida Barreto.

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/97

PROCESSO: 101.000.108/97.; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, a A. TELECON TELEINFORMÁTICA LTDA; OBJETO: Suplementar recursos no valor de R$ 768,00 (setecentos e sessenta e oito reais); ASSINATURA: 17/03/98; VIGÊNCIA: da data de sua assinatura; PUBLICAÇÃO: No DODF à expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: P/FUNDAÇÃO: Jackson de Figueiredo Costa Júnior; P/CONTRATADA: Sérgio Roberto Gomes Goncalves.

Torna sem efeito o referido extrato, publicado no DODF de 07.04.98, página 40.

AVISO DE RETIFICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/98 – CEL

A COMISSÃO, dá públicidade aos interessados que o resultado do julgamento da licitação em epígrafe, publicado no DODF do dia 08.10.98, página 47, torna-se sem efeito face aplicação do art. 48, parágrafo único da Lei 8.666/93.

Brasília, 13 de outubro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/98

A COMISSÃO, torna público aos interessados o resultado da licitação em epígrafe, ficando vendedora a empresa MASTER PISO COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Brasília, 13 de outubro de 1998
ITIBERÊ ERNESTO O. RIBEIRO JUNIOR
Presidente da CPL

SECRETARIA DE OBRAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/98 (*)
NOS TERMOS DO PADRÃO N.º 11/96
- EXECUÇÃO DE OBRAS -

PROCESSO N.º Q30.004.208/98 - PARTES: DF/SO X COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP. OBJETO: Prorrogar o ajuste celebrado em 09/06/98 procedente de dispensa de licitação, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 12/06/98, objetivando a execução de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, implantação de meios-fios e demais obras e/ou serviços de urbanização em diversas localidades do Distrito Federal. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA:** A partir da assinatura deste Termo Aditivo, o Contrato Principal, com vigência até 08/09/98, fica prorrogado até **31/12/98. VIGÊNCIA:** O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA: 31/08/98. SIGNATÁRIOS**: Pelo DISTRITO FEDERAL: HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA, na qualidade de Secretário de Obras. Pela CONTRATADA: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e JOSÉ HUMBERTO MATIAS DE PAULA, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Urbanização da NOVACAP. Brasília-DF, 04 de setembro de 1998. MEMO n.º: 106/98-SCA/DAG/SO.

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 170, de 8.9.98, pág. 112.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO PROCESSO: GDF/SO/NOVACAP nº 112.005.482/98. FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Concorrência nº 014/98-ASCAL/PRES. ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços ASJUR/PRES nº 810/98. OBJETO: Prestação de serviços, sob o regime de execução indireta de emprietada por preço global para serviços de operação e manutenção de máquinas leves, pesadas e veículos leves e pesados, a serem executados no DETRA/DA/NOVACAP. CONTRATANTES: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP e a firma IPANEMA EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS E TRANSPORTE LTDA. PRAZO/VIGÊNCIA: O prazo para prestação dos serviços será 04 (quatro) meses e a vigência do contrato será de 06 (seis) meses contados à partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do D.F. RECURSOS: Correrão à conta dos recursos provenientes do Evento 400091, UO 22201, Programa de Trabalho 10060032821630001, Fonte de Recursos 104000000, Natureza de Despesa 349039, conforme Nota de Empenho nº 98NE07143-parcial, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), emitida em 02.10.98, pela Diretoria Financeira da NOVACAP. VALOR: R$ 1.218.556,11 (hum milhão, duzentos e dezoito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e onze centavos). DATA DA ASSINATURA: O termo tem sua assinatura em 02/10/98. PELA CONTRATADA: JOSÉ CARVALHO DE ARAÚJO. PELA CONTRATANTE: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR e ATHAIL RANGEL PULINO FILHO. TESTEMUNHAS: ANA MARIA DA SILVA CAMARGOS e MARCELO RODRIGUES SILVA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A NOVACAP convoca os abaixo relacionados, aprovados nos concursos 1-A, 1-B e 1-C/96 da UnB e 116/96 e 096/97 do IDR, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta publicação, sob pena de decaírem do direito à contratação.

Brasília, 13 de outubro de 1998

OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor Presidente

AJUDANTE DE TOPOGRAFIA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
EVANILDO GONÇALO DA COSTA	14º

ANALISTA DE SISTEMAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
FRANCIANA MARIA LOPES DE PAIVA	11º

ARQUIVISTA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
VÂNIA LACERDA DE SÁ TELES	5º

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ERITON BITTENCOURT DE O. ROZENDO	62º
ISA ALVES DOS SANTOS	63º
IARA LUCIA BANDEIRA M. DE SOUSA	64º
JOANA FERREIRA GOMES	65º

ASSISTENTE SOCIAL

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MÔNICA MARQUES DE ALMEIDA ROLIM	5º

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
JOABE EDER DE MORAIS CUNHA	29º

AUXILIAR DE ALMOXARIFE

NOME	CLASSIFICAÇÃO
VALTER DE SOUZA SANTOS	5º

BOMBEIRO HIDRÁULICO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MESSIAS DE SOUZA AVILINO	9º

DESENHISTA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
EDSON LUIZ FIGUEIREDO	9º

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ CLÁUDIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	16º

ENGENHEIRO CIVIL

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ANDERSON RENATO DE CASTRO OVELAR	84º
ANTONIO VICTOR	85º
VICENTE DE PAULO CORRÊA	86º
PAULO ROBERTO PEREIRA	87º
FLÁVIO ROBERTO VIEIRA MELO	88º
ERINALDO PEREIRA DA SILVA SALES	89º

GUARDA FITOSSANITÁRIO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ANDREIA GIL SANTIAGO	3º

MÉDICO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
EDNA FIGUEIREDO REGO	4º

MENSAGEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
AUGUSTUS RUBENS O. NAZARENO	6º

PROGRAMADOR

NOME	CLASSIFICAÇÃO
FLÁVIA BARROS DA SILVEIRA	17º

SERVENTE

NOME	CLASSIFICAÇÃO
KÁTIA REJANE SANTOS	827º
VERA LUCIA DE FATIMA SOUSA	828º
FRANCISCO DE ASSIS A. CAVALCANTE	829º
ANTÔNIA MARIA DOS SANTOS	830º
TÂNIA MARIA NEVES TORRES	831º
MARCOS ANTÔNIO PAES	832º
SHIRLEY LUCINDA VIEIRA	833º
MARIA APARECIDA DOS SANTOS	834º

TÉCNICO AGRÍCOLA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
NEIDSON GOMES DA COSTA	94º
SILOMAR RODRIGUES DE MATOS	95º
NITLI GALDINO SIQUEIRA	96º
AURY PATROCÍNIO DA SILVA	97º

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

NOME	CLASSIFICAÇÃO
MARCELO MARTINS DE CARVALHO	15º

TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

NOME	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ ORIONE SOUSA NUNES	112º
LUCILANE ALVES GUIMARÃES	113º
RICARDO LUSTOSA NOGUEIRA NETO	114º

TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ANDREA CONCEIÇÃO SILVA BARROS	6º

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA Nº 11/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Concorrência nº CP - 011/98-CAESB, da forma que se segue: A FOSSIL TRANSPORTES LTDA, vencedora com o valor total de R$ 2.454.924,72.

Brasília, 14 de outubro de 1998.

TOMADA DE PREÇOS Nº 58/98

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº TP - 058/98-CAESB, da forma que se segue: CTIS - MICROINFORMÁTCA E SUPRIMENTOS LTDA, vencedora com o valor global de R$ 342.720,00.

Brasília, 13 de outubro de 1998.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

AVISOS DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF torna público que recebeu do IEMA/SEMATEC, conjuntamente com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a Licença de Instalação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a explotação de cascalho laterítico na jazida J-333, localizada na Chácara n. 14 no Núcleo Rural de Sobradinho I, na RA V.

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF torna público que recebeu do IEMA/SEMATEC, conjuntamente com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a Licença de Instalação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a explotação de cascalho laterítico na jazida J-333, localizada na Chácara n. 14 no Núcleo Rural de Sobradinho I, na RA V. Não Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES
Diretor Geral

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC, conjuntamente com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, a Licença de Operação para a explotação de cascalho laterítico na Jazida-333, localizada na chácara n. 14 no Núcleo Rural de Sobradinho I, na RA V. Não Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

Brasília, 13 de outubro 1998.
MAURÍCIO THEODÓSIO MATTOS MARQUES
Diretor Geral

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 73/98

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, comunica que encontra-se à disposição dos interessados, na Seção de Compras do DRMS, sito no SAIN - Parque Rural, Edifício Sede da FZDF, telefones: (061) 348-7840 e 348-7847, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:45 horas, o Edital abaixo relacionado:

Convite nº 73/98
Processo: 073.001.651/98
Interessado: DAG
Data de abertura: 22.10.98
Horário: 14:00 horas
Objeto: Aquisição de Material para Laboratório.

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/98

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, comunica que encontra-se à disposição dos interessados, na Seção de Compras do DRMS, sito no SAIN - Parque Rural, Edifício Sede da FZDF, telefones: (061) 348-7840 e 348-7847, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:45 horas, o Edital abaixo relacionado:

Tomada de Preços nº 08/98
Processo: 073.001.658/98
Interessado: DEMA
Data de abertura: 30.10.98
Horário: 14:00 horas
Objeto: Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas.

Brasília-DF 9 de outubro de 1998
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Presidente da Comissão de Licitação - CPL/FZDF, após análise das propostas relativas a Licitação abaixo, torna público o resultado da mesma:

CONVITE Nº 70/98

1- Microtec Sistemas Ind. Com. S/A: item 06, no valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais);
2- Life Informática Ltda:item 05, no valor total de R$ 5.698,00 (cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais);
3- MC Welch Computadores Ltda: itens 01, 02 e 03, no valor total de R$ 5.456,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais);

Obs: A firma MC Welch, teve os itens 08 e 09 prejudicados, por ter cotado valores incompatíveis com os praticados no mercado.

Brasília-DF, 17 de setembro de 1998
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS DE MATERIAS E SERVIÇOS

AVISO

O DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS, avisa aos interessados que, de acordo com o Artigo 16 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, encontra-se afixado no quadro de Avisos da F.Z.D.F., a relação de compras efetuadas e recebidas no mês de setembro de 1998.

Brasília-DF , 13 de outubro de 1998
PAULO ALVES PEREIRA
Diretor

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO (*)
CONVITE Nº 23/98

O Presidente da EMATER/DF, torna publica a homologação do Convite nº 023/98, Processo nº 072.000.112/98. referente a aquisição de materiais agropecuários, nos termos do art. 5º da Lei nº 938, de 20/10/95. conforme tabela abaixo :

Item	Especificação	Valor R$	Prazo de entrega	Fornecedor
01	Semente de maxixe	0,04	15 dias	Nutribase Nutrimentos Ltda
03	Semente de abóbora menina	0,07	"	"
04	Semente de abóbora itália	0,04	"	"
05	Semente pimentão magda apolo ou hércules	0,06	"	"
06	Semente de quiabo santa cruz	12,90	"	Agrop. Recanto do Prod. Ltda
07	Semente alface crespa	0,04	"	Nutribase Nutrimentos Ltda
09	Semente de feijão vr. Carioca	2,10	"	Solo & Agua Com.Agr.Rep. Ltda
10	Semente milho BR 201	1,32	"	"
11	Calcário Filler	30,00	"	"
12	Adubo 4-30-16 + Zn	369,00	"	"
13	Adubo 4-14-8	238,00	"	"
14	Adubo sulfato de amônio	219,60	"	Nutribase Nutrimentos Ltda
15	Adubo 2-20-20	315,00	"	Solo & Agua Com.Agr.Rep. Ltda
16	Adubo sulfato de zinco	750,00	"	"
17	Adubo cloreto de potássio	0,35	"	Nutribase Nutrimentos Ltda
20	Enxofre PM	2,00	"	Solo & Agua Com.Agr.Rep. Ltda
21	Dimetoato	9,00	"	"
23	Decis	24,00	"	"
24	Tedion	9,80	"	"
26	Espalhante adesivo	2,80	"	"
27	Esterco de galinha	68,00	"	Nutribase Nutrimentos Ltda
28	Calcário dolomítico PRNT acima de 90%	24,33	"	"

Brasília, 22 de setembro de 1998
MAURÍCIO DUTRA GARCIA

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 182, de 24.9.98. pág. 58.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

PARTES:DF/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA X O UNIVERSITÁRIO REST. INDUS. COM. E AGROP. LTDA . PROCESSO No: 050.003.261/95. ASSUNTO: Reforço para despesas com fornecimento de alimentação preparada, com arrendamento das instalações do restaurante do NCB. LICITAÇÃO: Concorrência 2/96-CPL/SSP . NOTA DE EMPENHO: 98NE00981. Emitida em 09.10.98. EVENTO: 400092.PROGRAMA DE TRABALHO:06007002185010007 .MODALIDADE: Estimativo. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 3490.39. VALOR: R$ 138.200,00. VIGÊNCIA DO CONTRATO: a partir de 01/04/96 (40 meses).

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 50/98

Processo nº 050.000298/98
Objeto: Aquisição de um sistema telefônico tipo KS/PABX/CPA, devidamente instalado, para o presídio feminino no Gama-DF.

A CPL torna público aos licitantes e aos demais interessados que, após análise da licitação resolveu:
1 - Desclassificar as empresas abaixo discriminadas por não atenderem as especificações do objeto exigida no anexo I do convite em epígrafe.
CASA DO TELEFONE COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA;
POWER TECH TELEINFORMÁTICA LTDA e
BARROSO E CHAGAS LTDA
2 - Julgar vencedora do certame a empresa TEL-LINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Brasília, 14 de outubro de 1998
CLÁUDIA DA FRANCA GONTIJO
Presidente da CPL

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

NÚMERO: 98NE00972. DATA DA EMISSÃO: 06/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: VRF Vinhal Retifica ME PROCESSO N.º: 052.002.512/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004 NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços 09/98-CPL/PCDF EMPENHO ORIGINAL: 98NE00546. VALOR: R$ 100,00 . ESPECIFICAÇÃO: Retifica de motores de veículos das marcas Volkswagen e General Motors PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00978. DATA DA EMISSÃO: 06/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR. Tecnolta Equipamentos Eletrônicos Ltda. PROCESSO N.º: 052.000.126/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços 11/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 98NE00023. VALOR: R$ 1.100,00. ESPECIFICAÇÃO: Locação com manutenção de duplicador digital com velocidade de 130 cópias por minuto. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1999.

NÚMERO: 98NE00986 DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: KMW Informática Ltda. PROCESSO N.º: 052.002.988/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Convite n.º 15/98-CPL/PCDF EMPENHO ORIGINAL: 98NE00298. VALOR: R$ 1.048,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção corretiva com substituição de peças em 635 (seiscentos e trinta e cinco) máquinas de escrever manual; 195 (cento e noventa e cinco) máquinas de escrever elétrica; 71 (setenta e uma) máquinas de escrever eletrônica; 21 (vinte e uma) máquinas de calcular eletrônica e 14 (quatorze) máquinas de calcular elétrica. PRAZO: 31dez98.

NÚMERO: 98NE00987. DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: SPS - Assessoria em Comércio Exterior e Planejamento Ltda. PROCESSO N.º: 050.000.369/98. EVENTO: 400091. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços n.º 11/98-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 98NE00390. VALOR: R$ 228,00. ESPECIFICAÇÃO: Serviços de licenciamento de importação e desembaraço aduaneiro. PRAZO: 31DEZ98.

NÚMERO: 98NE00988. DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Reimaq Assistência Técnica de Duplicadores PROCESSO N.º: 052.002.989/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços n.º 13/98-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 98NE00482. VALOR: R$ 4.917,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em 45 arquivos eletromecânicos . PRAZO: 31DEZ98.

NÚMERO: 98NE00989. DATA DA EMISSÃO: 09/10//98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: TRIA - Engenharia. Comércio e Representações Ltda. PROCESSO N.º: 050.002.991/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de preços n.º 05/98-CPL/PCDF EMPENHO ORIGINAL: 98NE00480. VALOR: R$ 4.100,00 ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em grupos geradores, subestações elétricas, disjuntores e outros equipamentos, conforme caderno de especificações, proposta da empresa e Edital da Tomada de Preços n.º 05/98-CPL/PCDF. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00990. DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: TRIA - Engenharia. Comércio e Representações Ltda. PROCESSO N.º: 050.002.992/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de preços n.º 01/98-CPL/PCDF EMPENHO ORIGINAL: 98NE00131. VALOR: R$ 880,00 ESPECIFICAÇÃO: Manutenção

preventiva e corretiva com substituição de peças em aparelhos de ar condicionados da PCDF. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00991. DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Digirede Comércio e Serviços Ltda. PROCESSO N.º: 052.000.712/98. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Inexegibilidade nos termos do Inciso I do Artigo 25 da Lei 8.666/93. EMPENHO ORIGINAL: 98NE00411. VALOR: R$ 1.9700,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças nos supermicros XQ-2, XQ-3 e terminais de vídeo. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00992. DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT PROCESSO N.º: 052.000.143/98. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Dispensa de acordo com o item XIII da Lei n.º 8.666/93 EMPENHO ORIGINAL: 98NE00434. VALOR: R$ 1.100,00 ESPECIFICAÇÃO: Despesas com serviços de processamento de dados aplic. Microfilmagem (conexão a internet). PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00993 DATA DA EMISSÃO: 09/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Promofoto Comércio e Representações Ltda. PROCESSO N.º: 052.002.987/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços n.º 02/98-CPL/PCDF EMPENHO ORIGINAL: 98NE00448. VALOR: R$ 3.492,00 ESPECIFICAÇÃO: Despesas com a revelação de diversos filmes . PRAZO: Até 31 de dezembro de 1998.

NÚMERO: 98NE00926. DATA DA EMISSÃO: 01/10/98. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Dinâmica Serviços Especializados Ltda. PROCESSO Nº: 050.002.888/95. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002185010001. FONTE DE RECURSO: 130000004. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Concorrência 10/95-CPL/SSP. EMPENHO ORIGINAL: 98NE00015. VALOR: R$ 544.960,37. ESPECIFICAÇÃO: Prestação de serviços de limpeza e conservação. PRAZO: Até 31 de agosto de 1999.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 56/98

Objeto: Aquisição de material para alpinismo(mosquetões simétricos, freio oito para resgate, capacetes de segurança, capas de proteção para corda, chapeletas e blocante, tipo "ascender" com punho).
Data: 27.10.98 – **Horário:** 09:00 horas.

CONVITE Nº 57/98

Objeto: Aquisição de material para alpinismo(cordas, tipo estática e dinâmica, assentos acolchoados na cintura e nas pernas, luvas de raspa de couro, fitas tubulares e cordeletes).
Data: 27.10.98 – **Horário:** 10:00 horas.

Local: Setor de Áreas Isoladas Sul – SAIS, DAL/PMDF, Anexo do QCG, sala nº 14.
Informações e cópias dos Convites acima, diariamente das 14 às 18 horas nos dias úteis, no endereço acima mencionado.

Brasília-DF, 13 de outubro de 1998
PAULO CESAR FERREIRA NEVES – MAJ QOPM
Presidente da CPL

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 541/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Sociedade Brasiliense de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia; PROCESSO: 081.002100/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "XI CONGRESSO BRASILEIRO DE PATOLOGIA DO TRATO GENITAL INFERIOR E COLPOSCOPIA", programado para o dia 08/10/98 às 18 horas horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR DO CONTRATO: R$11.322,71 (ONZE MIL, TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: ETELVINO DE SOUZA TRINDADE, TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 542/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Faria e Vasconcelos Ltda.; PROCESSO: 081.002134/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "D'ARTAGNAN E OS TRÊS MOSQUETEIROS", programado para os dias 15, 16 e 17/10/98 às 21 horas e dia 18/10/98 às 18:00 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR DO CONTRATO: R$11.322,71 (ONZE MIL, TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: GUILHERME RIBEIRO ABRAHÃO, TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 543/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Companhia Teatral Gabinete 03; PROCESSO: 081.000808/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "BENGUELÊ", programado para os dias 12, 13 e 14/11/98 às 21 horas e 15/11/98 às 20:00 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR DO CONTRATO: R$11.322,71 (ONZE MIL, TREZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: ETELVINO DE SOUZA TRINDADE, TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 545/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Anti Status Quo Companhia de Dança ltda.-me, PROCESSO: 081.001913/98; OBJETO: Cessão e uso da Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do evento "NADA PESSOAL", programado para os dias 11 e 12/12/98 às 21 horas e 13/12/98 às 17:00 e 20:00 horas, tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 003/97-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$2.264,54(DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: MARCONI CORDEIRO VALADARES; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 491/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Instituto de Música do Distrito Federal; PROCESSO: 081.000722/98; OBJETO: 1) O presente Termo tem por objeto alterar a Clausula Segunda, item II e Cláusula Quarta, item I, que passam a ter a seguinte redação: CLAUSULA SEGUNDA: II) O espetáculo realizar-se-á nos dias 17/10/98, às 18 e 21 horas e 18/10/98 às 17 e às 20 horas; CLÁUSULA QUARTA: I) Obriga-se a CESSIONÁRIA a recolher, na Tesouraria da CEDENTE, a título de caução, a Taxa Mínima de Cessão, no valor de R$90,00 (NOVENTA REAIS)por sessão, totalizando o valor de R$180,00 (CENTO E OITENTA REAIS) de acordo com o número de sessões, em espécie ou através de cheque do representante legal da CESSIONÁRIA, nominativo à FCDF, referente à garantia de utilização do espaço cedido, o qual deverá ser devolvido pela Tesouraria após o fechamento do(s) borderô(s). 2) Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais Cláusulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado. DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: YOLANDA PEREIRA FIUZA LIMA, TESTEMUNHAS: TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO e EMERSON BENEDITO VIDAL.

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 496/98-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a empresa Alexandre Dumas Valadares Ribondi-ME; PROCESSO: 081.000790/98; OBJETO: 1) O presente Termo tem por objeto alterar as Clausulas Primeira Caput, Segunda Caput, item II e Cláusula Quarta, item I, que passam a ter a seguinte redação: CLAUSULA PRIMEIRA CAPUT: O presente Contrato tem por objeto a cessão e uso da SMP para realização do espetáculo "JEGUE", CLAUSULA SEGUNDA CAPUT: o prazo de cessão é de 04(quatro) dias, com estréia prevista para o dia 29/10/98, ficando designado o dia 29/10/98, a partir das 09 horas para montagem; II) O espetáculo realizar-se-á nos dias 29, 30 e 31/10/98, às 21 horas e 01/11/98 às 20 horas; CLÁUSULA QUARTA: I) Obriga-se a CESSIONÁRIA a recolher, na Tesouraria da CEDENTE, a título de caução, a Taxa Mínima de Cessão, no valor de R$75,00 (SETENTA E CINCO REAIS)por sessão, totalizando o valor de R$300,00 (TREZENTOS REAIS) de acordo com o número de sessões, em espécie ou através de cheque do representante legal da CESSIONÁRIA, nominativo à FCDF, referente à garantia de utilização do espaço cedido, o qual deverá ser devolvido pela Tesouraria após o fechamento do(s) borderô(s). 2) Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais Cláusulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado. DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 1998; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: RUI MIGUEL ROCHA MIRANDA, TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

AVISO DE REVOGAÇÃO
CARTACONVITE Nº 24/98

Objeto: Locação de 16 (dezesseis) veículos tipo VAN para atender os Eventos Promocionais da FCDF. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público a revogação.
Local: Via N-2, Setor Cultural Norte, Anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro.

Brasília-DF, 14 de outubro de 1998
JOSÉ LUIZ COSTA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/98

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Governo do Distrito Federal - CPL-SETER/DF, torna público a abertura da licitação abaixo, na forma que se segue:

Tomada de Preços nº 07/98, de 04.11.98, às 10:00 horas.
Objeto: Aquisição de Mobiliário
Cópia do Edital poderá ser retirada no horário de 9 às 12 e 14 às 18, no seguinte endereço: SEPN Quadra 511 - Ed. Bittar III - 2º andar.

ANDRÉ SANTA RITA PEREIRA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 9/ 97
Execução de Obras no Distrito Federal

PROCESSO N.º 112.007.609/97. **PARTES:** DF / SEMATEC X COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL - NOVACAP. **OBJETO:** O presente Termo Aditivo objetiva alteração contratual , nos termos do inciso I, alínea "b" c/c parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e da justificativa ás fls. 84. - DO VALOR: O valor do contrato é alterado em R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), perfazendo o total global de R$ 537.400,00 (quinhentos e trinta e sete mil e quatrocentos reais). DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 08.007.0021.1130.0001; FONTE DE RECURSOS: 100; CÓDIGO: UO 21.101; NATUREZA DA DESPESA: 45.90.51; EVENTO: 40.00.91; NOTA DE EMPENHO Nº 98NE00367, emitida em 18.09.98; DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entra em vigência na data de sua assintura. DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: 30/09/98. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: ANTÔNIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO, na qualidade de Secretário, pela CONTRATADA: OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÙNIOR, na qualidade de Diretor Presidente e IRACY CECÍLIO DE ARAÚJO JÚNIOR, na qualidade de Diretor de Edificações.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL convida a todos os interessados para a Audiência Pública para a apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental Complementar - RIAC, relativo ao loteamento denominado Condomínio ALTO DA BOA VISTA.

DATA DA REALIZAÇÃO: 14 de novembro de 1998 - sábado.
HORÁRIO: 15:00 hs.
LOCAL: Auditório da SEMATEC, no SEPN QD. 511, Bloco "A", Ed. Bittar II, 5º andar, Brasília-DF.

Informa, ainda, que o RIAC está à disposição do público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN QD. 511 Bloco "A" Ed. Bittar II - Brasília-DF, CEP: 70.750-901 (1º andar, Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTONIO RAMAIANA DE BARROS RIBEIRO
Secretário

DAR 2476/98 (Dias 13,14 e 15)

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
SETEMBRO/98

O Serviço de Orçamento e Finanças da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, em cumprimento ao disposto no Artigo 16, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei-DF nº 886/95, torna público a relação de compras, obras e serviços efetuados no mês de **SETEMBRO/98.**

EMPENHO Nº	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
	INEXIGIVEL			
0348	DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE PARA OS SERVIDORES DESTA SECRETARIA, REF. AO MÊS DE SETEMBRO/98	9.817,30	9.817,00	BANCO DE BRASILIA S/A
0349	DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTE PARA SERVIDORES DESTA SECRETARIA, REF. AO MÊS DE SETEMBRO/98	760,48	760,48	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA
0356	SUPLEMENTAÇÃO DA 98NE00047, QUE TRATA DAS DESPESAS C/ SERVIÇOS DE TELEFONIA DURANTE O CORRENTE EXERCÍCIO.	4.000,00	4.000,00	TELEBRASILIA TELECOMUNIÇA-ÇOES DE BRASILIA
0357	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00164, QUE TRATA DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR DURANTE O CORRENTE EXERCÍCIO	500,00	500,00	TELEBRASILIA CELULAR S.A.
EMPENHO Nº	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**	**FORNECEDOR**
	DISPENSA			
0346	AQUISIÇÃO DE DEZ FOTOS COLORIDAS DO SEMINÁRIO DE " PESQUISA EM INUDADES DE CONSERVÇÃO - 30 ANOS ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS", TAMANHO 10X15	25,00	250,00	MARCO AURÉLIO LIMA MARTINS
0350	AQUISIÇÃO DE (TRÊS) PLACAS CONTROLADORAS IDE PADRÃO ISA.	48,00	144,00	INOFRDADOS COMÉRCIO E REPRES. LTDA
0351	AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) PENTES 8 MB, MEMÓRIA RAM SIMM FPM PARA SER INSTALADA EM MICRO COMPUTADOR DIGITAL 486 DX2.	18,00	180,00	VIRTUAL MULTIMÍDIA SHOPPING LTDA
0352	AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) PLACA DE VÍDEO 1MB, ISA, MARCA DIGITRON	37,00	74,00	CIDD COM., REPRES. E SERVIÇOS LTDA
0352	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PLACA DE VÍDEO, 1MB PCI, MARCA DIGITRON	39,00	39,00	CIDD COM., REPRES. E SERVIÇOS LTDA
0361	SUPLEMENTAÇÃO DA 98NE000006, QUE TRATA DE DESPESAS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL, CONDOMÍNIO E DEMAIS DESPESAS ADVINDAS DO CONTRATO 001/97.	33.853,00	33.853,00	PHENÍCIA COMÉRCIO, CONSTRUTORA INCORPORADOR LTDA.
0362	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00120, QUE TRATA DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHOS TELEFÕNICOS DURANTE O CORRENTE EXERCÍCIO.	139,00	139,00	ENLACE SISTEMA DE TELECOMUNICA-ÇÃO COMÉRCIO E REP. LTDA.
0363	AQUISIÇÃO DE UMA LINHA TELEFÔNICA CELULAR, CONFORME INSTRUÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO 190.000.212/98	99,00	99,00	AMERICEL S/A
0367	DESPESAS COM TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 09/97, REF. REALIZAÇÃO DE OBRAS NO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, CONFORME INSTRUÇÕES NO PROCESSO Nº 112.007.609/97, VIGÊNCIA DO CONTRATO 22/10/98	29.000,00	29.000,00	NOVACAP COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL
0375	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO DA SOLENIDADE DE ENTREGA DO PRÊMIO QUALIDADE VERDE DO DF., EDIÇÃO 1998, NO DIA 29/09/98 ÀS 9:30H, NO AUDITÓRIO DA SEMATEC, CONFORME PROPOSTA A FL. Nº 10 DO PROCESSO Nº 190.000.240/98 E INSTRUÇÕES CONTIDAS NO MESMO.	185,00	185,00	AG COMUNICAÇÃO LTDA.
0376	SERVIÇO DE COFFEE BREAK REALIZADO DIA 29/09/98 ÀS 9:30H, PARA 100 (CEM) PESSOAS. SALGADOS A SEEM SERVIDOS: 200 EMPADAS DE FRANGO, 200 PASTÉIS DE MILHO VERDE, 100 ESFIRRAS DE CARNE, 200 PÃES DE QUEIJO, 100 BISCOITOS DE QUEIJO, 20 REFRIGERANTES DE 02 LITROS, 15 GARRAFAS DE ÁGUA (1½ LITROS).	190,00	190,00	FORNO QUENTE BISCOITOS CASEIROS LTDA.
0377	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO COM EXECUÇÃO DE UMA JARDINEIRA TROPICAL DE 1,50M COM ELEMENTOS QUE LEMBREM O CERRADO, PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DO PRÊMIO QUALIDADE VERDE DO DF., NO AUDITÓRIO NO DIA 29/09/98 ÀS 9:30H	90,00	90,00	ARTE FLORA COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS LTDA.
0380	AQUISIÇÃO DE 01 (UM) APARELHO MÓVEL CELULAR MARCA NOKIA, MODELO 2160, COMPOSTO DE UMA BATERIA GROSSA NIMH, UM CARREGADOR INTELIGENTE BIVOLT	299,00	299,00	AMERICEL S/A
0381	AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, COM TROCA DE VASILHAMES, SENDO CARGA DE 13KG EM 08 BOTIJÕES	8,81	70,48	SUPERGASBRAS DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A
0382	SERVIÇOS DE TAQUIGRAFIA E DEGRAVAÇÃO DE FITAS DAS REUNIÕES DO CONAM/SEMATEC, DURANTE O CORRENTE EXERCÍCIO, CONFORME PROPOSTA E INSTRUÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO Nº 190.000.202/98	500,00	500,00	JEFERSON BALEIRO MACHADO
383	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E FILMAGEM DAS REUNIÕES DO CONAM/SEMATEC, DURANTE O CORRENTE EXERCÍCIO, COFORME PROPOSTA E INSTRUÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO 190.000.209/98	600,00	600,00	MIAMI SOUND VÍDEO LTDA-ME

EMPENHO Nº	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR
	CONVITE			
0353	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00067, QUE TRATA DO FORNECIMENTO DE PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.	9.900,00	9.900,00	CORONÁRIO TURISMO LTDA
0354	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00067, QUE TRATA DO FORNECIMENTO DE PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.	5.000,00	5.000,00	CORONÁRIO TURISMO LTDA
0355	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00067, QUE TRATA DO FORNECIMENTO DE PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.	5.000,00	5.000,00	CORONÁRIO TURISMO LTDA
0379	SUPLEMENTAÇAO DA 98NE00174, QUE TRATA DAS DESPESAS COM LOCAÇÃO DE UMA MÁQUINA COPIADORA MARCA MINOLTA, MOD. EP. 1031.	1.000,00	1.000,00	TECNOLTA EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.

Brasília, 13 de outubro de 1998.

MARIA DA GUIA PEREIRA DE MEDEIROS

Chefe do Serviço

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 67/98

Processo: 193.000.241/98 - FAPDF; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e a Fundação Universidade de Brasília - FUB; Objeto: Apoio financeiro a execução do evento "IV Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação"; Vigência: Data de assinatura até 23/12/98; Valor: R$ 45.661,35 (quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos); Nota de Empenho: nº 0265/98; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 03010005720076/0002, Fonte de Recursos: 104; U. O.: 21201; Elemento: 349039; Data de Assinatura: 23/09/98; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Laura Maria Goulart Duarte, Diretora Presidente, Humberto Vendelino Richter, Diretor Técnico-Científico e Kátia Filomena Vaz Stival, Diretora Administrativa; P/Convenente: Lauro Morhy, Reitor; P/Coordenadora: Marlene da Silva Soares.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Nº DO PROCESSO: 160.002.230/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 324/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e João Barbosa - ME. OBJETO: Lote 11(onze), Quadra 03(três), do Setor de Expansão Econômica, de Sobradinho/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$464,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 24.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: João Barbosa. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.002.451/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 324/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Jair Flávio Catão de Melo - ME. OBJETO: Lote 24 (vinte e quatro), Conjunto "A", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$398,00 (trezentos e noventa e oito reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 24.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Jair Flávio Catão de Melo. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 102.143.390/98. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 325/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Adinaldo Gomes de Almeida e sua mulher, Margarete de Oliveira Almeida. OBJETO: Lote 193, Av. Dom Bosco, Rua 01, Quadra 01, Setor Habitacional Jardim Botânico. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Com fundamento no Art. 3º, Parágrafo 1º, da Lei nº 1.823/98, combinado com a Lei nº 954/95, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 19.024/98, com dispensa de Licitação, nos termos do Art. 17, Inciso I, letra "f", da Lei nº 8.666/93. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 101,07 (cento e um reais e sete centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 22.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIO: Adinaldo Gomes de Almeida e Margarete de Oliveira Almeida. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.057/96. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 326/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Elias Rocha de Azevedo - ME. OBJETO: Lote 6(seis), Quadra 3(três), do Setor de Expansão Econômica, de Sobradinho/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$162,00 (cento e sessenta e oito reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Elias Rocha de Azevedo. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.001.437/90. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 327/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Letra & Arte Gráfica Ltda - ME. OBJETO: Lote 5(cinco), Conjunto "C", Quadra de Oficinas da Candangolândia/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$386,00 (trezentos e oitenta e seis reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Roberto Rodrigues Macedo. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.001.578/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 328/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e AAA AABA Chaveiro de Plantão Ltda - ME. OBJETO: Lote 3(três), Bloco "B", da Quadra 04(quatro), do Setor de Oficinas Norte-SOF/Norte, Brasília/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$273,00 (duzentos e setenta e três reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 14.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Sandro Luiz Nogueira Aboim Ingles TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.429/96. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 329/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Marcenaria Piaui Ltda. OBJETO: Lote 18 (dezoito), Conjunto "C", da Quadra

02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$333,00 (trezentos e trinta e três reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Valdemar Gonçalves. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.364/96. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 331/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Agenor Pereira da Silva Pneus - ME. OBJETO: Lote 11 (onze), Conjunto "D", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$685,00 (seiscentos e oitenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 25.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Agenor Pereira da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.001.862/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 332/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Louli Brinquedos Ltda - ME. OBJETO: Lote 16(dezesseis), Quadra 2(dois), do Setor de Expansão Econômica, de Sobradinho/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$141,00 (cento e quarenta e um reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Lázaro Marques da Costa. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.068/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 333/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e José Afonso Filho Serralheria - ME. OBJETO: Lote 10(dez), Conjunto 04, QN-07(sete) do Setor de Quadra de Oficinas do Riacho Fundo/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$379,00 (trezentos e setenta e nove reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 22.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: José Afonso Filho. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 102.144.378/98. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 334/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Renato Lara da Rocha e sua mulher, Wagna Lima Rocha. OBJETO: Lote 193, Av. Dom Bosco, Rua 01, Quadra 01, Setor Habitacional Jardim Botânico. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Com fundamento no Art. 3º, Parágrafo 1º, da Lei nº 1.823/98, combinado com a Lei nº 954/95, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 19.024/98, com dispensa de Licitação, nos termos do Art. 17, Inciso I, letra "f", da Lei nº 8.666/93. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 108,70 (cento e oito reais e setenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Terracap DATA DE ASSINATURA 15.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIO: Renato Lara da Rocha e Wagna Lima Rocha. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.322/96. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 335/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Lazaro de Barros Batista - ME. OBJETO: Lote 14 (quatorze), Conjunto "A", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$414,00 (quatrocentos e quatorze reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Lazaro de Barros Batista. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes

Nº DO PROCESSO: 111.002.118/96. ESPÉCIE: CONTRATO nº 336/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Amaral & Alencar - Advogados Associados S/C. OBJETO: Prestação de serviços advocatícios, sem qualquer vínculo empregatício, para execução de serviços profissionais de cobrança, inclusive judicial, de todos os créditos inadimplentes da Terracap, de qualquer origem. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme Concorrência Pública nº 005/98, realizada de acordo com a Lei nº 8.666/93, homologada pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração da Terracap, em suas 1906ª e 1449ª Sessões, datadas de 16.9.98 e 18.9.98. VALOR: Consistirá no somatório das quantias a serem cobradas pela Contratada. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado a partir da publicação no DODF. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 07.10.98. P/TERRACAP: José Roberto Bassul Campos, Otávio de Carvalho Franco e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADA: Djalma Amaral. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.002.108/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 311/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Cirilo Ramão Aliendres e Cia. Ltda - ME. OBJETO: Lote 13 (treze), Conjunto "D", da Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$527,00 (quinhentos e vinte e sete reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Cirilo Ramão Aliendres. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.890/94.4. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 295/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Severo Araújo de Farias - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 165, datado de 01.10.96, que tem como objeto o Lote 10(dez), Conjunto "A", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Severo Araújo de Farias. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.996/94. ESPÉCIE: CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM OPÇÃO DE COMPRA nº 296/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Mecânica Airton Ltda - ME. OBJETO: Lote 4 (quatro), Conjunto "D", da

Quadra 02(dois), do Setor de Desenvolvimento Econômico "M" Norte, de Taguatinga/DF. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4. VALOR DA TAXA MENSAL: R$527,00 (quinhentos e vinte e sete reais). VIGÊNCIA: 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 30.9.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Airton Vieira de Melo. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.001.615/94.7. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 297/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Reguladora do Ivo Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 064, datado de 5.5.97, que tem como objeto o Lote 16(dezesseis), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Ivo Pereira dos Anjos. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.885/94. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 298/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Freio Center Peças e Serviços Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 104, datado de 14.6.96, que tem como objeto o Lote 01(um), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 23.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: João Carlos Pereira Caldas. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.438/94.4. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 299/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Brasvendas e Representações Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 188, datado de 25.10.96, que tem como objeto o Lote 14(quatorze), Conjunto "G", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Antônio Pereira Mariz Filho. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira

Nº DO PROCESSO: 160.000.863/94.7. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 300/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Tec-Lar Assistência Técnica Instalações e Comércio Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 067, datado de 7.5.97, que tem como objeto o Lote 13(treze), Conjunto "G", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Maria de Fátima Santos da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.893/94.3. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 301/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Capotaria Frota Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 181, datado de 25.10.96, que tem como objeto o Lote 08(oito), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Ricardo Alonso Valadares. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.542/94. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 302/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Reformadora de Móveis 3000 Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 180, datado de 16.10.96, que tem como objeto o Lote 15(quinze), Conjunto "G", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Manoel Antunes dos Reis. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.010/94.8. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 303/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Nivel Comercial de Veículos Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 37, datado de 2.4.97, que tem como objeto o Lote 09 e 11(nove e onze), Conjunto "B", Quadra 05 (cinco), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Deusania Francisca de Lima Caixeta. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.815/94.9. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 304/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e José Carlos Alberto da Silva - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 83, datado de 10.6.96, que tem como objeto o Lote 6(seis), Conjunto "I", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG,

do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: José Carlos Alberto da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.822/94.9. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 305/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Torneadora Edu Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 119, datado de 2.7.96, que tem como objeto o Lote 13(treze), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Eduardo Francisco da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.437/94.8. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 306/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Escapamento Diniz Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 118, datado de 4.7.96, que tem como objeto o Lote 03(três), Conjunto "A", Quadra 05 (cinco), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Saulo Sabino Diniz. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.535/94. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 307/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e C.R. Lanternagem e Pintura Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 208, datado de 18.11.96, que tem como objeto o Lote 9(nove), Conjunto "H", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 22.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Carlos Roberto Francisco de Oliveira. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.439/94.0. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 308/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e A Roda Viva Auto Reguladora Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 28, datado de 19.03.97, que tem como objeto o Lote 23(vinte e três), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Alberto Dias de Vasconcelos. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira

Nº DO PROCESSO: 160.000.882/94.1. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 309/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Centro Automotivo Brasília Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 126, datado de 27.06.96, que tem como objeto o Lote 10(dez), Conjunto "C", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA. Gabriel Costa Mallab. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.113/94.1. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 310/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Reguladora Zé Maria Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 224, datado de 27.12.96, que tem como objeto o Lote 9(nove), Conjunto "G", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Antonio Alves da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.015/94.0. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 312/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Capotaria Tomé Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 203, datado de 7.11.96, que tem como objeto o Lote 14(quatorze), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Walmiro Vicente Tomé. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.831/94.8. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 313/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Oliveira Duarte e Villar Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 105, datado de 20.6.96, que tem como objeto o Lote 07(sete), Conjunto "A", Quadra 05 (cinco), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Elson Luís Pereira de Oliveira. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.888/94. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 314/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Flash Auto Elétrica Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 226, datado de 12.12.96, que tem como objeto o Lote 11(onze), Conjunto "A", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Vicente de Paulo Torres da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira

Nº DO PROCESSO: 160.000.884/94.4. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 315/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e F.N. Equipamentos Contra Incên. Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 097, datado de 12.06.96, que tem como objeto o Lote 12(doze), Conjunto "A", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 11.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Francisco Nogueira Nunes. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.887/94.3. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº316/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Klinicar Serviços Automotores Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 199, datado de 7.11.96, que tem como objeto o Lote 08 (oito), Conjunto "C", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: João Soares dos Santos. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.918/94.6. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 317/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Geral Regulagem e Comércio de Veículos Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 166, datado de 25.9.96, que tem como objeto o Lote 12(doze), Conjunto "H", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Leonir Gasparetto. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira

Nº DO PROCESSO: 160.001.754/94.7. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 318/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Mecânica Chico Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 036, datado de 1.4.97, que tem como objeto o Lote 11(onze), Conjunto "H", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 05.10.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Francisco das Chagas de Souza. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.457/94.9. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 319/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e VI. Tintas Ferragens Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 200, datado de 11.11.96, que tem como objeto o Lote 4(quatro), Conjunto "C", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Carlos Augusto Gomes dos Santos. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.579/94.0. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 320/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Diniz Mecânica e Regulagens Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 007, datado de 14.01.97, que tem como objeto o Lote 24(vinte e quatro), Conjunto "F", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 22.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Diniz Barbosa Damasceno. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira

Nº DO PROCESSO: 160.000.899/94.1. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 321/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Tapeçaria São Jorge Ltda. OBJETO: Aditar o Contrato nº 96, datado de 19.6.96, que tem como objeto o Lote 01(um), Conjunto "G", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem

como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que sera contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Bráz Candido Borba . TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.787/94. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 322/98 CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Márcio Teixeira Mendes - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 32, datado de 24.3.97, que tem como objeto o Lote 10(dez), Conjunto "E", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SOF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Márcio Teixeira Mendes. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.477/94.3. ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO nº 323/98. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Auto Reguladora Cearense Ltda - ME. OBJETO: Aditar o Contrato nº 010, datado de 9.1.97, que tem como objeto o Lote 05(cinco), Conjunto "H", Quadra 04 (quatro), do Setor de Oficinas Norte (SQF/Norte), Brasília/DF., para alterar prazo de vigência, bem como o de implantação do empreendimento e deduções previstas no contrato aditado, que será contado a partir da data de assinatura do termo aditivo. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme consta do art. 174, da Constituição Federal, do art. 161, da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei nº 06/88, alterada pela Lei nº 289/92, regulamentada pelo Decreto nº 14.067/92, na Lei nº 409/93, com inexigibilidade de Licitação, com base no artigo 25, da Lei nº 8666/93 e no Parecer nº 28/95-GAB/PRG, do Senhor Procurador Geral do Distrito Federal, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90.4, de acordo com a Resolução 192/98 – CDE/DF, de 23.04.98 e Decisão da Diretoria Colegiada da Terracap, em sua 1.894ª Sessão, de 14.07.98. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Terracap. DATA DE ASSINATURA: 30.09.98. P/CONCEDENTE: José Roberto Bassul Campos, Ricardo Ferreira da Motta e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Antonio Lopes da Silva. TESTEMUNHAS: Alexandre Vasquez Salgado e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

EDITAL Nº 21/98-
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

Fica convocado o candidato, relacionado a seguir, aprovado e classificado no concurso público para o Emprego de TÉCNICO ADMINISTRATIVO da TERRACAP, opção 02 do Edital Normativo nº 178/96-IDR, publicado no DODF nº 251, de 27.12.96 e Edital de Resultado Final nº 68/97-IDR, publicado no DODF nº 112 de 16.06.97, para comparecer à TERRACAP - Edifício Sede, SAM Bloco "F" - Subsolo, no horário comercial, para tratar de assunto relacionado à contratação ou desistência do concurso, no prazo máximo de 30 dias, nos termos do referido Edital Normativo: 34º - GILVERLENO NOGUEIRA DO NASCIMENTO.

Brasília, 13 de outubro de 1998
JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

EDITAL Nº 22/98-
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO

Fica convocado o candidato, relacionado a seguir, aprovado e classificado no concurso público para o Emprego de Engenheiro da TERRACAP, Edital Normativo nº 178/96-IDR, publicado no DODF nº 251, de 27.12.96 e Edital de Resultado Final nº 55/97-IDR, publicado no DODF nº 100, de 28.05.97, para comparecer à TERRACAP - Edifício Sede, SAM Bloco "F" Subsolo, no horário comercial, para tratar de assunto relacionado à contratação ou desistência do concurso, no prazo máximo de 30 dias, nos termos do referido Edital Normativo: - Engenheiro Civil: 7º- ANDERSON RENATO DE CASTRO OVELAR.

Brasília, 13 de outubro de 1998
JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 55/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.001.467/98 - PARTES: DF/PRG X ARIVALDO SOUSA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 884,216 UFIRs. VIGÊNCIA: 28 (vinte e oito) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/09/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e ARIVALDO SOUSA, Beneficiário.

OFÍCIO Nº 092/98-DCC/1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 56/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.002.105/98 - PARTES: DF/PRG X EFIGÊNIA COSTA DE GODOY. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 888,74206 UFIRs. VIGÊNCIA: 07 (sete) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/09/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e EFIGÊNIA COSTA DE GODOY, Beneficiária.

OFÍCIO Nº 092/98-DCC/1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 57/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.002.443/98 - PARTES: DF/PRG X MARLENE NUNES MONTEIRO. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 2.762,2307 UFIRs. VIGÊNCIA: 23 (vinte e três) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/09/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e MARLENE NUNES MONTEIRO, Beneficiária.
SPR/PRG/DF.

OFÍCIO Nº 092/98-DCC/1ª

EXTRATO DE PARECELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBURÁRIA Nº 58/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.003.604/98 - PARTES: DF/PRG X JOSEFINA ALVES DE SOUZA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 2.698,0022 UFIRs. VIGÊNCIA: 23

(vinte e três) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/09/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e JOSEFINA ALVES SOUZA, Beneficiária."

OFÍCIO Nº 092/98 DCC/1ª SPR/PRG/DF.

EXTRATO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA Nº 59/98
RESSARCIMENTO DE DANOS

PROCESSO Nº 141.002.755/98 - PARTES: DF/PRG X MARIA DA PAZ JESUS DE ALMEIDA. OBJETO: A concessão de parcelamento de crédito de natureza não tributária da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme decisão constante no processo em referência. VALOR: 1.739,7565 UFIRs. VIGÊNCIA: 15 (quinze) meses, contados da data de sua publicação. ASSINATURA: 29/09/98. SIGNATÁRIOS: BEATRIZ KICIS TORRENTS DE SORDI, Procuradora-Geral Adjunta e ANTONIO LOURENÇO DE MATOS, Beneficiário.
DCC/1ª SPR/PRG/DF.

OFÍCIO Nº 092/98-

INEDITORIAIS

CONDOMÍNIO ESTÂNCIA MESTRE D'ARMAS
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença prévia para a implantação de parcelamento de solo urbano.

Local: DF-130 Km 15 Planaltina-DF

Foi determinado o relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI.

DAR-2514/98(dias 14,15e16/10/98)

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL Q. 51 A
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença Prévia para a atividade de poço tubular profundo no SMS 51 A, Módulo J, lote 01, Sobradinho-DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR 2540/98

COTASA CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E SANEAMENTOS LTDA
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu do IEMA/SEMATEC a LICENÇA de Operação por 365 (Trezentos e sessenta e cinco dias) para a atividade de Usina de Asfalto no local Fazenda Contagem DF 205 Leste KM 25 Sobradinho/DF.

DAR-2543/98

ENCOLPAR PARTICIPAÇÕES E ARRENDAMENTO S/A
CGC/MF 33.559.519/0001-63
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Sérgio Melo Vieira da Paixão, acionista desta companhia, conforme Termo de Transferência de Ações de nº 005 e 006, constantes da pg. 02vº. do Livro de Transferência de Ações e registros constantes da fl. 16vº. do Livro de Registro de Ações da companhia, vem nos termos do art. 123, parágrafo único, "b", da Lei nº 6.404/76, em função do não cumprimento das obrigações prescritas pelo art. 132 da Lei 6404/76, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/12/96 e 31/12/97, convocar todos os acionistas da companhia, bem como seus dirigentes, para uma Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar às 9h00 (nove horas) do dia 19/10/98, no saguão de recepção do NAOUM PLAZA HOTEL, localizado ao SHS, Qd. 5, Bl. H/I, em Brasília-DF, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a)- Discutir e deliberar sobre o relatório da diretoria e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/96, devidamente publicado no diário oficial do Distrito Federal do dia 10/10/97, e no "Jornal de Brasília" do dia 09/10/97. b) - Deliberar sobre as causas da não apresentação do relatório da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/97. c) - Alteração do Estatuto Social contemplando os seguintes itens: 1 - Mudança da sede social de Brasília-DF; 2 - Alteração da denominação social; 3 - Alteração da estrutura administrativa; 4 - Eleição dos administradores; 5 - Outros assuntos de interesse social. Brasília, 06 de outubro de 1998. Sérgio Melo Vieira da Paixão - Acionista.

DAR 2509 (Dias 14 e 15)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato de Hotéis Restaurantes e Bares de Brasília/DF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca as empresas filiadas e associadas do Segmento, para Assembléia Extraordinária que se realizará no dia 20 de outubro de 1998, às 15:30 horas na sua sede, situada no SDS, Edifício Conic, 1° andar Salas 121 à 124, em conformidade com artigo 46 e seguintes do capítulo XI do Estatuto em vigência para deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) mudança do Estatuto; b) aprovação de instrução Normativa para Eleições dos órgãos de Administração do Sindicato; c)fixação de datas para eleições e para novo mandato; d)aprovação de contas da atuál Diretoria; f) Assuntos Gerais.

Brasília, 08 de outubro de 1998

César Gonçalves
Presidente

DAR-2551/98

SINDDBEDF – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS E DISTRIBUIDORAS DE BEBIDAS NO DISTRITO FEDERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

SINDDBEDF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Distribuidoras de Bebidas no Distrito Federal, convoca todos os Trabalhadores da Empresa Cervejarias Reunidas Skol Caracú S/A, para participar da Assembléia Geral da Categoria, em sessão Regional, que realizar-se-á em 18 de Outubro (DOMINGO) de 1998, às 16:00 hs. em primeira chamada com 50% (cinqüenta por cento) mais um dos presentes e às 16:30 horas em segunda chamada com qualquer número dos Trabalhadores presentes, no auditório da CUT-DF(Central Única dos Trabalhadores), situada no SDS Edifício Venâncio V subsolo loja 04 (conic), Brasília/DF, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Elaboração, discussão e aprovação da pauta de reivindicações desta Categoria; b) Autorização para a diretoria do SINDDBEDF negociar diretamente com os patrões as reivindicações aprovadas; c) Assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou na hipótese de fracasso das negociações, suscitar o Dissídio Coletivo de Trabalho; d) Discussão e aprovação da Taxa Assistencial a ser descontada do salário do trabalhador que autorizar, em favor do SINDDBEDF, para o desenvolvimento patrimonial, assistencial e administrativo; e) Outros assuntos de interesses da Categoria. Brasília/DF, 13 de Outubro de 1998. José Marcos Nunes dos Santos - Presidente.

DAR-2550/98

SINDICATO DE HOTÉIS RESTAURANTES BARES DE BRASÍLIA/DF
CGC/MF N° 00.386.784/0001-74
ELEIÇÕES SINDICAIS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Será realizada eleições para membros efetivos e Suplentes da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes da Entidade, no dia 16 de novembro de 1.998, no horário de 09:00 às 18:00 horas, na sua sede, situada no SDS, Edifício Conic, Salas 121 a 124, em Brasília/DF, devendo o registro de chapas ser apresentado a secretaria, no horário de 09:00 às 18:00 horas, no período de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste Edital. Não atigindo o quorom legal, (maioria simples), haverá nova convocação para eleição 1:00 (uma) hora após a primeira, com qualquer número de associados. As eleições processar-se-ão nos moldes da portaria n° 3.150, de 30/04/86, do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Trabalho. Excluídas das suas normas, aquelas impertinentes aos Sindicatos Municipais, e as que foram revogadas por força da Constituição Federal de 1.998, relativas a vinculação Sindical com o poder Público. O Edital de Convocação, encontra-se-à afixado na sede da Entidade.

Brasília, 08 de outubro de 1.998

César Augusto Gonçalves
Presidente

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CESPE-CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS
EDITAL Nº 19-PC-DP/CESPE, DE 14 DE OUTUBRO DE 1998
CONCURSO PÚBLICO PARA DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

A Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília – CESPE/UnB torna público o **resultado provisório da Prova de Títulos**, consoante o disposto no subitem 12.1 do Edital n.º 1/98-PC-DP/CESPE, de 5-1-98, publicado no Diário Oficial e Diário Oficial do Distrito Federal de 6-1-98, dos candidatos ao cargo de Delegado de Polícia Civil do Distrito Federal.

1. Resultado provisório da prova de títulos dos candidatos ao cargo de Delegado de Polícia Civil, na seguinte ordem: local de prova, número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética e nota provisória da prova de títulos.

1.1. LOCAL DE PROVA: **BELÉM/PA**

310035, Amado Pereira, 3.00 / 310053, Laercio de Carvalho Alves, 0.00 / 310025, Victor Dan de Alencar Alves, 3.00.

1.2. LOCAL DE PROVA: **BELO HORIZONTE/MG**

320097, Alberto Velloso Machado, 0.00 / 320144, Ana Cristina Martins Silva, 4.00 / 320103, Daniel Gomes, 0.00 / 320011, Ecimar Loli, 0.75 / 320135, Fernando Aparecido da Silva, 3.00 / 320020, Haendel

Silva Fonseca, 2.50 / 320035, Jair Francisco dos Santos, 3.00 / 320104, Jorge Luiz Xavier, 0.00 / 320072, Julio Cesar Simoes de Almeida, 1.50 / 100836, Leonardo Coelho Bomfim, 4.75 / 320067, Marcelo Eustaquio Goncalves Cesario, 2.25 / 320096, Mauro Lucio de Campos, 3.00 / 320100, Wisllei Gustavo Mendes Salomao, 0.00.

1.3. LOCAL DE PROVA: **BRASÍLIA/DF**

100372, Adiel Teofilo, 3.00 / 100565, Adriana de Oliveira Aguiar, 0.00 / 102289, Adryani Fernandes Lobo, 3.00 / 100210, Aelio Caracelli Junior, 11.00 / 100448, Alex dos Santos Fonseca, 3.00 / 100047, Amarildo Jaime Oliveira, 3.00 / 330129, Ana Paula Gontijo Soares, 1.50 / 100625, Angela Maria dos Santos Caetano, 0.00 / 100043, Antonio Jose Bezerra Vale, 3.00 / 101390, Breno da Mata Tavares, 5.00 / 100270, Carlos Alberto da Silva, 5.50 / 100328, Carlos Frederico e Silva Cabral, 0.00 / 330015, Carlos Luiz Wolff de Pina, 0.00 / 100295, Carlos Nazare Oliveira Santos, 0.00 / 100118, Celizio da Silva Espindola, 1.00 / 100873, Celso Wagner Lima, 3.00 / 100289, Christianni Viegas Zago, 1.50 / 100895, Claudia Aparecida da Silva Alcantara, 5.50 / 100870, Claudio Severiano Ramos, 3.00 / 330020, Cleidiomar Ferreira Mendes, 3.00 / 101358, Daniel Malvazzo Machado, 1.00 / 101248, Debora de Albuquerque Couto, 0.00 / 100028, Delfim Loureiro de Queiroz, 5.50 / 100333, Deuselino Valadares dos Santos, 3.00 / 100200, Deuselita Pereira Martins, 3.00 / 100788, Elaine Aparecida Rodrigues Januario, 3.00 / 100202, Elivaldo Ferreira de Melo, 5.50 / 100667, Elza do Nascimento Nunes, 2.25 / 100537, Emerson Benjamim P de Carvalho, 3.75 / 100879, Emerson Candido dos Santos, 3.00 / 100051, Erico Vinicius Mendes, 2.50 / 101238, Erika Borges Moura do Amaral, 0.00 / 101567, Esdras Domingos Prego, 7.25 / 101010, Fernando Batista Fernandes, 3.00 / 101473, Fernando Cesar Costa, 0.00 / 100757, Filipe de Moraes Maciel, 1.50 / 100846, Flamarion Vidal Araujo, 0.00 / 100272, Gilberto Alves Maranhao Bezerra, 6.00 / 100909, Hailton da Silva Cunha, 3.00 / 100558, Hudson Bruno Maldonado, 0.00 / 102249, Ismael Coelho do Amaral, 3.00 / 330095, Joao Tarcisio Curado de Souza, 4.00 / 330055, Joas Rosa de Souza, 2.25 / 330222, Johnson Kenedy Monteiro, 1.25 / 100622, Jonas Maracaja de Morais, 0.00 / 330047, Jose Roberto Soares Batista, 0.00 / 100550, Jose Werick de Carvalho, 6.00 / 101301, Josue Ribeiro da Silva, 0.00 / 100141, Julio Cesar de Oliveira Silva, 0.00 / 330013, Juvenal de Oliveira Campos Junior, 2.50 / 100568, Laercio Rossetto, 4.50 / 100633, Lais Cerqueira Silva, 0.00 / 101602, Lauro Pinto Cardoso Neto, 5.25 / 100349, Lenard Vieira de Carvalho, 1.25 / 100996, Lorisvaldo Chacha Rosa, 6.00 / 100224, Lucia Antonia de Moraes, 4.00 / 100314, Mabel Alves de Faria, 1.50 / 100749. Magno Absalao Silva, 4.50 / 100916, Manuel Luduvino Neto Tavares de Santana, 3.00 / 100536, Marcelo de Paula Araujo, 3.50 / 100327, Marcelo Marinho de Noronha, 1.25 / 330195, Marcelo Rodrigues Portela Nunes, 4.75 / 100887, Marcio Araujo Salgado, 2.25 / 100359, Marcio Michel Alves de Oliveira, 3.00 / 100442, Marco Antonio de Almeida, 1.00 / 100789, Marco Cesar dos Santos Sousa, 4.50 / 100016, Maria do Carmo Correia, 3.50 / 101328, Marialda Lima Justino da Cruz, 2.25 / 100874, Maridalva de Almeida Vieira, 1.00 / 100848, Maurilio de Moura Lima Rocha, 0.00 / 100044, Milton Barbosa Rodrigues Junior. 0.00 / 100490, Moises Martins de Sousa, 7.00 / 100683, Murilo Jose Juliano da Cunha, 4.50 / 101002 Nilton Joaquim de Oliveira Junior, 0.00 / 100471, Nivaldo Oliveira da Silva, 10.25 / 100310, Oscar Pereira Braga, 5.50 / 330090, Pablo Aguiar Tavares de Paula Gomes, 0.00 / 100061, Paulo Cesar Machado, 6.25 / 100539, Paulo Jose Paes de Vico, 3.75 / 101048, Paulo Roberto Fernandes Soares, 3.00 / 100635, Placido Rocha Sobrinho, 3.75 / 100735, Rario Temporim de Lacerda, 4.50 / 100406, Reginaldo Garcia Machado, 3.00 / 100124, Renato Magalhaes Marques, 1.00 / 101272, Richard Valeriano Moreira, 3.00 / 101476, Robert Araujo Meneses, 2.25 / 100261, Robson Caetano de Sousa, 4.50 / 100472, Robson Candido da Silva, 3.00 / 101056, Rodney Rocha Miranda, 4.50 / 330204, Rodrigo Bonach Batista Pires, 0.00 / 100370, Rodrigo Pereira Larizzatti, 3.00 / 330104, Rodrigo Telho Correa, 3.00 / 102273, Rogerio Borges Cunha, 6.00 / 100621, Ronaldo Antonio Serafim, 0.00 / 100089, Ronny Alves de Jesus, 0.00 / 102541, Rossi Farias de Mesquita Junior, 4.50 / 330147, Sandro Erlon Orlando, 0.00 / 100940, Sergio Eduardo Correia Costa Gomide, 0.00 / 100753, Sergio Henrique de Araujo Morais, 1.00 / 101047, Severo Benicio dos Santos, 1.00 / 330046, Silvana Pereira Silva, 2.50 / 100845, Simone Costa Lucindo, 0.00 / 100518, Suzana de Pennafort Caldas, 1.50 / 330048, Tania Maria de Oliveira Dias, 3.75 / 101166, Tayrone Oliveira Soares Povoa, 0.00 / 100767, Thamys de Oliveira Queiroz, 3.00 / 100595, Ubiratan Feitosa Clemente, 3.00 / 330012, Ulysses de Oliveira Campos Neto, 5.00 / 101204, Valdinei Cordeiro Coimbra, 3.00 / 100504, Valeria Beatriz Rodrigues, 2.50 / 100067, Valeria Raquel Pereira, 0.00 / 101563, Valma Milograna de Oliveira Santana, 0.00 / 330115, Vicente Paranahiba Costa Neto, 0.00 / 100505, Virginia Sousa de Alencar, 3.50 / 330099, Waleska Romcy, 2.25 / 101295, Walter Fernandes, 3.00 / 330074, Yury Pereira Fernandes, 3.00.

1.3.1. Resultado provisório da prova de títulos dos candidatos na condição sub judice.

100859, Adval Cardoso de Matos, 3.00 / 101015, Agnaldo Novato Curado Filho, 6.00 / 100021, Carlos Cesar Ferreira, 3.00 / 100233, Edson Viana de Oliveira, 3.00 / 100780, Heitor Barbosa de Lacerda Junior, 3.00 / 100094, Helio Alves Bernardes, 4.00 / 100020, Iramar Francisco Mendonca, 3.00 / 100057, Jaildo Inacio da Costa, 5.25 / 330125, Jane de Freitas Barbosa, 5.00 / 100514, Simone Maria Pereira da Silva, 1.00.

1.4. LOCAL DE PROVA: **PORTO ALEGRE/RS**

340019, Joerberth Pinto Nunes, 1.25 / 340038, Leandro Giordani Ritt, 1.00 / 340025, Ricardo Pedroza Martirena, 0.00.

1.5. LOCAL DE PROVA: **RIO DE JANEIRO/RJ**

350069, Alessandra Lacerda Figueiredo, 0.00 / 350077, Alexander Traback Amorim de Oliveira, 0.00 / 350079, Alexandre Dias Nogueira, 0.00 / 350061, Claudio Otero Ascoli, 0.00 / 350051, Danielle Moreira Kahl, 0.00 / 100257, Fabricio Almeida Resende, 0.00 / 350074, Flavio Messina Alvim, 2.25 / 350003, Francisco Jose Andrade Pereira, 4.50 / 350042, Marco Antonio de Souza Silva, 1.00 / 350060, Mauro Leite Pereira, 3.00.

1.6. LOCAL DE PROVA: **SALVADOR/BA**

360108, Joao Luis Echternacht, 0.00 / 360039, Luiz Henrique Dourado Sampaio, 0.00 / 360012, Miguel Lucena Filho, 3.50.

1.6.1. Resultado provisório da prova de títulos do candidato na condição sub judice.

360061, Aristeu Chaves Sousa, 5.50.

1.7. LOCAL DE PROVA: **SÃO PAULO/SP**

370020, Alexandre Ciro Tribino Filho, 1.00 / 370064, Alvaro Henrique Ferreira dos Santos, 0.00 / 370299, Amarildo Fernandes, 4.50 / 370222, Anderson Suzuki, 0.00 / 370277, Andre Luiz Marcondes Varella, 4.50 / 370083, Guilherme Henrique Nogueira, 0.00 / 370138, Henry Peres Ferreira Lopes, 0.00 / 370017, Hudson Eduardo da Silva Araujo, 4.75 / 370178, Jeferson Lisboa Gimenes, 3.00 / 370154, John Kennedy Pinto, 0.00 / 370245, Jose Alexandre Essado, 1.00 / 370147, Jose Aramis Mantovani, 3.00 / 370227, Luiz Alexandre Gratao Fernandes, 4.75 / 370262, Marco Aurelio Vergilio de Souza, 2.50 / 370114, Mario Henrique Garcia Jorge, 0.00 / 370296, Paulo Cesar Boberg Barongeno, 0.00 / 370053, Paulo Noritika Sambosuke, 0.00 / 370168, Pedro Luis de Moraes, 3.00 / 370007, Sandra Maria da Silveira, 0.00 / 102514, Wander Machado Junior, 0.00.

1.7.1. Resultado provisório da prova de títulos do candidato na condição sub judice.

370059, Glauco Teixeira Boueri, 1.25.

2. DOS RECURSOS

2.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado provisório da prova de títulos deverá se dirigir, nos dias 16, 19 e 20 de outubro de 1998, das 10h às 16h (ininterrupto), na cidade em que realizou a entrega de seus títulos, nos seguintes endereços:

LOCAL DE PROVA	ENDEREÇO
BELÉM/PA	Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. Ulisses Guimarães – Av. Gov. José Malcher, n.° 1.670, Bairro Nazaré.
BELO HORIZONTE/MG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte – Rua Diamantina, n.° 567, Bairro Lagoinha.
BRASÍLIA/DF	Setor de Atendimento a Candidatos CESPE/UnB – subsolo do ICC – Instituto Central de Ciências, Ala norte, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte.
PORTO ALEGRE/RS	Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) – Av. Paulo Gama S/N Prédio 12.201 – Campus Centro – Farroupilha.
RIO DE JANEIRO/RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – sala 315, Largo de São Francisco de Paula, n.°1 Centro.
SALVADOR/BA	Universidade Federal da Bahia – Pavilhão de Aulas da Federação I – Campus Universitário de Ondina – Av. Ademar de Barros, s/n.°.
SÃO PAULO/SP	Escola Estadual de 1.° e 2.° Graus Rodrigues Alves – Av. Paulista, n.° 227 – Paraíso.

2.1.1. Em Brasília/DF, o horário para a interposição de recursos é das 8h às 19h (horário ininterrupto).

2.2. O recurso deverá ser obrigatoriamente datilografado ou digitado em formulário próprio, conter a identificação do candidato somente na capa e ser entregue em duas vias (original e cópia).

2.3. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo no seu pleito. Recurso inconsistente será preliminarmente indeferido.

2.4. Não será aceito recurso por via postal, fax ou correio eletrônico, assim como interposto por procurador.

3. O resultado final da prova de títulos e a convocação para matrícula no Curso de Formação Profissional serão publicados na data provável de 27 de outubro de 1998 no Diário Oficial, no Diário Oficial do Distrito Federal, afixados no quadro de avisos do CESPE e divulgados pela internet (www.cespe.unb.br).

ROMILDA GUIMARÃES MACARINI
Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE/UnB

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 19680, 14-10-98 1
.DECRETO EXECUTIVO 19681, 14-10-98 2
.DECRETO EXECUTIVO 19682, 14-10-98 3
.DECRETO EXECUTIVO 19683, 14-10-98 3
.DECRETO EXECUTIVO 19684, 14-10-98 4
.DECRETO EXECUTIVO 19685, 14-10-98 4
.DECRETO EXECUTIVO 19687, 14-10-98 4

SECRETARIA DE GOVERNO

.DESPACHO, SUCAR/RA-IX-CEILÂNDIA, 13-10-98 11
.DESPACHO, SUCAR, 14-10-98 11
.DESPACHO, SUAD, 14-10-98 11
.DESPACHO, SUCAR/RA-XVIII-LAGO NORTE, 14-10-98 11
.DESPACHOS, SUCAR, 13-10-98 11
.DESPACHOS, SUCAR/RA-II-GAMA, 14-10-98 11
.ORDEM DE SERVIÇO 79, SUCAR/RA-IX-CEILÂNDIA, 13-10-98 11

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ACÓRDÃOS 5 E 6, TARF/TPL, 30-09-98 14
.ACÓRDÃOS 88 A 91 , TARF/1C, 10-09-98 15
.ACÓRDÃOS 93 A 100, TARF/1C, 07-10-98 15
.ACÓRDÃOS 101 A 103, TARF/1C, 08-10-98 16
.ACÓRDÃOS 108 A 121, TARF/2C, 06-10-98 17
.ATA, TARF/1C, 28-09-98 17
.ATO DECLARATÓRIO 481, SUREC/DAT, 09-10-98 13
.ATO DECLARATÓRIO 482, SUREC/DAT, 13-10-98 13
.ATOS, SUREC/DAT, 09-10-98 13
.ATOS, SUREC/DAT, 13-10-98 14
.ATOS DECLARATÓRIOS 474, 476 E 477, SUREC/DAT, 07-10-98 12
.ATOS DECLARATÓRIOS 485 E 486, SUREC/DAT, 14-10-98 13
.DESPACHO, SECRETÁRIO, 14-10-98 12
.DESPACHO, CODEPLAN/DIRAF, 14-10-98 19
.PAUTAS DE JULGAMENTO, TARF/2C, 13-10-98 17
.PAUTAS DE JULGAMENTO, TARF/1C, 13-10-98 14
.PORTARIAS 1094 A 1099, SECRETÁRIO, 14-10-98 12

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 09-10-98 20
.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 08-10-98 20
.ORDEM DE SERVIÇO 58, DIE, 13-10-98 20
.PORTARIA 217, SECRETÁRIO, 13-10-98 20
.PORTARIAS 215 E 216, SECRETÁRIO, 08-10-98 20

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

.DESPACHOS, SECRETÁRIA, 14-10-98 20

SECRETARIA DE OBRAS

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 13-10-98 21
.PORTARIA CONJUNTA 2, SECRETÁRIO, 02-09-98 20

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DESPACHOS, DER/DG, 08-09-98 21
.INSTRUÇÃO-*, DER/DG, 24-09-98 21

SECRETARIA DE AGRICULTURA

.ATO , FZDF/DEX, 14-10-98 21

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

.DESPACHO, SECRETÁRIO, 16-06-98 21

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, FCDF, 06-10-98 21
.DESPACHO, FCDF, 07-10-98 21
.DESPACHO, FCDF, 08-10-98 22

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

.PORTARIAS 216 A 224, SECRETÁRIO, 09-10-98 22

SECRETARIA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 22-09-98 23
.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 07-10-98 23
.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 08-10-98 25

SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E JUVENTUDE

.PORTARIA CONJUNTA 12, SECRETÁRIO, 13-10-98 5

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHOS, SECRETÁRIO, 14-10-98 25

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3365, SECRETARIA DAS SESSÕES, 24-09-98 26
.ATA 3366-*, SECRETARIA DAS SESSÕES, 29-09-98 34
.ATA 3368, SECRETARIA DAS SESSÕES, 06-10-98 29
.DESPACHO, PRESI, 14-10-98 25

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS